



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

JOSÉ CLEUDO GOMES

**A EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA DA CIDADANIA LGBT NO
MOVIMENTO DO ESPÍRITO LILÁS – MEL (1992-2020)**

João Pessoa/PB
2022

JOSÉ CLEUDO GOMES

**A EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA DA CIDADANIA LGBT NO
MOVIMENTO DO ESPÍRITO LILÁS – MEL (1992-2020)**

Tese apresentada para ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação, da Universidade Federal da Paraíba como cumprimento de requisito para a obtenção do título de Doutor em Educação na Linha de Pesquisa em Educação Popular.

Orientadora: Professora Doutora Maria de Nazaré Tavares Zenaide.

João Pessoa/PB
2022

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

G633e Gomes, José Cleudo.

A educação como prática da cidadania LGBT no
Movimento do Espírito Lilás - MEL (1992-2020) / José
Cleudo Gomes. - João Pessoa, 2022.

278 f. : il.

Orientação: Maria de Nazaré Tavares Zenaide.
Tese (Doutorado) - UFPB/CE.

1. Educação - Direitos humanos. 2. Educação popular.
3. Movimentos sociais - LGBT. 4. Cidadania LGBT. I.
Zenaide, Maria de Nazaré Tavares. II. Título.

UFPB/BC

CDU 37:342.7(043)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ATA DA SESSÃO DE DEFESA DE TESE DO DOUTORANDO JOSÉ CLEUDO GOMES
ALUNO DO CURSO DE DOUTORADO EM EDUCAÇÃO/PPGE/CE/UFPB.

Aos vinte e cinco (25) dias do mês de abril do ano dois mil e vinte e dois (2022), às 14:00 horas, no Auditório do Programa de Pós-Graduação em Educação, realizou-se a sessão de defesa de Tese do doutorando **JOSÉ CLEUDO GOMES**, matrícula 20181014416, intitulada “A EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA DA CIDADANIA LGBT NO MOVIMENTO DO ESPÍRITO LILÁS – MEL (1992-2020)”. Estavam presentes, os Professores Doutores: Maria de Nazaré Tavares Zenaide (Orientadora/PPGE/CE/UFPB); Solon Eduardo Annes Viola (UNISINOS); Silvana de Souza Nascimento (USP); Márcio Rodrigo Vale Caetano (UFPel); Adriano Azevedo Gomes de Leon (UFPB); Severino Bezerra da Silva (PPGE/CE/UFPB) e demais convidados. A Profa. Dra. Maria de Nazaré Tavares Zenaide, na qualidade de Orientadora, declarou aberta a sessão, e apresentou os Membros da Banca Examinadora ao público presente, em seguida passou a palavra ao doutorando **JOSÉ CLEUDO GOMES**, para que no prazo de 30 minutos apresentasse a sua Tese. Após exposição oral apresentada pelo doutorando **JOSÉ CLEUDO GOMES**, a Profa. Dra. Maria de Nazaré Tavares Zenaide passou a palavra aos membros da Banca Examinadora para que procedessem a arguição pertinente ao trabalho. Em seguida, o doutorando **JOSÉ CLEUDO GOMES** respondeu às perguntas elaboradas pelos Membros da Banca Examinadora, na oportunidade, agradeceu as sugestões apresentadas. Prosseguindo, a sessão foi suspensa pela Orientadora a Profa. Dra. Maria de Nazaré Tavares Zenaide, que se reuniu secretamente com os Membros da Banca Examinadora, e emitiu o seguinte parecer:

A BANCA EXAMINADORA CONSIDEROU A TESE APROVADA. Trata-se de uma proposta de pesquisa pioneira no PPGE e na Linha de Educação Popular sobre a Educação em Direitos Humanos no Movimento do Espírito Lilás na Paraíba. A banca destaca o potencial eurístico da pesquisa e do texto de tese construído para o desenvolvimento de novos estudos. Confere a Tese em pauta Aprovada e sugere novas perspectivas de continuidade de estudos e diálogos teóricos-conceituais. Propõe inserir Movimentos Sociais como palavra-chave e a inclusão de um quadro que considere as conquistas sociopolíticas do movimento LGBTQIA+. Como revisão sugere o exame do registro das fotos e documentos, assim como, indica uma revisão ortográfica do trabalho de tese.

A seguir, a Profa. Dra. Maria de Nazaré Tavares Zenaide consultou oralmente os membros da banca examinadora sobre o parecer final, sendo unanime pela Aprovação da Tese do doutorando **JOSÉ CLEUDO GOMES**, que foi tornada pública na sessão presente. Prosseguindo, agradeceu a participação dos Membros da Banca Examinadora, e deu por encerrada a sessão. E para constar, eu, Glória de Lourdes Fernandes, representando a Secretaria da Pós-Graduação em Educação, lavrei a presente Ata que segue assinada por mim e pelos Membros da Banca Examinadora, em testemunho de fé. João Pessoa, 25 de abril de 2022.

Glória de Lourdes Fernandes

Ata

Severino Bezerra da Silva

Adriano Azevedo Gomes de Leon

Silvana

Solon Viola

*Ao mestre **Luciano Bezerra Vieira**,
pela vida, resistência e ensinamentos
que estão em cada linha desse texto.*

*À companheira **Fernanda Benvenutty**,
pela potência, militância e engajamento político
que nos fascinavam.*

Dedico!

AGRADECIMENTOS

A escrita desta tese foi solitária e a distância, em um momento de temor, em virtude das inúmeras vidas perdidas, do isolamento social e das mudanças que ocorreram nos últimos dois anos da pesquisa, já que a pandemia da COVID-19 mudou todo o seu percurso metodológico. Mas agradeço a Deus e à espiritualidade que me protege por ter tido a oportunidade de dar continuidade e ter concluído esse estudo.

Nessa caminhada, houve pessoas que foram essenciais para aliviar a tensão da pesquisa e me fortalecer para a conclusão desta importante etapa do meu aprendizado como educador e pesquisador que fui me tornando ao longo dos anos. Nessa trajetória, agradeço à Universidade Federal da Paraíba (UFPB) por ter me proporcionado um ciclo de formação acadêmica, iniciado na graduação em Pedagogia, depois no mestrado e finalizado com o doutorado em educação.

Por isso, sou grato a minha mãe, *Francisca das Chagas Gomes (in memoriam)*, que partiu para a eternidade antes mesmo da conclusão do meu curso inicial, mas que já demonstrava todo o seu amor e orgulho pelo filho ter chegado à universidade. Logo, essa conquista é dedicada a ela.

Agradeço a minha irmã *Gabriela Gomes* pela convivência, companheirismo e paciência nesses nove anos que foram marcados pela saudade e aos estudos aos quais você também deu sequência e finalizou exitosamente. A conclusão desse ciclo devo fortemente a sua compreensão e colaboração.

Agradeço a minha irmã *Claudia Viviane Gomes*, por todo o cuidado e carinho que sempre teve comigo desde pequeno, como também pela compreensão da distância que se firmou nesses anos de estudos, mas que, mesmo em silêncio, sempre vi o seu entusiasmo e admiração pelos passos que estava trilhando.

Aos meus sobrinhos amados *Gabriel Martins e Vitória Gomes* minha gratidão pela torcida, como também aos pequenos *Caio César e Maria Helena*, recém-chegada que vi poucas vezes desde o seu nascimento, em virtude da pesquisa e da pandemia.

Meus agradecimentos especiais a minha orientadora, a Professora Doutora *Nazaré Zenaide*, por tantos anos de compartilhamento de conhecimentos e saberes, desde as formações no MEL, passando pelo NCDH até ao mestrado e doutorado em educação, cuja orientação ocorreu de forma remota, mas sem nunca ter sido distante. Cada encontro virtual era um momento de muito aprendizado, emoção e incentivo para a escrita da pesquisa. Minha gratidão pela sua amizade e amorosidade pela docência e militância pelos direitos humanos.

Agradeço aos Professores Doutores *Adriano de Léon, Márcio Caetano, Severino Silva e Solon Viola* pela leitura cuidadosa do texto e disponibilidade em participar da banca de defesa com contribuições que aprimoraram o percurso metodológico e a escrita do estudo.

Agradeço à Professora Doutora *Silvana Nascimento*, que também foi uma avaliadora da banca de defesa, contribuindo com importantes reflexões, além de ter cedido gentilmente o acervo fotográfico digitalizado do MEL para a pesquisa.

Agradeço aos professores e às professoras do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UFPB, pelos ensinamentos, especialmente ao mestre *Luiz de Sousa Júnior (in memoriam)*, que partiu precocemente em decorrência da COVID-19.

Meus agradecimentos a *Eduardo Guimarães*, ex-coordenador geral do MEL, que gentilmente acolheu o pleito para o desenvolvimento dessa pesquisa junto à entidade.

Agradeço a *Cleber Ferreira* por preservar e compartilhar o acervo institucional do MEL, que foi essencial para a pesquisa documental sobre a trajetória histórica da instituição, além de ter sido um dos entrevistados.

Agradeço aos militantes que atuaram ou atuam pelo MEL por terem socializado suas memórias para a elaboração desse importante registro do ativismo LGBT da Paraíba. Minha gratidão a *José Walmir Ferreira, Felipe Santos, Renan Palmeira, Victor Pilato, Luciel Araújo, Malu Morenã e Ibanez Duarte*.

Agradeço a *Marli Soares e Adnause Targino*, ativistas do Grupo de Mulheres Maria Quitéria, pela partilha e vivências que estão entrelaçadas na luta social e nas páginas desse texto.

Agradeço à amiga *Eliene Antunes*, pelo incentivo, cumplicidade e apoio durante toda essa jornada na universidade. Desde a época da graduação, quando era estagiário no NCDH, mantemos laços de afeto e amizade.

Aos colegas da turma 38 do doutorado, pelas agradáveis conversas e troca de saberes nos corredores do Centro de Educação, especialmente a *Aloirmar José, Gildivan Neves e Sawana Araújo*. Continuamos a manter bons diálogos sobre a educação e a vida.

Gratidão a *Julyanna Oliveira*, pela amizade que brotou no doutorado, quando dividíamos as angústias, as alegrias e as confidências da pesquisa e, assim, nos fortalecíamos mutuamente.

Agradeço à coordenação e aos servidores do PPGE, que sempre foram prestativos as minhas solicitações, contribuindo, assim, para dar prosseguimento à pesquisa em andamento.

Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que viabilizou bolsa de doutorado para a realização desta pesquisa. Desse modo, o presente trabalho foi realizado com o apoio da CAPES – Código de Financiamento 001.

Cavaleiro solitário
Caminha com sua estrela
E a fé no vaticínio das visões
Inventa o próprio tempo e estações
Atrai as reações mais loucas
Pessoas diferentes são irmãs
Todos os seus companheiros são iguais
Iguais e diferentes e irmãos

Gonzaquinha

RESUMO

A presente pesquisa investigou a prática educativa do Movimento do Espírito Lilás (MEL), fundado em 1992, com foco no enfrentamento ao preconceito e à discriminação de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) no Estado da Paraíba. O MEL, ao longo de sua trajetória, vem desenvolvendo uma dimensão comunitária de sua prática educativa que proporcionou articulações em rede, tornando-se, assim, um sujeito político singular na propositura de políticas públicas para LGBT em âmbitos nacional, estadual e local. O objetivo geral do estudo foi analisar as ações educativas e sociopolíticas do MEL à luz da educação em e para os direitos humanos (1992-2020), e verificar em que medida têm contribuído para a emancipação e a conquista da cidadania LGBT. Este objetivo principal suscita outros mais específicos relacionados a: identificar o percurso histórico e a memória institucional do MEL enquanto coletivo; identificar as ações, conteúdos e metodologias com foco no fazer educativo da instituição; investigar as contribuições do MEL como um espaço educativo e de luta do movimento social. A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem dialética, dialogando com referenciais teóricos oriundos do movimento LGBT, da educação popular e da educação em direitos humanos. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório, envolvendo a pesquisa documental dos materiais educativos e ações sociopolíticas produzidas pela entidade, tais como o boletim informativo A Colmeia, além das entrevistas semiestruturadas realizadas com dez militantes que atuam ou atuaram no movimento social, cujas reminiscências de memórias contribuíram para identificar as ações realizadas pelo MEL. Os resultados das análises apontaram que o MEL tem uma prática educativa voltada para promover os direitos humanos e a cidadania LGBT. Ao longo do estudo, foram identificadas atividades lúdicas, culturais e sociopolíticas realizadas de maneira engajada nos processos formativos do grupo que ora formava para a cidadania LGBT, já que o MEL tem uma natureza dialética, em que o cultural, o educativo e o político não se separam. Por fim, o MEL, enquanto agrupamento político, esteve presente e atuante junto a sua militância, das lutas por emancipação ao reconhecimento da cidadania LGBT, transformando vidas, por meio de sua prática educativa e sociopolítica que visava à criticidade, à autonomia e à utopia de que outro país seria possível com direitos e políticas públicas para a população LGBT.

Palavras-chave: Movimento do Espírito Lilás. Movimentos sociais. Cidadania LGBT. Educação Popular. Educação em Direitos Humanos.

ABSTRACT

The present research investigated the educational practice of the Movement of the Lilac Spirit (MEL), founded in 1992 with a focus on confronting prejudice and discrimination of Lesbians, Gays, Bisexuals, Transvestites and Transgendered (LGBT) people in the State of Paraíba. The MEL throughout its trajectory has been developing a community dimension of its educational practice that has provided networking, thus becoming a singular political subject in the proposition of public policies for LGBT people at the national, state, and local levels. The general objective of the study was to analyze MEL's educational and sociopolitical actions in light of education in and for human rights (1992-2020), and to verify to what extent they have contributed to the emancipation and achievement of LGBT citizenship. This main objective gives rise to other more specific ones related to: identify the MEL's historical trajectory and institutional memory as a collective; identify the actions, contents, and methodologies focused on the institution's educational work; investigate the MEL's contributions as an educational space and a social movement struggle space. The research was developed from a dialectical approach, dialoguing with theoretical references from the LGBT movement, popular education, and human rights education. This is a qualitative research of exploratory nature, involving the documental research of the educational materials and socio-political actions produced by the entity, such as the newsletter *A Colmeia*, besides the semi-structured interviews carried out with ten militants who work or have worked in the social movement, whose reminiscences of memories contributed to identify the actions carried out by MEL. The results of the analyses pointed out that the MEL has an educational practice focused on promoting human rights and LGBT citizenship. Throughout the study, playful, cultural, and socio-political activities were identified that were carried out in an engaged manner in the formative processes of the group that was now forming for LGBT citizenship, since the MEL has a dialectical nature, in which not to separate the cultural, the educational, and the political. Finally, the MEL, as a political grouping was present and active with its militancy, from the struggles for emancipation to the recognition of LGBT citizenship, transforming lives, through its educational and sociopolitical practice that aimed at criticality, autonomy, and the utopia that another country would be possible with rights and public policies for the LGBT population.

Keywords: Movement of the Lilac Spirit. Social movements. LGBT citizenship. Popular Education. Human rights Education.

RESUMEN

La presente investigación investigó la práctica educativa del Movimiento del Espíritu Lila (MEL), fundado en 1992 con el objetivo de enfrentar el prejuicio y la discriminación de las personas Lesbianas, Gays, Bisexuales, Travestis y Transexuales (LGBT) en el Estado de Paraíba. El MEL a lo largo de su trayectoria ha ido desarrollando una dimensión comunitaria de su práctica educativa que ha proporcionado articulaciones en red, convirtiéndose así en un sujeto político singular en la propuesta de políticas públicas para LGBT a nivel nacional, estatal y local. El objetivo general del estudio fue analizar las acciones educativas y sociopolíticas de la MEL a la luz de la educación en y para los derechos humanos (1992-2020), y en qué medida han contribuido a la emancipación y al logro de la ciudadanía LGBT. De este objetivo principal se desprenden otros más específicos relacionados con: identificar la trayectoria histórica y la memoria institucional de la MEL como colectivo; identificar las acciones, contenidos y metodologías centradas en el trabajo educativo de la institución; investigar las aportaciones de la MEL como espacio educativo y de lucha del movimiento social. La investigación se desarrolló a partir de un enfoque dialéctico, dialogando con referencias teóricas del movimiento LGBT, la educación popular y la educación en derechos humanos. Se trata de una investigación cualitativa de carácter exploratorio, que incluye la investigación documental de los materiales educativos y las acciones sociopolíticas producidas por la entidad, como el boletín A Colmeia, así como entrevistas semiestructuradas con diez militantes que trabajan o han trabajado en el movimiento social, cuyas reminiscencias de recuerdos contribuyeron a identificar las acciones realizadas por el MEL. Los resultados de los análisis señalaron que la MEL tiene una práctica educativa dirigida a promover los derechos humanos y la ciudadanía LGBT. A lo largo del estudio, se identificaron las actividades lúdicas, culturales y sociopolíticas realizadas de forma comprometida en los procesos formativos del grupo que ahora se forma para la ciudadanía LGBT, ya que la MEL tiene una naturaleza dialéctica, en la que no se puede separar lo cultural, lo educativo y lo político. Finalmente, el MEL, como agrupación política estuvo presente y activo con su militancia, desde las luchas por la emancipación hasta el reconocimiento de la ciudadanía LGBT, transformando vidas, a través de su práctica educativa y sociopolítica que apuntaba a la criticidad, la autonomía y la utopía de que otro país sería posible con derechos y políticas públicas para la población LGBT.

Palabras clave: Movimiento del Espíritu Lila. Movimientos sociales. Ciudadanía LGBT. Educación popular. Educación en derechos humanos.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Foto de Luciano Bezerra Vieira em Sapé/PB	54
Figura 2 – I Encontro Regional do MEL – Cajazeiras (2000)	114
Figura 3 – I Semana Paraibana da Consciência Homossexual (1999)	127
Figura 4 – Formação na Casa Maria Pia	131
Figura 5 – Oficina sobre Sexo Seguro.....	135
Figura 6 – Participantes do Projeto LGBT no Envelhecer	140
Figura 7 – Cartaz da campanha Homofobia no trabalho: você não tem esse direito	142
Figura 8 – Fotografia do I MEL Masqué.....	147
Figura 9 – Fotografia de Ednamay no I MEL Masqué.....	148
Figura 10 – Fotografia dos integrantes do MEL no Carnaval 2001	149
Figura 11 – Fotografia do Drag MEL 2003.....	152
Figura 12 – Capa do Lilás – Primeiro boletim do MEL (1999)	159
Figura 13 – Logomarca do boletim A Colmeia.....	163
Figura 14 – Capa do boletim “A Colmeia”, com desenho de Shiko	166
Figura 15 – Foto da Jornada sobre Cidadania LGBT no <i>Campus III</i> – UFPB	187
Figura 16 – Cartaz da 1ª Parada pela Diversidade Sexual na Paraíba	197
Figura 17 – Fotografia do “Seminário Desejo e Poder” (2004)	212
Figura 18 – Capa da edição nº 2 do boletim informativo A Colmeia (2005).....	214

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Quantidade de trabalhos por temática da área de educação (2015-219)	37
Gráfico 2 – Níveis de Amplitude (Gamboa, 2012).....	44

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Teses e Dissertações sobre o Movimento LGBT (2015-2019).....	38
Quadro 2 – Experiências de Educação em Direitos Humanos da sociedade civil da Paraíba (1978-1996).....	73
Quadro 3 – Relação dos Presidentes do MEL (1992-2021).....	109
Quadro 4 – Projetos educativos desenvolvidos pelo MEL (2002-2020)	134
Quadro 5 – Edições do Boletim Informativo “A Colmeia”	161
Quadro 6 – Projetos e ações realizadas e/ou apoiadas pelo NCDH	185
Quadro 7 – Relação das Paradas do Orgulho LGBT de João Pessoa/PB	198

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AACC	Associação Artístico-Cultural de Cabedelo
ABGLT	Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos
ADACHO	Associação de Defesa, Apoio e Cidadania dos Homossexuais do Crato
AHCG	Associação de Homossexuais de Campina Grande
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
AMAZONA	Associação de Prevenção à AIDS
ANC	Assembleia Nacional Constituinte
ANPEd	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação
ANTRA	Articulação Nacional das Travestis e Transexuais
APAN	Associação Paraibana dos Amigos da Natureza,
ASD	Associação Santos Dias
ASIP	Associação dos Servidores Inativos e Pensionistas
ASPTTRANS	Associação de Pessoas Travestis, Transexuais e Transfeministas da Paraíba
ASTRAL	Associação das Travestis e Liberados do Rio de Janeiro
ASTRAPA	Associação das Travestis da Paraíba
ATRAC	Associação de Travestis do Ceará
BEMFAM	Bem-Estar Familiar do Brasil
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BSH	Brasil sem Homofobia
CAL	Coletivo Arte e Luta
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCAIE	Centro de Ciências Aplicadas e Educação
CCHLA	Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
CCS	Centro de Ciências da Saúde
CDH	Comissão de Direitos Humanos
CEAAL	Conselho de Educação Popular da América Latina e do Caribe
CEBs	Comunidades Eclesiais de Bases
CEDDHC	Conselho Estadual de Defesa dos Direitos do Homem e do Cidadão
CEDH/PB	Conselho Estadual dos Direitos Humanos da Paraíba

CEDLGBT	Conselho Estadual dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais da Paraíba
CEFET	Centro de Educação Federal de Educação Tecnológica da Paraíba
CEFOR	Centro de Formação
CEJUP/PB	Conselho Estadual de Juventude da Paraíba
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CEPLAR	Campanha de Educação Popular
CERIS	Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais
CESE	Coordenadoria Ecumênica de Serviço
CFM	Conselho Federal de Medicina
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CID	Classificação Internacional de Doenças
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CISTT	Comissões Intersetoriais de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora
CM8M	Centro da Mulher 8 de Março
CMCDPDH	Conselho Municipal de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais de João Pessoa
CMP	Central dos Movimentos Populares
CNCD/LGBT	Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
CNEDH	Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CONSEA/PB	Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA/PB),
COPAC	Coordenação de Programas de Ação Comunitária
CPEDH	Comitê Paraibano de Educação em Direitos Humanos
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUNHÃ	Coletivo Feminista
DECHRADI	Delegacia Especializada de Repressão aos Crimes Homofóbicos, Étnico-raciais e de Intolerância Religiosa
DNEDH	Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos
DST	Doenças Sexualmente Transmissíveis
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
EBGLT	Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis
EBHO	Encontro Brasileiro de Homossexuais

EDH	Educação em Direitos Humanos
EGHO	Encontro de Grupos Homossexuais Organizados
EGHON	Encontro de Grupos Homossexuais do Nordeste
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENTLAIDS	Encontro Nacional de Travestis e Transexuais que atuam na Luta contra a AIDS
FDDHMMMA	Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves
FLH	Frente de Libertação Homossexual
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FPTA	Federação Paraibana de Teatro Amador
FUNAPE	Fundação de Apoio à Pesquisa, Ensino e Extensão
GALOSC	Grupo de Apoio a Livre Orientação Sexual do Cariri
GATHO	Grupo de Atuação Homossexual de Recife/Olinda
GEP	Grupo Especial da Paraíba
GGAL	Grupo Gay de Alagoas
GGB	Grupo Gay da Bahia
GLBT	Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros
GLS	Gays, Lésbicas e Simpatizantes
GMMQ	Grupo de Mulheres Maria Quitéria
GPCP	Grupo de Pesquisa em Comportamento Político
GTAAB	Grupo de Teatro Amador Alfredo Barbosa
GVP	Gayrreiros do Vale do Paraíba
HSH	Homens que fazem sexo com Homens
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IFPB	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
IIDH	Instituto Interamericano de Direitos Humanos
IPCN	Instituto de Pesquisas das Culturas Negras
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IST	Infecções Sexualmente Transmissíveis
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
LGBTI	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos
MEL	Movimento do Espírito Lilás
MELICA	Movimento do Espírito Lilás de Cajazeiras
MHB	Movimento Homossexual Brasileiro

MHOCA	Movimento Homossexual de Cabedelo
MLAL	Movimento Laico da América Latina
MMT	Associação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo Paraibano
MNDH	Movimento Nacional de Direitos Humanos
MNPB	Movimento Negro da Paraíba
MNU	Movimento Negro Unificado
MNU-PB	Marcha da Negritude Unificada da Paraíba
MOAR	Movimento de Articulação LGBT de Guarabira
MOVBI	Movimento de Bissexuais da Paraíba
MPT-PB	Ministério Público do Trabalho da Paraíba
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
NCDH	Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos
NRDHCH	Núcleo de Referência em Direitos Humanos e Cidadania Homossexual
NTU	Núcleo de Teatro Universitário
NUDAS	Núcleo Universitário pela Diversidade Afetivo Sexual
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PMDB	Partido Movimento Democrático Brasileiro
PNDH	Programa Nacional de Direitos Humanos
PNE	Plano Nacional de Educação
PNEDH	Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos
PPGDesign	Programa de Pós-Graduação em Design
PPGDH	Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
PPGS	Programa de Pós-Graduação em Sociologia
PRAC	Pró-Reitoria de Extensão para Assuntos Comunitários
PROBEX	Programa de Bolsas de Extensão
PROEXT	Programa de Extensão Universitária
PRONASCI	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático

PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC-RS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
RBEDH	Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos
SAMOPS	Serviço de Assessoria ao Movimento Popular e Social
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SECAD	Secretaria de Educação, Continuada, Alfabetização e Diversidade
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SEDES	Secretaria de Desenvolvimento Social
SEDH	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano da Paraíba
SEDUP	Serviço de Educação Popular
SEMDH	Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública
SES	Secretaria de Estado da Saúde
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPel	Universidade Federal de Pelotas
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
USF	Unidade de Saúde da Família
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: (RE) CONSTITUINDO UMA TRAJETÓRIA	22
1 SITUANDO O PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA	31
1.1 Estado do conhecimento: entrelaçando os estudos sobre o movimento LGBT	34
1.2 Articulando os pressupostos teóricos e metodológicos do estudo	43
1.3 Da “abelha rainha” ao enxame de abelhas do MEL: o perfil e a trajetória dos sujeitos	53
2 TIRANDO OS CONCEITOS DA COLMEIA: MOVIMENTOS SOCIAIS, EDUCAÇÃO E MEMÓRIA	58
2.1 A construção conceitual dos “novos movimentos sociais”	61
2.2 A educação em, para e com os direitos humanos no movimento social	68
2.3 Conceituando a memória institucional do MEL	80
3 O ARCO-ÍRIS COMO BANDEIRA: REMEMORANDO A HISTÓRIA DO MOVIMENTO LGBT	87
3.1 O surgimento do Movimento Homossexual no Brasil	94
3.2 A fundação do Movimento do Espírito Lilás – MEL	100
3.3 O Movimento LGBT da Paraíba para além da colmeia	111
4 A PRÁTICA EDUCATIVA DO MEL PARA ALÉM DA COLMEIA	118
4.1 As ações educativas e sociopolíticas do Movimento do Espírito Lilás	121
4.2 Do carnaval ao Drag MEL: arte, prevenção <i>versus</i> educação	145
4.3 A Colmeia: o jornal como estratégia de comunicação do MEL	154
5 O ZUMBIDO DAS ABELHAS DO MEL: A MILITÂNCIA ROMPENDO A COLMEIA	175
5.1 Construção compartilhada de saberes entre a universidade e o MEL	176
5.2 Da colmeia às ruas: reflexões do engajamento e participação política da militância	192
5.3 Da utopia às políticas públicas para LGBT na Paraíba	207
CONSIDERAÇÕES FINAIS	225
REFERÊNCIAS	233
APÊNDICES	256
APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	256
APÊNDICE B – Roteiro da Entrevista Semiestruturada	257
ANEXOS	259
ANEXO A – Parecer com aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da UFPB	259

ANEXO B – Ata de fundação do Movimento do Espírito Lilás – MEL	262
ANEXO C – Projeto Pipoca e Refrigerante no Boletim Informativo A Colmeia	263
ANEXO D – Matéria no Jornal O Norte, publicado em 11 de março de 2003	264
ANEXO E – Cartazes de atividades e projetos do MEL	265
ANEXO F – Cartazes educativos produzidos pelo MEL	266
ANEXO G – Panfletos de atividades culturais promovidas pelo MEL	267
ANEXO H – Desenhos de Shiko sobre o conto “Sargento Garcia” no jornal A Colmeia	268
ANEXO I – Desenhos de Shiko sobre os “Skinheads” no jornal A Colmeia.....	269
ANEXO J – Capas do Boletim informativo A Colmeia (2002-2005)	270
ANEXO K – Capa da edição do Jornal Colmeia (2011-2013)	275
ANEXO L – Capa da edição do Tabloide A Colmeia	276
ANEXO M – Cartazes das primeiras Paradas da Diversidade Sexual da Paraíba	277
ANEXO N – Folder Institucional do MEL (2002)	278
ANEXO O - Logomarcas do MEL	279

INTRODUÇÃO: (RE) CONSTITUINDO UMA TRAJETÓRIA

*Luciano Bezerra, Presente!
Luciano Bezerra, Presente!
Hoje e sempre.*

De maneira inevitável, esta tese é iniciada com um relato de uma fatalidade que ocorreu no dia 24 de dezembro de 2017, na véspera das festividades natalinas daquele ano, tendo em vista que este fato está correlacionado ao tema de estudo desse trabalho. Naquele fatídico dia em que estava me preparando para confraternizar em família, recebi, por volta das 17 horas, uma ligação que mudaria todo o ritual daquele momento: ao invés de celebrar a vida, fui informado que o ativista Luciano Bezerra Vieira, um dos fundadores do objeto de estudo dessa pesquisa, o Movimento do Espírito Lilás (MEL), tinha desencarnado, vítima de infarto fulminante na noite anterior. Esse incidente surpreendeu e comoveu toda a militância do movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT)¹ da Paraíba, já que perdíamos a maior referência de liderança homossexual do Estado.

O velório e o sepultamento foram marcados por diversas demonstrações de amizade, respeito e amor por Luciano Bezerra, um educador popular forjado nas lutas sociais que carinhosamente era chamado pela militância de “Abelha Rainha”, por ter liderado e presidido o MEL (dedicando-lhe boa parte de sua vida), cuja trajetória será detalhada ao término do primeiro capítulo deste trabalho. O educador Luciano Bezerra contribuiu diretamente para a formação cidadã e social de dezenas de militantes que ora atuam ou atuaram no movimento LGBT, tanto em João Pessoa, como em outros municípios do Estado, como, por exemplo, Itabaiana, Campina Grande, Guarabira, Cajazeiras, Catolé do Rocha, Conde, Cabedelo, entre outros.

¹ O movimento social durante a I Conferência Nacional GLBT (grafia da época), realizada de 05 a 08 de junho de 2008, em Brasília/DF, alterou e adotou o uso da sigla LGBT com a finalidade de “identificar a ação conjunta de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, no Brasil (ABGLT, 2010, p. 15). Na atualidade, existem diversos acrêscimos e sufixos que foram sendo incorporados à sigla LGBT, visando contemplar as múltiplas orientações sexuais, identidades e expressões de gênero que emergiram na luta social. Contudo, neste estudo, utilizaremos a sigla LGBT, em sua grafia original no texto, já que é constantemente verbalizada pelos sujeitos sociais e na análise documental que estudamos no decorrer do recorte temporal da pesquisa sobre o Movimento do Espírito Lilás (MEL) no Estado da Paraíba. Todavia, no terceiro capítulo deste trabalho, apresentaremos a sigla com as derivações atuais, fazendo o acrêscimo do símbolo + para abranger a diversidade hoje existente no movimento LGBTI+ em âmbito nacional (REIS, 2018a, p. 7). Vale salientar que as “mudanças” e a história das siglas vinculadas ao movimento LGBT foram inicialmente discutidas e pesquisadas por Regina Facchini (2005), no livro “Sopa de Letrinhas? movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90”, cuja obra se tornou referência para os estudos da homocultura.

Das inúmeras manifestações ocorridas no funeral naquele dia, uma que me chamou a atenção foi protagonizada silenciosamente por Geovana Laverna, mulher transexual e ativista do movimento trans, que chorava abundantemente ao lado do caixão e, ao notar os seus olhos cheios de lágrimas, passou a secar o rosto com os seus longos cabelos pretos cacheados. A cena se repetiu sequencialmente e emocionou a todos que estavam presentes. Após alguns minutos, ela não se conteve e foi para a varanda do cemitério. Ao vê-la profundamente emocionada, fui ao seu encontro, levando-lhe um copo com água, e testemunhei um dos mais lindos depoimentos que escutei naquele dia. Ela me disse “que tinha perdido a sua maior referência como pessoa, porque o Luciano tinha lhe mostrado que ela poderia ser alguém na vida, que ele lhe abriu portas, ensinando tudo que ela sabe sobre a militância, lhe dando novas oportunidades e a convidando para participar das oficinas do MEL, aonde conheceu outras pessoas e aprendeu a conviver com as diferenças”. Após conhecer o MEL, Geo, como ficou conhecida no movimento social, afirmou ainda que passou a atuar no movimento LGBT e, assim, participou ativamente junto com Fernanda Benvenutty, Lumara Villar e outras ativistas da fundação da Associação das Travestis da Paraíba ASTRAPA (BENVENUTTY, 2008).

O depoimento de Geovana Laverna proporciona uma ruptura no tom fúnebre do preâmbulo desse texto que não tem a intencionalidade de entristecer quem estiver lendo, mas homenagear Luciano Bezerra e, sobretudo, mostrar que a sua partida, em 2017, foi um dos acontecimentos históricos dos últimos anos que estão entrelaçados com o estudo em tela, além de enfatizar a sua prática educativa enquanto dirigente do MEL. Atualmente, a militante Geovana Laverna está fazendo o Curso Técnico de Enfermagem e trabalha como assistente de direitos humanos, desde a sua inauguração do Espaço LGBT – Centro Estadual de Referência de Direitos LGBT e Enfrentamento a Homofobia do Estado da Paraíba, inaugurado em 2011 pelo Governo do Estado, a partir das reivindicações e ações propositivas do movimento LGBT ao poder público local.

Esse estudo se insere de forma explícita na temática da história e memória do movimento LGBT. Assim, apartamos que, no ano de 2018, foram celebrados no Brasil os 40 anos do desta luta social, que teve sua “saída do gueto” a partir do processo de redemocratização do país, especificamente no ano de 1978, com a criação do “Somos – Grupo de Afirmação Homossexual”, considerado o agrupamento pioneiro na articulação do então Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) e no lançamento do Jornal “Lampião da Esquina”, tido como a primeira publicação voltada para a politização dos homossexuais (FACCHINI, 2005; GREEN et al., 2018).

Na sequência, o ano de 2019 foi marcado pelas comemorações dos 50 anos da *Revolta de Stonewall*, episódio de repressão e violência policial que ocorreu no bar *The Stonewall Inn*, em Nova York, nos Estados Unidos, em 28 de junho de 1969, considerado o marco do movimento de liberação gay e o momento em que o ativismo pelos direitos LGBT ganhou as ruas e visibilidade em todo o mundo². Esses dois episódios serão aprofundados no terceiro capítulo deste trabalho, em virtude de sua relevância para o movimento, em nível internacional, nacional e local (COLLING, 2011).

Os fatos históricos elencados acima suscitaram o uso da expressão “para além da colmeia³”, fazendo uma alusão ao Movimento do Espírito Lilás, o MEL, já que entendemos que é preciso reconstituir a história e a memória do movimento homossexual para que toda a sociedade tenha conhecimento de suas ações educativas e sociopolíticas. O movimento em defesa dos direitos dos homossexuais só surge na Paraíba como movimento institucionalizado e organizado na década de 1990. A fundação da entidade é datada de 06 de março de 1992, em João Pessoa, com o “objetivo de ser um movimento de emancipação homossexual” e, assim, promover e defender a cidadania e os direitos das pessoas homossexuais, a partir do enfrentamento à homofobia (OLIVEIRA, 2018, p. 41).

O MEL é tido até os dias atuais como a principal organização de promoção e defesa dos direitos da população LGBT no Estado. Contudo, tivemos ainda, na década de 1980, dois agrupamentos precursores na politização da homossexualidade, que foram os grupos “Nós Também” e o “Beira da Esquina”, os quais serão descritos no decorrer deste trabalho.

Os anos de 1990 ainda foram marcados pelo combate à epidemia da “Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS)”, que tinha acometido os homossexuais nos anos 1980. Desse modo, foram estabelecidas parcerias entre a sociedade civil e o Estado para a prevenção junto ao segmento LGBT. Na década de 1990, eu morava em Cabedelo, cidade portuária da região metropolitana de João Pessoa, e, ainda jovem, conheci os gays da cidade, no período em que participava das encenações da “Paixão de Cristo” na Fortaleza de Santa Catarina⁴, e a

² Em 2019, a 18ª edição da Parada LGBT+ de João Pessoa teve como tema “Memória, Verdade e Justiça: 50 anos de *Stonewall*” e foi incluída no Calendário Turístico e Cultural do Estado da Paraíba por meio da Lei nº 11.584/2019, de 12 de dezembro de 2019 de autoria da Deputada Estadual Estela Bezerra. Disponível em: http://sapl.al.pb.leg.br/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/13520_texto_integral. Acesso em 19 jan. 2020.

³ De acordo com Ferreira (2001, p. 173), colmeia significa “cortiço ou outra instalação de abelhas”, como a sigla do Movimento do Espírito Lilás tornou-se MEL, expressão semelhante à palavra Mel, produto da apicultura produzido pelas abelhas. Desse modo, ao passar dos anos, a militância do MEL foi incorporando as expressões “abelhinhas”, “abelha rainha” e “colmeia” no cotidiano no movimento, já que fazem uma analogia explícita à sigla MEL, tornando, assim, marcas da entidade.

⁴ Espetáculo teatral promovido pelo Grupo de Teatro Amador Alfredo Barbosa (GTAAB) na cidade de Cabedelo há mais de 40 anos. Desde 1991, passou a ser encenado na Fortaleza de Santa Catarina quando a Associação

prevenção à Aids era um assunto recorrente entre a juventude. Com isso, no ano de 1996, aos 19 anos, recebi o convite de Suy Santos, cabeleireiro da cidade, para participar de um “Curso de Jovens Multiplicadores em Prevenção às Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST)⁵ e a AIDS”, ministrado pela Secretaria de Estado da Saúde e realizado nas dependências do Sesi. No ano anterior, ele já tinha participado, no Rio de Janeiro, do “III Encontro Nacional de Travestis e Liberados que atuam na Prevenção da AIDS (ENTLAIDS⁶)” e tornou-se uma referência na cidade para identificar jovens dentro do perfil do público prioritário para essas ações.

No decorrer do curso, que durou cerca de uma semana, conheci Luciano Bezerra Vieira, José Valmir Ferreira (Ferreirinha) e outros integrantes do MEL que estavam envolvidos nas ações de prevenção para jovens homossexuais, com ampla distribuição de preservativos e informativos. Posteriormente, junto com Suy Santos e Roosevelt Costa (*in memoriam*), que também era de Cabedelo, passei a participar das atividades promovidas pelo MEL e, a partir de 1998, comecei a atuar efetivamente na entidade como associado, participando, desde então, de processos educativos sobre as IST/AIDS, saúde, homofobia, direitos humanos, segurança, entre outros temas, que contribuíram para minha formação social. Cheguei a ser membro da diretoria executiva por duas gestões, aproximando-me de outras lutas identitárias e movimentos sociais que me fizeram atuar na defesa dos sujeitos que, assim como eu, tiveram seus direitos negados dentro da sociedade, em virtude de sua orientação sexual.

O ponto de partida que justifica esse estudo é iniciado a partir das minhas vivências em mais de 20 anos de militância no movimento LGBT da Paraíba, especialmente no Movimento do Espírito Lilás (MEL), que me possibilitou atuar no movimento social, na gestão pública e na universidade, fazendo, assim, outra vertente de militância nesses espaços institucionais.

A experiência do MEL no início dos anos 2000, a urgência em expandir o movimento LGBT no Estado da Paraíba, além da pauta emergente das políticas de prevenção à Aids nos impulsionaram a fundar, na cidade de Cabedelo, juntamente com outras pessoas LGBTs do

Artístico-Cultural de Cabedelo (AACC) passou a preservar e cuidar daquele monumento histórico (CANANÉA, 2015).

⁵ Nesse período, utilizava-se a nomenclatura “Doenças Sexualmente Transmissíveis”, cuja sigla era DST. Contudo, no ano de 2016, o Governo Brasileiro, por meio do Ministério da Saúde, publicou o Decreto nº 8.901/2016, com a sua nova estrutura regimental em que passou a utilizar termo o “Infecções Sexualmente Transmissíveis” – IST, já que passou a ser utilizado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), tendo em vista que as infecções são assintomáticas, diferentemente das doenças que apresentam sintomas e sinais visíveis no organismo do indivíduo. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/noticias/departamento-passa-utilizar-nomenclatura-ist-no-lugar-de-dst> Acesso em: 19 jan. 2020.

⁶ A primeira edição do ENTLAIDS aconteceu em 1993 e potencializou o (re) surgimento do Movimento de Travestis e Transexuais no Brasil. Disponível em: <http://www.fonatrans.com/p/historico-do-movimento-de-travestis-no.html> Acesso em: 19 jan. 2020.

município, o Movimento Homossexual de Cabedelo (MHOCA), tendo sido o primeiro presidente. O MHOCA, institucionalmente, funcionou de modo breve entre os anos de 2004 e 2005⁷, embora o segmento LGBT, enquanto movimento social e cultural, tenha sempre estado, na cidade, à frente de concursos de beleza, de transformistas e de shows de drag queens e caricatas, a exemplo da saudosa “Dandaia”, personagem do inesquecível ator transformista Hildo Oliveira (*in memoriam*).

Em 2005, saí da presidência do MHOCA e migrei definitivamente para a capital do Estado, quando, por indicação do MEL, passei a atuar na gestão pública, assessorando e elaborando ações e políticas públicas voltadas para a população LGBT. Inicialmente, como assessor e diretor, atuei na Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES) da Prefeitura Municipal de João Pessoa (2005-2009), onde criamos um Grupo de Trabalho sobre Diversidade Sexual que, posteriormente, converteu-se na Assessoria de Políticas Públicas para a Diversidade Humana⁸, a qual se transformou na atual Coordenadoria Municipal de Promoção à Cidadania LGBT e Igualdade Racial⁹.

De 2009 a 2010, trabalhei na Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano (SEDH-PB) do Governo da Paraíba, na qual “implantamos de forma pioneira uma normativa¹⁰ que estabelecia o uso do nome social para as travestis e transexuais no âmbito daquele órgão público”. Ainda na SEDH-PB, elaboramos e aprovamos, junto ao Governo Federal, na então Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, o projeto que originou o atual Espaço LGBT de João Pessoa – Centro Estadual de Referência de Direitos LGBT e

⁷ A primeira diretoria executiva do MHOCA foi eleita em 09 de setembro de 2004, sendo composta por Cleudo Gomes como presidente; Kika Falcão como vice; Domilson Costa e Agnaldo Silva como 1º e 2º secretários, respectivamente; Marcos Dias e Diego Córdero como 1º e 2º tesoureiros. Genilson França, o saudoso Tetê Cabeleireiro (*in memoriam*), Fábio Alves (Xaxu) e Patrícia Silva compunham o conselho fiscal da primeira ONG LGBT de Cabedelo.

⁸ Criada pelo Decreto nº 5.509/2005, de 09 de novembro de 2005, publicado no Semanário Oficial nº 982, de 05 a 11 de novembro de 2012. Essa assessoria era vinculada à estrutura administrativa da Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES), criada na gestão do ex-prefeito Ricardo Coutinho, do Partido Socialista Brasileiro, PSB (2005-2010). Disponível em: http://www.joaopessoa.pb.gov.br/portal/wp-content/uploads/2015/01/2005_982_extra.pdf. Acesso em: 19 jan. 2020.

⁹ Foi criada na continuidade da gestão do PSB, em que o ex-prefeito Luciano Agra (*in memoriam*) assumiu a Prefeitura Municipal de João Pessoa (2010-2013). Dessa forma, foi criada a coordenadoria, por meio da Lei nº 12.400/2012, de 05 de julho de 2012, a partir da proposição da vereadora Sandra Marrocos (PSB) e publicada no Semanário Oficial nº 1330, de 08 a 14 de julho de 2012. Disponível em: http://www.joaopessoa.pb.gov.br/portal/wp-content/uploads/2012/07/2012_1330.pdf. Acesso em: 19 jan. 2020.

¹⁰ Portaria nº 041/2009, instituída em 11/09/2009, na gestão do ex-governador José Maranhão (2009-2011), do Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Essa portaria foi revogada pelo Decreto nº 32.159/2011, de 25/05/2011, na gestão do então governador Ricardo Coutinho (PSB), ampliando o uso do nome social para toda a gestão pública estadual. Em 2017, foi sancionada a Lei nº 10.908, de 08/06/2017, de autoria da Deputada Estadual Estela Bezerra (PSB), a qual instituiu o tratamento nominal e a inclusão e uso do nome social de travestis e transexuais no âmbito da administração pública estadual. Disponível em: http://sapl.al.pb.leg.br/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/12575_texto_integral. Acesso em 19/01/2020.

Enfrentamento à Homofobia do Estado da Paraíba, inaugurado no governo posterior (GOMES, 2016, p. 21).

Em 2007, ingressei no Curso de Licenciatura em Pedagogia, na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Minha trajetória acadêmica tem sido marcada por projetos de extensão e pesquisa, voltados para as questões de gênero, diversidade sexual e políticas públicas para LGBT. Com isso, tornei-me membro do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos (NCDH) da UFPB ainda durante a graduação, quando me aproximei das discussões sobre sexualidades e homofobia na escola, participando de ações de extensão, tais como o Projeto Escola que Protege” (2008; 2009) e o Projeto Relações de Gênero e Sexualidade na Educação de Jovens e Adultos (EJA) Municipal: subsídios para uma formação continuada (2011), voltados para profissionais da educação básica, vinculados à rede pública de ensino. Esses projetos de extensão subsidiaram a elaboração do meu trabalho de conclusão de curso, analisando a homofobia contra um docente no ambiente escolar (GOMES, 2013).

Na sequência no Curso de Mestrado em Educação (2014), no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UFPB, busquei analisar as ações implementadas pelo Programa Brasil sem Homofobia (BSH)¹¹ no âmbito do município de João Pessoa/PB, a partir da sua transversalidade com as políticas públicas e das interfaces com o movimento LGBT. O MEL foi umas das entidades que participaram da elaboração do BSH em nível nacional. De acordo com as análises, foi possível identificar que as ações deste programa na capital paraibana foram executadas pela sociedade civil, pelas instituições de ensino e o governo municipal, por meio do financiamento de projetos, contando com a participação de ativistas do MEL e de outras entidades (GOMES, 2016).

Após dois anos ao retornar ao PPGE da UFPB para o Curso de Doutorado em Educação (2018), na linha de Políticas Educacionais, havia como proposta inicial de tese a temática da homofobia na escola, em que pretendia analisar as ações e políticas educacionais de enfrentamento à homofobia à luz da Educação em Direitos Humanos (EDH). Contudo, esse tema já tinha sido objeto de investigação em meus estudos anteriores. Desse modo, em meados do curso, juntamente com minha orientadora, migramos para a linha de pesquisa em Educação

¹¹ O Programa Brasil sem Homofobia (BSH): Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT e Promoção da Cidadania Homossexual foi uma ação pioneira conquistada durante o Governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) voltada à população LGBT, que desencadeou na elaboração e implementação de políticas públicas para o segmento em diversos ministérios e contou com a participação do movimento social em sua elaboração. Esse programa foi extinto, em 2009, com a publicação do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, resultante da I Conferência GLBT, e reformulado em 2011 (GOMES, 2016).

Popular, sendo este o momento oportuno para consensualmente reformularmos o projeto de tese, focando a EDH realizada pelo MEL.

Dessa maneira, resgato que o ponto inicial das minhas vivências como militante foi exatamente no Movimento do Espírito Lilás, surgido na década de 1990, período em que as lutas sociais identitárias emergiram no Brasil (GOHN, 2007). O MEL está prestes a completar três décadas na promoção e na defesa da população LGBT no Estado da Paraíba, promovendo, desde o seu início, ações educativas na prevenção à AIDS¹² e no enfrentamento à homofobia e à transfobia, além de se diferenciar das demais entidades, porque assumiu outras bandeiras, como a luta pela moradia, a inserção nos direitos humanos, a formação social e política de sua militância, por meio da educação popular no âmbito dos direitos humanos e visando a eles. De acordo com Vieira (2015, p. 5), a partir de 1995, o MEL “começa a realizar encontros estaduais, seminários, semanas da consciência LGBT em que buscava a participação de representantes de diversos municípios”.

Tendo em vista a relevância da história e da memória do MEL, entidade pioneira na propositura de políticas públicas para LGBT em âmbito local e estadual, ele foi escolhido como locus de estudo em nosso processo de doutoramento, já que o movimento é um sujeito político singular, espaço social em que vivenciei minha trajetória de vida, ora como militante, ora como profissional. Segundo Barros (2007, p. 25), a escolha do tema “[...] mostra-se diretamente interferindo por alguns fatores combinados: o interesse do pesquisador, a relevância atribuída pelo próprio autor ao tema cogitado, a viabilidade da investigação, a originalidade envolvida”.

Diante do exposto, construímos um novo argumento de tese, definindo, assim, como como pergunta central da pesquisa: como a educação em e para os Direitos Humanos tem contribuído, na trajetória do Movimento do Espírito Lilás (MEL) para a auto-organização, o enfrentamento da homofobia, o reconhecimento como sujeitos de direitos e a efetivação do acesso às políticas públicas?

Contudo, levantamos como **hipótese** que a Educação em Direitos Humanos numa perspectiva crítica faz parte do processo de auto-organização e formação dos ativistas que constituíram o MEL como sujeito social, a partir de ações de educação voltadas para a emancipação dos sujeitos, articuladas com as lutas por reconhecimento e direitos da população LGBT. Desse modo, a **tese** que se inscreve é que as ações educativas do MEL voltadas para a Educação em e para os Direitos Humanos com a população LGBT, quando associadas à

¹² Na década de 1990, o Estado brasileiro intensificou ações de formação para jovens homossexuais para a prevenção à Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) com ampla distribuição de preservativos e informativos para a população LGBT.

constituição e à formação do sujeito político, contribuem para enfrentar a homofobia e a construção de uma cultura de respeito à diversidade sexual.

Dessa forma, levantamos questões de pesquisa relacionadas à **memória institucional do MEL** (auto-organização, institucionalização, identidade social, gestão e dinâmica interna), a **Educação em e para os Direitos Humanos** voltada para formação e a emancipação dos sujeitos (reconhecimento da diversidade sexual e dos direitos humanos) e a **proteção e defesa dos direitos humanos** (resoluções, normas e leis, planos e projetos, instâncias de políticas públicas para LGBT).

Nosso intuito é analisar como acontece a Educação em e para os Direitos Humanos ao longo da trajetória do MEL. Portanto, interessa-nos perguntar: a) A Educação em Direitos Humanos tem contribuído para a constituição do MEL como sujeito político ao longo de sua trajetória? b) Como a Educação em Direitos Humanos tem contribuído para o processo de reconhecimento da cidadania LGBT? c) Quais as ações, conteúdos e metodologias realizadas nos processos formativos do MEL para o segmento LGBT? d) A Educação em Direitos Humanos promovida pelo MEL tem contribuído para o enfrentamento à homofobia?

Para responder a essas perguntas, delimitamos como **objetivo geral**: analisar as ações educativas e sociopolíticas do Movimento do Espírito Lilás (MEL) à luz da Educação em e para os Direitos Humanos (1992-2020), e em que medida têm contribuído para a emancipação e a conquista da cidadania LGBT. Com vistas ao alcance de tal objetivo, propôs-se, especificamente: 1) Delinear o percurso histórico e a memória institucional do MEL enquanto coletivo, suas ações de conquista do reconhecimento social e defesa da população LGBT; 2) Identificar as ações, conteúdos e metodologias com foco na Educação em e para os Direitos Humanos do MEL; 3) Investigar as contribuições do MEL como um espaço educativo e de luta do movimento social.

Ficou definido o recorte temporal no período de 1992 a 2020, sendo o ano inicial marcado pela fundação do MEL e o final pelo momento em que a entidade completará 28 anos de existência. A escolha dessa temporalidade deu-se por acreditarmos que, nessa fase, encontraríamos maiores contribuições dos fundadores, militantes, educadores (as), apoiadores (as), colaboradores (as), gestores (as) públicos (as), parlamentares, entre outros (as) que, ao longo dos anos, estão acompanhando a trajetória do MEL: desde o processo de formação de multiplicadores em prevenção às Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), no decorrer da epidemia da AIDS; posteriormente, as formações de Educação em Direitos Humanos, a interiorização do movimento LGBT e a participação nas conferências de políticas públicas, a ascensão do campo democrático aos espaços de governo.

Destarte, apresentamos, nessa **introdução**, como se deu a minha trajetória militante, acadêmica e profissional entrelaçada com o tema, as questões e os objetivos da pesquisa. O estudo está estruturado em cinco capítulos, em que o **primeiro capítulo** apresenta os pressupostos teórico-metodológicos adotados, em que situamos as categorias e conceitos com os quais dialogamos nessa pesquisa, bem como apresentamos um estado do conhecimento quanto aos estudos já realizados anteriormente sobre o movimento LGBT e o MEL. Explicitamos, também, os procedimentos metodológicos adotados na investigação, evidenciando a pesquisa documental e a entrevista como técnicas utilizada na pesquisa.

O **segundo capítulo**, “Tirando os conceitos da colmeia: movimentos sociais, educação e memória”, tem como finalidade conceituar as categorias que dão amparo teórico ao estudo e que estão articuladas numa perspectiva crítica e dialógica com a memória dos movimentos sociais que aspiram à educação em e para os Direitos Humanos.

No **terceiro capítulo**, intitulado “O arco-íris como bandeira: rememorando a história do movimento LGBT, contextualizamos o processo histórico de luta social e resistência deste movimento social, traçando um panorama desde o seu surgimento em âmbito internacional e nacional até a sua fundação, organização e interiorização no Estado da Paraíba.

Já o **quarto capítulo** ficou definido como “A prática educativa do MEL para além da colmeia”, em que identificamos os dados encontrados no campo do estudo, a partir das fontes documentais e orais, em que mapeamos e analisamos as ações educativas, conteúdos e metodologias utilizadas pelo MEL. Dessa maneira, delimitamos o capítulo em três tópicos: 1) As ações educativas e sociopolíticas do Movimento do Espírito Lilás; 2) Do carnaval ao Drag MEL: arte e prevenção *versus* educação; 3) A Colmeia: o jornal como estratégia de comunicação do MEL.

No **quinto capítulo**, intitulado “O Zumbido das abelhas do MEL: a militância rompendo a colmeia”, descrevemos as ações que foram desenvolvidas em parceria com a universidade, a partir do compartilhamento de saberes e conhecimento, além das vivências e ativismo da militância no engajamento e participação política tanto nas ruas, com a realização das paradas da diversidade sexual, como na reivindicação, elaboração e implementação de políticas públicas para a população LGBT que foram conquistadas pelo MEL ao longo dos anos.

Por fim, nas **considerações finais**, expomos uma síntese das conclusões aproximadas que nortearam a construção e o desenvolvimento de nossa tese, recapitulando as perspectivas e desafios da pesquisa. A seguir, será apresentado o percurso metodológico que norteou o presente estudo.

1 SITUANDO O PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

*Abram alas que ela vai passar,
a Unidos do Roger vai te exaltar,
Fernanda Benvenutty seu legado é imortal.
Hoje é o enredo do meu carnaval!
(Rafael Nunes; Nininho do Pandeiro)¹³*

Ao iniciar a elaboração deste capítulo, me veio a lembrança de uma frase de Umberto Eco (2007, p. 234) em sua célebre obra¹⁴, quando diz que, para escrever este tipo de trabalho acadêmico, os pesquisadores “devem viver a tese como um desafio”. Desse modo, o autor explicitamente faz alusão ao processo de escrita da pesquisa, em relação às oscilações e aos obstáculos que serão encontrados ao longo de sua incubação. O que, de fato, sempre ocorre, mas, ao deparar com o doutoramento, não cogitava que vivenciaria tantas tormentas.

A princípio, ressalto que a escrita deste texto foi permeada de dores, choros e perdas de amigos ativistas do movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) da Paraíba que foram essenciais e significativos em minha trajetória de vida acadêmica e de militância. E, como pesquisador, não tenho como me abster do contexto concreto sem correlacionar com o contexto teórico, já que a minha escrita, vivência e prática estão entrelaçadas, conforme menciona o educador Paulo Freire, quando afirma que “o sentido ou um dos sentidos principais que me motiva a tratar este tema é sublinhar a importância da *relação* em tudo o que fazemos e na própria experiência existencial nossa enquanto experiência social e histórica” (FREIRE, 2020, p. 103, grifos do autor).

Depois de refeito do luto e de um longo processo de bloqueios na escrita, recorro a uma estrofe do samba da Unidos do Roger que ora utilizo como epígrafe deste capítulo para homenagear a militante Fernanda Benvenutty, que, precocemente, partiu em pleno carnaval do ano de 2020¹⁵, mas que teve a sua história cantada e contada na escola de samba de seu coração.

Com o enredo “Abram alas que ela vai passar, Fernanda Benvenutty: um legado de luta

¹³ Trecho inicial do samba-enredo “Abram alas que ela vai passar Fernanda Benvenutty, um legado de luta e suor”, composto por Rafael Nunes e Nininho do Pandeiro para o Grêmio Recreativo Cultural Unidos do Roger, escola de samba que homenageou Fernanda Benvenutty, fundadora e presidente da agremiação. Com esse enredo, a Unidos do Roger desfilou em 23 de fevereiro de 2020, na Avenida Duarte da Silveira e se consagrou bicampeã do Carnaval Tradição de João Pessoa em 2020. Disponível em: <https://www.jornaldaparaiba.com.br/cultura/fernanda-benvenutty-vai-ser-homenageada-com-samba-enredo-no-carnaval-de-joao-pessoa.html> Acesso em: 14 set. 2020.

¹⁴ Como se faz uma tese em ciências humanas (ECO, 2007).

¹⁵ Fernanda Benvenutty faleceu aos 57 anos, no dia 02 de fevereiro de 2020, em decorrência de um câncer no estômago. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2020/02/02/fernanda-benvenutty-morre-aos-57-anos-em-joao-pessoa.ghml>. Acesso em 20 set. 2020.

e suor”, a Escola de Samba Unidos do Roger prestou um justo tributo a sua fundadora e presidente. Benvenutty atuava na cultura popular e na saúde¹⁶, mas tornou-se uma referência nacional na luta pelos direitos humanos da população LGBT, a partir da Associação das Travestis da Paraíba (ASTRAPA)¹⁷, que fundou em 19 de outubro de 2002, sendo posteriormente vice-presidente da Articulação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA (GOMES, 2016).

Tanto Fernanda Benvenutty como a ASTRAPA fazem parte da história do Movimento do Espírito Lilás (MEL), objeto desta pesquisa, já que a instituição fundada pela ativista surgiu nas atividades que eram promovidas na sede do MEL, quando o movimento atuava de forma mista, mas, “por uma necessidade vinda dos anseios da comunidade de travestis”, foi criada uma associação para fortalecer o segmento (BENVENUTTY, 2008, p. 161).

Antes de prolongar, é necessário salientar que este capítulo tem como finalidade apresentar os pressupostos teórico-metodológicos utilizados no estudo em tela. No primeiro tópico, descrevo o estado do conhecimento do que já foi produzido e identificado no decorrer da pesquisa sobre o movimento LGBT na área de educação. Em seguida, apresento os procedimentos metodológicos adotados na investigação. Por fim, delineia-se o perfil dos interlocutores da pesquisa.

A delimitação exposta do objetivo deste capítulo é fundamental para que, quem estiver lendo, possa compreender os “desafios” que foram percorridos durante sua elaboração, conforme já sinalizados por Eco (2007) no parágrafo introdutório. O processo de escrita acadêmica apresenta dificuldades além da fundamentação teórica que constituem as categorias, os dados e as análises da pesquisa, dentre outros, tendo em vista que o percurso da escrita é um emaranhado que envolve os referenciais teóricos, os conceitos abordados, os diálogos com os sujeitos da pesquisa, as reflexões do pesquisador, como também as suas angústias, alegrias, sentimentos e emoções que são inseparáveis da sua vida pessoal e na produção acadêmica.

¹⁶ Fernanda Benvenutty atuou por mais de 20 anos na saúde pública, foi técnica de enfermagem no Hospital Psiquiátrico Juliano Moreira. Além de parteira na Maternidade Cândida Vargas em João Pessoa/PB e no Hospital Regional de Goiana, em Pernambuco. Fernanda Benvenutty foi conselheira do Conselho Nacional de Saúde (CNS), no qual representava a Articulação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), entidade em que era vice-presidenta. Em 2013, no CNS, Benvenutty foi uma das principais protagonistas da campanha nacional de divulgação do uso do nome social nos cartões do Sistema Único de Saúde (SUS) com sua imagem em cartazes que foram distribuídos para as Unidades de Saúde da Família (USF) de todo o país. De 2015 a 2018 atuou no CNS como membro das Comissões Intersetoriais de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (CISTT) e de Saúde LGBT. Outras informações disponíveis em: <http://fernandabenvenutty.blogspot.com/>. Acesso em: 09 out. 2020.

¹⁷ Em 23 de setembro de 2020 a ASTRAPA passou a ser denominada de Associação de Pessoas Travestis, Transexuais e Transfeministas do Estado da Paraíba (ASPTTRANS-PB), conforme nota lançada pela ASTTTANS-PB em seu perfil no Instagram: @astttans_pb. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CffGNmJZdF/>. Acesso em: 09 out. 2020. (ASTTTANS-PB, 2020).

Dessa maneira, pontuo que, por coincidência, comecei a escrever este texto quando eclodiu a Pandemia Mundial do SARS-CoV-2 (causador da COVID-19¹⁸), um vírus “invisível” que abalou o planeta em 2020, alastrando-se rapidamente por vários continentes e países, inclusive, no Brasil¹⁹, onde estamos vivendo um “ano anormal” em nossas vidas, em que tivemos que reaprender a viver e conviver em sociedade. Um exemplo disso é que um simples aperto de mão ou dar um afetuoso abraço no próximo “agora é risco de vida”, como diria o saudoso Cazuza, na canção “Ideologia” (1988), apesar de o compositor estar fazendo alusão a outra patologia que acometeu a população LGBT²⁰ em meados dos anos de 1980, embora o coronavírus também tenha afetado esse segmento na atualidade, em especial, as travestis e transexuais em situação de vulnerabilidade social que contaram com a solidariedade do movimento social.

Em plena pandemia sanitária, a sociedade precisou se reinventar, e adotamos uma “máscara” para nos prevenir e, ao mesmo tempo, protegemos mutuamente. O “novo coronavírus”, como ficou conhecido o causador da COVID-19, foi crescendo e avançando em todos os recantos da terra, sendo a sua capilaridade maior do que qualquer outra doença viral, além de ser uma patologia que causou um forte impacto na saúde pública. Logo, os (as) gestores (as) públicos (as) no Brasil precisaram agir para conter a contaminação, apesar da negligência e do negacionismo do Presidente da República em não reconhecer a gravidade da pandemia.

Assim sendo, foi necessária uma medida drástica pelo país afora, tendo sido decretado o isolamento social da população, com muitos serviços fechados para evitar a transmissão comunitária do vírus (com exceção de alguns serviços essenciais) e, assim, salvar vidas, mas, infelizmente, uma parte da sociedade não compreendeu o agravamento da situação. Dessa

¹⁸ Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o surto da doença causada pelo novo coronavírus (COVID-19) constituía uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional. Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19>. Acesso em: 22 set. 2020.

¹⁹ Em 26 de fevereiro de 2020 foi confirmado o primeiro caso de COVID-19 no Brasil. Logo depois, no 17 de março ocorreu a primeira morte pela doença no país e no dia 20 do mesmo mês o Ministério da Saúde reconheceu a transmissão comunitária do novo coronavírus em todo o território nacional. Com isso, vários estados e municípios brasileiros adotaram medidas visando o distanciamento social e evitando aglomerações. Disponível em: <https://www.sanarmed.com/linha-do-tempo-do-coronavirus-no-brasil> Acesso em: 22 set. 2020.

²⁰ Cazuza fazia alusão a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS). De acordo com a análise da música feita por Carolina Marcello (2017), “a epidemia da Aids estava matando de forma impiedosa, principalmente dentro da comunidade LGBT. O artista, que descobriu estar com a doença, deu voz a todos os medos que assombravam a sua geração”. Disponível em: <https://www.culturagenial.com/musica-ideologia-de-cazuza/> Acesso em: 22 set. 2020.

maneira, os índices de mortalidade ainda são crescentes cotidianamente, dados que causam medo e pavor de uma possível infecção²¹.

De certa maneira, essa situação de calamidade pública que o Brasil vive atingiu a todos (as), independentemente de se ter contraído ou não o coronavírus, tendo em vista que o convívio comunitário foi alterado, as relações sociais, afetivas e profissionais foram afetadas. Numa visão de pesquisador, a pandemia trouxe consequências e modificou o nosso cotidiano, especificamente a nossa saúde mental, com constantes momentos de ansiedade e instabilidade emocional que afetaram a concentração e a habilidade de estudo e escrita, em virtude da COVID-19 e dos prazos do doutorado.

Mas fazer pesquisa é também saber ser resiliente e lidar com os desafios que o contexto social está nos impondo. Assim, Umberto Eco (2007, p. 234) complementa, afirmando que “o sujeito do desafio são vocês [...]”, por isso recomecei a conviver com essa nova realidade que ora a mídia equivocadamente intitulou de “novo normal”, em que o acesso aos espaços públicos deve ocorrer com restrições, e a troca de afetos, com prevenção, mas o que não podemos é perder a amorosidade mesmo que distantes. Com isso, a pandemia da COVID-19 modificou as etapas da pesquisa, de modo que as entrevistas de forma presencial só puderam ser realizadas em 2021, já que optamos por realizar pessoalmente, utilizando os protocolos sanitários adotados pelas autoridades sanitárias, tais como o uso de máscaras, álcool em gel e distanciamento protocolar.

Por fim, reafirmo que o exposto se julga necessário para descrever que o contexto concreto tem forte influência na construção teórica, conforme corrobora Freire (2020, p. 110), quando afirma que “a dialeticidade entre prática e teoria deve ser plenamente vivida nos contextos teóricos”. Daí, iniciamos a investigação, a partir do levantamento bibliográfico sobre as pesquisas na pós-graduação em educação sobre o movimento LGBT, conforme descrito no próximo item.

1.1 Estado do conhecimento: entrelaçando os estudos sobre o movimento LGBT

Neste tópico, apresento um estado do conhecimento da produção bibliográfica referente aos recentes estudos sobre o movimento LGBT, já que, de acordo com Morosini (2015, p. 102), trata-se da “identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a

²¹ Até a finalização deste texto, já tinham sido contabilizados mais de 656.425 mortos e aproximadamente 29.527.640 casos confirmados, conforme dados divulgados pelo Ministério da Saúde. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/> Acesso em: 17 mar. 2022.

produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica.” Com isso, intencionalmente, pretendo, nesse primeiro momento, fazer uma breve apresentação das categorias, dos referenciais teóricos e conceituais que abordaremos no decorrer do trabalho, entrelaçando com as pesquisas já desenvolvidas sobre o movimento LGBT.

De acordo com Gamboa (2019, p. 12), os levantamentos bibliográficos têm como finalidade “recuperar as trajetórias percorridas, identificando méritos e dificuldades, sinalizam estratégias de consolidação da pesquisa no seio dos programas e centros de pesquisa e pós-graduação”. Já no segundo capítulo, detalharemos o contexto epistemológico e teórico de maneira ampliada.

Dessa forma, aponto que, nessa proposta de tese, três categorias se entrelaçam – **Memória, Educação e Movimento Social**, sendo que o nosso foco específico é na “memória institucional” do Movimento do Espírito Lilás (MEL), na abordagem da “Educação em Direitos Humanos (EDH)” e no “Movimento LGBT”, respectivamente. As categorias supracitadas estão articuladas na medida em que pensar em educação é ponderar que a EDH pode contribuir para a informação e o conhecimento dos direitos, para a auto-organização coletiva dos sujeitos sociais, para a luta por acesso à cidadania e à inclusão de pessoas LGBT em todos os espaços da sociedade, visando ao enfrentamento a toda forma de preconceito, de intolerância e de discriminação.

A (re) construção histórica da memória institucional do MEL enquanto organização da sociedade civil presente na cena pública será realizada por meio de fragmentos pessoais de suas lideranças e educadores, o que contribuirá para elaborar a memória coletiva do movimento social, preocupação acentuada com a morte de lideranças importantes, como Luciano Vieira (2017) e, recentemente, de Fernanda Benvenutty em 2020, fundadora da Associação das Travestis da Paraíba (ASTRAPA) e que ganhou projeção nacional pela sua atuação no movimento LGBT. Segundo Benvenutty (2008, p. 161), a ASTRAPA foi “fruto da atuação do MEL”.

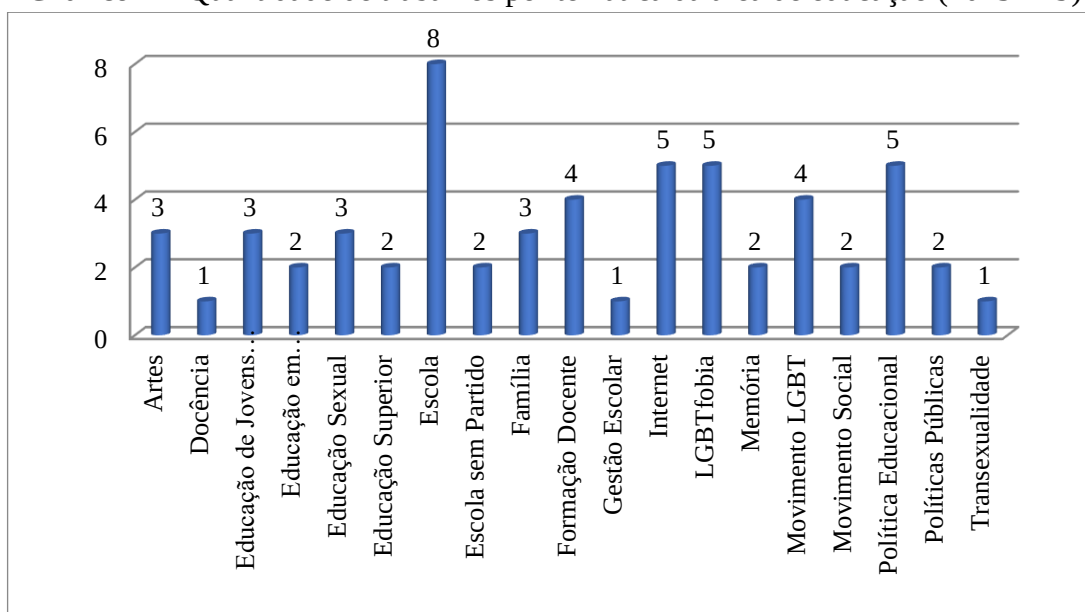
A Memória Institucional, a Educação em Direitos Humanos e o Movimento LGBT são categorias que constituíram esse trabalho. Inicialmente, realizamos uma revisão de literatura, por meio de autores (as) e pesquisadores (as) que anteriormente já se debruçaram a escrever sobre a história do movimento LGBT. Assim, a história é (re) escrita por meio de obras da própria militância que dão ênfase ao surgimento e à luta pelo reconhecimento, tais como: Facchini (2003; 2005), Green (2003; 2019), Green *et al* (2018), MacRae (2011), Okita (2007), Reis (2012), Simões; Facchini (2009), Trevisan (2018), entre outros autores e autoras.

Portanto, após delimitarmos as categorias desse estudo, buscamos localizar a produção acadêmica sobre o movimento LGBT no âmbito dos cursos de pós-graduação das universidades brasileiras, com a finalidade de conhecer o que tem sido produzido acerca do tema nas pesquisas científicas. Desse modo, optamos por consultar teses e dissertações disponíveis nas plataformas digitais: Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Como também por se tratar de um trabalho do campo da Educação que se vincula a um programa de Pós-Graduação na mesma área, realizamos um levantamento no *site* da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPEd) sobre trabalhos e pesquisas desenvolvidas com foco no movimento LGBT.

Iniciamos a verificação no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, buscando os trabalhos referentes aos últimos cinco anos, no caso de 2015 a 2019, e utilizamos o descritor “movimento LGBT” com o intuito de identificarmos trabalhos sobre esse tema. Porém, o localizador da plataforma disponibilizou uma quantidade elevada de estudos, já que busca pelas expressões “movimento” e “LGBT” de forma separada, mesmo quando estão conjugadas. Daí tivemos mais de 16.000 mil trabalhos, envolvendo pesquisas relacionadas aos diversos movimentos sociais e outras denominações vinculadas ao significado da palavra movimento.

Consequentemente, limitamos a um segundo descritor “LGBT”, inserindo nos filtros de busca os mesmos anos do recorte temporal previamente estabelecido (2015-2019). Dessa maneira, tivemos 494 trabalhos localizados, distribuídos entre as seis grandes áreas do conhecimento, a saber: 47 nas Ciências da Saúde; 02 nas Ciências Exatas e da Terra; 222 nas Ciências Humanas; 135 nas Ciências Sociais Aplicadas; 38 na Linguística, Letras e Artes e 50 na Multidisciplinar.

Notadamente, foi nas Ciências Humanas em que encontramos a maior quantidade de dissertações e teses que abordam a questão LGBT. A princípio, recorremos ao refinamento de busca da plataforma CAPES para identificarmos os trabalhos da área da educação, foco da nossa investigação. Com isso, localizamos 58 produções acadêmicas, sendo 47 dissertações e 11 teses. Após um levantamento detalhado, com as informações dos resumos e palavras-chave, relacionamos esses trabalhos em 19 categorias temáticas, demonstrando o quantitativo de cada uma no gráfico a seguir:

Gráfico 1 – Quantidade de trabalhos por temática da área de educação (2015-219)

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da CAPES

Com base no Gráfico 1, é possível perceber que a escola é ainda a temática com maior número de trabalhos na Pós-Graduação em Educação. Contudo, encontramos produções acadêmicas da área de Educação que abordam as categorias do nosso trabalho, sendo duas dissertações sobre a temática da Educação em Direitos Humanos (ANDRADE, 2019; MOREIRA, 2019). Apesar de não fazer correlação com o movimento LGBT, apontam o segmento como público da EDH. Identificamos também dois trabalhos sobre a categoria Memória, especificamente sobre as memórias escolares de jovens homossexuais (SILVA, 2015), em que destacamos a pesquisa de Mafra (2019), que descreve as “Memórias de escolarização de jovens militantes do Movimento LGBT em Belém/PA”.

Vale salientar que, sobre a categoria Movimento LGBT, temos quatro produções acadêmicas, em que o movimento social foi tema de investigação em distintas regiões do país. Desse modo, em ordem cronológica, temos a tese de Daniliauskas (2016), que pesquisou sobre a juventude LGBT em São Paulo/SP, a partir do engajamento político nas organizações juvenis. Outra pesquisa foi realizada em Pernambuco, em abordou a dimensão formativa do movimento lésbico na vida de suas militantes naquele Estado (CARVALHO, Anahi, 2017). Da região Norte, identificamos a pesquisa de Santos (2018), que escreveu acerca da luta e da resistência do Grupo LGBT de Igarapé-Miri/PA. No ano seguinte, foi a vez de Silva (2019) analisar a Parada do Orgulho LGBT do município de Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro, como um espaço de educação não formal.

Os trabalhos de Anahi Carvalho (2017) e Walmir Silva (2019) serão importantes referências para a elaboração de nossa pesquisa, já que descrevem experiências formativas do movimento LGBT. Vale ressaltar que, das 58 produções acadêmicas da área de educação postas no gráfico 1, apenas quatro foram sobre o movimento LGBT nos últimos cinco anos, o que demonstra um baixo quantitativo a respeito dessa temática na pós-graduação em educação das universidades brasileiras.

Em seguida, consultamos a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do IBICT, na qual procuramos diretamente pelo descritor “movimento LGBT”, já que essa biblioteca virtual dispõe, em sua página inicial, de outros campos de busca, tais como: título, autor e assunto. Com isso, localizamos 15 pesquisas acadêmicas na BDTD do IBICT e mais quatro dissertações oriundas do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, totalizando 19 trabalhos das mais diversas áreas de conhecimento, em que as palavras “movimento LGBT” constam juntas ou separadas, tanto nos títulos e/ou nas palavras-chave, conforme relacionamos no quadro abaixo, seguindo os anos de defesa e a temporalidade que pesquisamos (2015-2019):

Quadro 1 – Teses e Dissertações sobre o Movimento LGBT (2015-2019)

Nº	IES	TIPO	ÁREA	AUTOR	ANO	TÍTULO
1	UFPE	Dissertação	Ciências da Informação	NASCIMENTO, Francisco Arrais	2015	Memória da militância: a contribuição da organização do conhecimento para a reconstrução da memória do movimento LGBT da região do Cariri cearense
2	PUC-RS	Tese	Ciências Sociais	TREVISAN, Janine Bendorovicz	2015	A atuação política pentecostal em confronto com o movimento LGBT no Brasil redemocratizado
3	UFES	Dissertação	Ciências Sociais	TOSTA, André Luiz Zanão	2015	O jeitinho das capixabas: mobilização política e os dilemas da cidadania e visibilidade entre militantes trans do Espírito Santo
4	UNICAMP	Dissertação	Antropologia Social	ZANOLI, Vinicius Pedro Correia	2015	Fronteiras da política: relações e disputas no campo do movimento LGBT em Campinas (1995-2013)
5	UFRGS	Tese	Ciência Política	ALVES, Douglas Santos	2016	Movimento LGBT, Participação Política e Hegemonia
6	USP	Tese	Educação	DANILIAUSKA S, Marcelo	2016	Não se nasce militante, torna-se: processo de engajamento de jovens LGBT: panorama histórico na cidade de São Paulo e cenário atual em Paris
7	UFPE	Tese	Sociologia	FALCÃO, Luiza Assis	2016	Mídia e Movimento LGBT: um estudo do campo jornalístico a partir da cobertura da Parada da Diversidade de Pernambuco

8	UFG	Tese	Geografia	MOREIRA, Jorgeanny de Fátima Rodrigues	2016	Do movimento social à festa: as microterritorialidades festivas e efêmeras da parada LGBT em Goiânia, Goiás
9	UFJF	Dissertação	Ciências da Religião	SOUZA, Marselha Evangelista de	2016	Evangélicos e Movimento LGBT na esfera pública: a "Cura Gay" trazendo perspectivas
10	UNICAMP	Tese	Ciências Sociais	TOITIO, Rafael Dias	2016	Cores e contradições: a luta pela diversidade sexual e de gênero sob o neoliberalismo brasileiro
11	UFPE	Dissertação	Educação	CARVALHO, Anahi Bezerra de	2017	Experiências formativas e a constituição de subjetividade de militantes lésbicas em Pernambuco
12	UFMG	Dissertação	Direito	CARVALHO, Nathália de Brito	2017	Constitucionalismo democrático no Brasil? A luta dos movimentos sociais LGBT pela efetivação de direitos no Poder Judiciário
13	USP	Dissertação	Antropologia Social	FERREIRA, Lucas Bulgarelli	2017	Alerta Textão: estratégias de engajamento do movimento LGBT de São Paulo em espaços de interação on-line e off-line (2015-2016)
14	UERJ	Dissertação	Psicologia	MARTINHÃO, Viviane Suzano	2017	Análise do dispositivo identitário no processo de subjetivação do Movimento LGBT na busca por direitos e cidadania
15	UEPB	Dissertação	Sociologia	LARRATEA, Luís Felipe Gomes	2018	Vicissitudes identitárias: considerações sobre o movimento LGBT e a criação do movimento de bissexuais da Paraíba
16	UFRGS	Tese	Sociologia	PEREIRA, Matheus Mazzilli	2018	Um confronto político no presidencialismo de coalizão: os resultados do confronto entre o movimento LGBT e o movimento cristão pró-vida e pró-família (2003-2014)
17	UFPA	Dissertação	Educação	SANTOS, Elielma do Socorro Lobo dos	2018	Micropolíticas e educação para as relações de gênero: pistas cartográficas do Grupo LGBT de Igarapé-Miri/PA
18	UFPE	Dissertação	Design	SANTANA, Bruno Leonardo de Andrade	2019	Cultura material e o ativismo: o design gráfico como ferramenta de militância do grupo Nós Também
19	UERJ	Dissertação	Educação	SILVA, Walmir Rogério Archanjo da	2019	Parada do Orgulho LGBT de Duque de Caxias: traçados, percursos e perspectivas de um espaço educativo de luta por direitos

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados no banco de dados da CAPES e BDTD/IBICT

Como podemos ver no quadro acima, os trabalhos são de distintas áreas, sobressaindo-se a área das Ciências Sociais (06), seguida por Educação (04), mas destacamos também na relação a produção sobre o movimento LGBT, na Psicologia (01), na Antropologia (02), nas

Ciências da Informação (01), nas Ciências da Religião (01), na Ciência Política (01), no Direito (01), na Geografia (01) e no Design (01).

Cabe destacar que cerca de 50% das pesquisas levantadas foram realizadas nas instituições de ensino superior localizadas na região Sudeste, o que equivale a nove pesquisas (UFES, UNICAMP, USP, UFJF, UFMG e UERJ); seguidas de cinco desenvolvidas na região Nordeste (UFPE e UFPB); três da região Sul (PUC-RS e UFRGS); uma na região Centro-Oeste (UFG) e uma na região Norte (UFPA).

No que concerne às categorias do nosso trabalho, identificamos que todos os listados no Quadro 1 estão vinculados à categoria “movimento LGBT”. Já sobre “memória”, apontamos que a dissertação de Nascimento (2015), produzida na UFPE e intitulada “Memórias da militância: a contribuição da organização do conhecimento para a reconstrução da memória do movimento LGBT da região do Cariri cearense”, apresenta elementos conceituais e metodológicos que poderão subsidiar esse estudo, já que o pesquisador utilizou análise documental para a reconstituição da memória de duas instituições cearenses, o “Grupo de Apoio a Livre Orientação Sexual do Cariri” (GALOSC) e a “Associação de Defesa, Apoio e Cidadania dos Homossexuais do Crato” (ADACHO). No entanto, os trabalhos de Tosta (2015), Toitio (2016) e Martinhão (2017) denotam temáticas da categoria “Educação em Direitos Humanos”, tais como: diversidade e cidadania.

Dois trabalhos recentes do Quadro 1 nos chamam a atenção porque fazem alusão direta ao movimento LGBT paraibano: o primeiro foi realizado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em que Larratea (2018) pesquisou sobre a criação do Movimento de Bissexuais da Paraíba, o “MOVBI”, considerado a primeira Organização Não Governamental do país a abordar as questões específicas da bissexualidade. O outro trabalho foi efetivado no Programa de Pós-Graduação em Design (PPGDesign) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), no qual Santana (2019) resgatou e analisou as produções visuais e gráficas do Grupo “Nós Também”, tido como um dos pioneiros da história do então movimento homossexual de João Pessoa, Paraíba.

Curiosamente, ambos os trabalhos foram produzidos em universidades do Nordeste, o que demonstra o interesse da pós-graduação da região em pesquisar a respeito do movimento social. Outra peculiaridade é que a pesquisa de Santana (2019) descreve a história do “Nós Também”, o qual teve uma curta existência entre 1981 e 1984, um dos primórdios da trajetória do movimento. Já Larratea (2018) escreve sobre uma das mais novas organizações do segmento, criada em 2014, a partir de uma dissidência do MEL, instituição que pesquisamos. Portanto, os trabalhos de Santana (2019) e Larratea (2018) serão essenciais para que possamos

reconstituir a linha do tempo que antecede a fundação do MEL e os desdobramentos que ocorreram ao passar dos anos, embora já tenhamos trabalhos acadêmicos que apresentam a entidade e o movimento LGBT paraibano, entre os quais, destacamos os trabalhos de Vieira (2002), Gomes (2016), Oliveira (2017; 2018), Silva; Cardoso (2018) e Souza (2019).

Na sequência, com o propósito de arremate desse levantamento sobre o que tem sido produzido na pós-graduação sobre o movimento LGBT, visitamos o portal da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED)²², a qual reúne os programas de pós-graduação *stricto sensu* em Educação, além de docentes, estudantes e pesquisadores (as) da área de todo o país. Desde 2013, as suas reuniões científicas da ANPED passaram a ser realizadas a cada dois anos – anteriormente, eram anuais. Com isso, realizamos consultas ao *site* da ANPED e aos anais das últimas reuniões científicas da instituição, que ocorreram nos anos de 2015, 2017 e 2019, buscando identificar os trabalhos e pôsteres apresentados, além dos trabalhos encomendados nessas reuniões, especificamente no “GT 03 – Movimentos sociais, sujeitos e processos educativos”, já que esse grupo reúne os estudos sobre os movimentos sociais.

Em 2015, foi realizada a 37ª Reunião Nacional da ANPED na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Florianópolis/SC, com o tema “PNE: tensões e perspectivas para a educação pública brasileira”. Nessa edição, foram apresentados 43 trabalhos no GT 03. Dentre as temáticas apresentadas, destacaram-se a socioeducação, educação de jovens e adultos, educação do campo, mulheres e juventude, mas nenhum abordava a temática “LGBT”. Essa ausência nos chamou a atenção, e, por curiosidade, ampliamos a busca nos 24 GTs que compõem a ANPED e identificamos que somente dois grupos tiveram trabalhos relacionados à “sexualidade” nesse evento, sendo um no “GT 07 - Educação de Crianças de 0 a 06 anos” e seis no “GT 23 – Gênero, Sexualidade e Educação”, em que um trabalho discutiu a lesbofobia no âmbito do espaço escolar²³. Na ocasião, um trabalho encomendado discutiu a temática da diversidade sexual²⁴, fazendo referência ao termo “LGBT”.

A 38ª Reunião Nacional da ANPED aconteceu no ano de 2017, nas dependências da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) em São Luís/MA, com o tema “Democracia em

²² A ANPED foi fundada em 16 de março de 1978. Sua finalidade é o desenvolvimento da ciência, da educação e da cultura, dentro dos princípios da participação democrática, da liberdade e da justiça social. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sobre-anped> Acesso em: 09 mai. 2020.

²³ O trabalho LGBTfobia na Escola: o beijo entre garotas lésbicas, homossexuais ou bissexuais, de autoria de Cláudia Pereira Vianna e Maria Cristina Cavaleiro. Disponível em: <http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT23-3962.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2020

²⁴ O trabalho citado foi elaborado por Marcelo Tavares Natividade, intitulado Diversidade sexual e diversidade religiosa: desafios da abordagem na educação, a experiência de um projeto de extensão no Ceará.

risco: a pesquisa e a pós-graduação em contexto de resistência”. Novamente, a temática LGBT teve poucos trabalhos no evento: apenas no GT 23 é que dois trabalhos discutiram a temática da homossexualidade²⁵, mas não faziam alusão ao movimento LGBT.

Já em 2019, a 39ª Reunião Nacional da ANPEd ocorreu na Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói/RJ e teve como tema: “Educação Pública e Pesquisa: ataques, lutas e resistências”. Embora a temática do evento possibilitasse a discussão sobre os movimentos sociais e o enfrentamento as diversas formas de exclusão e discriminação, apenas um trabalho no GT 23 apontou para a violência homofóbica vivenciada por docentes assumidamente homossexuais na escola²⁶.

A escassez de trabalhos apresentados sobre o movimento LGBT na ANPEd também já tinha sido apontada em estudos anteriores. Segundo Vieira (2013, p. 41), a ANPEd tem um perfil que a associa aos “estudos pós-identitário”, no tocante às discussões de gênero e sexualidade, e, possivelmente, essa seja uma das razões pela insuficiência de trabalhos nas reuniões da associação, tendo em vista que “[...] são fortemente influenciados pela perspectiva pós-estruturalista e pós-identitária que vão de encontro com as reivindicações e os posicionamentos político-identitários dos movimentos sociais”. Enfim, essa pode ser uma das causas, mas observamos que a falta de trabalhos sobre o movimento LGBT na área da educação não ocorre apenas nos eventos acadêmicos da ANPEd, embora seja a instituição de referência para divulgação da produção científica da pós-graduação em educação no país.

Ressaltamos que já tínhamos apontado no levantamento feito nos bancos de dados da CAPES e da BDTD do IBICT poucos trabalhos nos cursos de pós-graduação em educação sobre o movimento LGBT. Por consequência disso, identificamos apenas três pesquisas no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UFPB, especificamente na linha de Políticas Educacionais, embora não façam menção ao movimento LGBT em seus títulos: os trabalhos de Mello Neto (2014), Gomes (2016) e Cavalcante (2017) acostam-se na trajetória do movimento LGBT.

Já na linha de Educação Popular do PPGE da UFPB, na qual este estudo será desenvolvido, em que o movimento social é um dos temas recorrentes e constantes nas

²⁵ Os “Impactos da ‘ideologia de gênero’ na geração de políticas educacionais para a população LGBT”, de autoria de Jasmine Moreira, e “As distâncias sociais entre escola e sujeitos homossexuais e sua interferência na percepção de homofobia”, de Felipe Bastos. Disponíveis em: http://38reuniao.anped.org.br/programacao/210?field_prog_gt_target_id_entityreference_filter=26 Acesso em: 21 abr. 2020.

²⁶ Maria Edilene Araújo Silva da Universidade Estadual do Ceará apresentou o trabalho: “A violência sofrida por professores (ras) homossexuais na escola: apontamentos contemporâneos”. Disponível em: http://39.reuniao.anped.org.br/category/trabalho/?grupo_trabalho=gt23-genero-sexualidade-e-educacao. Acesso em: 22 abr. 2020.

pesquisas da linha, localizamos apenas trabalhos sobre o movimento dos trabalhadores sem-terra, educação do campo, pastorais, movimento feminista, movimento estudantil e movimento negro. Contudo, o movimento LGBT ainda tem pouca evidência nas pesquisas da linha e do PPGE/UFPB.

Por fim, concluímos que esse levantamento nos mostrou a importância e a relevância não apenas acadêmica, mas, sobretudo, social e educacional de nossa pesquisa, já que as contribuições dos seus achados contribuirão para a história e a memória do movimento LGBT, tendo em vista certa inópia de pesquisas na Pós-Graduação em Educação sobre esse movimento social. Vale ainda salientar que, embora tenhamos identificado trabalhos acadêmicos que abordam o movimento LGBT, o presente estudo é pioneiro, tendo o MEL como objeto de estudo de uma tese de doutorado. Assim, acreditamos que este seja um momento propício para enveredar numa investigação dessa dimensão, em especial nos tempos de retrocessos e conservadorismos que vivemos em nosso país.

1.2 Articulando os pressupostos teóricos e metodológicos do estudo

A finalidade dessa seção é apresentar os procedimentos metodológicos e técnicas que embasam o presente estudo, entendendo que, para atingir tal objetivo, articulamos a abordagem epistemológica que constitui a estrutura da pesquisa em educação.

De acordo com Gamboa (2012, p. 55),

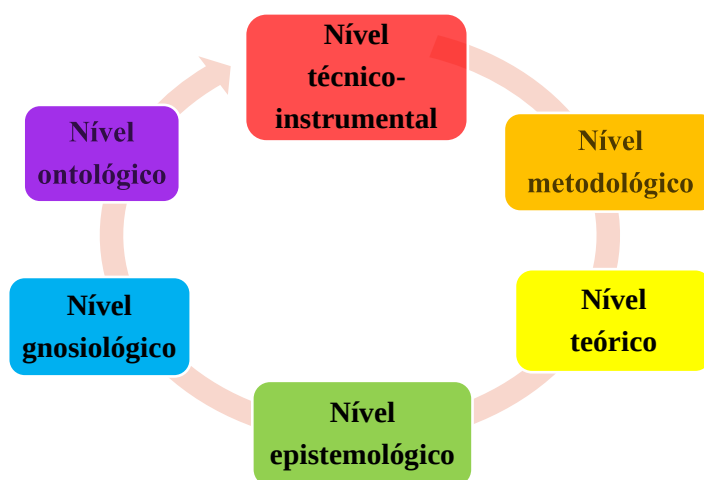
Quando nos referimos ao termo epistemologia da pesquisa educacional, significa que tomamos como objeto a produção do conhecimento gerado como pesquisa científica na área de educação e analisamos à luz das categorias filosóficas, utilizando para isso esquemas conceituais que propiciam o estudo das articulações entre os elementos constitutivos da investigação (técnicas, métodos, teorias, modelos de ciência e pressupostos filosóficos).

Com isso, entendo que o caminho metodológico que trilhamos na pesquisa não é apenas constituído de métodos, procedimentos e técnicas, pois envolve diversos aspectos que relacionam o pesquisador ao objeto de pesquisa, já que “[...] a produção do conhecimento se manifesta numa estrutura de pensamento que inclui conteúdos filosóficos, lógicos, epistemológicos, teóricos, metodológicos e técnicos” (GAMBOA, 2012, p. 58).

Neste sentido, para delinear o nosso percurso metodológico, buscaremos amparo na concepção de Gamboa (2012) sobre os **níveis de amplitude**, em que o autor estabelece seis pressupostos que apresentam fatores surgidos na pesquisa de forma explícita e até mesmo de

maneira implícita, numa espécie de círculo em movimento, cujos aspectos se convergem entre si, tais como: 1) técnico-instrumental; 2) metodológico; 3) teórico; 4) epistemológico; 5) gnosiológico²⁷; 6) ontológico²⁸.

Gráfico 2 – Níveis de Amplitude (Gamboa, 2012)



Fonte: Adaptado de Silva; Rodrigues (2019, p. 37)

Esses pressupostos são interdependentes e estão intrinsecamente articulados em nosso estudo quando inicialmente realizamos a pesquisa bibliográfica, fazendo o levantamento da produção acadêmica sobre o movimento LGBT nos cursos de pós-graduação em educação, sinalizando, assim, o primeiro nível, o **técnico instrumental**, em que consultamos os dados nas plataformas digitais, sistematizamos e apresentamos na seção anterior.

O estado do conhecimento foi uma escolha que dimensiona um outro nível de abrangência, o **metodológico**, no qual identificamos o que tem sido produzido em âmbito regional e nacional no tocante ao tema pesquisado, a partir de um recorte temporal em que os referenciais **teóricos** da própria luta social são evidenciados, apontando também que o terceiro nível está contido no estudo em tela.

Para Gamboa (2012, p. 58), essa “abordagem epistemológica poderá esclarecer as relações entre técnicas, métodos, paradigmas científicos, pressupostos gnosiológicos e

²⁷ Gnosiologia é a “teoria geral do conhecimento humano que reflete sobre a origem, natureza e limites do ato cognitivo” (HOUAISS, 2011, p. 477). Já para Gamboa (2012, p. 59), os pressupostos gnosiológicos são “[...] diversas formas de relacionar o sujeito e o objeto da pesquisa e que se refere aos critérios sobre a ‘construção do objeto’ no processo de conhecimento” (grifos do autor).

²⁸ Ontologia é a “parte da filosofia que estuda as propriedades mais gerais do ser”, já a expressão “ontológico” é “relativo a ou próprio da ontologia, a investigação teórica do ser” (HOUAISS, 2011, p. 683). Para Gamboa (1987, p. 66), os pressupostos ontológicos têm “[...] uma função metodológica integradora e totalizante que ajuda a elucidar os outros elementos do paradigma”.

ontológicos, todos presentes, mais ou menos explícitos, em qualquer pesquisa científica”. Os aspectos epistemológicos, gnosiológicos e ontológicos são os mais enfatizados pelo autor entre os níveis de amplitude da pesquisa.

Daí a nossa ênfase em relacionar as nossas vivências e experiências com o objeto de pesquisa, já que a minha trajetória de vida está profundamente vinculada ao movimento social, fazendo correlação com o nível **gnosiológico**, que corresponde “[...] ao entendimento que o pesquisador tem do real, do abstrato e do concreto no processo da pesquisa científica; o que implica diversas maneiras de abstrair, conceituar, classificar e formalizar”, além de demonstrar explicitamente a nossa visão de mundo e concepção de sociedade, tão nítido no nível **ontológico** (GAMBOA, 2012, p. 59).

O MEL é um movimento social que surge na década de 1990, enfrentando a opressão e o estigma imposto pela epidemia da AIDS aos homossexuais na década anterior, mas que se reinventa e viraram o jogo contra a epidemia, promovendo a prevenção nos jovens gays, realizando cursos de multiplicadores, oficinas pedagógicas e distribuição de preservativos, conforme já mencionamos no tópico introdutório desse trabalho.

O movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) passou por um momento de reorganização e reflorescimento das lutas sociais em todo o país, lutando por emancipação, inserção social e reconhecimento da sociedade, apesar, contraditoriamente, da crescente violência homofóbica e transfóbica existente até os dias atuais, com altos índices de mortalidade da população LGBT na Paraíba e nos demais Estados brasileiros (FACCHINI, 2005).

A concepção epistemológica de dialética, Richardson (2017, p. 35) afirma que:

A dialética está vinculada ao processo dialógico de debate entre posições contrárias, e baseada no uso de refutações ao argumento por redução ao absurdo ou falso. [...] A dialética obedece a princípios diferentes dos silogismos formais. Os argumentos da dialética dividem-se em três partes: a tese, a antítese e a síntese. A tese refere-se a um argumento que se expõe para ser impugnado ou questionado; a antítese é o argumento oposto à proposição apresentada na tese e a síntese é uma função das duas proposições anteriores que retém os aspectos verdadeiros de ambas as proposições, introduzindo um ponto de vista superior.

Dessa maneira, o argumento, previamente elaborado, da nossa tese vai ser descomposto no decorrer da pesquisa, em que será necessário o profícuo diálogo com os sujeitos que vivenciaram as ações educativas que o MEL promoveu, assinalando as experiências, as conquistas, as disputas, os desafios e as contradições existentes no cerne do movimento LGBT

local, no período de 1992 a 2020. Desse modo, a tese estará em movimento e análise, e consultaremos fontes bibliográficas e documentais para que possamos sintetizar o fenômeno e comprovar ou não a tese inicial.

A investigação sobre o nosso objeto de estudo parte das minhas vivências e experiências como militante que, no princípio, atuou no MEL como educando, tendo participado dos seus processos educativos ainda em meados dos anos de 1990, tornando-se dirigente na sequência e, na década de 2000, passou a ser educador popular do seu fazer social, educativo e político do próprio movimento. Esse acúmulo me possibilitou posteriormente a contribuir em outras vertentes de militância, tais como a gestão pública, elaborando políticas públicas para o segmento LGBT. Em seguida, na universidade, passamos a participar de ações de extensão e pesquisa sobre o fenômeno e outros temas correlatos. Assim, começamos a elaborar as primeiras sínteses desses saberes que resultaram em artigos científicos publicados em eventos acadêmicos e periódicos, além de uma dissertação de mestrado em educação (GOMES, 2016).

Todas essas vivências na luta social, não surgem meramente como um dado empírico, mas brotam da própria empiria que vivenciamos ao longo dos anos no ativismo pelos direitos humanos de LGBT e na produção do conhecimento, seja no MEL, na gestão pública ou na universidade. Tendo em vista a junção de todos esses elementos que mencionamos, esse estudo configura-se numa **pesquisa qualitativa** com base na abordagem dialética de caráter exploratório e descritivo, em que o nosso objeto de estudo é analisado, a partir das suas singularidades, contextos, contradições e percepções dos sujeitos envolvidos no estudo.

Richardson (2017, p. 67) afirma que:

A pesquisa qualitativa é um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano. O processo de pesquisa envolve as questões e os procedimentos que emergem, os dados tipicamente coletados no ambiente do participante, a análise dos dados indutivamente construída a partir das particularidades para os temas gerais e as interpretações feitas pelo pesquisador acerca do significado dos dados.

A abordagem qualitativa interpreta os fatos que fazem parte da dinâmica do problema estudado, considerando o contexto histórico, já que tem um plano aberto e processual, alinhado nesse estudo com a dialética e as práticas do MEL, lócus de nossa pesquisa, aonde partilhamos dos fatos históricos e das ações educativas que o movimento foi tecendo e desenvolvendo no decorrer de sua trajetória, a partir da metodologia da educação popular com foco na educação

no âmbito dos Direitos Humanos e visando a eles, construindo um “favo”²⁹ para que as “abelhas militantes” pudessem desfrutar dos saberes populares e científicos.

A participação do pesquisador entrelaçado com o objeto é uma característica da pesquisa qualitativa, conforme sinaliza Richardson (2017, p. 68) quando afirma que:

O pesquisador qualitativo reflete sistematicamente sobre o papel dele na investigação e a forma como sua biografia pessoal pode moldar o estudo. [...] O eu pessoal torna-se inseparável do eu pesquisador. [...] Em termos de procedimento, declarações de reflexão pessoal surgem na seção de “papel do pesquisador” ou estão incorporadas ao longo de toda a proposta ou do estudo (grifos do autor).

Essa reflexão sobre o nosso papel na pesquisa citada por Richardson (2017) é feita constantemente, primando pelo rigor técnico científico, mas sem anular em nenhum momento o “eu pessoal” ou o “eu militante”, o que, no nosso caso específico, assume também múltiplas identidades cotidianamente, seja como gay, ativista, extensionista, pedagogo, professor e educador popular que compõem o “eu pesquisador”. E, como diria Paulo Freire (2005, p. 29), “pesquise para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer ou anunciar a novidade”, sem neutralidade, porque, em toda pesquisa, há uma intencionalidade.

Ante o exposto, iniciamos a fase empírica do estudo, em que fizemos a **pesquisa bibliográfica**, a partir de fontes secundárias que já tinham sido publicadas sobre o movimento LGBT e o MEL. Para Marconi e Lakatos (2011, p. 57), “sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto”. Assim, identificamos poucos estudos sobre o movimento LGBT, os quais foram listados no tópico anterior.

Nessa fase preliminar, foi localizada apenas uma pesquisa que aborda especificamente o MEL, disponível somente em formato impresso na Biblioteca Setorial *Enzo Melegari*, do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos (NCDH) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), cuja equipe de pesquisadores (as) compoñho. A monografia intitulada “Movimento do Espírito Lilás – MEL: 10 anos de resistência contra a homofobia na Paraíba”, elaborada pelo ativista Luciano Vieira (*in memoriam*), durante o I Curso de Especialização em Direitos Humanos promovido pela UFPB (VIEIRA, 2002).

²⁹ Fazendo analogia à sigla do MEL e às expressões utilizadas pela militância. A palavra favo significa “alvéolo ou conjunto de alvéolos em que as abelhas depositam o mel” (HOUAISS, 2011, p. 429).

Apesar de o tema já ter sido discutido anteriormente, o recorte temporal que ora apresentamos é bem maior, já que faremos o percurso histórico dos 28 anos do MEL, no período de 1992 a 2020, em que o contexto social, a conjuntura política, as fontes, os sujeitos e a metodologia são diferentes do estudo anterior. A esse respeito, Barros (2007, p. 36) afirma que “não é preciso necessariamente encontrar um tema novo, que não tenha sido abordado antes por outros pesquisadores. Vale também trabalhar um tema já antigo de maneira nova”.

Saliento que a historicidade do movimento LGBT é anterior à temporalidade em tela e que sua importância histórica será apresentada no terceiro capítulo, como também intercalada entre os demais capítulos e análises, sempre que se fizer necessário. Cabe ressaltar ainda que esse tempo histórico não será descrito de forma linear, seguindo a ordem cronológica anual, mas a partir dos pressupostos ontológicos em que os fatos históricos, os projetos e as ações educativas aconteceram no MEL, no decorrer desses anos, e que fazem parte da história e da memória institucional e coletiva da militância.

Para a reconstrução dos fragmentos da memória institucional do MEL, utilizamos a **pesquisa documental**, que tem como principal característica o uso de “documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois”, já que ainda não receberam tratamento analítico (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 174). Desse modo, compreendemos que os documentos do MEL podem “fornecer pistas acerca do estilo de liderança e revelações potenciais [...] dos membros da organização” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 181).

Com o passar dos anos, diversas gestões e várias mudanças de endereço, o MEL foi perdendo parte do seu acervo institucional, inclusive, documentos que remetem aos seus primeiros anos de existência. Entretanto, os resquícios do arquivo institucional do MEL estavam localizados em uma sala cedida, de abril de 2018 a junho de 2021, no prédio da antiga Fundação de Apoio à Pesquisa, Ensino e Extensão (FUNAPE), da UFPB, no Centro Histórico de João Pessoa (PAZ, 2018). Logo após a apresentação do projeto de pesquisa desse estudo e a assinatura da carta de aceite pelo coordenador geral da entidade, Eduardo Guimarães, tivemos acesso, na sede provisória do MEL, a *folders* institucionais, encartes de eventos, recortes de jornais, ofícios e projetos que foram executados em anos anteriores, sendo esses materiais devidamente escaneados para posterior análise.

O primeiro contato com o Acervo do MEL aconteceu entre os dias 27, 28 e 29 de janeiro de 2020, em que os membros da entidade estavam envolvidos na organização do “Bloco da Diversidade”, que homenageou a ativista Fernanda Benvenutty (*in memoriam*), mencionada no *caput* desse capítulo. No período carnavalesco de 2020, estive envolvido, como ativista e como

pesquisador, nas atividades do MEL, a partir do diálogo com Cleber Ferreira, que, naquele período, atuava como diretor de patrimônio, sendo o atual tesoureiro da entidade. Inicialmente, estive em sua residência, onde estão, sob sua guarda, os documentos oficiais da instituição, tais como Estatuto de Fundação, livro de atas e exemplares do jornal “A Colmeia”³⁰. Nessa primeira visita, foi possível identificar pastas com recortes de jornais de ampla circulação no Estado com divulgação das ações promovidas pelo MEL, duas caixas arquivos com centenas de fotografias ainda não catalogadas e até relíquias, como três edições do Jornal “Lampião da Esquina”.

Já nos dias 28 e 29 de janeiro, estive na sala provisória onde funcionou o MEL no prédio da FUNAPE e pude consultar algumas escarcelas antigas que estavam guardadas em um velho armário de aço fechado, cuja chave estava de posse do então diretor de patrimônio. Nesse armário, foi possível encontrar alguns ofícios, convites, rascunhos de projetos, panfletos, cartazes, folders de eventos, recibos de pagamentos, recortes de jornais já amarelados pelo tempo, entre outros. Contudo, uma nítida escassez de relatórios de atividades ou de projetos. Daí, o material encontrado foi devidamente escaneado por aplicativo de celular para, posteriormente, ser catalogado e identificado com as ações educativas e sociopolíticas mencionadas pelos interlocutores da pesquisa durante as entrevistas.

Além da consulta ao acervo físico do MEL, registramos tudo o que foi observado e identificado em um **diário de campo**, o que acabou sendo imprescindível para a elaboração desta tese, já que sobraram poucos registros escritos sobre a memória institucional da entidade. Todavia, os boletins informativos do MEL são excelentes fontes documentais, já que há uma iconografia surpreendente do período áureo da entidade, especialmente de 2001 a 2005, quando passou a ter financiamento de recursos públicos para promover suas ações que serão descritas no decorrer da tese.

Segundo Bogdan e Biklen (1994, p. 176) uma outra fonte documental são “[...] os materiais que os sujeitos escrevem por si próprios também são usados como dados. Coisas como autobiografias, cartas pessoais, diários [dentre outros]”. Atualmente, podem ser acrescentados nessa relação os *e-mails*, os *posts*³¹ das redes sociais e os textos dos aplicativos de mensagens instantâneas e chamadas de voz. Em nossa investigação, usamos como uma das fontes de dados as mensagens recebidas pelos associados do MEL, encaminhadas por meio de correio eletrônico e/ou aplicativo de mensagens instantâneas, como, por exemplo, o *WhatsApp* – o MEL dispõe

³⁰ A Colmeia foi um boletim informativo produzido pelo MEL entre os anos de 2002 a 2011 (SILVA; CARDOSO, 2018).

³¹ É uma postagem, como “mensagem, texto, imagem ou qualquer outro conteúdo publicado na internet, especialmente em redes sociais”. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/post/> Acesso em: 11 jul. 2020.

de um grupo nesse meio de comunicação, intitulado “Associados Plenos do MEL”, em que compartilham textos, vídeos e fotos.

Outro tipo de dado do qual fizemos uso neste estudo foi a fotografia, tendo em vista o vasto acervo fotográfico de que o MEL dispõe, o qual já tinha sido escaneado e digitalizado antes pela equipe do Projeto de Extensão “Olhares da Diversidade”, tendo sido mapeados e sistematizados documentos e imagens da entidade, gentilmente cedidos para o pesquisador pela professora Silvana Nascimento, que coordenou essa ação na UFPB, em 2011 (NASCIMENTO, FRANCH, 2018, p. 19).

No tocante às fotografias, esclarecemos que faremos uso dessa fonte primária contemporânea para reconstituir os fatos narrados pelos sujeitos, sem o propósito de fazer análise das imagens, com a intenção de identificar as ações, projetos e atividades realizadas pelo MEL, além de contribuir para a reconstituição do nosso recorte temporal, já que “as fotografias dão-nos fortes dados descritivos, são muitas das vezes utilizadas para compreender o subjetivo e são frequentemente analisadas indutivamente” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 183).

Para além dos achados nos documentos da instituição, ouvimos as vozes dos sujeitos que integram o MEL, pois concordamos com Gamboa (2012, p.45) quando diz que, “nas ciências sociais como na educação, tanto o investigador quanto os investigados (grupo de alunos, comunidade ou povo) são sujeitos; o objeto é realidade. A realidade é um ponto de partida e serve como elemento mediador entre os sujeitos”.

Então, partimos da nossa realidade de pesquisa, em que os sujeitos dessa investigação fazem parte da própria militância do MEL e do Movimento LGBT da Paraíba. Nesse sentido, fizeram parte do universo de sujeitos desse estudo dez ativistas que atuam ou atuaram no movimento social. Portanto, os critérios de escolha dos sujeitos foram os seguintes: ser militante do MEL, podendo ter participado da diretoria executiva ou não da instituição; ser ou ter sido educador da entidade e/ou ter participado de alguma ação educativa promovida pelo MEL. A escolha pelos sujeitos do universo da pesquisa “é o conjunto de elementos que possuem as características que serão objeto de estudo” e que se deu pela compreensão de que os (as) militantes³² possibilitam o aprofundamento das informações, além do detalhamento dos projetos e ações educativas realizadas pelo MEL, no período de 1992 a 2020 (VERGARA, 2004, p. 50).

³² Adotaremos o uso do gênero feminino e masculino quando mencionarmos a expressão “militantes” do MEL, porque, atualmente, temos ativistas que têm identidade de gênero feminina.

Todos os aspectos éticos do estudo foram assegurados aos sujeitos da pesquisa, mas, entendendo a importância histórica e emblemática desse estudo para os movimentos sociais, solicitamos autorização para usar suas próprias identidades nas entrevistas. Com isso, as vozes da militância foram concebidas por meio de **entrevistas** que possibilitou manter um diálogo de maneira horizontal com os militantes e obter informações sobre as ações, conteúdos e metodologias realizadas à luz da Educação no âmbito dos Direitos Humanos e visando a eles pelo MEL. As entrevistas foram realizadas apenas no primeiro semestre de 2021, em virtude da pandemia da COVID-19, já que a maioria aconteceu de forma presencial, nas residências dos entrevistados.

Para Richardson (2017, p. 231), “a entrevista é uma das formas que permite uma maior interação entre o pesquisador e o sujeito da pesquisa”. Marconi e Lakatos (2011, p. 80) corroboram essa mesma perspectiva quando dizem que “a entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional”.

Nesse estudo, fiz uso da **entrevista semiestruturada**, já que “aproxima-se mais de uma conversação (diálogo), focada em determinados assuntos, do que de uma entrevista formal” (RICHARDSON, 2017, p. 233). A escolha pela entrevista semiestruturada, nesta pesquisa também teve como objetivo dialogar com os “sujeitos da pesquisa”, a partir das suas experiências que vivenciaram nesses 28 anos do MEL.

O roteiro semiestruturado das entrevistas (Ver APÊNDICE A) foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro de Ciências da Saúde (CCS) da UFPB, em 16 de dezembro de 2019, conforme parecer consubstanciado (Ver ANEXO A). As questões foram previamente definidas, porém, enquanto pesquisador, deixei os “militantes” à vontade para ponderarem outras questões durante a entrevista.

No decorrer da pesquisa, seguimos as etapas da entrevista, propostas por Marconi e Lakatos (2011), que vão desde o contato inicial com os (as) entrevistados (as), a formulação das perguntas, registro das respostas e, especialmente, observar e ouvir, conforme evidencia Garrett (1991, p. 66) como sendo “uma das operações fundamentais da entrevista; equivale, pois, a dizer que um bom entrevistador é um bom ouvinte”. As entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra para categorizar o conteúdo das respostas obtidas para a análise das narrativas, além de assegurada a assinatura dos (as) entrevistados (as) no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Ver APÊNDICE B, p. 258).

As entrevistas fazem a reconstrução das reminiscências da memória coletiva e, assim, tecem a memória institucional da entidade, permeando os discursos dos sujeitos com a memória

documental do MEL. A pesquisa no campo da **memória** age como uma modalidade de educação para os direitos humanos, na medida em que, ao ativar o passado do coletivo, podemos oportunizar o fortalecimento deste como sujeitos de direitos. Nessa linha teórica, mantivemos diálogos com os referenciais do campo da memória, tais como: Pollak (1989), Halbwachs (2003), Le Goff (2012), Achard *et al.* (2015). Além dos (as) autores (as) que vêm contribuindo com a produção acadêmica sobre memória do MEL e do movimento LGBT em nível nacional, a exemplo de Facchini (2003; 2005); Gomes (2016); Green (2003; 2019); Green *et al.* (2018); MacRae (2011); Okita (2007); Oliveira (2017; 2018); Reis (2012); Simões; Facchini (2009) e Vieira (2002; 2008).

A interpretação dos dados coletados por meio das entrevistas foi submetida aos pressupostos teóricos da **análise de conteúdo** proposta por Bardin (1977), na perspectiva dialética. A análise de conteúdo é uma forma de entender a realidade, considerando, principalmente, a prática social dos sujeitos, permitindo aprofundar suas características gramaticais, fonológicas, cognitivas, ideológicas e outras.

Para Bardin (1977, p. 38), a análise de conteúdo é definida como

[...] um conjunto de técnicas de análise de comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens [...] A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e de recepção das mensagens, inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não).

Daí a relevância da análise dos dados elencados nas entrevistas e confrontados com a pesquisa bibliográfica e documental, o que foi essencial para traçar o quadro das ações realizadas pelo MEL, no período de 1992 a 2020, conforme aponta Franco (2008, p. 20), para quem “[...] toda análise de conteúdo implica comparações contextuais. Os tipos de comparações podem ser multivariados. Mas devem, obrigatoriamente, ser direcionados a partir da sensibilidade, da intencionalidade e da competência teórica do pesquisador”.

Nessa perspectiva dialética do uso da análise de conteúdo apontada por Franco (2008, p. 28), entendemos o contexto e a conjuntura em que a pesquisa documental, as entrevistas e as análises levam em consideração os objetivos do estudo, as condições em que cada etapa foi realizada, “no sentido de garantir a relevância dos resultados a serem divulgados e, de preferência, socializados”.

Portanto, a análise de conteúdo “é um conjunto de instrumentos metodológicos cada dia mais aperfeiçoado que se aplicam a discursos diversos”. Ela me subsidiou na apreciação dos achados nos documentos do MEL e nas entrevistas com a militância e está organizada em três

fases: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação (RICHARDSON, 2017, p. 253; BARDIN, 1977).

Assim sendo, os dados obtidos e, em seguida, analisados e interpretados durante a nossa investigação têm a finalidade de ponderar, contestar e reiterar de forma imparcial como se deu o fazer educativo do Movimento do Espírito Lilás, o MEL, entre o período de 1992 a 2020, a partir da perspectiva de uma educação voltada para os Direitos Humanos que utilizava a base metodológica da educação popular com vistas à autonomia, à emancipação e ao reconhecimento da cidadania LGBT.

1.3 Da “abelha rainha” ao enxame de abelhas do MEL: o perfil e a trajetória dos sujeitos

A prática da educação popular em direitos humanos promovida pelo Movimento do Espírito Lilás (MEL) que potencializou a expansão e a interiorização do Movimento LGBT da Paraíba tem como referência o mestre Luciano Bezerra Vieira (*in memoriam*), que está profundamente vinculado ao tema de estudo desta tese. Daí o uso recorrente de suas falas, textos e ideias, já que o seu perfil se entrelaça com a história, memória e ações educativas e sociopolíticas do MEL. Por isso, ele é um dos sujeitos dessa pesquisa, apesar da sua partida precoce, conforme foi descrita na introdução desse trabalho. Todavia, cabe esclarecer que esse texto não é biográfico, mas que, enquanto autor desta tese, faço questão de fazer menção à biografia da maior liderança que o movimento LGBT paraibano já teve e quiçá um dos grandes expoentes desse movimento social no Brasil, tendo em vista que Luciano se transformou na “abelha rainha” da “colmeia”, sendo aclamado por toda a militância pelo jeito de ser, persistente, educador, lutador, amoroso, contraditório, provocador, briguento, inteligente e afetuoso com todas as pessoas ao mesmo tempo.

Toda essa trajetória e história do MEL teve como expoente e símbolo, o ativista Luciano Bezerra Vieira que, carinhosamente, ficou conhecido como a abelha rainha, por liderar toda uma colmeia. Luciano Vieira foi educador de uma geração de militantes que, hoje, atuam profissionalmente em diversas áreas do conhecimento. Ele sempre associava a luta pelos direitos LGBTQIA+ ao combate ao racismo, machismo e todas as formas de discriminações e preconceitos, além da luta política por uma sociedade mais justa e solidária (GOMES; CAVALCANTE, 2021).

De fato, não é exagero afirmar que “*toda essa trajetória e história do MEL teve como expoente e símbolo*”, o ativista Luciano Bezerra Vieira porque, dos 28 anos de existência da entidade, cujo recorte temporal estamos abordando (de 1992 a 2020), ele presidiu a entidade

por sete diretorias, sendo presidente por mais de 16 anos, embora tenha sido alternada a gestão do MEL, especialmente na década de 2000. Luciano, além da presidência, também ocupou a vice-presidência, ou a tesouraria em outras diretorias, portanto, sempre esteve na diretoria executiva da entidade (MEL, 2021).

Luciano Bezerra Vieira nasceu em 20 de junho de 1959, na cidade de Cabedelo/PB, mas foi em João Pessoa, capital paraibana, onde viveu a maior parte de sua vida e dedicou-se aos movimentos sociais e aos direitos humanos. Iniciou sua militância na década de 1970, em pleno regime militar. Nessa época, participava das Comunidades Eclesiais de Base (CEBS), vinculadas à Igreja Católica. Na Pastoral da Juventude, aproximou-se das lutas sociais e das formações políticas em que eram identificadas e formadas novas lideranças sociais e estudantis.

A “abelha rainha” partiu em 24 de dezembro de 2017 aos 58 anos, tendo dedicado a maior parte de sua vida às lutas sociais. Ele participou da fundação do MEL, em 1992, sendo, inclusive, o presidente fundador da entidade. Esteve ainda na fundação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), da Central dos Movimentos Populares (CMP) e do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH). Além de ser um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT) na Paraíba na década de 1980 e de ter coordenado o Setorial LGBT do partido no Estado. Com isso, participou ativamente da cena política local, desde a organização da “Parada pela Diversidade Sexual da Paraíba” como da “Marcha contra a Homofobia”, “Grito dos Excluídos” e atos políticos tanto na capital como no interior.

Figura 1 – Foto de Luciano Bezerra Vieira em Sapé/PB³³



Fonte: Fotografia tirada e gentilmente cedida por Nazaré Zenaide (2014)

³³ Na caminhada em alusão ao 52 anos de morte do Líder Camponês João Pedro Teixeira, em Sapé no dia 2 de abril de 2014, promovida pelo Memorial da Ligas Camponesas e a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Essa imagem é uma ilustração autêntica do perfil de Luciano Bezerra Vieira, um homem assumidamente gay que fazia o elo entre movimento LGBT com as demais lutas sociais, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), pois acreditava que era necessário participar da marcha e da luta dos demais movimentos sociais, fortalecendo-as. E, assim, ele nos inseria nas atividades do movimento negro, de mulheres, de moradia, dos sem-terra, entre outros, para que esses segmentos sociais percebessem que a nossa luta diária também é pelo trabalho, pela terra, pela moradia digna, por alimentação saudável, pela educação e saúde pública, gratuita e de qualidade, contra o racismo, machismo, sexismo e toda e qualquer forma de discriminação e violência. Com isso, ele nos dizia e ensinava que potencializávamos a nossa luta contra a homofobia e a transfobia, quando nos aproximávamos dos demais movimentos sociais, porque eles se tornavam aliados na reivindicação de políticas públicas e no respeito aos Direitos Humanos e à cidadania LGBT.

Luciano era formado em História e especialista em Direitos Humanos pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Atuou como professor da rede pública de ensino, além de ser um educador nato, que contribuiu na formação cidadã e política de uma “geração de militantes” por meio do MEL. No ano de 2018, o Governo do Estado da Paraíba, por intermédio da Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana, prestou uma justa homenagem a Luciano, inaugurando o segundo Centro Estadual de Referência dos Direitos de LGBT e enfrentamento à LGBTfobia, em Campina Grande, que recebeu o seu nome, ficando conhecido como “Espaço LGBT Luciano Bezerra”.

Dessa maneira, a finalidade desta tese é analisar exatamente essas ações educativas e sociopolíticas promovidas pelo MEL ao longo dos últimos 28 anos (1992-2020), por isso se fez necessário traçar o perfil de seu principal educador e liderança para refletirmos sobre as práticas de educação popular realizadas pelo MEL e que tiveram influência nos interlocutores da pesquisa.

Com isso, buscando uma melhor compreensão dessas ações, entrevistamos dez militantes que participaram diretamente das ações educativas e sociopolíticas promovidas pelo MEL. Foram os seguintes listados, conforme data de realização da entrevista:

- **Renan Palmeira Costa**, formado em História e professor da Rede Estadual de Ensino. Ativista político e militante de direitos que atuou no MEL de 2011 a 2017, tendo sido Vice-Presidente (2011 a 2013) e Presidente da entidade (2015 a 2017). A entrevista foi concedida em 04 de outubro de 2020, em sua residência.
- **Deivisson Victor Pilato da Silva**, mais conhecido como Victor Pilato. É formado em Artes Visuais. Foi educando e educador do MEL no início da década

de 2000. Atuou na diretoria executiva da entidade em várias gestões, sendo 1º Tesoureiro (2005-2006), Conselheiro Fiscal (2007-2009), 1º Secretário (2009-2011). Atuou no governo estadual nas instâncias de políticas públicas para LGBT de 2011 a 2022. A entrevista foi realizada no dia 24 de janeiro de 2021, em sua residência.

- **Luciel Araújo de Oliveira**, formado em Comunicação Social, Educador Popular e Jornalista. Atuou como educador por mais de 20 anos no Serviço de Educação Popular (SEDUP), no Brejo Paraibano, na cidade de Guarabira, Paraíba, onde se tornou um articulador do MEL na região. Foi idealizador, editor, diagramador e jornalista responsável pelo Jornal “A Colmeia”, boletim informativo do MEL de 2001 a 2004. Atualmente, é assessor parlamentar da Deputada Estadual Estela Bezerra. A entrevista aconteceu em minha residência, no dia 26 de janeiro de 2021.
- **José Felipe dos Santos**, graduando em Jornalismo, ativista político e militante dos direitos humanos, com atuação no Partido dos Trabalhadores (PT), no Movimento Negro e no Movimento LGBT da Paraíba. Atua na militância desde a década de 1990. Foi Presidente do MEL (1996-1998); 2º Tesoureiro (2009-2011) e 1º Tesoureiro (2011-2013). Atualmente, é o Coordenador Geral (Presidente) da entidade. Felipe Santos me concedeu entrevista no dia 07 de março de 2021, em sua residência.
- **Adneuse Targino de Araújo**, carinhosamente conhecida como Adi. Formada em Teatro e em Antropologia. Feminista e militante LGBT. Fundadora do Grupo de Mulheres Maria Quitéria (GMMQ). A entrevista foi realizada no dia 31 de março de 2021, na residência de Adi Targino, na cidade de Baía da Traição, Paraíba.
- **Marli Joaquim Soares**, Formada em História e em Educação Artística. Arte-Educadora e professora da Rede Estadual de Ensino. Atuou no MEL na década de 2000, sendo Conselheira Fiscal por duas gestões (2000-2004). Ativista do Movimento de Mulheres, do Movimento Negro e fundadora do Grupo de Mulheres Maria Quitéria (GMMQ). A entrevista com Marli Soares foi realizada conjuntamente com Adi Targino, na Baía da Traição, Paraíba, no dia 31 de março de 2021.

- **José Walmir Ferreira**, mais conhecido como Ferreirinha. Formado em Radiologia e Gestão Ambiental. Atua profissionalmente como Técnico em Radiologia. É um dos fundadores do MEL, no ano de 1992. Foi educador, coordenador de projetos e participou de várias diretorias da entidade, como 2º Tesoureiro (1992-1994; 1994-1996); 1º Tesoureiro (1998-2000); 2º Tesoureiro (2002-2004). Em 2004, fundou o Grupo Gayrreiros do Vale do Paraíba (GVP), em Itabaiana, Paraíba. A entrevista foi realizada no dia 08 de abril de 2021, na sede da ONG AMAZONA.
- **Ibanez Duarte Junior**, formado em Jornalismo. Gaúcho de Santa Maria, Rio Grande do Sul, que morou na Paraíba no início dos anos 2000, atuando como educador e assistente de coordenação de projetos do MEL, tendo sido, ainda, jornalista colaborador do Jornal “A Colmeia” e Presidente da entidade de 2004 a 2005. A entrevista com Ibanez Duarte foi a única realizada a distância, já que atualmente mora no Sul do país. O roteiro de entrevista foi encaminhado por e-mail em 23 de fevereiro de 2021 e respondido em 13 de abril de 2021.
- **Malu Morenah**, que se identifica com uma pessoa não binária e transformista, é atriz e cantora. Participa das ações educativas e sociopolíticas do MEL desde a década de 2000, apresentando peças de teatro e fazendo a abertura da parada da diversidade sexual, onde canta o Hino Nacional. Foi Vice-Presidente do MEL (2005-2007); 2ª Tesoureira (2006); 2ª Secretária (2011-2013). A entrevista foi realizada no dia 30 de abril de 2021, na sua residência.
- **Cleber Ferreira da Silva**, formado em Letras/Português, Arquivologia e Teologia, é professor da Rede Pública de Ensino do Estado de Pernambuco. Ingressou no MEL em 2011, atuou na execução de projetos e exerceu cargos na diretoria executiva do MEL como Conselheiro Fiscal (2011-2013); Coordenador do Conselho Técnico (2013-2015); Diretor de Patrimônio (2017-2020); Coordenador de Finanças/Tesoureiro (2018-2020). Atualmente é o Coordenador de Finanças (Tesoureiro) da entidade. A entrevista aconteceu em sua residência no dia 16 de maio de 2021.

2 TIRANDO OS CONCEITOS DA COLMEIA: MOVIMENTOS SOCIAIS, EDUCAÇÃO E MEMÓRIA

*Amor é a melhor lição de ser livre!
Áfricas e amores, bens de tua herança
Flores na ponta da lança
Orixás nos céus e cá na terra os meus
Clamam tua lembrança
Ê João Balula!!!
Adeildo Vieira³⁴*

A epígrafe que inicia esse capítulo é em homenagem à memória de João Silva de Carvalho Filho, ou melhor, João Balula (*in memoriam*)³⁵, carnavalesco, diretor teatral e líder do Movimento Negro da Paraíba (MNPB), que foi um grande aliado do Movimento do Espírito Lilás (MEL). Balula era uma importante liderança negra assumidamente gay dos movimentos sociais que sempre esteve envolvido na luta contra o racismo e a homofobia.

De acordo com Fonseca e Lima (2018, p. 340):

A marca de João Balula está de forma indelével no Movimento Negro Paraibano e até 2007, havia uma ação e definição para agregar as atividades, as intervenções do Movimento Negro da Paraíba e assim contava com o apoio e adesão (senão de todas, da maioria) das organizações que trabalham a temática referente à população negra paraibana.

E foi exatamente esse perfil agregador de Balula que fez com que o MEL e o movimento LGBT local se aproximassem das questões étnico-raciais, principalmente porque a maioria das lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais que participavam das atividades da entidade eram pessoas negras e da periferia. Daí o simbolismo de Balula para as lutas sociais, já que ele foi um aguerrido militante tanto do movimento social como do movimento cultural do Estado da Paraíba, tendo presidido a Federação Paraibana de Teatro Amador (FPTA), além de ter sido dirigente e carnavalesco da Escola de Samba Malandros do Morro, primeira agremiação do Carnaval Tradição de João Pessoa, em que o MEL teve uma ala, conforme será descrito no quarto capítulo (FONSECA; LIMA, 2018; SIQUEIRA, 2014).

³⁴ Trecho da canção “João Balula”, de autoria do cantor e compositor paraibano Adeildo Vieira, que faz parte do seu terceiro CD, intitulado “África de Mim”, lançado em 2017, em homenagem à cultura africana. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=C98Dkf6BLQg> Acesso em: 18 nov. 2021.

³⁵ João Balula faleceu aos 48 anos de idade, no dia 20 de fevereiro de 2008. A despedida dele foi emocionante, conforme relata Fonseca e Lima (2018, p. 341): “As pessoas choraram, cantaram sambas e dignificaram os feitos do líder que nunca esmoreceu diante dos obstáculos impostos em vida e sempre se posicionou ao lado da sua comunidade negra, historicamente lutadora”.

João Balula e Luciano Bezerra Vieira eram amigos desde a juventude e tinham perfis parecidos: ambos eram oriundos do bairro da Torre, participaram do movimento comunitário, um liderou o movimento negro, e o outro, o movimento LGBT, respectivamente. Os dois eram educadores populares natos, tanto que estiveram juntos na década de 1990, no Coletivo Arte e Luta (CAL), que congregava dezenas de entidades que passaram a administrar o Grupo Escolar Thomas Mindello, onde funcionava o Teatro Cilaio Ribeiro, no centro da Cidade, liderados por Balula.

O espaço físico da escola foi cedido em novembro de 1992, em regime de comodato, pelo Governo do Estado, para abrigar diversas Organizações Não Governamentais (ONGs) que não tinham sede própria, tais como o MEL, que havia sido criado no mês de março daquele ano. Além do MEL, participaram o CAL, o MNPB, a FPTA, a Associação Paraibana dos Amigos da Natureza (APAN), a Associação de Rádios Amadores (Seção Paraíba) – PX Brasil, o Musiclube da Paraíba, o Movimento de Moradia, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, Associação Santos Dias (ASD), Serviço de Assessoria ao Movimento Popular e Social (SAMOPS), entre outros (VIEIRA, 2002).

Segundo Luciano Bezerra Vieira (2002, p. 12), essa junção de entidades:

[...] vai sobremaneira influenciar a existência da organização que encontra um terreno fértil para parcerias que vão ocorrendo com o passar do tempo. E o fato mesmo de sua localização remete a uma troca de experiência exemplar, porém, não sem dificuldades e conflitos, dada a diversidade de interesses. O Coletivo Arte-Luta – CAL, torna-se um verdadeiro laboratório de lutas sociais em nosso Estado.

E foi exatamente no Teatro Cilaio Ribeiro, no final dos anos de 1990, que conheci João Balula, nesse espaço que era um “*laboratório de lutas sociais*”, em que ele sempre estava falando sobre ancestralidade, religiosidade, africanidades e discriminação racial, de forma leve, irreverente e descontraída, mas com um tom explicativo e educativo, seja nas rodas de diálogos ou nas escadarias da lateral do teatro que dava para a Rua General Osório. Um ponto de encontro dos militantes das várias organizações sociais que ocupavam o “Cilaio Ribeiro”.

O CAL depois passou a ser chamado de Centro Cultural do Terceiro Setor, já que abrigava várias organizações sociais, sendo um espaço muito importante tanto para o movimento negro como para o movimento LGBT, porque possibilitava a “*troca de experiência*” entre os diversos segmentos sociais que ocupavam o prédio desde o movimento ambientalista como o movimento de moradia, possibilitando a socialização de agendas e

eventos, além do fortalecimento de pautas e reivindicações por direitos e políticas públicas (TARGINO, 2008; VIEIRA, 2008).

Além do MEL, a Associação das Travestis da Paraíba (ASTRAPA) e o Grupo de Mulheres Maria Quitéria (GMMQ) também passaram por esse espaço, tendo em vista que todas as entidades do movimento LGBT local não possuem sede própria até os dias atuais. O MEL teve várias passagens pelo “Cilaio Ribeiro” e, em virtude de não ter um espaço fixo, saiu de lá quando conseguiu financiamento público, cedendo sua sala para a ASTRAPA, que incentivou a sua fundação, mas retornou posteriormente. Com a morte de Balula, a ocupação do “Cilaio Ribeiro” pelas organizações sociais acabou se fragilizando, porque “deixou um vazio” tanto o movimento negro como as demais organizações sociais. Em 2011, o prédio retornou a ser administrado pelo Estado (FONSECA; LIMA, 2018, p. 341).

Tanto João Balula como Luciano Bezerra Vieira partiram precocemente, duas lideranças naturais das lutas sociais que deixaram um legado para as futuras gerações de ativistas. Daí a importância em exaltar suas trajetórias para que “a memória e a história dos movimentos sociais não sejam perdidas” (GOMES, 2017, p. 16).

Com isso, esse capítulo tem como objetivo conceituar as categorias que dão amparo teórico ao estudo em tela, sendo as seguintes: movimentos sociais, educação e memória, as quais estão articuladas numa perspectiva crítica e dialógica com a memória dos movimentos sociais que aspiram à educação no âmbito dos Direitos Humanos e visando a eles. Cabe ainda destacar que especificamente o foco dessa pesquisa é o movimento LGBT, e o conceito de educação que abordaremos é a educação popular em direitos humanos, buscando, na concepção de memória institucional e coletiva, os referenciais teóricos desse trabalho.

Nos próximos tópicos, apresentamos as categorias que dão fundamentação teórica a esse estudo. Dialogando com experiências e vivências da atualidade, buscamos conceituar, no primeiro tópico, os “novos movimentos sociais” (GOHN, 2014), entrelaçando com as lutas sociais contemporâneas e o legado da juventude revolucionária de 1968. Em seguida, tiramos da colmeia a categoria educação, em que destacamos a importância da “Educação no âmbito dos Direitos Humanos e visando a eles” gestado nos movimentos de base de educação e cultura no Brasil e na América Latina durante os anos de opressão e ditadura civil-militar. No último tópico do capítulo, fazemos o desfecho descrevendo a concepção de memória que abordamos no decorrer da pesquisa, com foco na “memória coletiva” (HALBAWACHS, 2003) em que os sujeitos que, ao longo dos últimos 28 anos, vivenciaram as ações educativas e sócio-políticas contidas na “memória institucional” do MEL à luz da educação voltada para a promoção da cidadania e Direitos Humanos de LGBT tanto em João Pessoa como no Estado da Paraíba.

2.1 A construção conceitual dos “novos movimentos sociais”

Novamente, recorro ao uso da palavra “pandemia” tão mencionada no capítulo anterior, porque foi, sem dúvida, a expressão mais ouvida e falada durante todo o ano de 2020 e, por consequência, vem sendo repercutida tanto no texto jornalístico, como no literário, sobretudo no acadêmico, especialmente porque a pesquisa científica foi essencial para salvar vidas em todo o mundo, além de buscar soluções para amenizar os efeitos causados pela COVID-19. Paralelamente, outro termo também ganhou as ruas e as redes sociais, de modo que as pessoas passaram a dizer com frequência que estávamos vivendo um “pandemônio”, cujo vocábulo me lembra a infância quando os adultos faziam referência a “confusão”, “tumulto”, “alvoroço”, cujos significados eu ingenuamente não sabia naquela época.

Cabe ressaltar que não tenho a intencionalidade de fazer uma etimologia das palavras citadas, mas analisar a partir de suas acepções, a conjuntura política e os seus desdobramentos junto aos movimentos sociais. De acordo com Rubim (2020, p. 1, grifos do autor), “a pandemia dominou a vida e a transformou com radicalidade. Ela virou agenda pública e privada de todos. Longínqua origem tem a pandemia. Ela provém do grego antigo, reunindo “pan”, que significa tudo, todos, mais “demos”, povo”. No sentido literal, a palavra “pandemia” significa que é uma “epidemia disseminada em extensa área geográfica ou em grande parte de uma população” (HOUAISS, 2011, p. 697). Portanto, “pandemia” e “pandemônio” não são sinônimos.

Logo, quando relacionamos pandemia e pandemônio, remetemo-nos ao Brasil, já que vivíamos uma pandemia sanitária e um pandemônio político no decorrer da elaboração deste estudo. Os rumos foram de um “pandemônio na pandemia”, em que o atual presidente Jair Bolsonaro foi negacionista e omissos com doença, adiantando a compra de vacinas, o que poderia ter salvado o maior número de vidas (RUBIM, 2020). Em plena pandemia, em que o país passava por uma situação de calamidade pública, tivemos uma crise política no cenário nacional, resultando em constantes mudanças de ministros da área da saúde³⁶, além de uma grave crise econômica como decorrência da política neoliberal adotada pelo Governo Federal “[...] ocultaram informação, desprestigiaram a comunidade científica, minimizaram os efeitos potenciais da pandemia, utilizaram a crise humanitária para chicana política” (SANTOS, 2020, p. 26).

³⁶ No decorrer da pandemia, o Ministério da Saúde teve três ministros no ano de 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/09/16/apos-4-meses-como-interino-general-pazuello-assume-ministerio-da-saude.htm>. Acesso em: 10 out. 2020.

O Brasil vive hoje sob uma constante ameaça à democracia, especialmente depois do *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff em 2016, que sucedeu no desastroso processo eleitoral de 2018, no qual Jair Bolsonaro foi eleito, com pautas conservadoras e um discurso fortemente reacionário, com um forte fundamentalismo religioso influenciando nos desígnios de seu governo. Dessa maneira, é notório o crescimento do discurso de ódio, do preconceito e da discriminação contra a população negra e LGBT, como também o aumento da violência contra a mulher, as desigualdades sociais, “negações de direitos, fragilidades das instituições, ataques e debilidades da democracia, extrema-direita no poder etc.” (RUBIM, 2020, p. 2).

Contudo, o avanço da extrema-direita nos regimes democráticos não tem sido privilégio do Brasil nem da América Latina. Em recente análise sobre a pandemia da COVID-19, cuja obra intitulou de “A cruel pedagogia do vírus”, o escritor Boaventura de Sousa Santos (2020, p. 25, grifos do autor) fez a seguinte síntese:

A extrema-direita tem vindo a crescer um pouco por todo o mundo. Caracteriza-se pela pulsão antisistema, a manipulação grosseira dos instrumentos democráticos, incluindo o sistema judicial, o nacionalismo excludente, a xenofobia e o racismo, a apologia do Estado de excepção securitário, o ataque à investigação científica independente e à liberdade de expressão, a estigmatização dos adversários, concebidos como inimigos, o discurso de ódio, o uso das redes sociais para comunicação política em menosprezo dos veículos e *media* convencionais.

De fato, percebemos que, no Brasil, o alvo dos ataques do Governo Federal têm sido sistematicamente à universidade pública com atitudes autoritárias e arbitrárias, impedindo a nomeação de reitores (as) eleitos (as) pela comunidade acadêmica nas universidades, sendo a última a Universidade Federal da Paraíba – UFPB³⁷, além do corte de bolsas da graduação, pós-graduação e redução de recursos às pesquisas científicas³⁸. Esses atos estapafúrdios prejudicam os pilares da universidade que são o ensino, a pesquisa e a extensão, além de paralisar a gestão acadêmica quando promove rupturas em pleno regime democrático, o que causa danos ao processo de ensino-aprendizagem, aos estudos e à produção acadêmica, além da interrupção da prestação de serviços às comunidades do entorno das universidades.

³⁷ O Governo Federal já interveio na nomeação de 14 reitores (as) em Instituições Federais de Ensino até o mês de novembro de 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/11/05/bolsonaro-nomeia-para-reitor-da-ufpb-candidato-com-menos-de-um-decimo-dos-votos>. Acesso em: 10 nov. 2020.

³⁸ Em meio à pandemia, Capes amplia o corte de bolsas de pesquisa, conforme o Ofício circular nº 7/2020, datado em 18 de março de 2020 e divulgado nos portais das instituições de ensino superior. Disponível em: http://ccs2.ufpel.edu.br/wp/wp-content/uploads/2020/03/Oficio_Circular_1166067_SEI_CAPES___1166034___Oficio_Circular.pdf. Acesso em: 11 out. 2020.

Todavia, compreendemos que o governo brasileiro assemelha-se a outros países, a exemplo dos Estados Unidos, da Índia, das Filipinas, da Inglaterra e da Tailândia, que, nas últimas eleições, têm se inclinado à extrema-direita em seus governos. Curiosamente, dois desses países listados estão no continente americano, e foi nos Estados Unidos que tivemos situações de “nacionalismo excludente, a xenofobia e o racismo”, em plena pandemia sanitária (SANTOS, 2020).

Ainda no decorrer do ano de 2020, eclodiu, nos Estados Unidos, uma série de protestos denunciando o racismo. O estopim foi o assassinato de *George Floyd* por um policial branco³⁹, cujo ato foi filmado e exibido tanto nas redes sociais como nas emissoras de TV de todo o mundo. Esse crime causou revolta e comoção internacional, suscitando o uso da *hashtag* “*Black Lives Matter*”⁴⁰, cuja livre tradução para o português é exatamente “Vidas Negras Importam”. A expressão que inicialmente era usada nas redes sociais pelos “famosos”, passou a ser utilizada como uma forma de “chamamento” para que a população fosse protestar nas ruas de vários países, já que o racismo estrutural e a violência policial cometida contra *Floyd* não são prerrogativas apenas do “solo” norte-americano, onde ele foi assassinado.

Em terras brasileiras, como em vários países do globo terrestre, ocorrem centenas de casos de racismo cotidianamente. No Brasil, especificamente, vários casos vieram a público nos últimos meses de 2020, ao ponto de dividir as manchetes dos telejornais e portais de notícias⁴¹ com os números crescentes de óbitos do novo coronavírus. De acordo com os dados do Atlas da Violência 2020, é crescente a taxa de assassinatos dos negros na última década

³⁹ *George Floyd* era um cidadão negro com 46 anos que foi sufocado por um policial branco na cidade de Minneapolis, nos Estados Unidos, em dia 25 de maio de 2020. A cena do assassinato de *Floyd* foi filmada e posteriormente, divulgada nas redes sociais e transmitida em emissoras de TV de todo o mundo. A ação violenta da polícia causou uma onda de protestos em várias cidades e estados norte-americanos, além de uma revolta internacional, em que as pessoas saíram às ruas clamando por justiça e expressando que vidas negras importam (SUDRÉ, 2020). Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/28/morte-de-homem-negro-asfixiado-por-policiais-nos-eua-gera-indignacao-internacional>. Acesso em: 11 out. 2020.

⁴⁰ É um movimento que nasceu em 2013 por três ativistas norte-americanas: *Alicia Garza*, da aliança nacional de trabalhadoras domésticas; *Patrisse Cullors*, da coalizão contra a violência policial em Los Angeles; e *Opal Tometi*, da aliança negra pela imigração justa. A finalidade do movimento é “erradicar a supremacia branca e construir poder local para intervir na violência infligida às comunidades negras” pelo Estado e pela polícia. A expressão *Black Lives Matter* ganhou novamente visibilidade mundial após o assassinato de *George Floyd* em 2020. Esse movimento ultrapassou as fronteiras dos Estados Unidos e vêm sendo repercutido em diversos países do mundo, inclusive no Brasil com constantes manifestações nas redes sociais e nas ruas por famosos e anônimos (ARRUDA, 2020). Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/06/03/black-lives-matter-conheca-o-movimento-fundado-por-tres-mulheres.htm>. Acesso em: 11 out. 2020.

⁴¹ Na imprensa foram notificados cinco casos que evidenciam o racismo na sociedade brasileira. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/brasil/veja-cinco-casos-recentes-que-evidenciam-o-racismo-na-sociedade-brasileira-1.2369405>. Acesso em: 11 out. 2020.

(2008-2018), representando “75,7% das vítimas de homicídios, com uma taxa de homicídios por 100 mil habitantes de 37,8” (BRASIL, 2020, p. 47).

Dessa maneira, o movimento negro por aqui, também em plena pandemia, foi para as ruas protestar contra as mortes da juventude negra das periferias das grandes cidades brasileiras⁴². Tanto nos Estados Unidos como no Brasil e até em países europeus, os atos nas ruas foram convocados no âmbito das redes sociais, uma inovação que possibilitou que inúmeras pessoas fossem protestar contra as desigualdades raciais e a violência letal na população negra.

Quanto a esse tipo de mobilização, para Maria da Glória Gohn (2013, p. 21):

[...] De simpatizantes da causa, os sujeitos que atendem as chamadas para os atos de protesto poderão se tornar ativistas de um novo movimento social. A sensibilização inicial é uma causa, vista como um problema social, como a corrupção de políticos, a ganância dos banqueiros, o preconceito contra *gays* etc. As manifestações e os atos são o chamariz que poderá transformar-se em motivação prioritária na vida dos sujeitos mobilizados. E o movimento ganha novos ativistas.

O “problema social” abordado pela autora como “chamariz” para manifestações ocorridas nas ruas são estratégias recorrentes dos movimentos sociais. Todavia, salientamos que os “atos de protesto” que ocorrem na atualidade, para denunciar o extermínio de negros nos Estados Unidos e/ou o genocídio da juventude negra nas periferias do Brasil, têm forte influência da juventude revolucionária dos anos de 1960, em que jovens, mulheres, homossexuais, negros e negras romperam o silêncio e ocuparam as ruas por reconhecimento identitário, surgindo, assim, os “novos movimentos sociais” (GOHN, 2014).

Recorremos ao paradigma dos novos movimentos sociais que se contrapõem à concepção tradicional de movimento social surgido a partir da luta de classe, em especial dos trabalhadores da causa operária, mas os “movimentos sociais que passaram a ocorrer na Europa a partir dos anos de 1960 deste século [...] enfatizavam a cultura, a ideologia, as lutas sociais cotidianas, a solidariedade entre as pessoas de um grupo ou movimento social e o processo de identidade criado” (GOHN, 2014, p. 121).

Assim, compreendemos que Gohn (2012; 2014) parte de teóricos como Touraine (1999), Melucci (1989), entre outros, para a criação de esquemas interpretativos da sua teoria dos novos movimentos sociais, apontando categorias que se assemelham entre os movimentos,

⁴² Vidas negras importam: protestos crescem nos EUA e Rio tem manifestação neste domingo. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/31/protestos-por-george-floyd-crescem-nos-eua-rio-tera-manifestacao-neste-domingo-31>. Acesso em: 11 out. 2020.

dentre as quais, a cultura, a dimensão política e a identidade coletiva. Com isso, é nítido que, no percurso histórico das lutas sociais, as dimensões cultural, política e identitária foram sendo incorporadas aos movimentos sociais contemporâneos, provocando mudanças nas categorias interpretativas do paradigma clássico dos movimentos sociais. Assim, ganha força a luta identitária, seja no tocante às questões de gênero e sexualidade, com ênfase na atualidade no movimento de mulheres e LGBT, seja no recorte étnico-racial, enfatizado hoje pelo movimento negro e indígena, ou mesmo na luta por inclusão do movimento de pessoas com deficiência, dentre outros, conforme corrobora Gohn (2014, p. 133), quando cita os “movimentos sociais alternativos: ecológicos, feministas, de homossexuais, de negros, pela paz etc.”.

Enaltecemos, entretanto, o movimento de juventude, já que o ápice dos novos movimentos sociais foi a década de 1960, mais especificamente o ano de 1968, tido por Ventura (2006) como o “o ano que não terminou”, tendo em vista sua efervescência e influência até os dias de hoje. Já se passaram mais de 50 anos desde o surreal ano de 1968, classificado por Zappa e Soto (2008, p. 11) como “[...] ano louco, enigmático, revolucionário, utópico, radical, rebelde, mítico, inesperado, surpreendente, profético, das ilusões perdidas. Adjetivos não faltam”. Contudo, como o foco desse trabalho é o movimento LGBT, ainda acrescentaria uma expressão do “bajubá”⁴³, já que, sem dúvida, 1968 foi um ano “bafônico”⁴⁴, que mudou o pensamento e o comportamento de toda uma geração. De fato, 1968 merece todos esses predicados porque foi um ano marcante para as lutas sociais, sendo escolhido pelas Organizações das Nações Unidas (ONU) como o “Ano Internacional dos Direitos Humanos”, já que, nesse período, os jovens se rebelaram contra o sistema autoritário, econômico e opressor em várias partes do planeta.

O mundo estava dividido em dois blocos econômicos, liderados pela extinta União Soviética⁴⁵, que defendia o socialismo, e os Estados Unidos, na defesa intransigente do

⁴³ Bajubá, “baseada nas línguas africanas empregadas pelo candomblé, é a linguagem inicialmente pelas travestis e posteriormente estendida a todo universo gay” (VIP; LIBI, 2006. p. 2). Acrescentaria ainda que é “um dialeto que surgiu entre as travestis em locais de prostituição para se protegerem da repressão policial, tornou-se um código entre as travestis”, mas atualmente toda a comunidade LGBT utiliza palavras desse “dialeto” em seu cotidiano (GOMES, 2013, p. 22). Em 2006, Angelo Vip e Fred Libi publicaram o livro “Aurélia, a dicionária da língua afiada”, tido como o primeiro dicionário gay do Brasil, em que “[...] os autores por intermédio das travestis elaboraram uma coletânea embasada no “bajubá” - linguagens das travestis onde nesta podemos ver os significados de diversas palavras” (FERRAREZE; MOREIRA, 2015, p. 162).

⁴⁴ (do *bajubá*) S.f. Palavra que designa qualidade do que é muito bom ou lindo. Aquilo que chama muita atenção. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/baf%C3%B4nico/> Acesso em 23 out. 2020.

⁴⁵ De acordo com Pomar (2016, p. 29), “De 1890 até 1945, os principais Estados capitalistas lutam para dividir e redividir o domínio sobre o mundo. Lutam entre si e contra Estados menores”. O que resultou na Segunda Guerra Mundial e, como consequência, “um dos resultados desse longo período de conflitos foi a divisão do mundo em dois polos: um capitaneado pelos Estados Unidos, outro pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas [URSS], fundada oficialmente em dezembro de 1922 por iniciativa do regime nascido da Revolução

capitalismo: era a fase da Guerra Fria⁴⁶. Foi um tempo de prosperidade e crescimento industrial, mas os jovens estavam insatisfeitos com o ambiente “autoritário” e “injusto” em virtude da aceleração do crescimento, das guerras e da globalização. A juventude começou a fazer protestos em vários países contra o autoritarismo, a exemplo da “Alemanha, Itália, Bélgica, Holanda, Suíça, Dinamarca, Espanha, Reino Unido, Polônia, México, Argentina, Chile e Brasil” (ZAPPA; SOTO, 2008, p. 115).

Mas o gatilho da rebeldia da juventude nessa época foi acionado na França, quando os jovens protestaram contra a reforma do ensino superior, a repressão e a prisão de colegas que eram contrários à Guerra do Vietnã⁴⁷. Desse modo, os estudantes ocuparam a Universidade de Paris, em maio de 1968, e influenciaram “os operários de Paris a realizar protestos, ocupando fábricas e organizando passeatas e greves. E de protesto estudantil contra o autoritarismo das universidades, o movimento rapidamente transformou, com a adesão dos trabalhadores” (ZAPPA; SOTO, 2008, p. 117-119).

Historicamente, sabemos que, a partir de “maio de 1968”,

[...] houve uma grande revolução cultural e comportamental nos costumes e hábitos de uma geração que estava muito além de seus pais e antepassados, no sentido de anseios por um novo modo de vida. [...] Criaram identidades políticas-culturais, no sentido de pautarem novos temas de gênero, etnia, ser estudante, ser jovem, ser mulher etc. Eles queriam ser ouvidos. Não queriam ser mais conduzidos pelo passado, pela tradição, pelos velhos, pelos “tempos mortos” (GOHN, 2013, p. 13).

Essa revolução juvenil explodiu na França e se espalhou pelo mundo, a partir das manifestações estudantil-operárias, tendo a juventude passado a lutar por liberdade e contra a hierarquia e o autoritarismo. É perceptível o legado de 1968 em nossa cultura, já que aconteceu

Russa de 1917.” A URSS era formada por 15 países. Durou aproximadamente 69 anos, sendo dissolvida em 1991.

⁴⁶ A Guerra Fria teve início após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e a extinção da União Soviética, sendo marcada por conflitos e disputas pela hegemonia política, econômica e militar no mundo. Trata-se de um período no qual os Estados Unidos (EUA), representando o capitalismo, e a União Soviética, o socialismo, polarizaram as relações internacionais. Guerra Fria foi um tempo de conflito entre essas duas potências mundiais sem o uso de armas (POMAR, 2016).

⁴⁷ Para Zappa e Soto (2008, p. 19), considera-se a Guerra do Vietnã “o mais polêmico e violento conflito armado da segunda metade do século XX, foi o estopim para a insurreição de milhares de jovens no mundo inteiro”. Essa afirmação dos autores dá-se em virtude do que significou essa barbárie para o mundo. O Vietnã é um pequeno país da Ásia que vivia da plantação de arroz e que foi bombardeado pelos Estados Unidos, tido, até os dias atuais, como um dos países mais ricos e poderosos do mundo. Historicamente, os Estados Unidos “só entraram “oficialmente” na guerra em 1964, [quando] começaram a mandar para o Vietnã parte dos 540 mil soldados que seriam enviados até a sua retirada, em 1973”. Dessa maneira, o mundo passou a ver os conflitos sangrentos da Guerra do Vietnã, e ocorreu uma onda de protestos tanto nos Estados Unidos como em vários países no final dos anos de 1960 contra essa guerra (ZAPPA; SOTO, 2008, p. 20-21, *grifos dos autores*).

uma mudança de paradigma nos comportamentos, nas artes, na política e na sociedade em geral. A cena artístico-cultural estava em ebulição no final da década de 1960. O mundo escutava os *Beatles*, banda que se tornou símbolo da contracultura daquele período.

Evidenciamos, ainda, que, nos Estados Unidos,

[...] tribos de todas as cores, tendências e bandeiras saltaram a voz nas ruas e estradas da América: pacifistas, hippies, yippies, Panteras Negras, feministas, homossexuais, militaristas, libertários, militantes dos direitos civis, republicanos e democratas. O debate ideológico foi intenso, temperado muitas vezes pelos cassetes, bombas de gás e até mesmo tiros de polícia (ZAPPA; SOLO, 2008, p. 14).

Com isso, os autores recordam que a utopia e a luta por direitos civis e pela equidade racial começam (e seguem até hoje) nos Estados Unidos, de forma intensa e com uma série de contestações contra a opressão e o poder, como descrevemos anteriormente. A partir da citação, entendemos que, ao mesmo tempo em que a juventude protestava contra a Guerra no Vietnã, crescia um movimento de luta por direitos para os negros. As mobilizações pelos direitos civis nos Estados Unidos foram iniciadas em 1955⁴⁸ e, posteriormente, intensificadas nos anos 1960, quando surgiram as organizações “*Black Power*” e o “*Black Panther Party*”, que significa Partido das Panteras Negras, o qual lutava pelo fim da segregação racial norte-americana⁴⁹. Surpreendentemente, temos a sensação de que esses fatos históricos estão sendo atualizados e continuam influenciando o tempo presente na América do Norte, quando a população negra tem que ir repetidamente às ruas protestar por equidade racial e pelo fim do racismo estrutural que violenta e mata os negros e as negras (ZAPPA; SOTO, 2008, p. 44).

Enfim, esses acontecimentos da história das lutas sociais que ocorreram tanto na Europa como na América exemplificam a Teoria dos Novos Movimentos Sociais no seu tempo e momento histórico na luta por reconhecimento, identidades e direitos. Cabe ainda mencionar

⁴⁸ Em 1955, a costureira *Rosa Parks* desobedeceu à lei do apartheid racial no Alabama e em seguida contou com o apoio de *Martin Luther King* que, posteriormente, se tornaria uma das maiores referências na luta pelos direitos civis nos Estados Unidos e contra a segregação racial em seu país. Assim, *Martin Luther King* “[...] aos 26 anos, liderou um boicote contra os ônibus públicos em Montgomery, Alabama, depois da prisão da legendária *Rosa Parks*, uma humilde mulher negra que se negou a cumprir a lei que a obrigava a ceder seu lugar para um homem branco”. Depois de oito anos outro fato histórico que mudaria sua vida, “no dia 23 de agosto de 1963, *Martin Luther King* liderou a Marcha sobre Washington por Empregos e Liberdade. No Lincoln Memorial, perante 250 mil pessoas, pronunciou o emocionante discurso “Eu tenho um sonho” (ZAPPA; SOTO, 2008, p.100-101, grifos dos autores).

⁴⁹ O Partido dos Panteras Negras foi uma organização norte americana criada em 1966 por Booby Seale e Huey Newton, na cidade de Oakland, no estado da Califórnia. Inicialmente, tinha como objetivo defender os negros da violência e repressão policial nos guetos. Os Panteras Negras tinham um forte viés revolucionário com base nos ideais marxistas e enfrentavam a força do Estado para libertação dos negros. Mas a partir “anos 70, os Panteras se voltaram para a prática de serviços sociais nas comunidades negras e, em meados dos anos 80, o partido deixou de existir” (ZAPPA; SOTO, 2008, p. 98).

que a violência, o preconceito e a discriminação não aconteceram apenas com a população negra, mas contra mulheres e homossexuais.

De acordo com James Green (2003, p. 24), desde 1950, nos Estados Unidos, já existiam pequenos grupos na clandestinidade⁵⁰ que apontavam “a discriminação e homofobia numa época em que os direitos civis e as atividades antiguerra inspiraram uma segunda onda de feminismo e novas organizações pelos direitos dos gays e lésbicas no final da década de 1960 [sic]”.

Green (2003) faz menção à *Revolta de Stonewall*, que aconteceu em 28 de junho de 1969, em que gays, lésbicas e travestis enfrentaram a polícia, após sucessivos atos violentos e repressivos, “além de evidenciar uma fúria inusitada contra seus tradicionais repressores, também gritaram palavras de ordem insólitas para a época, como: “Poder Gay”, “Sou bicha e me orgulho disso”, “Eu gosto de rapazes” etc.” (MACRAE, 2011, p. 26, grifos do autor).

Aprofundar-nos-emos no terceiro capítulo sobre a história e a memória do movimento LGBT, tendo em vista o reconhecimento social e a relevância histórica de *Stonewall* para o surgimento do então Movimento Homossexual. Por fim, no próximo tópico, delinearemos os anos de chumbo vivenciados no Brasil durante a ditadura civil-militar (1964-1985) e as experiências de Educação no âmbito dos Direitos Humanos, para eles e com eles, que surgem “no contexto de redemocratização, iniciando-se na década de setenta e ampliando na década de oitenta, do século passado” (ZENAIDE, 2014, p. 38).

2.2 A educação em, para e com os direitos humanos no movimento social

Neste tópico, apresentamos a concepção de Educação que adotamos nesta tese, em que conceituamos a categoria Educação em Direitos Humanos (EDH), tendo em vista que é uma abordagem entrelaçada junto aos movimentos sociais. Desse modo, recorreremos ao Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) para delinear o conceito de EDH, conforme adotamos atualmente no Brasil. O PNEDH será detalhado no final deste item.

Assim, o PNEDH descreve a EDH como,

[...] um processo sistemático e multidimensional que orienta a formação do sujeito de direitos, articulando as seguintes dimensões: a) apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local; b) afirmação de

⁵⁰ A Mattachine Society, fundada em 1950, formada por membros do Partido Comunista, considerou o *status* socialmente marginal a que estavam relegados os homossexuais, como equivalente à discriminação a que estavam sujeitas as minorias brancas (GREEN, 2003, p. 24, grifos do autor).

valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade; c) formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente nos níveis cognitivo, social, ético e político; desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação de violações (BRASIL, 2009, p. 17).

Do mesmo modo, entendemos que essa percepção de EDH é “multidimensional” porque “orienta a formação do sujeito de direitos” que luta pela “afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos” e suas múltiplas identidades, especialmente nos movimentos sociais que reivindicam igualdade de direitos e reconhecimento de sua cidadania plena, pautas comuns no movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT). Este é o nosso de critério de escolha pela EDH, já que ela está intrinsecamente relacionada ao movimento LGBT, quando visa promover os direitos humanos e a cidadania desse segmento, a partir da formação da própria militância, no enfrentamento à violência, à intolerância e à discriminação contra a população LGBT, além da conscientização da sociedade em geral no que diz respeito aos direitos dessa comunidade.

Inicialmente, buscamos correlacionar as dimensões ética, crítica e política presentes no conceito de EDH com os referenciais teóricos da Educação Popular e com os marcos regulatórios internacionais de Direitos Humanos, a exemplo das Convenções Internacionais das Organizações das Nações Unidas (ONU), como também com os documentos oficiais que instituíram a EDH no Brasil.

A ONU lançou, há mais de 70 anos, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, DUDH (1948), logo após a Segunda Guerra Mundial. Nesse documento, estão os parâmetros ético-políticos que norteiam a proteção dos direitos humanos em todos os países signatários da ONU, inclusive, o Brasil. Já no primeiro dos seus 30 artigos, a DUDH preconiza que “todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade”. Nos anos de 1960, ainda foram lançados dois importantes instrumentos internacionais de Direitos Humanos, tais como os “Pactos Internacionais de Direitos Cíveis e Políticos e de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais”, em 1966, e a “Convenção Americana sobre Direitos Humanos”, em 1969 (BRASIL, 2008, p. 11; ZENAIDE, 2014).

Contudo, após a promulgação da DUDH pela ONU, da qual o Brasil subscreveu, cabe relembra, para não esquecermos jamais, que vivemos 21 anos de ditadura civil-militar, exatamente de 1964 a 1985. Em 1964, os Estados Unidos (EUA) davam início à Guerra contra

o Vietnã e apoiavam o golpe militar no Brasil, conforme exalta Zappa e Soto (2008, p. 22) “[...] no mesmo ano em que declararam guerra ao Vietnã, os Estados Unidos apoiaram o golpe contra o presidente brasileiro João Goulart⁵¹, considerado simpatizante do comunismo soviético pelo governo de Washington⁵²”.

Assim, ocorreu o ritual do golpe de Estado no Brasil com graves violações aos direitos humanos:

Em 1º de abril, os militares tomam o poder. O presidente do Senado Auro de Moura Andrade declara vaga a Presidência da República. O presidente da Câmara dos Deputados Ranieri Mazzilli assume interinamente. Prisões e protestos pelo país afora. A sede da UNE, no Rio, é incendiada e ocupada pelo governo militar. Uma Junta Militar composta pelas três Armas baixa o Ato Institucional que permite cassar mandatos e suspender direitos políticos. Entre os primeiros cassados estão João Goulart, Jânio Quadros, Miguel Arraes, Leonel Brizola, Luís Carlos Prestes e Celso Furtado, além de 29 líderes sindicais e alguns oficiais das Forças Armadas. A Universidade de Brasília – UNB é invadida por 400 policiais militares. Castelo Branco assume a Presidência da República em 15 de abril (BRASIL, 2008, p. 3).

Com essa citação, compreendemos que, já nos primeiros 15 dias do golpe de Estado, o Brasil passou a viver tempos sombrios, em que as liberdades fundamentais foram cessadas, sendo a juventude universitária um dos alvos iniciais, ocorrendo, assim, a invasão da “UNE”⁵³ e da “Universidade de Brasília” (MOTTA, 2014). Fatos como esses, além de perseguição, prisões e desaparecimento de estudantes e docentes deram-se em diversas universidades pelo país afora, inclusive na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Esse foi um tempo de repressão e de silenciamento de artistas, jornalistas, ativistas, parlamentares, estudantes, professores (as) e de todas as pessoas que se manifestaram e se opuseram ao Regime Militar. Apesar disso, houve resistência à ditadura, especialmente na arte e na cultura em geral, em que artistas, ao mesmo tempo em que foram censurados, protestaram e resistiram, tanto que, até hoje, temos uma vasta produção intelectual e cultural oriunda daquele período (FERREIRA, 2014; ZENAIDE, 1999).

⁵¹ João Belchior Marques Goulart, conhecido popularmente como Jango, assumiu a Presidência do Brasil após a renúncia de Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961. Após embates políticos com militares João Goulart tomou posse em 7 de setembro de 1961, mas em 1º de abril de 1964 foi destituído do cargo pelos militares (RODRIGUES, 2016). Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia/governo-de-joao-goulart/> Acesso em: 04 nov. 2020.

⁵² De acordo com Zappa e Soto (2008, p. 22), os Estados Unidos apoiaram o Golpe Militar no Brasil em 1964, tendo em vista que “[...] as provas do apoio vieram muitos anos depois, quando se soube que o então embaixador Lincoln Gordon e seu adido militar, o coronel Vernon Walters, participaram ativamente das decisões que antecederam o 31 de março de 1964.”

⁵³ União Nacional dos Estudantes.

De acordo com Silva (2003, p. 168),

A partir da metade dos anos de 1970, a sociedade começa a reagir aos tempos de autoritarismo e repressão, os movimentos sociais assumem um caráter de luta pela democratização da sociedade, de conscientização popular e reivindicação dos direitos, fazendo com que os diferentes trabalhos situados no campo da educação popular: educação política, de formação de lideranças, de alfabetização comecem a ser pensados dentro de uma análise crítica de sua relação com a educação escolar e da formação para o trabalho.

Com isso, o levante da resistência ao regime militar acontece a partir dos movimentos sociais que passam a criar uma espécie de pedagogia da resistência para não sucumbir e “descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação” (FREIRE, 2013, p. 2013). Dessa maneira, acontecem as primeiras experiências de educação popular que tem como referência o movimento de educação de base e cultura popular proposto pelo Educador Paulo Freire⁵⁴, cuja práxis ficou evidenciada em suas obras, entre elas: “Educação como Prática da Liberdade” (1983), “Pedagogia do Oprimido” (2013) e “Pedagogia da Esperança” (2012).

Freire inspirou e motivou a educação popular em diversos Estados brasileiros, especialmente no Nordeste, em que destacamos a Campanha “De Pé no Chão também se aprende a Ler”, em Natal, Rio Grande do Norte, o Movimento de Cultura Popular no Recife, Pernambuco, entre outras. Para Streck (2010, p. 301), “a referência mais marcante desse movimento pedagógico-político-cultural é o projeto de Paulo Freire em Angicos, no Rio Grande do Norte, em 1963”. Fato confirmado por Fávero (2013, p. 52, grifos do autor), que ainda acrescenta, nesse histórico, a bem-sucedida (e até hoje mencionada em textos e palestras) “Campanha de Educação Popular (CEPLAR) da Paraíba. Foi um dos “laboratórios” na definição do Sistema Paulo Freire de Alfabetização de Adultos, trabalhando com grupos de domésticas e operários em João Pessoa”.

⁵⁴ Paulo Reglus Neves Freire nasceu no dia 19 de setembro de 1921, no Recife, Pernambuco. Trabalhou no Serviço Social da Indústria (SESI) de Pernambuco e no Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife, onde lecionou História e Filosofia da Educação. Durante a Ditadura Civil-Militar ocorrida no Brasil, foi perseguido, preso e teve que se exilar no Chile. Atuou profissionalmente em vários países do mundo. “Em 1980, depois de dezesseis anos de exílio, retornou ao Brasil para “reaprender” seu País, como ele afirmou ao chegar” em solo brasileiro (GADOTTI; ABRÃO, 2012, p. 11). Freire lecionou na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Foi ainda Secretário de Educação do Município de São Paulo. Recebeu diversos prêmios e título de doutor *honoris causa* em 27 universidades. No dia 26 de novembro de 2009, a Comissão da Anistia do Ministério da Justiça declarou Paulo Freire Anistiado Político “com pedido de desculpas por atos criminosos cometidos pelo Estado” (op. cit., p. 10). Em 2012, a ex-Presidente Dilma Rousseff sancionou a Lei nº 12.612, de 13 de abril de 2012, que declarou o Educador Paulo Freire como Patrono da Educação Brasileira. Paulo Freire morreu em 2 de maio de 1997 aos 75 anos.

De acordo com Streck (2013, p. 359):

O trabalho de Paulo Freire estava inserido nos grandes movimentos populares que marcaram a década de 1960 e foram interrompidos com a instalação das ditaduras na América Latina. Houve depois um surdo movimento de resistência e de reagrupamento de forças, quando a educação popular passou para a clandestinidade, com as prisões, exílios, censuras e outras violações e violência que fazem parte das ditaduras. Com a redemocratização, restaura-se a luta pelos direitos, entre eles a educação. No Brasil, pode-se ver uma culminância desse processo na promulgação da Constituição de 1988.

Portanto, partimos do entendimento de que a Educação em Direitos Humanos no Brasil emergiu e foi impulsionada a partir das práticas da Educação Popular, “movimentos populares que marcaram a década de 1960” e se reconfigurando nos anos de 1980, com base em um movimento que ocorreu em toda a América Latina, tendo em vista que vários países da América do Sul também passaram por “violações e violência” dos regimes de opressão e ditatoriais. Daí, a luta pelos direitos humanos e a educação surge no Brasil e na América Latina “no contexto das lutas e movimentos sociais de resistência contra o autoritarismo dos regimes ditatoriais e das lutas por redemocratização” (ZENAIDE, 2014. p. 39).

Neste sentido, Candau (2007, p. 401) complementa, afirmando:

No entanto, a partir dos anos de 1980, as organizações e movimentos de Direitos humanos, sem deixarem de se dedicar à denúncia das violações realizadas e de promoverem ações orientadas à proteção e defesa dos direitos, ampliam seus horizontes de preocupações e seus espaços sociais de atuação. [...] As experiências de educação em Direitos Humanos têm se multiplicado ao longo de todo o continente latino-americano. A partir das informações disponíveis, constatamos que a maior parte delas tem sido realizada em âmbitos de educação não formal, aspecto tradicionalmente privilegiado pela educação popular.

Tanto Candau (1999; 2007) como Zenaide (2014) destacam que importantes organizações internacionais, tais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Conselho de Educação Popular da América Latina e do Caribe (CEAAL) e o Instituto Interamericano de Direitos Humanos (IIDH), passaram a evidenciar o trabalho de educação popular e de educação não formal desenvolvido no Brasil contra o autoritarismo e de conscientização dos sujeitos de direitos para o pleno exercício de sua cidadania ativa no processo de redemocratização do país.

As primeiras iniciativas de educação popular aconteceram em associações comunitárias, pastorais sociais e grupos das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja Católica, vinculados à Teologia da Libertação, assunto aprofundado no quarto capítulo deste trabalho

acadêmico, quando descrevemos as ações educativas do MEL. Já as experiências pioneiras de educação voltadas aos Direitos Humanos foram estimuladas pela Comissão de Justiça e Paz, na cidade de São Paulo; pelo Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba; a ONG Novamérica, do Rio de Janeiro; a Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos – RBEDH e as entidades que integravam o Movimento Nacional de Direitos Humanos – MNDH (BRASIL, 2013; PEREIRA, 2017; SANTOS *et al*, 2015; ZENAIDE, 2016).

Tendo em vista que o lócus deste estudo é o Estado da Paraíba, buscamos identificar as experiências de educação popular, com foco nos Direitos Humanos, surgidas no âmbito local desde o final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980. Como também apontamos novos agrupamentos sociais identitários que surgiram logo após o processo de redemocratização do país, conforme observamos no quadro abaixo:

Quadro 2 – Experiências de Educação em Direitos Humanos da sociedade civil da Paraíba (1978-1996)

ORGANIZAÇÃO	SIGLA	ANO DE FUNDAÇÃO	ÁREA DE ATUAÇÃO
Associação Paraibana dos Amigos da Natureza	APAN	1978	Estado
Serviço de Educação Popular	SEDUP	1981	Guarabira
Associação Santos Dias	ASD	1982	João Pessoa
Associação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo Paraibano	MMT	1982	Brejo paraibano
Sociedade de Assessoria aos Movimentos Populares e Sindicais	SAMOPS	1985	João Pessoa
Centro da Mulher 8 de Março	CM8M	1990	João Pessoa
Cunhã – Coletivo Feminista	CUNHÃ	1990	João Pessoa
Movimento do Espírito Lilás	MEL	1992	João Pessoa
Fundação de Defesa dos Direitos Humanos “Margarida Maria Alves”	FDDHMMA	1994	João Pessoa
Associação de Prevenção à AIDS	AMAZONA	1996 ⁵⁵	João Pessoa

Fonte: Relatório de Experiências de Educação em Direitos Humanos na Paraíba (ZENAIDE, 1999).

Todas as organizações da sociedade civil elencadas acima tinham ou têm finalidades distintas, dentre as quais, destacamos a APAN, cujo princípio é educar a população para uma consciência ecológica e a preocupação com o meio ambiente. É uma das instituições mais antigas ainda em atuação na Paraíba, com mais de 40 anos. Recordo que, ainda em meados dos

⁵⁵ De acordo com Machado (2017, p. 40) a AMAZONA, “surgiu em abril de 1996, data em que se constitui sua fundação informal, ou seja, que passou a existir de fato (pois já realizava sua ação social), mas só foi legalmente registrada em 1998, em João Pessoa.” A AMAZONA surgiu a partir de um projeto desenvolvido pela ONG francesa ESSOR, a qual desenvolvia ações de prevenção à AIDS no Brasil.

anos de 1990, conhecemos o trabalho educativo dessa associação por meio da aguerrida ativista ambiental Paula Frassinete na luta contra a construção de gabiões⁵⁶, para preservar as praias da cidade de Cabedelo, município da região metropolitana da capital paraibana. A APAN, ao longo dos anos, tem desenvolvido ações e campanhas educativas voltadas à questão ambiental, tais como a preservação do Rio Jaguaribe na capital paraibana, mas também participou ativamente de atividades do movimento LGBT tanto nas paradas como nos eventos de combate a discriminação e violência.

O SEDUP, em pleno funcionamento até hoje e com 40 anos de existência, é uma associação oriunda do Serviço da Diocese de Guarabira, município da região do brejo paraibano, que atua com a educação popular em diferentes ações educativas e políticas junto às pastorais e aos movimentos populares. É instituição do campo da educação popular que se tornou referência em todo o Estado da Paraíba, contribuindo com a formação e o fortalecimento de novos agrupamentos e movimentos sociais, a exemplo do movimento LGBT. Foi um forte parceiro e aliado do MEL na primeira década dos anos 2000, conforme será descrito no decorrer do trabalho. De acordo com Moreira (2021, p. 189), a fundação do SEDUP foi resultado de um “[...] processo vivido pelos intelectuais e militantes de esquerda no Brasil após o golpe militar, tendo como mediação dessa colaboração a Igreja Católica. No início de sua estruturação o SEDUP recebeu intelectuais brasileiros engajados nos movimentos sociais”.

Um fato histórico importante a destacar nesse período de criação da APAN, SEDUP, ASD, MMT e SAMOPS é que coincide com a abertura política do Brasil, período do início da luta pela campanha das “Diretas Já” e pela “Constituinte”, que, após um longo processo, resultou na Constituição Federal, promulgada em 05 de outubro de 1988, na qual identificamos os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em cujo artigo 5º evidencia que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, 2007, p. 15).

No Quadro 2, ainda salientamos que, a partir dos anos de 1990, com a conquista da “Constituição Cidadã” de 1988, a luta por dignidade e direitos motivou a sociedade civil a criar espaços de convergência. Assim, foram criados o CM8M e o CUNHÃ – Coletivo Feminista, duas importantes entidades da Paraíba que, há mais de 30 anos, estão atuando no fortalecimento e na organização política das mulheres, a partir de ações educativas no tocante às questões de gênero, violência contra a mulher, Direitos Humanos, saúde, entre outras temáticas.

⁵⁶ É uma “estrutura metálica armada, feita de arames ou malha (tipo cesto), preenchida com pedra britada, usada para contenção de erosão”. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/gabiao/> Acesso em: 04 nov. 2020.

O MEL participou ativamente junto com o Centro da Mulher 8 de Março de campanhas e ações educativas em escolas públicas sobre sexualidades, prevenção e enfrentamento à violência sexual. Tanto o CM8M como o CUNHÃ – Coletivo Feminista vêm atuando ao longo dos anos junto à sociedade pelos Direitos Humanos e legais das mulheres, denunciando anualmente as estatísticas de violências e feminicídios cometidos no Estado da Paraíba.

Nesse período, também foi fundada a FDDHMMA, uma organização social surgida a partir do trabalho eclesial da Arquidiocese da Paraíba⁵⁷ na defesa dos Direitos Humanos. A FDDHMMA sempre atendeu a população que tinha dificuldade de acesso ao Poder Judiciário e, desde o início dos anos 2000, vem se destacando na realização do Curso de Formação de Juristas Populares. Para Linhares e Zenaide (2016, p. 146):

O Curso de Formação de Juristas Populares vem, portanto, ao encontro dessa situação, por oferecer informações que permitem aos(as) participantes trabalhar na perspectiva do empoderamento das comunidades em que atuam, através do conhecimento dos seus direitos, criando uma verdadeira rede de conhecimento, capacitação constante e ação direcionada para solucionar problemas da comunidade.

Já participaram desse processo de formação da FDDHMMA ativistas tanto do MEL como das demais entidades integrantes do movimento LGBT paraibano, o que foi de fundamental importância para aprofundar conhecimentos sobre as diversas áreas do Direito, tais como Direitos Humanos, Direito Penal, relações de gênero, Direito Civil, entre outros.

Nesse conjunto de instituições, apartamos a fundação do MEL, instituição tema de nossa pesquisa, e da AMAZONA, associações civis criadas simultaneamente na década de 1990, voltadas à atuação junto aos homossexuais e profissionais do sexo, respectivamente, sobretudo na prevenção da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), desenvolvendo ações educativas, culturais e preventivas por meio de projetos financiados pelo poder público (GOMES, 2016; MACHADO, 2017). A relação da AMAZONA junto ao MEL sempre foi profícua e próxima, já que atuavam com o público semelhante no início da atuação das entidades, chegando a coordenarem juntas o Fórum de ONG/Aids da Paraíba, o que possibilitou ações conjuntas e aproximação constante dos educadores de ambas as instituições, a exemplo do educador popular Maxwell Castelo Branco Nogueira, que é associado e já foi tesoureiro do MEL (2000-2002), tendo também coordenado a AMAZONA por vários anos, sendo atualmente do conselho administrativo da ONG.

⁵⁷ A FDDHMMA é sucessora do “Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba, criado em 1976, pelo então Arcebispo Dom José Maria Pires” (ZENAIDE, 1999, p. 48).

Notadamente, todas as instituições paraibanas que ilustraram o Quadro 2 e prosperaram nos anos de 1990, tais como CM8M, CUNHÃ, MEL, FDDHMMA e a AMAZONA tinham em comum um fazer educativo voltado para a EDH. De acordo com Luciano Bezerra Vieira, um dos fundadores do MEL, era um tempo de se “organizar enquanto uma entidade de base onde se exercita a denominada “democracia direta”, em assembleias e reuniões construídas com a participação de todos (as) [sic]”. Ainda que Vieira estivesse explicitamente discorrendo sobre o MEL, podemos sentenciar que o diálogo e a conscientização de homens e mulheres atendidos pelas organizações da sociedade civil tornaram-se uma prática constante nas instituições, ora realizando oficinas pedagógicas, rodas de diálogos, ora promovendo palestras em escolas e participando de mesas redondas em eventos junto à universidade e ao poder público (VIEIRA, 1999, p. 38, grifos do autor).

Por esse motivo, concordamos com Carbonari (2008, p. 67) quando afirma que “a educação popular é a pedagogia da educação em direitos humanos, sobretudo quando entendida como dinâmica e processo dos movimentos sociais”, já que a EDH articula estratégias pedagógicas da educação popular para a construção de uma cultura de respeito à diversidade e aos direitos humanos.

Essa percepção da educação popular para os direitos humanos no cotidiano é corroborada por José Francisco de Melo Neto (2008, p. 437), pesquisador do campo da educação popular, quando afirma:

A educação popular em sua dimensão política passa a se orientar por princípios da autonomia e da emancipação. Em qualquer ambiente onde ocorra o fenômeno da educação, aí esses valores precisam estar presentes – os valores dos direitos humanos. [...] Ora, no cotidiano, as reivindicações populares vão se constituir como elementos educativos dessa educação e se concretizar como componentes dos direitos humanos. [...] Uma educação que vislumbra a mobilização e a organização de todo e qualquer processo que promova a participação das pessoas nos mecanismos de decisão. Os conteúdos e as práticas dessas reivindicações tornam-se efetivos como direitos humanos.

Essas “reivindicações” apontadas pelo autor são elementos essenciais no processo de formação política dos movimentos sociais, especialmente nos agrupamentos de luta identitária, já que reivindicam reconhecimento social, direitos e políticas públicas, tais como o movimento de mulheres, movimento LGBT, movimento negro, entre outros. Daí o nascimento emergente do CM8M, CUNHÃ, MEL e AMAZONA em meados dos anos 1990.

A supracitada década foi de fundamental importância para a Educação em Direitos Humanos, já que ocorreram vários momentos significativos, como o “Fórum Internacional

sobre Educação para os Direitos Humanos e Democracia”, em Túnis, Tunísia, e o “Congresso Internacional sobre Educação para os Direitos Humanos e Democracia”, em Montreal, Canadá. Ambos os eventos aconteceram no ano de 1992 e foram as bases para a sistematização e a institucionalização da EDH, tendo em vista que resultaram na proposição do “Plano de Ação Mundial sobre Educação para os Direitos Humanos e Democracia” (ZENAIDE, 2014).

Para Zenaide (2014, p. 37), esse Plano de Ação foi “uma estratégia abrangente para a educação no nível formal, informal e não formal, incluindo a educação popular e de adultos, a educação na família, a educação nos espaços não-formais”. Tal plano foi construído e apresentado no ano anterior, sendo aprovado com a participação de ativistas, educadores (as) e militantes de todo o mundo que representaram o Fórum Mundial de Organizações Não Governamentais na “II Conferência Mundial dos Direitos Humanos”, realizada de 14 a 25 de junho de 1993, em Viena, Áustria.

A Conferência de Viena com sua declaração e plano de ação tornou-se um marco histórico para os direitos humanos porque pautou, na agenda política dos países signatários da ONU, a inclusão dos Direitos Humanos, a democracia, a paz, o desenvolvimento e a justiça social nos currículos, planos e programas de ensino, além de reafirmar “a obrigação para os Estados garantir que as pessoas pertencentes a minorias possam exercer de forma plena e efetiva todos os Direitos humanos e liberdades fundamentais sem qualquer discriminação e em plena igualdade perante a lei” (VIENA, 1993, p. 4).

Os anos de 1990 foram marcados por grandes eventos e conferências da ONU em que temáticas de meio ambiente, habitação, desenvolvimento sustentável, direitos humanos, direitos das mulheres e direitos sexuais estavam em pauta⁵⁸. Mas, sem dúvida, a “oficialização” da EDH

⁵⁸ O Ciclo de Conferências promovido pelas Nações Unidas na década de 1990 foi iniciado em 1992 com a realização da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a ECO 92, no Rio de Janeiro, Brasil. No Cairo, capital do Egito, aconteceu a **Conferência Internacional das Nações Unidas sobre População e Desenvolvimento**, em 1994. Na ocasião foi debatido um programa de ação sobre os direitos reprodutivos e sexuais, mas após do evento a questão dos direitos sexuais foram eliminados do texto final. De acordo com Zenaide (2014, p. 37, grifos nossos), no ano de 1994, “o Conselho da Europa aprova a Declaração sobre o Ensino dos Direitos Humanos e o Plano de Ação Integrado sobre a Educação para a Paz, os Direitos Humanos e a Democracia, elaborado na **Conferência Internacional de Educação em Genebra** (1994) e ratificado pela UNESCO” no ano seguinte. Em 1995, aconteceu em Copenhague, na Dinamarca a **Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social** e a **IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Mulher**, em Beijing, China, que ficou conhecida como a **Conferência de Beijing** definiu os direitos das mulheres no campo da sexualidade (CORRÊA, 2009). No ano de 1996, os estados signatários das Nações Unidas assinaram a **Declaração de Istambul sobre Assentamentos Humanos e o Programa Habitat II**, em Istambul, Turquia. A Organização do Estados Americanos realizou a VII Cimeira Ibero-Americana realizada na Venezuela, de 8 a 9 de novembro de 1997”, em que foi aprovada a Declaração de Margarita com o tema “Os Valores Éticos da Democracia” (ZENAIDE, 2014). No final da década, especificamente no ano de 1999, “o Governo Brasileiro iniciou a preparação da participação do país para a **III Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e outras formas de intolerância**, que foi realizada de 31 de

como política pública no Brasil e em outros países é fomentada a partir da proclamação da “Década da Educação em Direitos Humanos” pela ONU⁵⁹, que ocorreu de 1º de janeiro de 1995 a 31 de dezembro de 2004. Todavia, Zenaide (2014, p. 44, grifos da autora) afirma: “[A] institucionalização da educação em direitos humanos por parte do poder público começou após a Constituição de 1988. Em 1996, com o “Programa Nacional de Direitos Humanos”, inserimos o eixo Educação e Cidadania: bases para uma Cultura de Direitos Humanos”.

É notório que a década de 1990 proporcionou inúmeros embates entre organizações sociais, universidades e poder público, o que resultou na criação da Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos (RBEDH), em 1995, fortalecendo, assim, a sociedade civil. Em seguida, no ano de 1996, instituiu-se a Secretaria de Direitos Humanos, no então Ministério da Justiça, que elaborou o primeiro “Programa Nacional de Direitos Humanos” (PNDH 1) antes citado por Zenaide (2014).

Com o PNDH 1, o Brasil materializou o compromisso firmado com a ONU na consolidação de uma Política Nacional de Direitos Humanos (BRASIL, 1996). Em 2002, o PNDH II contemplou pautas do movimento LGBT, desde a discussão da parceria civil entre pessoas do mesmo sexo, o que ainda não era realidade no país⁶⁰, além da propositura de programas voltada ao combate à violência contra LGBT, culminando posteriormente com a “elaboração do Programa Brasil sem Homofobia (BSH) Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT e Promoção da Cidadania Homossexual” (BRASIL, 2002; GOMES, 2016, p. 67).

Entretanto, a consolidação da EDH como política pública ocorre quando é criado o “Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos – CNEDH e posteriormente com a elaboração e publicação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos – PNEDH em 2003”, sendo esses dispositivos fundamentais para que a EDH se transformasse em uma política de Estado (BRASIL, 2013, p. 11).

agosto a 08 de setembro de 2001, em Durban, na África do Sul”. A Conferência de Durban foi de fundamental importância para a mudança de paradigmas no tocante as políticas públicas para a população LGBT no Brasil, conforme na análise realizada pelo pesquisador em sua dissertação de mestrado sobre o Brasil sem Homofobia (BSH): Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT e Promoção da Cidadania Homossexual (GOMES, 2016, p. 16).

⁵⁹ Resolução 49/184, aprovada na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, em 23 de dezembro de 1994 (BRASIL, 2013, 29).

⁶⁰ “Em 5 de maio de 2011 o Supremo Tribunal Federal reconheceu a união homoafetiva como entidade familiar, com os mesmos direitos das uniões estáveis entre pessoas heterossexuais.” (REIS, 2018a, p. 48). Mas ainda de acordo como autor, só a partir de 14 de maio de 2013 é que o Conselho Nacional de Justiça aprovou a Resolução nº 175, permitindo em todo o Brasil o casamento civil ou conversão de união estável em casamento entre pessoas de mesmo sexo.

O PNEDH foi publicado originalmente em 2003, após ampla participação social, por meio da articulação do CNEDH, Ministério da Justiça e Ministério da Educação, com o apoio da UNESCO. O PNEDH tem cinco eixos que tratam da 1) Educação Básica; 2) Educação Superior; 3) Educação Não Formal; 4) Educação dos Profissionais dos Sistemas de Justiça e de Segurança; 5) Educação e Mídia. O PNEDH dispõe de 13 objetivos, entre os quais, destacamos: “[...] propor a transversalidade da educação em direitos humanos nas políticas públicas, estimulando o desenvolvimento institucional e interinstitucional das ações previstas no PNEDH nos mais diversos setores”, seja na área da educação, cultura, saúde ou na segurança pública (BRASIL, 2009, 18).

De acordo com Bittar (2019, p. 572, grifos do autor), o PNEDH é “uma *referência unificadora*, para efeitos da integração cultural e educacional em todo o Brasil, e um *documento-símbolo* da consagração das lutas globais, regionais, nacionais e locais, inclusive considerado o seu interesse sintetizado para todo o continente latino-americano⁶¹”.

Outro importante instrumento da concretização da EDH em âmbito nacional foi o PNDH 3⁶², aprovado na XI Conferência Nacional de Direitos Humanos, que dispõe de um eixo específico sobre “Educação e Cultura em Direitos Humanos”. Assim, o PNDH-3 e o PNEDH são referências da “política nacional de Educação e Cultura em Direitos Humanos, estabelecendo os alicerces a serem adotados nos âmbitos nacional, estadual e municipal” (BRASIL, 2010, p. 185).

Em 2012, o Ministério da Educação aprova as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (DNEDH). As diretrizes estão em consonância com a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96). Cabe mencionar que as DNEDH consistem em um documento oficial que promove a inserção da Educação em Direitos Humanos na educação básica, inclusive, na formação inicial e continuada dos profissionais de educação, visando a uma mudança de paradigma e transformação social no ambiente escolar.

Por fim, recorro às palavras de Nazaré Zenaide (2008, p. 135), que, junto a outras educadoras e educadores em Direitos Humanos, esteve no processo de elaboração do PNEDH, que resultou no reconhecimento da EDH como uma política pública, sendo que “o direito à

⁶¹ Na América Latina, o Peru foi o primeiro país a elaborar o *Planes Nacionales de Educación em Derechos Humanos*, em 1990. Em 1998, o Equador lançou *Plan Nacional de Derechos Humanos*. Já no ano de 2003, foi a vez do Panamá lançar o seu *Plan Nacional de Acción Integral para la Educación em Derechos Humanos* (BITTAR, 2019, p. 572).

⁶² Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009. Atualizado pelo Decreto nº 7.177, de 12 de maio de 2010 (BRASIL, 2010).

educação em direitos humanos foi sendo conquistado, inicialmente, pelas entidades da sociedade civil que, na modalidade não-formal, desenvolveram as primeiras experiências de educação em e para os direitos humanos, engajadas nos processos de resistências e de conquistas de direitos”.

2.3 Conceituando a memória institucional do MEL

Mais uma vez, iniciamos um tópico deste capítulo recorrendo a um fato do presente para fazermos relação com o passado, tal como fizemos nos itens anteriores, tendo em vista que essa relação do tempo passado-presente-passado é recorrente e constante nos diversos momentos da história, das lutas sociais e de nossas vidas (LE GOFF, 1990).

No ano de 2020, logo depois do “Dia do Orgulho LGBT”⁶³, celebrado em 28 de junho, o ativista Renan Palmeira⁶⁴ postou em suas redes sociais um longo texto em alusão à data, conforme fragmento abaixo:

Vi algumas postagens, em que eu aparecia, eram fotos antigas de um jovem de vinte anos que após a universidade estava animado para engrenar no mundo. Nessa época tinha muitos sonhos e aspirações, encontrei o ativista Luciano Vieira, que me acolheu, me ensinando que o bem tem que ser compartilhado. [...] Esse projeto era o Movimento do Espírito Lilás (MEL), no qual me permiti viver a cultura de respeito, amor ao próximo e solidariedade. O movimento LGBT foi capaz de abrigar diversos seres humanos, colaborou com a redemocratização do país, enfrentou e sobreviveu ao estigma da epidemia do AIDS, lutou contra o discurso de ódio e colaborou com as políticas públicas [sic] (mensagem postada)⁶⁵

A postagem do militante do MEL é repleta de memórias, com elementos da sua própria memória individual perpassando pela coletiva, conforme já definiu Halbwachs (2003, p. 12), afirmando que “a memória individual existe, mas está enraizada em diferentes contextos que a

⁶³ O “Dia do Orgulho LGBT”, anteriormente conhecido como o “Dia do Orgulho Gay”, tem sua origem nas lutas em torno do Bar *Stonewall*, no bairro *Greenwich*, em Nova York, no dia 28 de junho de 1969, quando explodiu uma rebelião de travestis e gays denominada “Revolta de Stonewall”, circunstância na qual uma multidão se rebelou contra a polícia, que tentava prender homossexuais, travestis e transexuais. “A partir de então, foi criado o *Gay Pride* e a resistência conseguiu a atenção de muitos países, em especial dos Estados Unidos, para os seus problemas.” Essa data é o marco do surgimento do moderno movimento pelos direitos das pessoas LGBTI+ (REIS, 2018a, p. 84).

⁶⁴ Renan Palmeira foi um dos interlocutores desse estudo. Foi presidente do MEL, Licenciado em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e atualmente professor da Rede Estadual de Ensino.

⁶⁵ No dia do orgulho LGBTQI+. [João Pessoa], 29 jun. 2020. Instagram: @renanpalmeira_. Disponível em: https://www.instagram.com/renanpalmeira_/. Acesso em: 05 nov. 2020.

simultaneidade ou a contingência aproxima por um instante”. De fato, concordamos com o autor, já que identificamos “diferentes contextos” nas lembranças do ativista quando faz menção ao “*Movimento do Espírito Lilás (MEL)*”, instituição que o acolheu por meio da sua principal liderança, o Educador “*Luciano Vieira*”.

Assim, Renan Palmeira compartilha que aprendeu uma “*cultura de respeito, amor ao próximo e solidariedade*”, junto à militância no MEL. De acordo com Thiesen (2013, p. 78), “as relações entre indivíduos e instituições são de fundamental importância para o processo de formação/aprendizagem social e política que conduz as ações de cidadania” tão difundidas pelo movimento LGBT.

Ao final do texto, o membro do MEL enfatiza que o movimento “*enfrentou e sobreviveu ao estigma da epidemia do AIDS*”, fazendo referência ao histórico do então Movimento Homossexual hoje conhecido como Movimento LGBT, surgido no Brasil no final dos anos 1970. Facchini (2007) traçou a trajetória do movimento em “ondas”, e a “primeira onda” ocorreu no período do início da abertura política do país, por volta de 1978, quando surgiram os primeiros grupos, principalmente no eixo Rio de Janeiro-São Paulo. Já a chamada “segunda onda” aconteceu em meados da década de 1980 e foi marcada pelo processo de redemocratização do Brasil e a eclosão da epidemia da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) no mundo, afetando, especialmente, os gays em nosso país.

A “terceira onda” do movimento no Brasil caracterizou-se pelo reflorescimento com o surgimento de novos grupos na década de 1990. Neste contexto, foi fundado o MEL, em 06 de março de 1992, em João Pessoa, capital da Paraíba. Assim, no decorrer de sua trajetória, parcerias com o poder público e com Instituições de Ensino Superior foram sendo estruturadas e promovidas, desencadeando diversas conquistas, em que apartamos leis, políticas públicas, equipamentos de proteção e segurança pública, centros de referência de enfrentamento à LGBTfobia, além de ações de formação e projetos de extensão, ensino e pesquisa no âmbito acadêmico.

Em 2022, o MEL completará 30 anos de fundação. São cerca de três décadas de militância voltada à promoção e à defesa dos direitos e da cidadania LGBT, sendo seu objetivo primordial enfrentar a homofobia e trabalhar por uma sociedade mais justa e humana, e “ao longo de sua trajetória política e cultural, consiste de um leque de ações de educação em direitos humanos, como cursos de capacitação, oficinas, pesquisas, denúncias e mobilizações” em torno da cidadania LGBT, promovendo, ainda, a organização e a interiorização do Movimento LGBT na Paraíba, além da articulação com as diversas instâncias de governo e controle social (VIEIRA, 2008, p. 158).

Simões e Facchini (2009, p. 11) afirmam que o movimento LGBT,

[...] é um protagonista importante nesse campo de lutas que incidem sobre a sexualidade, como dimensão abrangente e crucial, seja no plano da vida social ou da subjetividade, seja nos modos como nos reconhecemos e somos reconhecidos. Ao mesmo tempo, o movimento LGBT, assim como os sujeitos que pretende representar, carrega as ambivalências, os paradoxos e as tensões que constituem a sociedade e a cultura em que estão mergulhados.

Daí a importância de evidenciar essas “ambivalências, os paradoxos e as tensões” que fazem parte das memórias do MEL, tendo em vista que o movimento LGBT vem ocupando as ruas e reivindicando políticas públicas, em especial, a partir de 2003, com a ascensão de partidos do campo progressista aos governos, nas esferas federal, estadual e municipal. Dessa maneira, ocorreu uma maior institucionalização do movimento LGBT, resultando na participação e em propostas da militância na Conferências Nacionais LGBT (2008; 2011; 2016) e nas Conferências Nacionais de Educação e nas de Direitos Humanos.

De acordo com Tedesco (2013, p. 345), “rememorar pode significar retirar do esquecimento eventos marcantes, cuja importância considera-se fundamental para subsistência, tanto do grupo, quanto de sua ética”, assim como postou o ativista Renan Palmeira (dado mencionado na página inicial deste item) ao “rememorar” seus “sonhos e aspirações” ao ingressar no MEL. E foram esses aspectos da intersubjetividade da memória individual dos sujeitos que compuseram o MEL, que, segundo Halbwachs (2003), são parte da memória coletiva e passam de geração para geração. Portanto, a memória, seja na dimensão subjetiva ou política do MEL, é uma construção social que buscamos com esse estudo.

Para Le Goff (1990, p. 423), a memória é a capacidade do indivíduo de “conservar certas informações”. Assim, entendemos que as lembranças e vivências do passado, no âmbito individual ou coletivo, fazem parte da memória. Fatos que, na maioria das vezes, não estão contemplados na história, porque fazem parte da esfera privada dos indivíduos, especialmente das minorias sociais que foram invisibilizadas ao longo da história.

Assim, Pollak (1989, p. 4, grifos do autor) reforça a necessidade de um contradiscurso dos “excluídos, dos marginalizados e das minorias” para que sejam ressaltadas as:

[...] memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “Memória oficial”, no caso a memória nacional. Num primeiro momento, essa abordagem faz da empatia com os grupos dominados estudados uma regra metodológica e reabilita a periferia e a marginalidade.

Com isso, a memória vem sendo, ao longo dos anos, um tema recorrente na Educação em Direitos Humanos (EDH), já que segmentos sociais, especialmente os movimentos de luta identitária (tais como as mulheres, LGBT, indígenas, população negra, entre outros) foram ocultados ao longo da “memória nacional”, ou melhor, da história oficial (FERREIRA, 2007; 2008). Entretanto, a EDH, a partir do lançamento do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), abordado no item anterior deste capítulo, vem estimulando o direito à memória e à verdade, no tocante ao acesso à informação do regime ditatorial que o Brasil viveu de 1964 a 1985 (BRASIL, 2003). Dessa maneira, o “educar para o nunca mais” é um princípio e uma estratégia metodológica da EDH, cujo objetivo é “resgatar a memória histórica, romper a cultura do silêncio e da impunidade” durante os anos de ditaduras civil-militar no Brasil e na América Latina, tanto na educação básica como na educação superior, cujos níveis de ensino são eixos de atuação do PNEDH, sendo, inclusive, o direito à memória e à verdade incorporado como um dos eixos do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH 3), em 2010 (CANDAU, 2008, p.190).

Os estudos sobre memória ganharam impulso no Brasil, de maneira especial com as transformações que o país e o mundo passaram, tendo como referenciais teóricos Pollak (1989), Halbwachs (2003) e Ricouer (2007), e sendo tema de investigação em diversas áreas do conhecimento, a exemplo da História, Ciências Sociais, Ciências da Informação, Educação, Psicologia, dentre outras. Na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), desde 2007, o tema da memória vem sendo abordado nas pesquisas junto aos Programas de Pós-Graduação de História e de Educação, expandindo-se para outras áreas do conhecimento (ZENAIDE *et al*, 2020).

Desse modo, compreendemos que a memória é um constructo polissêmico, interdisciplinar e transdisciplinar com aspectos subjetivos e políticos, tanto que, na atualidade, vem se discutindo o conceito de memória política no campo da psicologia política, em que é investigado o fenômeno político articulado com o cultural e o psicológico. Para Hernandez (2020, p. 19), “a memória política também está atravessada pela memória histórica e social. Assim, somos e recordamos as memórias que contaram sobre nós, sobre nossos grupos, e não necessariamente as que realmente foram ou somente aquelas que queremos recordar”.

Notadamente, nos últimos anos, há uma vasta produção acadêmica sobre a memória política do movimento LGBT, inclusive, dando visibilidade à “luta por verdade, justiça e reparação em relação aos crimes praticados durante a ditadura militar brasileira” contra os gays, lésbicas e travestis nesse triste período de nossa história (GREEN; QUINALHA, 2018, p. 12). Em 2018, durante as comemorações dos 40 anos do Movimento LGBT no Brasil, foi publicada uma vasta coletânea sobre a História do movimento reunindo ativistas e pesquisadores (as), a

exemplo de João Silvério Trevisan, James Green, Edward McRae, Marisa Fernandes, Regina Facchini, Luiz Mott, João W. Nery e Luma Andrade, entre outros (as) que, ao longo das últimas décadas, vêm produzindo sobre a história e as memórias do segmento (GREEN *et al*, 2018). Contudo, cabe destacar o pioneirismo de Guimarães (2004); Facchini (2005); Okita (2007); Trevisan (2018) e Green (2019), que, anteriormente, publicaram importantes obras sobre a questão da homossexualidade e a memória do movimento social no Brasil.

Entretanto, o nosso foco no estudo sobre memória não tem a intencionalidade de abordar a perspectiva da história do MEL, descrevendo os fatos e acontecimentos históricos de maneira linear, mas a partir das reminiscências da “memória coletiva” dos sujeitos que perpassaram o movimento e nele militaram, tecendo, assim, a “memória institucional” da entidade, permeando com os discursos dos sujeitos e a “memória documental” do MEL, já que as lembranças e os documentos constituem parte indissociável da construção da memória e da busca dos rastros de memória e esquecimento, tendo em vista que a história encontra na memória o sentido de ser. Os monumentos, edificações e documentos constituem a memória. Portanto, nos resquícios da documentação existente do MEL e nas entrevistas com os sujeitos, buscamos descrever a memória da entidade em relação as suas ações educativas e sociopolíticas (LE GOFF, 1990; NORA, 1999; RICOEUR, 2007).

Nesse sentido, Viola e Albuquerque (2020, p. 44) ponderam que “o tempo é parte constitutiva e da condição humana (subjéctiva) de organização destes. E sua compreensão um componente indispensável pelas múltiplas narrativas que a memória pode reconstituir”. Assim, entendemos que as vivências, as lembranças e memórias afetivas dos militantes do MEL, os quais vivenciaram ao longo do tempo as ações educativas promovidas pelo movimento podem contribuir para preservar a memória institucional da entidade.

Já Nora (1999, p. 9) enfatiza a distinção entre memória e história:

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenómeno sempre actual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado.

Enfatizamos importantes trabalhos sobre a História do Movimento LGBT da Paraíba, tais como os estudos de Vieira (2002), Oliveira (2017; 2018), Gomes (2016), Gomes; Zenaide (2019), em que o MEL é evidenciado. Contudo, no presente estudo, há a intencionalidade de

delinear a memória institucional do MEL para melhor entendermos as ações educativas e sociopolíticas desenvolvidas pela instituição e que foram aludidas no início desse texto por um dos seus militantes.

Desse modo, buscamos amparo nos estudos de Icléia Thiesen (2013, p. 294) quando afirma que:

O conceito de memória institucional está nas linhas e entrelinhas, nos discursos dos autores, entre os personagens conceituais que provam a escrita, que ora interrompemos. Mas está, também, em cada indivíduo e em cada instituição, sendo construído e reconstruído a cada dia de nossas existências.

Daí compreendemos que a “memória institucional” é um conceito híbrido e que não está apenas nos materiais e fontes internas, mas fora dos muros institucionais, sendo construído também no tempo presente, já que “a memória institucional está em permanente elaboração, pois é função do tempo” (THIESEN, 2013, p. 283). Assim, a categoria memória não atua apenas como recuperação de informações do passado, mas com elementos que produzem dados e informações também no presente, em especial no tempo em que vivemos com o advento da internet e das redes sociais, em que a intensidade das comunicações favorecem ambientes virtuais de difusão da memória institucional e da memória coletiva, como, por exemplo, as *lives* e os *posts* que foram realizados com frequência no período da pandemia da COVID-19, que coincidiu com a escrita desse trabalho.

Todavia, recorremos a fontes escritas e orais de militantes que exerceram funções de educando, educador ou colaborador do MEL ao longo das últimas décadas, atuando no planejamento, elaboração ou execução de ações educativas com foco na educação popular no âmbito dos Direitos Humanos e visando a eles. Com isso, verificamos os boletins informativos “A Colmeia” e a documentação existente do MEL para assegurarmos o que nos tinha sido relatado nas entrevistas, além de identificarmos semelhanças, convergências e discordâncias entre os entrevistados, porque entendemos que a memória também é seletiva, de modo que os interlocutores buscam falar apenas do seu passado, da ação em que eles atuaram ou das quais estiveram à frente, relatando situações a ponto de o protagonista das atividades passar a ser o entrevistado.

Para Thiesen (2013, p. 282), a lembrança e o esquecimento no âmbito da memória institucional se constituem dois momentos de um único e mesmo movimento, daí a necessidade de desvendar o conhecimento do passado por meio das entrevistas e documentos, já que, segundo a autora, “a memória é um elemento primordial no funcionamento das instituições. É

através da memória que as instituições se reproduzem no seio da sociedade, retendo apenas as informações que interessam ao seu funcionamento”.

No decorrer do texto, é nítido que as “memórias individuais” se fundem com a “memória coletiva” da militância, apresentando um tom nostálgico, doloroso, triste e fúnebre, sobretudo, em virtude das inúmeras perdas que tanto o movimento LGBT da Paraíba como o pesquisador tiveram nos últimos anos, além do contexto de mortes que a pandemia provocou na sociedade durante a escrita deste texto, algo fatídico. E a pesquisa não poderia ficar inerte aos acontecimentos do presente que trazem consigo as lembranças e memórias. Enfim, como pontuou Thiesen (2013, p. 286), é preciso “construir uma memória institucional no tempo presente, o único de que dispomos, já que o passado já passou e o futuro está em nossas mãos” e que as futuras gerações possam conhecer a história do MEL por meio das memórias de sua militância.

Destaco ainda que este texto está repleto das minhas memórias e vivências no movimento LGBT que ora se entrelaçam com as lembranças dos interlocutores da pesquisa, já que os caminhos percorridos se cruzam tanto no movimento social, como na gestão pública e na universidade. Daí foi essencial construir esse percurso metodológico em que as reminiscências, as vozes e a escrita se unem na luta social, que é o objeto desta tese.

3 O ARCO-ÍRIS COMO BANDEIRA: REMEMORANDO A HISTÓRIA DO MOVIMENTO LGBTI+⁶⁶

*“João, essas luzes não são para você.
Essas luzes são você!”
Brasília Orgulho⁶⁷*

No dia 28 de junho de 2020, durante a escrita desta tese, o Congresso Nacional foi iluminado pela primeira vez com as cores do arco-íris, símbolo do Movimento LGBT em todo o mundo.⁶⁸ Além das luzes que reproduziam o formato da bandeira do arco-íris, frases foram expostas nas torres do prédio do Poder Legislativo Federal, tais como “Diversidade”, “Orgulho LGBT”, “Casa do Povo” e “Democracia”. O ato foi organizado pela Associação Brasília Orgulho, que promove anualmente a Parada LGBT⁶⁹ na capital federal, cuja concentração acontece em frente ao prédio, mas que, em virtude da pandemia da COVID-19, não foi possível ser realizada. Daí a iniciativa de iluminar o edifício monumental que representa um dos três poderes da Nação Brasileira, possibilitando, assim, uma ampla repercussão em todo o país da nossa luta diária por dignidade e respeito, além de celebrar o Dia Internacional do Orgulho LGBT.

As luzes que iluminaram o Congresso Nacional naquele dia ainda prestaram uma linda e emocionante homenagem a João Antônio de Souza Mascarenhas (1927-1998), primeiro homossexual assumido a discursar no parlamento brasileiro, por isso, o uso da frase “*essas luzes*

⁶⁶ Neste capítulo, faremos uso da sigla LGBTI+, que denomina o Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos na atualidade em nível nacional, acrescido do sufixo +, já que não há consenso de qual sigla deve ser usada, tendo em vista a proliferação de siglas ora utilizadas. Além de que o uso da sigla com as derivações existentes acaba provocando um anacronismo com os períodos anteriores. Em relação aos termos e siglas, segundo Reis e Cazal (2021, p. 26), “a partir de 2019 acrescentou-se o +, significando lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexos + outras orientações sexuais, identidades e expressões de gênero.”

⁶⁷ Trecho do texto apresentado no vídeo que descreve a ação realizada pelo Coletivo Brasília Orgulho, que homenageou a João Antônio Mascarenhas, iluminando com as cores do arco-íris o Congresso Nacional em junho de 2020, conforme postado nas redes sociais. O ato foi concebido por Igor Albuquerque e Welton Trindade, que, com Eliseu Neto, articulou apoio no parlamento junto aos Deputados Federais: Pedro Cunha Lima (Paraíba), Daniel Coelho (Pernambuco), David Miranda (Rio de Janeiro) e do Senador Fabiano Contarato (Espírito Santo). BRASÍLIA ORGULHO. **História para quem fez história.** Brasília (Distrito Federal), 14 jul. 2020. Instagram: @brasiliaorgulho. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CCooNe3j1e3/> Acesso em: 29 jan. 2022.

⁶⁸ A bandeira foi criada por Gilbert Baker, em San Francisco (EUA), em 1978, inicialmente com oito cores, sendo “usada pela primeira vez na *Gay and Lesbian Freedom Day March*. Em seguida foi adotada pelo *Pride Parade Committee* após o assassinato de Harvey Milk”. Na atualidade, a bandeira tem seis que representam a diversidade humana, porém existem diversas versões que simbolizam as especificidades desse movimento (REIS; CAZAL, 2021, p. 98).

⁶⁹ A Parada LGBT de Brasília é realizada desde 1998, sendo considerada a 3ª parada mais antiga do Brasil. Disponível em: <https://brasiliaorgulho.lgbt/fizemos-historia-iluminamos-o-congresso-nacional-com-o-arco-iris-lgbt/> Acesso em: 29 jan. 2022.

são você” na epígrafe deste capítulo, cujo objetivo é delinear o percurso histórico do Movimento LGBT no Brasil e na Paraíba, além de apresentar ícones da luta LGBT para as novas gerações que ainda hoje são desconhecidos até mesmo da própria militância social (COUTINHO, 2020).

De acordo com Howes (2003, p. 293), João Antônio Mascarenhas, como ficou conhecido, nasceu em Pelotas, no Rio Grande do Sul, onde se formou em Direito, mas radicou-se no Rio de Janeiro, onde passou a maior parte de sua vida, ingressando no Serviço Público. “Nos anos de 1950 a 1960, trabalhou como funcionário público, inclusive no Incra, de onde saiu após o golpe militar de 1964”. Mascarenhas vinha de uma família abastada, o que lhe possibilitou conhecer e morar em outros países. Assim, ele falava outros idiomas, o que favoreceu a troca de correspondências com ativistas estrangeiros, culminando na criação do Jornal “O Lâmpião da Esquina”, um dos marcos de fundação do Movimento Homossexual no Brasil, no final dos anos de 1970, ainda no período de repressão. Ressalto que esse fato será mais bem detalhado na continuidade do capítulo.

Mascarenhas foi um dos pioneiros do então Movimento Homossexual Brasileiro, uma das vozes da resistência à ditadura militar, inclusive denunciando ao movimento internacional a situação dos homossexuais no país. Por meio de relatórios,

[...] descreveu a situação política brasileira nos últimos anos da ditadura militar, a situação jurídica dos homossexuais, a vida cotidiana, inclusive o preconceito com os efeminados, problemas no trabalho, opções para encontrar parceiros, prostituição, travestis, a vida cultural, a censura e o movimento de liberação homossexual (HOWES, 2003, p. 298).

Dessa maneira, percebemos que o ativista estava preocupado com a situação política dos homossexuais naquele momento, e a sua formação jurídica, condição financeira e o fato de ser poliglota foram essenciais para denunciar as violações de direitos que ocorriam no Brasil em virtude da repressão militar. Assim, João Antônio Mascarenhas acabou assumindo “sua homossexualidade desde cedo, não tinha problemas em ser entrevistado e aparecer nos jornais, tornando-se desta maneira porta voz do movimento homossexual” (HOWES, 2003, p. 296).

Mascarenhas contribuiu diretamente junto com outros ativistas, a exemplo de Luiz Mott do Grupo Gay da Bahia (GGB), em importantes campanhas para o respeito à população LGBT e contra a discriminação nos anos de 1980, tais como: a retirada do Código 302.0 da Classificação Internacional de Doenças (CID) da Organização Mundial de Saúde (OMS), que classificava a homossexualidade como “desvio e transtorno sexual”. No Brasil, essa “mobilização fez o Conselho Federal de Medicina (CFM) tornar tal código sem efeito, em

território nacional”. Dessa maneira, a homossexualidade saiu do rol de patologias em 1985 no país, sendo vanguarda para OMS, que só fez essa mudança em nível internacional no CID em 1990 (CÂMARA, 2018a, p. 194).

Tanto Howes (2003) como Câmara (2018a) citam ainda que outra importante iniciativa que teve a participação direta de Mascarenhas foi a campanha para proibir discriminação por orientação sexual no Código de Ética do Jornalista, iniciada em 1984 e conquistada apenas no Congresso Nacional de Jornalistas no final de 1986. Nesse ínterim, o militante foi tornando-se uma importante liderança no movimento social e fundou, junto a outros ativistas, o Grupo Triângulo Rosa, em 1985, no Rio de Janeiro, do qual foi o primeiro presidente, sendo o nome do agrupamento “uma homenagem a homossexuais que morreram em campos de concentração”⁷⁰ durante o nazismo na Alemanha (CÂMARA, 2018b, p. 55).

Sem dúvida, porém, o ápice da militância de Mascarenhas junto ao movimento social foi a sua árdua defesa para inclusão do termo orientação sexual na Constituição Federal de 1988, conforme já detalhou Cristina Câmara (2018b) sobre a participação dele na Assembleia Nacional Constituinte (ANC), realizada em 1987, tendo antecedido a elaboração da atual carta constitucional que temos hoje no Brasil. Com isso, o Grupo Triângulo Rosa, que já havia participado das campanhas relatadas anteriormente, buscou sensibilizar os parlamentares, a partir do envio de correspondências, sendo esse um dos poucos canais de comunicação com os deputados, na época.

Dessa maneira,

Durante a ANC, três Comissões possibilitaram o diálogo entre os constituintes e o movimento gay: a Comissão I – Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher; a Comissão VII – Comissão da Ordem Social; e a Comissão VIII – Comissão da Família, Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação. [...] Nas Comissões I e VII, João Antonio de Souza Mascarenhas, então Secretário de Comunicação do grupo, fez uma palestra no Plenário da ANC, intitulada “O homossexual e a Constituição”. Apresentou-se como representante do Movimento Brasileiro de Liberação Homossexual, ressaltou a discussão em torno dos direitos individuais dos gays como um fato inédito no Brasil e destacou algumas conquistas (CÂMARA, 2018b, p. 57).

Cabe registrar que um dos espaços em que João Antônio Mascarenhas discursou no Congresso Nacional como convidado foi na Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais que era presidida pelo Deputado Constituinte e Ex-Governador da Paraíba, Antônio Mariz (*in*

⁷⁰ O Triângulo Rosa foi uma simbologia usada pela Alemanha Nazista para “identificar os homossexuais masculinos nos campos de concentração”, liderada por Adolfo Hitler que matou milhares de homossexuais, judeus, entre outros no holocausto da Segunda Guerra Mundial (ABGLT, 2010, p. 41; REIS; CAZAL, 2021).

memoriam)⁷¹. Essa subcomissão era vinculada à Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher da ANC.

Contudo, apesar do esforço de Mascarenhas e do empenho do Grupo Triângulo Rosa em participar da Constituinte, a conjuntura política daquela época era desfavorável para tal avanço, já que coincidiu com o início e a explosão da epidemia da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) no Brasil e a sua constante associação aos homossexuais, além das disputas ideológicas com setores religiosos que já ocupavam espaços no Congresso Nacional desde aquele período. Com isso, os Deputados Constituintes votaram contra a inclusão da orientação sexual na Constituição de 1988⁷².

Todavia, vale salientar que “a participação na ANC configurou um marco histórico-político para o movimento brasileiro de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros”, tendo em vista que foi nesse momento que surgiram importantes parlamentares aliados da pauta LGBT, como também proporcionou notoriedade para o movimento social, além de que “os debates avançaram, possibilitaram sua inclusão [o termo orientação sexual] em legislações estaduais e leis orgânicas municipais”, a exemplo do que ocorreu anos depois na Paraíba com a publicação da Lei nº 7.309/2003, que proíbe discriminação em virtude de orientação sexual em âmbito estadual. Essa legislação e as demais políticas voltadas para a população LGBT em nível estadual serão descritas no quinto capítulo deste trabalho (CÂMARA, 2018b, p. 59).

Por esse feito, Mascarenhas recebeu a merecida homenagem que citamos no início deste texto, já que ele incluiu a discussão dos direitos dos homossexuais na pauta dos direitos humanos, quando causou essa discussão no processo da constituinte. Além de ser um dos desbravadores do Movimento Homossexual no Brasil. Por isso, na minha prática como educador, seja no Movimento do Espírito Lilás (MEL) ou em outros espaços de formação sobre a temática LGBT, sempre fiz questão de mencionar seu nome e mostrar sua imagem como um dos ícones do Movimento LGBT, já que é comum sabermos quem são as referências das demais lutas sociais, mas desconhecemos os gays que fizeram história no Brasil.

Em 2018, foi criado na Universidade Federal de Pelotas (UFPel), terra natal do ativista citado, o “Centro de Memória LGBTI João Antônio Mascarenhas”, uma iniciativa que visa identificar, sistematizar, guardar, analisar e difundir informações e memórias sobre o ativismo

⁷¹ Antonio Mariz (1937-1995) foi um famoso político paraibano do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) que ocupou o cargo de Deputado Federal, Senador e Governador da Paraíba. Foi citado e mostrado ao lado de João Antônio Mascarenhas por Cristina Câmara (2018b) em seu texto, cuja imagem está disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o_Ant%C3%B4nio_Mascarenhas Acesso em: 19 fev. 2022.

⁷² Era preciso ter 280 votos dos 559 deputados constituintes, mas “o termo foi definitivamente rejeitado pelo Plenário, em 28 de janeiro de 1988. A votação foi 130 a favor, 317 contra, com 14 abstenções e 98 ausentes” (CÂMARA, 2018b; HOWES, 2003, p. 305).

LGBTI brasileiro. O Centro é uma ação conjunta da UFPel com a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e com o Grupo Arco-Íris do Rio de Janeiro.⁷³

João Antônio Mascarenhas foi um dos pioneiros do Movimento Homossexual no Brasil, e a sua batalha para modificar o texto constitucional se assemelha aos primórdios do Movimento Homossexual em nível internacional, já que “a luta contra a discriminação dos homossexuais surgiu na Europa, ainda no século XIX, mais precisamente na Alemanha”. A Federação Alemã do Norte, em meados de 1860, tinha um Código Penal cujo Parágrafo 175 estabelecia a homossexualidade como um delito (GOMES, 2016, p. 37).

Com isso, surge uma das primeiras vozes a defender publicamente a homossexualidade, o jurista alemão *Karl Heinrich Ulrichs*, sendo considerado um “precursor do movimento homossexual, especialmente nas campanhas por um tratamento científico da sexualidade e pela descriminalização da sodomia⁷⁴ no parágrafo 175 do Código Penal alemão”. Além de falar abertamente sobre sua homossexualidade, ele foi um dos primeiros a defender leis em favor dos homossexuais⁷⁵ (QUINALHA, 2019a, p. 25-26).

Ulrichs e o médico *Magnus Hirschfeld*, fundador do Comitê Científico e Humanitário, considerado um dos primeiros grupos de defesa dos homossexuais, foram essenciais na campanha para a revogação do Parágrafo 175, principalmente por causa do “apoio do Partido da Social Democrata Alemão”, embora, em virtude da ascensão do nazismo na Alemanha, essa revogação tenha demorado décadas, permanecendo na legislação alemã por vários períodos. E, mesmo sendo modificado, só foi retirado em 1994⁷⁶ (GOMES, 2016, p. 38; OKITA, 2007).

O Comitê Científico e Humanitário foi um dos alvos da repressão nazista, sobretudo, porque tinha em suas dependências o Instituto de Ciência Sexual, cujo foco era difundir conhecimento sobre sexologia. Daí a importância desse espaço, conforme descreve Okita (2007, p. 59):

[...] converte-se em uma espécie de universidade para tudo o que fosse relacionado com a ciência sexual. Foi o primeiro instituto desse tipo existente no mundo. Era não só o centro da ciência sexual, como também o centro do movimento homossexual de libertação. As consultas médicas era gratuitas e as conferências dos especialistas eram abertas ao público.

⁷³ Maiores informações no <https://wp.ufpel.edu.br/memoriaslgbti/> Acesso em: 19 fev. 2022.

⁷⁴ No Dicionário Houaiss Conciso, significa “coito anal” (HOUAISS, 2011, p. 871).

⁷⁵ Disponível em: <https://revistaladoa.com.br/2018/05/cultura/magnus-hirschfeld-o-medico-gay-alemao-que-defendeu-comunidade-lgbt-durante-o-nazismo/> Acesso em: 20 fev. 2022.

⁷⁶ Sobre a trajetória de Magnus Hirschfeld. Disponível em: <https://revistahibrida.com.br/2019/04/12/magnus-hirschfeld-o-medico-gay-e-judeu-que-defendia-lgbts-do-nazismo/> Acesso em: 20 fev. 2022.

Desse modo, compreendo que o advento do Movimento Homossexual surge em momentos de regimes totalitários e de forte repressão, como a que aconteceu na Alemanha Nazista, que exterminou milhares de homossexuais nos campos de concentração, além de destruir a produção intelectual daqueles que ousaram criar um espaço voltado a discutir sexualidade naquela época. Assim, “todos os livros e fotografias, junto com grande número de outras obras, foram queimadas publicamente, aí foram destruídos mais de dez mil volumes da especializada biblioteca do Instituto” (OKITA, 2007, p. 61).

A violência e a barbárie cometidas contra os homossexuais, como também contra os judeus, pessoas com deficiências, negros (as), entre outros, tiveram consequências por longos anos na história da civilização, tanto que a militância homossexual só consegue se restabelecer na Europa, onde dá os seus passos iniciais depois da Segunda Guerra Mundial, especialmente com o advento da Declaração Universal dos Direitos Humanos por volta de 1948 (GOMES, 2016).

De acordo com Quinalha (2019a, p. 26):

Já após a Segunda Guerra Mundial, fundaram-se grupos homófilos em diferentes lugares do mundo, como o Cultuur en Ontspanningscentrum (COC), criado em 1946 na Holanda, com forte ligação com a esquerda. Na década de 1950, nos Estados Unidos, é criado o Mattachine Society, graças à atuação do militante do Partido Comunista Harry Hay. [...] Na América Latina, a primeira organização política homossexual de que se tem registro é a Nuestro Mundo, formada em 1967 na Argentina por trabalhadores e sindicalistas liderados pelo quadro do Partido Comunista Héctor Anabitarte.

Nessa citação de Quinalha, temos o registro de fatos importantes que ocorreram no decurso da história do então Movimento Homossexual, em meados do Século XX, em diversos países do mundo, que foram essenciais para a militância tanto na Europa como na América, tendo em vista que, também nesse período, há registros dos grupos Forbundet, surgido na Dinamarca (1948), e o Arcadie, na França (1954). Além de destacar ativistas históricos que foram os alicerces para a politização dos homossexuais, tais como *Harry Hay* (1912-2002) e *Héctor Anabitarte*, que estão sendo evidenciados nos últimos anos na literatura especializada sobre o movimento social (SIMÕES; FACCHINI, 2009).

Curiosamente, tanto *Hay* como *Anabitarte* eram ligados a partidos de esquerda nos seus respectivos países, embora os homossexuais tenham sido fortemente reprimidos na extinta

União Soviética, que nutria os ideais comunistas, segundo Okita (2007)⁷⁷. Contudo, os grupos que surgiram desses agrupamentos, tais como a *Mattachine Society*, considerada primeira organização de defesa dos homossexuais nos Estados Unidos (1950), liderada por Hay, estimulou, mesmo que de forma silenciosa, a militância gay nos Estados Unidos, especialmente após a explosão do movimento de contracultura e luta por direitos civis desencadeados pela revolta estudantil, em 1968, temas detalhados e discutidos no segundo capítulo deste trabalho. Já *Anabitarte* e outros intelectuais e ativistas homossexuais contribuíram, anos depois, de maneira pragmática para a criação da *Frente de Liberación Homosexual da Argentina (FLH)*, em 1971, promovendo passeatas, estudos, publicações e diálogos com grupos gays de outros países (FIGARI, 2021; INSAUSTI, 2019).

Esses fatos evidenciam, ainda, a existência de organizações homossexuais nos anos de 1950 e 1960 tanto no continente europeu como no americano, inclusive na América do Sul, antes mesmo do maior acontecimento que marcaria a história desse movimento social até os dias atuais, que foi a Batalha de *Stonewall* nos Estados Unidos, conforme descreve Okita (2007, p. 73, grifos nossos):

Em 28 de junho de 1969, a polícia de New York fez uma invasão rotineira num bar homossexual, chamado Stonewall Inn, forçando os fregueses a saírem às ruas. Ao invés de fugir, eles, liderados por travestis, trancaram os policiais no bar, incendiaram e atiraram pedras e garrafas quando os policiais tentavam sair. Houve quatro noites de confrontos violentos entre a polícia e homossexuais nas ruas de New York. Participantes desse movimento e outros homossexuais logo formaram uma organização política que se chamou **Frente de Libertação Homossexual**, que ultrapassou em seus objetivos, os pequenos grupos de homossexuais para direitos civis, organizados nos anos 1950 [...]

Renan Quinalha, ao analisar *Stonewall* como um marco histórico, também corrobora Okita, ao afirmar que:

Stonewall deixou legados notáveis. Apesar de não inaugurar o ativismo LGBT+ nos Estados Unidos, as revoltas marcam um ponto de inflexão, mudando o estilo de militância. Acusava-se a *Mattachine Society*, organização homófila fundada em 1950, de ser bem-comportada e assimilacionista, por pregar para uma postura mais tradicional e descolada de outras agendas. Stonewall inauguraria, ao menos na visão de seus protagonistas, uma militância mais combativa e orgulhosa. Não bastava lutar pela tolerância, era preciso mudar as estruturas da própria sociedade que estigmatizava as pessoas LGBT+ (QUINALHA, 2019b, ONLINE).

⁷⁷ Esse não é o foco deste estudo, mas a relação entre Marxismo e Lutas LGBT foi tema de um Dossiê da Revista Margem Esquerda da Editora Boitempo que apresenta aspectos dessa relação entre as questões da luta de classe e de sexualidade (BULGARELLI, 2019).

Dessa forma, compreendo que ambas as citações apresentam a inegável importância de *Stonewall* para a luta do Movimento LGBTI+ até hoje, já que foi um confronto histórico com as forças policiais que abafavam e silenciavam os gays, as lésbicas e as travestis daquela época, embora as identidades sexuais naquele momento não tivessem a mesma denominação que existem na atualidade. Contudo, a Batalha de *Stonewall* trouxe para a arena política, inclusive as travestis que lideraram esse acontecimento, apesar das constantes disputas de memórias identitárias existentes sobre esse fato histórico que já foi demasiadamente descrito ao longo das últimas cinco décadas, tanto na academia como na mídia e no cinema. As produções acadêmicas, literárias e cinematográficas possibilitaram à militância e ao mundo o conhecimento acerca da trajetória de *Marsha P. Johnson* (1945-1992) e *Sylvia Rivera* (1951-2002), duas travestis ativistas que estiveram na linha de frente dessa batalha como importantes lideranças e que devem ser constantemente visibilizadas na história deste movimento (LARRAT, 2019).

Stonewall tornou-se um símbolo da resistência dessa população, que, para vivenciar livremente sua sexualidade, precisa ocupar os espaços na garra e na coragem e, se for preciso na força, mas como ato de resiliência e resistência às adversidades, e não como sinônimo de violência e discriminação que os nossos opressores e algozes fazem costumeiramente com quem ousa desviar as normas vigentes e o padrão heteronormativo.

Por isso que, daquele dia em diante, anualmente, passou a ser celebrado o Dia do Orgulho LGBTI+ em milhares de cidades de todo o mundo, além da crescente visibilidade conquistada pelo Movimento LGBTI+ tanto em nível nacional como internacional. Daí a relevância do brasileiro João Antônio Mascarenhas, que está no mesmo patamar dos antecessores dessa luta social, que, na década de 1960, já despontava em outros países. Mas, segundo Quinalha e Green (2019, p. 22), em virtude da Ditadura Militar (1964-1985) que ocorreu no Brasil, desencorajou a “organização política das pessoas LGBT” em nosso país. Desse modo, no próximo item deste capítulo, descrevo como se deu a participação de Mascarenhas no surgimento do então Movimento Homossexual Brasileiro.

3.1 O surgimento do movimento homossexual no Brasil

Nos últimos anos, tem sido crescente o interesse de ativistas e pesquisadores(as) em resgatar a história e as memórias do Movimento LGBTI+ no Brasil, sobretudo, porque a historiografia oficial simplesmente promove um apagamento e silenciamento das identidades dissidentes que não correspondem ao padrão heteronormativo. Daí a ausência ou até mesmo a

inexistência dos ícones e das lideranças homossexuais e transexuais em publicações históricas. É notório que, em outras áreas do conhecimento, a temática LGBTI+ foi discutida e aprofundada com maior ênfase.

A militância política vem ocupando a universidade e proporcionando uma histografia acadêmica das suas próprias vivências e ativismo. Inicialmente, produzida por pesquisadores estrangeiros que acabaram atuando na luta social e morando no Brasil, a exemplo de Richard Parker, Peter Fry, Edward MacRae e James Green, tendo este último contribuído com uma vasta produção bibliográfica sobre o Movimento LGBTI+. Dentre as suas obras, destaco o livro “Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX”, como um dos mais precisos registros sobre os homossexuais no país, fruto do seu doutoramento nos Estados Unidos, publicado no Brasil em 1999 (FRY, MACRAE, 1984; GREEN, 2019).

Entre os brasileiros, cabe destacar o pioneirismo do escritor João Silvério Trevisan, que publicou a primeira edição de “Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia a atualidade”, no ano de 1986, como também do antropólogo Luiz Mott e do historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior que foram pioneiros em historicizar fatos e fenômenos sobre a homossexualidade no espaço acadêmico. Com isso, entendo que foram os ativistas que começaram a escrever sobre suas memórias e atravessamentos que tiveram no decorrer de suas próprias trajetórias de vida (TREVISAN, 2018).

No início dos anos 2000, a pesquisadora Regina Facchini lançou, pela Editora Garamond, o livro “Sopa de Letrinhas?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90”, o qual se tornou uma referência nacional para quem deseja se debruçar a conhecer sobre as diversas fases do movimento social no Brasil. A Garamond ainda lançou, no formato de livro, a dissertação intitulada “O homossexual visto por entendidos”, de Carmem Dora Guimarães. Este foi um trabalho acadêmico pioneiro, defendido na área de Antropologia Social no ano de 1977, que se tornou uma raridade ao descrever a homossexualidade na sociedade brasileira na década de 1970 (GUIMARÃES, 2004; FACCHINI, 2005).

Na atualidade, vários nomes vêm se dedicando a registrar a memória do Movimento LGBTI+, inclusive como importantes referenciais teóricos desse trabalho, dentre os(as) quais: Benito Schmidt, Claudio Nascimento, Cristina Câmara, Elias Veras, Jaqueline Gomes de Jesus, Jorge Caê Rodrigues, Jovana Cardoso da Silva, Luiz Morando, Luma Andrade, Márcio Caetano, Marisa Fernandes, Renan Quinalha, Rita Colaço, Toni Reis, entre outros(as) pesquisadores(as) e ativistas que estão escrevendo sobre a luta social.

Na cidade de São Paulo, existe, há dez anos, o Museu da Diversidade Sexual, vinculado ao Governo do Estado, sendo considerado o primeiro espaço público de exposições e estudos à

memória LGBTI+ na América Latina⁷⁸. No ambiente virtual, várias iniciativas também estão disponibilizando diversos artefatos sobre a História do Movimento LGBTI+ no Brasil, a exemplo do Acervo Bajubá (São Paulo)⁷⁹, do Centro de Documentação Prof. Dr. Luiz Mott, do Grupo Dignidade (Curitiba)⁸⁰, do Centro de Memória LGBTI João Antônio Mascarenhas (Pelotas/RS), do Acervo Lésbico Brasileiro (ALB) e o *blog* Memórias e Histórias das Homossexualidades⁸¹, entre outros.

Novamente, recorri a mapear o que já foi produzido e quem vem produzindo sobre a história e a memória do Movimento LGBTI+ no Brasil, inclusive para demonstrar que foi um prazeroso desafio (re) escrever sobre o surgimento do então Movimento Homossexual, já que, em estudos anteriores, tanto na minha dissertação de mestrado como em artigos publicados em periódicos nacionais, também já tinha escrito sobre as diversas fases desse agrupamento social (GOMES, 2016; GOMES, ZENAIDE, 2019).

Contudo, alguns fatos históricos são essenciais para serem descritos, especialmente porque estão intensamente relacionados com a expansão do movimento social por todo o país. A princípio, é preciso deixar delimitado que o surgimento do Movimento Homossexual no Brasil foi retardado em virtude da Ditadura Militar, já que, como todo regime autoritário, buscava controlar a sexualidade das pessoas. Com isso, os homossexuais e as travestis foram alvos da repressão política e social, embora as identidades sexuais no formato que temos hoje tivessem outras definições naquela época.

Já existiam corpos dissidentes, e isso incomodava os militares, especialmente porque cresciam os espaços de sociabilidade da homossexualidade, tais como: os bares, os pontos de pegação e as boates, em que as travestis estavam fazendo shows e utilizando seus corpos e sua arte como símbolos de resistência contra a opressão instaurado no país com o Golpe de Estado de 1964, que durou longos 21 anos de Regime Militar (QUINALHA, 2018).

No final da década de 1970, havia sinais de mudanças para uma possível transição política, de modo que o movimento homossexual começava a surgir no Brasil ainda em plena Ditadura Militar. Nesse sentido, Renan Quinalha (2018, p. 22) afirma que:

O ano de 1978 representou um marco fundamental na redemocratização do Brasil e na história do movimento LGBT. Isso porque, entre as diversas forças políticas que se engajaram nessas lutas democráticas como as mulheres e os

⁷⁸ Inaugurado em 25 de maio de 2012. Disponível em: <https://museudadiversidadesexual.org.br/> Acesso em: 07 mar. 2022.

⁷⁹ O Acervo Bajubá está disponível em: <https://acervobajuba.com.br/> Acesso em: 07 mar. 2022.

⁸⁰ O acervo digital pode ser Acesso pelo site <https://cedoc.grupodignidade.org.br/> Acesso em: 07 mar. 2022.

⁸¹ Maiores informações, acesse o blog. Disponível em: <https://memoriamhb.blogspot.com/?view=timeslide> Acesso em: 07 mar. 2022.

negros, merece também destaque o então chamado “movimento homossexual brasileiro” (MHB).

Nesse período, o ativista João Antônio Mascarenhas teve um papel fundamental para articular com um grupo de intelectuais e jornalistas que já citamos anteriormente, como João Silvério Trevisan, Peter Fry e Aguinaldo Silva, para lançar o “Jornal Lampião da Esquina” em abril de 1978, uma publicação que se tornaria referência para as lutas sociais emergindo naquele período no Brasil, como o Movimento Negro Unificado, o movimento de mulheres e a organização da luta sindical em São Paulo. Tanto que lideranças políticas desses agrupamentos foram capas e entrevistados pelo jornal (FACCHINI; RODRIGUES, 2018).

O jornal “Lampião da Esquina” teve uma curta duração, de 1978 a 1981, mas o seu impacto positivo para a luta dos homossexuais tem repercussão até os dias atuais, especialmente porque ele é um dos alicerces de fundação do movimento social no país. Esse periódico será detalhado no capítulo quarto deste estudo, já que foi uma inspiração para as entidades LGBTI+ produzirem suas próprias publicações, além de difundir suas ideias e ações para a sociedade em geral, como foi feito pelo Movimento do Espírito Lilás (MEL), tema desse estudo que produziu o boletim informativo “A Colmeia” no início dos anos 2000.

James Green, que citei no início desse tópico, também foi um dos ativistas pioneiros do então Movimento Homossexual no Brasil e, nos últimos anos, vem promovendo uma retrospectiva da história da luta social no país, dando entrevistas para os diversos formatos de mídia, inclusive participando de inúmeras *lives* nesses dois anos da pandemia da COVID-19 (2020-2021)⁸², o que proporcionou recordarmos dos fatos históricos fundamentais que foram essenciais para o surgimento desse movimento social em nosso país, como a fundação do “Somos – Grupo de Afirmação Homossexual”, em São Paulo.

De acordo com Green (2018a, p. 24), o “Somos” teve início nas reuniões do:

[...] Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais em São Paulo durante o inverno de 1978 [...] Naquela época, nos sábados à tarde, dez ou quinze pessoas se juntavam num apartamento de algum membro do grupo em Pinheiros ou no centro da cidade. Eram estudantes, funcionários públicos, bancários, desempregados e um ou outro intelectual. Alguns pertenciam à classe média alta, mas a maioria não tinha condições financeiras. Muitos moravam ainda com suas famílias, outros com amigos. Somente uma minoria tinha o seu próprio apartamento. A maioria era do sexo masculino. Poucas

⁸² Uma das *lives* foi o tema: “Movimento LGBTI brasileiro em 4 décadas – balanço”, promovida pela Editora Alameda em parceria com a Aliança Nacional LGBTI, o Grupo Arco-Íris e o Centro de Memória LGBTI+ João Antônio Mascarenhas em comemoração ao mês do Orgulho LGBT no ano de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MQRm3na0LJw>. Acesso em: 07 mar. 2022.

mulheres permaneceram por muito tempo nas reuniões, cujos temas se concentravam, prioritariamente, em questões enfrentadas por gays. Um certo nível de misoginia difusa distanciava as lésbicas que frequentavam os encontros nesse primeiro momento.

Posteriormente, esse núcleo se tornaria o Grupo Somos, e seu início ocorreu em um ambiente privado, possivelmente com receio da repressão e do preconceito existente naquele período. Nessa citação, ainda é possível observar que algumas questões relacionadas ao movimento social existem até hoje, como as cisões entre os gays e as lésbicas, que iniciaram os agrupamentos de forma mista e depois acabam atuando de maneira independente, a exemplo do Grupo de Ação-Lésbico Feminista, um subgrupo dentro do Somos, denominado mais tarde de Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF), em virtude do próprio machismo existente no movimento homossexual desde o seu nascedouro (FERNANDES, 2018).

O GALF produziu o primeiro jornal de lésbicas no Brasil, o “ChanacomChana”, que circulou de 1981 a 1987. Porém, no ano de 1983, foram impedidas de vender o boletim no Ferro’s Bar, um conhecido estabelecimento de São Paulo, frequentado pelas lésbicas da cidade. Com isso, promoveram um ato político, ocupando o Ferro’s com amplo apoio da imprensa, da militância, de defensores dos direitos humanos e políticos. Assim esse protesto “ficou conhecido como o pequeno Stonewall brasileiro”, além de um marco para o movimento de lésbicas em âmbito nacional (FERNANDES, 2018, p. 30).

Retomando o início do Somos, a questão socioeconômica também foi um fator social que acabou sendo determinante no grupo, já que a maioria não era de classe média, e os ideais acabam sendo semelhantes. Com isso, outro aspecto observado é a ausência das travestis no grupo, já que a maioria eram gays que possivelmente não tinham diálogo nem contato com o segmento, já que elas estavam em outras frentes de batalha, lutando pela própria sobrevivência nas calçadas e contra a violência policial, sendo, na maioria das vezes, presas pela repressão policial, política e moral imposta pela Ditadura Militar (JESUS, 2018; OCANHA, 2019).

Mas, houve uma resistência à censura imposta pelos militares com muita irreverência e ousadia pelos artistas que passaram a provocar o regime militar, a partir da exibição dos corpos masculinos com trajes femininos e rebolados que, mesmo antes do Somos, já ocupavam os palcos, como o Grupo Dzi Croquettes em 1972, símbolo de resistência e orgulho LGBTI+. Além da audácia de Caetano Veloso, que “em suas apresentações [...] se vestia de baiana, usava batom e fazia trejeitos à la Carmem Miranda”. Nessa mesma linha, Ney Matogrosso, com o Grupo Secos & Molhados, contribuiu para a luta dos homossexuais, mesmo não estando no movimento social, sobretudo, porque suas performances artísticas também eram políticas e

foram essenciais para o enfrentamento aos valores morais arraigados na sociedade brasileira (SILVA, 2017; FRY; MACRAE, 1984, p. 19).

Dessa maneira, o ativismo político foi se fortalecendo, e, a partir do Grupo Somos, foram surgindo outros agrupamentos organizados pelo país afora, tanto em outras cidades do Estado de São Paulo, como também do Rio de Janeiro, de Belo Horizonte e outros do Nordeste. Com isso, no ano de 1980, realizou-se o I Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO) e I Encontro de Grupos Homossexuais Organizados (EGHO), na capital paulista, entre os dias 4 e 6 de abril daquele ano. O EBHO se tornou uma referência da luta social e teve diversas edições, tendo sua nomenclatura modificada ao longo das 13 edições realizadas, a partir da inserção das novas identidades sexuais que eram incorporadas (SIMÕES; FACCHINI, 2009; GOMES, 2016; GREEN, 2019).

A década de 1980 marca a segunda fase do movimento social no Brasil, com a expansão e o surgimento de novos grupos, tais como: “Grupo Gay da Bahia – GGB (1980), Grupo de Atuação Homossexual de Recife/Olinda – GATHO (1981); Grupo Dialogay, de Sergipe (1981); o Grupo Triângulo Rosa (1985) e o Grupo Atobá (1986), ambos do Rio de Janeiro” (GOMES, 2016, p. 49).

Vale registrar que, no começo do movimento LGBTI+, havia divergências com partidos de esquerda que reproduziam valores morais e “posturas claramente homofóbicas”, já que não acreditavam que seria o momento das lutas específicas. Daí acabavam também sendo preconceituosos com os homossexuais que eram vistos como desvio burguês pelo simples fato de desejarem se organizar e enfrentar a discriminação existente contra os gays, as lésbicas e as travestis (GREEN, 2019, p. 196).

Entretanto, tivemos o guerrilheiro Herbert Daniel, que foi biografado por James Green no ano de 2018, revelando ao mundo a sua história de vida e mostrando a importância dele como ativista gay que esteve na luta armada contra a tirania da Ditadura Militar. Desse modo, ele precisou lidar com a repressão da direita e da esquerda em esconder sua homossexualidade, sendo exilado na Europa e retornando só com a anistia política, sendo o último anistiado que voltou ao Brasil (GREEN, 2018b).

Em meados dos anos de 1980, com a anistia, acontece o término da Ditadura Militar, iniciando, assim, o processo de redemocratização do país. Mas, para o Movimento Homossexual, começa uma nova tormenta com o advento da Aids, que passa a ser reproduzida pela mídia televisiva e impressa como sendo a “peste gay”, o que aumentou o estigma da sociedade contra o segmento e novamente associou a homossexualidade a uma patologia.

Dessa forma,

Se na década de 1980, o movimento social manteve-se hegemonicamente distante da agenda e possibilidades institucionais proporcionadas e financiadas pelas políticas públicas de Aids, vale destacar que data de 1986 a criação do então Programa Nacional de DST Aids do Ministério da Saúde, na década de 1990, o quadro epidemiológico e a possibilidade de articular a agenda de defesa de direitos civis ao enfrentamento à epidemia, produziu uma promissora parceria entre os programas estaduais, municipais e, sobretudo, federal de HIV/AIDS com várias organizações homossexuais, formadas, sobretudo por homens. Esse quadro possibilitou a profissionalização e dedicação de inúmeros ativistas, sobretudo gays e trans, que associaram ao enfrentamento da epidemia da AIDS às bandeiras políticas de promoção da cidadania e direitos humanos (CAETANO; NASCIMENTO; RORIGUES, 2018, p. 290-291).

De fato, concordo com os autores que, ao mesmo tempo em que a patologia provocou graves consequências e mortes entre os homossexuais, reforçando uma estigmatização que levou anos para ser desconstruída junto à população em geral, as campanhas e as ações sobre o “uso da camisinha”, promovidas pelas políticas de saúde pública e executadas pelo movimento social, foram essenciais para a conscientização e a prevenção da sociedade em geral.

Nesse sentido, os anos de 1990 foram promissores para o movimento social que se reinventou e refloresceu no Brasil, como já apontou Facchini (2005). Foi exatamente nessa década que foi fundado o MEL na Paraíba, uma organização que surgiu a partir das ações de prevenção da doença e que, posteriormente, passou a firmar parceria com o Poder Público para executar ações educativas de “*enfrentamento da epidemia da AIDS*”, como também a “*promoção da cidadania e direitos humanos*”, conforme afirmaram os autores. No próximo item, será descrito como se deu a fundação do MEL, uma instituição formada por gays que foi essencial para o fortalecimento e o crescimento do movimento social em nível local.

3.2 A fundação do Movimento do Espírito Lilás – MEL

Nesse tópico, será apresentado como se deu o surgimento do Movimento do Espírito Lilás (MEL), tendo como marco legal a ata de fundação e o estatuto da entidade. Todavia, esclareço que a trajetória histórica do MEL está diluída em toda a tese, seja na narrativa das memórias dos interlocutores do estudo, como nas fontes documentais consultadas, nas fotografias publicadas e nos fatos históricos que impactaram a população LGBT na Paraíba, como a realização da primeira parada da diversidade sexual, o processo de expansão e interiorização do movimento LGBT no Estado, além da reivindicação e a elaboração de

políticas públicas executadas em parceria com o movimento social e tantos outros feitos que estão descritos ao longo do texto.

Mas antes é preciso historicizar que o surgimento do movimento homossexual na Paraíba acontece antes da fundação do MEL, exatamente no momento de abertura política que estava acontecendo no país, no final da década 1970 e início da 1980, quando acontecia uma ebulição das lutas sociais e os movimentos sociais começavam a ser organizar, como o movimento negro, de mulheres, de homossexuais, de trabalhadores rurais e da indústria (GOMES, 2016).

De acordo com Thiago Oliveira (2017, p. 331), um dos primeiros pesquisadores a delinear a histografia do movimento LGBT em nível local:

O primeiro grupo de militância homossexual na Paraíba inicia seu processo de estruturação no ano de 1981, influenciado pela experiência desenvolvida por outros grupos de militância já instituídos e em atividade na época, tais como o Grupo Gay da Bahia-GGB (BA) e o grupo Somos (SP). O surgimento do “Nós Também” (NT), em 1981 está estritamente vinculado às experiências de jovens universitários e professores da Universidade Federal da Paraíba em grupos de discussão ocorridos durante o Encontro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) daquele ano.

Bruno Santana (2020, p. 69), que lançou, no ano de 2020, o livro “Nós Também: a história da militância através da memória gráfica”, que reproduz a sua dissertação de mestrado defendida no ano anterior no Programa de Pós-Graduação em Design da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) corrobora Oliveira (2018), complementando que o encontro citado foi a sua 33ª reunião da SBPC, ocorrida em julho de 1980, em Salvador. Ao término do evento, surgiu o nome do agrupamento que, inspirados pelo grupo *Somos*, eles também “seriam”. Assim, nasceu o “Nós Também”, que teve uma curta duração de 1980 a 1982. Embora, em estudos anteriores, tanto de Gomes (2016) como de Oliveira (2017; 2018), sejam mencionados os anos de 1981 a 1983, seguiremos a cronologia apontada por Santana (2020) pelos artefatos encontrados em seu estudo recentemente.

Um dos interlocutores da pesquisa de Santana (2020, p. 72) foi o professor Henrique Magalhães, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)⁸³, que, na época, era estudante e um dos articuladores do “Nós Também”, além de autor da personagem “Maria”, uma mulher lésbica que questionava a sociedade paraibana em suas tirinhas publicadas nos jornais de João Pessoa. Dessa maneira, Henrique produzia artes gráficas, tais como quadrinhos, para contestar

⁸³ Atualmente professor aposentado do Departamento de Mídias Digitais da UFPB.

o momento que o país vivia e divulgar as ideias do grupo. Assim, “esse material constituiu uma forma lúdica de quebrar o tabu da homossexualidade à época no contexto conservador da cidade”.

Além de Magalhães, tanto Oliveira (2017) como Santana (2020, p. 71) apontam nomes semelhantes que participaram do “Nós Também”, tais como “Lauro Nascimento, Gabriel Bechara, Germana Galvão, Sandra Albuquerque, José Augusto, “Lu” e o próprio Henrique”.

A eclosão do “Nós Também” na Paraíba marca a segunda fase do então movimento homossexual no Brasil. Nesse período, existiam vários grupos no Nordeste, a exemplo do Grupo de Atuação Homossexual de Recife/Olinda – GATHO, o Dialogay de Sergipe, além do GGB também tinha na Bahia, o Adé Dudu, que, juntos, participaram do “I Encontro de Grupos Homossexuais do Nordeste (EGHON), em Olinda/PE” (FACCHINI, 2005; GOMES, 2016, p. 2016).

Sobre esse período, recorro a um artigo de Henrique Magalhães (2003, p. 9), publicado no boletim informativo “A Colmeia” do MEL,

Vivia-se um clima de ousadia e de enfrentamento, coragem e euforia por finalmente mostra-se como digno um desejo sexual sujeito às maiores ignomínias pela Igreja, pelo estado e pela sociedade em geral. [...] O Nós Também surgia nesse contexto, com a impulsividade de quem quer transformar o mundo com suas ideias e ações. Seus membros eram professores e estudantes universitários ligados aos cursos da área de humanas, em particular dos cursos de Comunicação & Artes e Psicologia. As reuniões semanais do grupo eram uma mistura de pedagogia político-revolucionária com terapias grupais. O desafio era traçar planos de intervenção na cultura da cidade e a transgressão de assumir frente a membros do grupo suas mais indiscretas fantasias e práticas sexuais, numa espécie de exorcismo dos fantasmas da sua própria repressão.

Mas essa forte relação do “Nós Também” com o espaço universitário, embora tivesse um caráter contracultural e anarquista, era também motivo de divergência e de hostilidade por parte do “Beira de Esquina”, outro grupo homossexual que também surgiu na cidade nos anos de 1980, principalmente por questões ideológicas e de classe social, conforme aponta Oliveira (2017, p. 333, grifos nossos):

Com uma proposta e forma de atuação mais semelhante às mobilizações das ligas camponesas e com forte influência de ideologias como da esquerda, como o marxismo e a teologia da libertação, no ano de 1984 surge na Paraíba o grupo Beira de Esquina (BE). Assim como no caso do Nós Também, o nome do grupo é um indício de suas inclinações e concepções de militância. Formado por jovens universitários geralmente vinculados aos centros acadêmicos da UFPB e às mobilizações de líderes comunitários, **a atuação do BE tinha um caráter menos acadêmico**, e como indicou Luciano Vieira

Bezerra, membro do Beira de Esquina e eleito por diversas vezes presidente do MEL, **o grupo estava voltado à formação das comunidades de base**, reunindo homossexuais na universidade e também nos bairros mais afastados onde os estudantes moravam. Ainda segundo ele, os membros do grupo, em sua maioria, estavam vinculados a outros movimentos sociais, a exemplo do movimento sem-terra e das pastorais ligadas à igreja católica em crescimento durante o período de ditadura militar.

De fato, Luciano Bezerra Vieira era oriundo das Comunidades Eclesiais de Base (CEBS), vinculadas à Igreja Católica, como já tínhamos descrito em seu perfil traçado no primeiro capítulo desse trabalho. A Teologia da Libertação contribuiu em sua formação ideológica, principalmente pela sua atuação na pastoral da juventude, ao ponto de que as primeiras iniciativas do “Beira da Esquina” foi dar assistência a “gays e travestis que trabalhavam nas ruas”, de acordo com próprio relato de Henrique Magalhães no estudo de Santana (2020, p. 77).

Mas esses embates ideológicos ficaram na universidade, quando Luciano Bezerra Vieira era estudante do Curso de Licenciatura em História, e Henrique Magalhães, do Curso de Comunicação Social, já que, décadas depois, era comum ouvirmos, em rodas de diálogos do movimento social, tanto as narrativas de Vieira sobre o “Beira de Esquina” como de Magalhães a respeito do “Nós Também”, que passou a ser um aliado histórico do MEL ao longo de sua trajetória profissional.

O nome “Beira de Esquina” estava literalmente relacionado aos logradouros públicos, às esquinas de ruas e praças, onde viraram pontos de encontros para os homossexuais que, no final da década de 1980, tiveram que lidar com a chegada da Aids em João Pessoa. Dessa maneira, precisaram aprender formas de se prevenir contra as chamadas doenças sexualmente transmissíveis, na época. Sendo assim, a organização não governamental “Bem-estar Familiar do Brasil (BEMFAM)” teve um papel fundamental na cidade, onde desenvolveu “um projeto de intervenção comportamental com homossexuais, o qual passou a ser chamado de Grupo Especial”, mas esse não era o público prioritário da BEMFAM, que atendia adolescentes e jovens com foco nos direitos sexuais e reprodutivos (GOMES, 2016, p. 56).

O ativista José Walmir Ferreira (Ferreirinha), um dos entrevistados desse estudo, nos lembra que:

A princípio, a gente se reunia na BEMFAM, depois fomos impedindo de nos reunimos na BEMFAM e ficávamos nas beiras de esquinas... A gente participava desses encontros na BEMFAM, as sextas-feiras à noite, nós íamos pegar preservativos lá... Era Andreina, Samanta, tinha um monte de pessoas que iam lá... Daí quando foi um tempo, nós fomos proibidos de pegar preservativos na BEMFAM, porque a BEMFAM não trabalhava com

prevenção às DST/HIV/AIDS para LGBT, a princípio trabalhava com famílias, né? No controle de natalidade... Daí, a gente se denominava lá na BEMFAM de GEP - Grupo Especial da Paraíba, a psicóloga Natália Queiroga e Dorotila, elas nos recebiam, faziam reunião conosco, explicava como seria o uso do preservativo? Para que servia? Como armazenar? Dava alguns conselhos, como o tipo de comportamento que a gente devia ter para se proteger da violência... (Entrevista com José Walmir Ferreira, 2021).

Ferreirinha, nessa citação, recorda as ações que eram feitas pela BEMFAM para os homossexuais, especialmente pelo trabalho, sensibilidade e acolhimento que tiveram algumas psicólogas da instituição com eles, já que não era de fato a natureza nem a finalidade da ONG em atuar com aquele público. Ele ainda desmitifica que o Grupo Especial da Paraíba (GEP) não era um coletivo homossexual daquele período, mas sim uma ação que foi denominada na própria BEMFAM para justificar o atendimento psicossocial ao segmento, embora concorde com Oliveira (2017, p. 334) que o GEP passou a ser, de maneira informal, um espaço que, além de autoajuda, servia de “partilha de experiências” e agregava homossexuais que estavam descobrindo a própria sexualidade e tinham que buscam meios de se prevenir contra uma patologia que assola a comunidade.

Quando ocorreu a interrupção do serviço, foi nas beiras de esquinas da cidade de João Pessoa que a militância começou a se encontrar para dar os primeiros passos em direção à fundação da primeira organização homossexual de maneira institucionalizada, de acordo com relato do próprio Ferreirinha:

As beiras de esquina eram na Praça do Palácio do Bispo, na Praça do Pavilhão do Chá, no bambuzal da Lagoa... Na General Osório... Tinha uns cantos assim específicos que nós nos encontrávamos lá para conversar.... Daí o grupo que saiu da BEMFAM ficou nessa esquina, aí foi quando nós encontramos Breno e Luciano... O Breno e o Luciano, eles era advindos da universidade, eles eram universitários e nós não... Nenhum um de nós eram universitários... Então, o Beira de Esquina reuniu o movimento que militava dentro da universidade, né? No primeiro momento, representado por Fernando Peixe, Luciano e Breno conosco que éramos da periferia, que não frequentávamos a universidade e muito de nós, não tínhamos nem o ensino médio... (Entrevista com José Walmir Ferreira, 2021).

Cabe salientar que, se de um lado, nessa passagem dos anos 1980 para 1990, o país vivia uma pluralidade de sujeitos políticos incorporando movimentos sindicais, populares e identitários. Esse período é marcado pela virada da década, ainda fortemente marcada pela proliferação da epidemia da AIDS em seus anos iniciais, pelo reflorescimento do movimento homossexual no Brasil, além de mudanças econômicas e políticas no país. Nesse período, o Grupo Gay da Bahia (GGB) era um dos mais estruturados do Nordeste e contribuiu para a

organização de novos grupos na região, compartilhando informações, modelo de ata e estatuto, para que fossem criados agrupamentos institucionalizados do movimento social, como descreve Ferreirinha:

Nessa fase, Breno e Luciano já se correspondia com Luiz Mott, né? Do Grupo Gay da Bahia e daí a ideia de a gente registrar o movimento... O nome MEL foi proposto por Breno Correia, que foi o primeiro vice-presidente do MEL. Foi ele que teve a ideia do nome MEL, aí ele explicava que o M era de movimento, o E de espírito, né? E o L de lilás representaria o masculino e o feminino dentro do segmento LGBT, porque se misturar a tinta azul e a rosa dar um lilás... E diziam naquele tempo que lilás seria a cor do ano 2000 e que nós se tivéssemos uma áurea, a cor seria lilás... (Entrevista com José Walmir Ferreira, 2021).

O ativista e dirigente *José Walmir Ferreira* esclarece o significado da sigla MEL, desassociando que esteja relacionada ao alimento produzido pelas abelhas. Contudo, de maneira estratégica, os membros do movimento sempre fizeram uso de terminologias associadas ao universo da apicultura, inclusive adotando a abelha como mascote envolvida nas cores do arco-íris, sendo essa imagem a primeira logomarca do MEL, reformulada por Luciel Araújo na época das comemorações dos 10 anos da entidade.

Outro aspecto ressaltado por *José Walmir Ferreira* era a intensa troca de correspondências entre os militantes com o GGB por meio de sua caixa postal, recurso muito utilizado nos anos de 1990, quando se socializavam as cartilhas e materiais produzidos pelo grupo para todo o país, principalmente com orientações para prevenção contra a violência aos homossexuais, além do envio de exemplares dos boletins informativos da entidade. Daí a relevância do GGB para a organização e a formação do então movimento homossexual no Nordeste.

Foi nessa convergência de situação que, no ano de 1992, o MEL foi instituído, conforme sua ata de fundação, transcrita abaixo na íntegra pela sua relevância para a essa pesquisa (Ver ANEXO B).

Aos 06 (seis) dias do mês de março de 1992 (mil novecentos e noventa e dois), às 19:00 (dezenove horas), no Teatro Cilaio Ribeiro (antigo Grupo Escolar Tomás Mindelo), à Av. General Osório s/n, foi realizada a Assembleia Geral Ordinária do Movimento do Espírito Lilás. Teve lugar a realização de uma Assembleia geral que congregou a presença de trabalhadores, estudantes, representantes de associação comunitárias e demais pessoas, que após longo e profundo debate sobre o contexto histórico-político-social atual e em relação ao Movimento Homossexual Brasileiro, concluíram que, neste período de transição democrática, os movimentos populares irão ser intensificar através de inúmeras campanhas pela realização de reformas sociais imediatas e tais embates necessitarão das entidades estarem o suficiente orientadas e

assessoradas para a execução de seus objetivos. Para tanto foi criado o Movimento do Espírito Lilás (MEL), que terá finalidade de informar, orientar, prestar apoio e encontrar meios de defender as pessoas de ambos os sexos vítimas de preconceitos e discriminação em qualquer instância da sociedade, devido a sua orientação sexual e pessoas portadoras do vírus (HIV/AIDS)⁸⁴. Tendo na ocasião elaborada sua carta de princípios e o estatuto que se segue. E, como não houvesse mais assunto a ser tratado foi encerrada a reunião com aclamação dos presentes pela criação desta entidade com a lavratura desta ata por mim que secretariei os trabalhos, indo portanto devidamente assinada (MEL, 1992a, p.1).

Assim sendo, assinaram a ata de fundação do MEL, de acordo os cargos da primeira diretoria (1992-1994): Presidente – Luciano Bezerra Vieira; Vice-presidente – Breno Correia da Silva; 1º Tesoureiro – Eduardo Palmeira Sobral; 2º Tesoureiro – José Walmir Ferreira; 1º Secretário – Mazureik Moraes dos Santos, que lavrou o documento, e o 2º Secretário – José Marcos Mercês, estando apenas Ferreirinha em atuação atualmente no movimento social (MEL, 2021).

A composição do MEL confere sua natureza plural, pois, como entidade, apresenta uma identidade múltipla, congregando gays, lésbicas e bissexuais, travestis e heterossexuais, conforme pontuou Breno Correia no decorrer da pesquisa de Oliveira (2017), e observado no estatuto. Contudo, apenas homossexuais masculinos estão como fundadores da entidade, embora a instituição tenha sido impulsionada posteriormente à criação de outras entidades voltadas às mulheres lésbicas, travestis e transexuais.

Na ata, ainda é possível observar que os objetivos do MEL, desde o seu nascedouro, têm profunda relação com a dimensão socio pedagógica do movimento, assim como da linha educativa assumida em sua trajetória, já que suas finalidades descritas em sua carta de princípios são *“informar, orientar, prestar apoio e encontrar meios de defender as pessoas de ambos os sexos vítimas de preconceitos e discriminação em qualquer instância da sociedade”*. Além da preocupação com a intolerância e a perseguição que sofriam os homossexuais em virtude do crescente dado epidemiológico relacionado à AIDS, sendo, muitas vezes, expulsos pela própria família.

Com isso, o MEL foi fundado em 06 de março de 1992, mas só em 20 de maio daquele ano é que seu estatuto de fundação foi datilografado e registrado em cartório, depois de dois anos, no dia 17 de março de 1994. Esse fato é algo muito comum com as entidades da sociedade civil que não dispunha de recursos para arcar com as despesas cartoriais. Com isso, de acordo

⁸⁴ Essa expressão que era usada na época, na atualidade, é incorreta, estigmatizante e ofensiva. O correto é fazer uso do termo pessoas vivendo com HIV/Aids.

com Ferreirinha, o registro teve que ocorrer para firmar parceria como o poder público. Portanto, *“tínhamos que fazer a institucionalização do grupo, daí foi quando a gente resolveu registrar o grupo, fizemos feijoada, juntamos dinheiro, cada um colaborou e aí a gente registrou o grupo...”*.

No Estatuto Social de fundação do MEL, foram traçados os objetivos de atuação da entidade:

1) Atingir o maior número possível de jovens e adultos de ambos os sexos, homossexuais, bissexuais, heterossexuais e michês, para entre eles produzir e difundir, através das artes e da ciência, **informações educacionais** atualizadas sobre sexualidade, homossexualidade, drogas e controle e prevenção das DSTs (Doenças Sexualmente Transmissíveis e da SIDA/AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida); **2)** Promover intercâmbio com os demais grupos que trabalham a mesma causa; **3)** Acompanhar e avaliar as políticas e iniciativas governamentais, partidárias e eclesiais em relação a **educação sexual nas escolas, nas associações de bairros e concentração de adolescentes e adultos**; a questão do homossexualismo e direitos humanos, a orientação sobre os perigos das drogas e DSTs e AIDS, no Estado da Paraíba; **4)** **Servir como fonte de consulta** abalizada para a população paraibana, especialmente para as comunidades carentes; as comunidades e guetos (bares, boates, praças, cinemas, saunas etc.) de homossexuais e para a cobertura da imprensa, observando a sistematização dos informes e a veracidade e objetividade científica dos mesmos; **5)** Servir de apoio às **campanhas educativas** no sentido de prevenção e controles de epidemias, DSTs/AIDS; às campanhas por melhores condições de vida para o nosso povo, pela igualdade, pelos direitos humanos, pela paz e em prol do meio ambiente. Sejam estas campanhas promovidas por órgãos estatais ou de iniciativas privada; **6)** Encontrar **formas de ajudar juridicamente**, homossexuais de ambos os sexos que são discriminados e/ou injustiçados e prejudicados, no seu ambiente de trabalho, na vida pública ou no seio da família, devido à descoberta da sua sexualidade, e encontrar formas de ajudar os pacientes da AIDS (HIV – Vírus da Imunodeficiência Humana positivo), no encaminhamento de assistências médicas, sociais, trabalhistas, atuando com autonomia ou em cooperação com os serviços especializados mantidos pelos órgãos públicos e/ou entidades privadas; **7)** Criar um posto fixo ou móvel de serviços para a **distribuição de material informativo-educativo em DST/AIDS e outros, preservativos (camisinhas)**; orientação individual ou grupal e requisição de exames, pesquisa de HIV, VDRL e outros (MEL, 1992b, p. 1-2).

O documento de fundação é explícito no tocante ao fato de a patologia da AIDS ter tido forte incidência no processo de formação do MEL, tendo em vista que o foco de atuação foi traçado com a finalidade de garantir assistência socioeducacional para os homossexuais e a população em geral na condição de espaço de consulta para a comunidade como um todo, a partir de campanhas educativas, educação sexual nas escolas, distribuição de material informativo e de preservativos, além de prestar assessoria jurídica para as vítimas de discriminação, já que não era comum falar em homofobia ou LGBTfobia.

Curiosamente, são exatamente essas ações de cunho educativo e sociopolítico que vão marcar a atuação do MEL ao longo de sua trajetória histórica, considerando que a defesa da vida tem centralidade nos princípios políticos da entidade, articulando ações informativas, de sensibilização e formativas com as ações de proteção e defesa da cidadania LGBT. Contudo, os primeiros anos de vigência da entidade são marcados por divergências e dissidências, segundo pontou Oliveira (2017, p. 336-337).

Em 1994, dois anos após a fundação do grupo, um de seus idealizadores, Breno Correia, tendo em vista os embates e desentendimentos relativos ao ingresso de novos membros e as condutas, tidas como incoerentes, de outros membros fundadores resolve desvincular-se do MEL e fundar, logo em seguida, outro grupo de contestação, o ALL. ALL é a sigla do grupo Ação para a Liberdade Lilás, fundado em 28 de junho de 1994 na ocasião da comemoração dos 25 anos do dia internacional do Orgulho Gay.

Todavia, o grupo criado não prosperou, e o ativista deixou a militância política. O MEL passou a engajar-se nas lutas sociais na década de 1990 e ganhou visibilidade na imprensa, a partir das denúncias contra os assassinatos de gays e travestis que ocorriam no Estado. Além de assumir a luta contra a AIDS como uma das principais plataformas, atuando diretamente nas campanhas por melhorias no Complexo Hospitalar Dr. Clementino Fraga como uma das suas primeiras ações, como lembra Ferreirinha:

No começo, nós reivindicamos chuveiro elétrico para o Clementino Fraga, no Pavilhão Henfil, porque as pessoas soropositivos internas ali tomavam banho frio... Então nós reivindicamos chuveiro... Dentro do Clementino chegamos a reivindicar dois leitos por enfermaria até a luta pela UTI que foi muito árdua e durou muitos anos para ser construída pela Secretaria de Saúde... (Entrevista com José Walmir Ferreira, 2021).

Desse modo, entendo que os avanços conquistados para a população LGBT no Estado da Paraíba são resultantes da trajetória desse movimento social que vem desde os anos de 1980 se (re) constituindo, a partir da sua militância que enfrentou a repressão militar, as perdas e dores causadas pela epidemia do HIV/AIDS, a negligência do poder público no tocante à violência e à discriminação até a conquista de instâncias de cidadania LGBT que eram discutidas e almeçadas pelos ativistas de outrora.

O trabalho social desempenhado para a sociedade e a comunidade LGBT pelo MEL no decorrer de sua trajetória histórica também possibilitou o reconhecimento de utilidade pública da entidade tanto em nível estadual, pela Lei nº 6.504/97, de 01 de julho de 1997, como no âmbito do município de João Pessoa, pela Lei nº 8.274/97, de 14 de julho do mesmo ano.

Um fator relevante do potencial sociopolítico do MEL pode ser observado nos aspectos organizativos, pois, ao longo das últimas décadas, o movimento teve 15 diretorias executivas, sendo presidido, em sete delas, por Luciano Bezerra Vieira, que, em momentos alternados, foi quem presidiu a entidade por mais tempo, embora sempre tenha buscado formar novas lideranças para assumir a entidade. A diretoria executiva da entidade no formato administrativo do seu primeiro estatuto era composta por Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, 1º Tesoureiro, 2º Tesoureiro, Conselho Técnico e Conselho Fiscal. Tendo em vista que a extensa quantidade de ativistas que perpassaram por esses cargos nas últimas décadas, foram listados, no quadro abaixo, a relação de presidentes do MEL.

Quadro 3 – Relação dos Presidentes do MEL (1992-2021)

DIRETORIA	PERÍODO	PRESIDENTE/ COORDENADOR GERAL
1ª	1992-1996	Luciano Bezerra Vieira
2ª	1996-1998	José Felipe dos Santos
3ª	1998-2000	Luciano Bezerra Vieira
4ª	2000-2002	Luciano Bezerra Vieira
5ª	2002-2004	Luciano Bezerra Vieira
6ª	2004-2006	Ibanez Duarte Júnior ⁸⁵
	2005-2006	Alexandre Félix da Rocha
7ª	2006-2007	Luciano Bezerra Vieira
8ª	2007-2009	Luciano Bezerra Vieira
9ª	2009-2011	Alcemir de Oliveira Freire
10ª	2011-2013	Luciano Bezerra Vieira
11ª	2013-2015	Renan Palmeira Costa
12ª	2015-2017	Renan Palmeira Costa ⁸⁶
13ª	2017-2018	Fernando Luiz Araújo ⁸⁷
14ª	2018-2020	Eduardo Henrique de Luna Guimarães
15ª	Desde 2021	José Felipe dos Santos

Fonte: Elaborado e atualizado pelo autor com dados gentilmente cedidos por Cleber Ferreira⁸⁸

Na primeira gestão de Renan Palmeira (2013-2015), foi realizada a reforma do estatuto social do MEL para se adequar ao novo Código Civil vigente. O estatuto vigente é datado de 27 de junho de 2014 e foi registrado em cartório em 03 de junho do mesmo ano. O documento ampliou o número de objetivos da entidade de 07 para 13, expandindo sua atuação, como

⁸⁵ Nessa diretoria, estava ocupando o cargo de 2º Tesoureiro. Renunciei para ocupar um cargo na Prefeitura Municipal de João Pessoa, em 2005. Nesse ano, o Presidente também renunciou, e a diretoria foi reestruturada, quando Alexandre Félix da Rocha assumiu a presidência.

⁸⁶ Renan Palmeira Costa foi reeleito, tendo Luciano Bezerra Vieira com vice (MEL, 2021).

⁸⁷ Na gestão de Fernando Luiz Araújo, passou-se a usar o termo coordenador geral, de acordo com o novo estatuto social da entidade (MEL, 2014a).

⁸⁸ Dados extraídos do Quadro Informativo das Diretorias do MEL, elaborado por Cleber Ferreira da Silva para o Acervo Documental do MEL – Arquivo Permanente Luciano Bezerra Vieira (MEL, 2021).

também modificou o formato administrativo do MEL, que passou de diretoria executiva para colegiado gestor. Portanto, desde 2014, o dirigente da entidade passou a ter a nomenclatura de coordenador geral, mas, na prática, ainda continua sendo considerado como presidente (MEL, 2014a).

Dos objetivos listados do atual Estatuto Social do MEL, destaco o IV e V, tendo em vista sua correlação com o estudo em tela:

IV – Promover **ações educativas**, a partir **dos princípios pedagógicos da educação popular, para a promoção da cidadania e dos direitos humanos de LGBT**, de pessoas com deficiência, de mulheres, da criança e do adolescente, do idoso, da população negra, população indígena e de outras populações e grupos socialmente vulneráveis;

V – Promover **práticas formativas** acerca da promoção da saúde e da prevenção de doenças, com ênfase nos seguintes eixos: Saúde integral da população LGBT; Saúde do homem; Prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), HIV/AIDS e Hepatites Virais, bem como a promoção e defesa dos direitos humanos de pessoas vivendo com HIV/AIDS e Hepatites Virais; Redução de danos de pessoas usuárias de álcool e outras drogas; (MEL, 2014a, p. 1-2).

Notadamente, o MEL já vinha atuando com práticas educativas desde o início dos anos 2000, conforme dados apresentados no decurso dos próximos capítulos, mas, com a reforma estatutária de 2014, deixou regulamento em suas normas constitutivas, assegurando a promoção de ações educativas com os “princípios pedagógicos da educação popular”. Desse modo, as práticas do MEL também afirmam “a promoção da cidadania e dos direitos humanos” de maneira ampliada, tanto para a população LGBT como outros segmentos socialmente vulneráveis e discriminados que também são compostos por LGBT, já que temos as pessoas com deficiência que são homossexuais e transexuais, como também lésbicas, gays, bissexuais que são negros e negras, indígenas e pessoas idosas. Daí, a interseccionalidade com as múltiplas identidades sociais faz parte dos objetivos da entidade, só precisam criar meios e estratégias para que colocar em prática.

Por fim, esse breve panorama do histórico do Movimento LGBT Paraibano possibilita um maior conhecimento sobre o surgimento do MEL, desde a sua fundação até a posse do último dirigente, conforme descrevemos no Quadro 3, de modo que, além da relação nominal dos ativistas que foram dirigentes do MEL, podemos também observar que, na primeira década de existência da entidade, que vai de 1992 a 2002, o movimento social ainda não tinha acessado recursos públicos para a realização de suas atividades. Só a partir de 2001 foi que o MEL, na quarta gestão de Luciano Bezerra Vieira (2000-2002), conseguiu ter financiamento do Programa Nacional de DST/AIDS do Ministério da Saúde para executar ações preventivas e

educativas em relação à patologia, por meio de um projeto de fortalecimento e institucionalização de entidades do movimento LGBT. Essas ações educativas e sociopolíticas serão descritas no quarto capítulo de análise da pesquisa.

As mudanças políticas que ocorreram no Brasil, a partir do ano de 2003, com a ascensão do campo progressista, liderado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), que coincidiram com os governos do PT em âmbito nacional (2003-2016), possibilitaram o início do ciclo de políticas públicas para LGBT, tendo o MEL participado ativamente da elaboração do Programa Brasil sem Homofobia, das conferências LGBT nas três esferas e implementação das instâncias de controle social e de políticas nos governos estadual e municipal, tais como os conselhos, coordenadorias e assessorias LGBT.

Nesse processo de reivindicação, construção e conquistas desses espaços junto ao poder público nos níveis federal, estadual e municipal, o ativista Luciano Bezerra Vieira, que era a principal liderança do MEL, teve um papel fundamental na interlocução com a gestão pública e na articulação do movimento LGBT como um todo, para que essas políticas públicas se tornassem realidade. Nesse período de 2004 a 2015, o MEL teve vários dirigentes que ascenderam à presidência da instituição, a exemplo de Ibanez Duarte Júnior (2004-2006), Alexandre Félix da Rocha (2005-2006), Alcemir de Oliveira Freire (2011-2013) e Renan Palmeira Costa (2013-2015). Mas sempre contando com a colaboração e a participação de Luciano Bezerra Vieira em suas gestões, ora na vice-presidência ou na tesouraria.

Desde 2016, vem ocorrendo um retrocesso nas políticas públicas para a população LGBT, sobretudo, após o golpe midiático-jurídico-político que ocorreu contra a ex-presidente Dilma Rousseff, mas o MEL se manteve na luta pela democracia e nos espaços conquistados pelos visionários que fundaram a entidade na década de 1990. Além disso, cabe destacar o esforço de Fernando Luiz Araújo (2017-2018), Eduardo Henrique de Luna Guimarães (2018-2020) e o atual dirigente José Felipe dos Santos em manter viva a memória de Luciano Bezerra Vieira, que partiu no ano de 2017, deixando um legado que mantém o MEL firme na resistência política do movimento social.

3.3 O movimento LGBT da Paraíba para além da colmeia

Na Paraíba, o Movimento do Espírito Lilás (MEL), fundado no ano de 1992, com forte atuação na capital na década de 1990, foi a entidade que impulsionou o movimento LGBT no Estado no início dos anos 2000. O MEL, no início, tinha como público prioritário os gays, já que foi no entorno desses indivíduos que o movimento social surgiu em João Pessoa. Com o

passar dos anos, porém, passou a atuar de forma mista com as lésbicas e as travestis, as quais eram rotineiramente vítimas de violência e assassinatos na cidade (OLIVEIRA, 2017).

Daí, a articulação do movimento local com a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT) foi primordial para ampliar os horizontes do segmento, tendo em vista que, nos primeiros anos da década de 2000, já havia um direcionamento das lideranças nacionais, visando ao fortalecimento da luta identitária.

Nesse sentido, o MEL, liderado pelo visionário educador Luciano Bezerra Vieira, deu os primeiros passos para aglutinar as lésbicas e as travestis em torno do movimento social, fazendo grupos temáticos nas ações educativas e sociopolíticas da entidade sobre essas identidades, identificando ativistas para participar das edições da Semana da Consciência Homossexual (que eram realizadas, geralmente, no mês de junho de cada ano, para celebrar o Dia do Orgulho Gay), como também dos encontros do MEL que aconteciam com a participação de militantes da capital e do interior, aspecto a ser aprofundado no capítulo a seguir.

Nesses eventos, foram surgindo importantes lideranças que marcaram a história do movimento LGBT paraibano, como Fernanda Benvenutty, que adentrou as dependências do MEL no ano de 2001, com o objetivo de criar uma associação de travestis na cidade, conforme seus próprios relatos tantas vezes revelados nas mesas redondas e eventos dos quais participamos juntos.

Com isso, no dia 19 de outubro de 2002, foi fundada a Associação das Travestis da Paraíba – ASTRAPA, com a finalidade de “atuar na defesa da cidadania e no enfrentamento ao preconceito, à discriminação e à violência sofrida por travestis e transexuais”, tendo surgido para atuar junto a um grupo que vive situações extremas de vulnerabilidade e exclusão social na Paraíba (ASTRAPA, 2013, p. 4).

Daí, mesmo reconhecendo a relevância do MEL, Fernanda Benvenutty (2008, p. 161), ponderou que a criação da ASTRAPA ocorreu

Por falta de políticas públicas afirmativas para estes seguimentos e por entender que o MEL (Movimento do Espírito Lilás) não representa ou atende suas especificidades. Um outro elo forte na fundação da ASTRAPA foi o fato do grande número de entidade de defesa dos direitos das travestis em todo o país, e a Paraíba precisava se fazer representar no cenário nacional.

De fato, havia uma forte expansão do movimento trans no começo da década de 2000, sobretudo, impulsionado pela Associação das Travestis e Liberados do Rio de Janeiro (ASTRAL), fundada em 1992, a partir da realização das diversas edições do Encontro Nacional de Travestis e Liberados que Atuam na Prevenção da AIDS – ENTLAIDS, promovidos de 1993

a 2019, capitaneados pela percussora do Movimento de Travestis e fundadora do ENTLAIDS, a ativista Jovanna Baby (SILVA, 2018; SOUSA, 2022).

Além de Benvenutty, são fundadoras da ASTRAPA Geovana Laverna, Bianca Star (Bionda) e Lumara Villar, uma das primeiras trans paraibanas a participar do ENTLAIDS. No ano de 2020, a ASTRAPA mudou sua nomenclatura para Associação de Pessoas Travestis, Transexuais e Transfeministas da Paraíba – ASPTTRANS-PB.

O MEL ainda contribuiu na formação do Grupo de Mulheres Maria Quitéria (GMMQ) com o objetivo de atuar diretamente com mulheres lésbicas e bissexuais. O GMMQ foi fundado em 10 de novembro de 2002 com a missão de “colaborar para conscientização da sociedade do direito à liberdade de identidade sexual; combater qualquer manifestação de discriminação ou preconceito por identidade sexual, gênero, étnico-racial e classe [...]” (TARGINO, 2008, p. 164).

De acordo com Costa (2003a, p. 4):

O Grupo de Mulheres Maria Quitéria se propõe a tratar dos assuntos referentes exclusivamente à causa lésbica em João Pessoa. O grupo nasceu a partir de uma reflexão iniciada dentro do Movimento do Espírito Lilás que apontou para a necessidade da formação de uma entidade específica para discutir as questões relativas às mulheres.

O GMMQ, posteriormente, ampliou sua atuação com ações voltadas também para as mulheres bissexuais. A ativista Marli Soares, que já participava das ações do MEL, foi quem fez as articulações iniciais para formar o grupo. Desse modo, as fundadoras do Maria Quitéria foram Ana Clara Maia (1ª Presidente); Marli Joaquim (1ª Vice-Presidente) Eulália Freitas, 1ª Tesoureira e Lúcia Bezerra, 1ª Secretária. Ainda se configuram como sócias fundadoras, Adneuse Targino, Cátia de França, Mãe Lúcia e Selma Cabral (TARGINO, 2008; COSTA, 2003a).

Após a estruturação do movimento LGBT em João Pessoa, o foco passou a ser a expansão para outras cidades paraibanas. O MEL já havia realizado, em 2000, um evento no sertão paraibano, antes mesmo de ter financiamento de recursos públicos, como lembra Ferreirinha, um dos fundadores da instituição que esteve à frente dessa atividade:

Eu coordenei o primeiro evento LGBT do interior da Paraíba, que se denominava I Encontro Regional do MEL que aconteceu em Cajazeiras, de 5 a 7 de maio de 2000... E... Daí resulta o MELICA... Esse evento no CAIC em 2000, com a presença de 80 LGBTs, de 9 cidades do sertão da Paraíba... (Entrevista com José Walmir Ferreira, 2021).

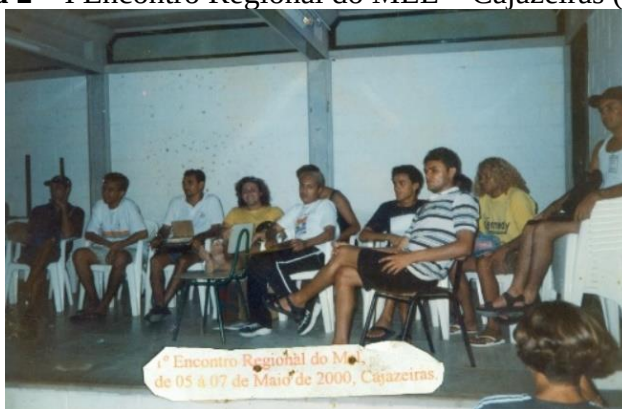
O I Encontro Regional do MEL na cidade de Cajazeiras foi algo inovador para aquela época, já que a atuação do movimento LGBT se concentrava nas capitais, e, de maneira inédita, o movimento social paraibano adentrou o sertão, levando consigo uma enorme delegação do litoral que lotou um ônibus. Com resultado do evento, foi se estruturando o Movimento do Espírito Lilás de Cajazeiras (MELICA), que, posteriormente, passou a ser Orgulho – Organização pela União e Luta, cuja duração foi de 2000 a 2002.

Segundo Araújo (2017, p. 37), que elaborou um estudo sobre o histórico do movimento LGBT de Cajazeiras, o MEL contribuiu para a formação dos grupos da cidade, tendo em vista que:

A maioria (desses espaços de formação) era na capital do estado, promovidos pelo MEL, a exemplo das famosas paradas que, segundo os depoimentos, era a atividade anual que mais atraía novas pessoas para a organização, pois todas (o) queriam participar desse close! Inclusive, a ORGULHO chegou a realizar uma parada em Cajazeiras, em parceria com o MEL e outros grupos das cidades de João Pessoa e Campina Grande [...].

A citação do historiador reafirma que as ações educativas, lúdicas e sociopolíticas promovidas pelo MEL tiveram incidências para além da capital e interiorizaram o movimento LGBT em várias regiões do Estado, do litoral ao sertão, como ocorreu em Cajazeiras, despontando agrupamentos e lideranças sociais que passaram a reivindicar políticas públicas para o segmento LGBT em nível local e conquistaram legislação do uso do nome social, gerência LGBT no Governo Municipal, resultantes daqueles processos iniciais de formação, inclusive realizado pelas próprias paradas que enalteciam a irreverência e “*close*” da militância que deu certo.

Figura 2 – I Encontro Regional do MEL – Cajazeiras (2000)⁸⁹



Fonte: Acervo do MEL

⁸⁹ Na imagem, Suy Santos, vestindo calça preta com listras brancas. Ao seu lado, de camisa amarela, está a ativista Lumara Villar. E eu estava sentado da esquerda para a direita, de camisa branca com arco-íris no meio, aos 23 anos de idade.

Mas vale salientar que a principal parceira do MEL na interiorização do movimento LGBT na Paraíba foi a ABGLT, que desenvolvia, desde 1999, o Projeto Somos – Desenvolvimento Organizacional, Advocacy e Intervenção para ONGs que trabalham com Gays e outros HSH⁹⁰, financiado pelo Programa Nacional de DST e AIDS do Ministério da Saúde. O Projeto Somos tinha como finalidade “difundir ações de prevenção por todo o Brasil”, a partir da criação de grupos no interior do país para fortalecer uma rede de apoio à luta contra a homofobia (BRASIL, 2005, p. 5).

O Projeto Somos foi uma importante iniciativa nacional que estabelecia uma Organização Não Governamental (ONG) associada da ABGLT em cada uma das cinco regiões do país para promover capacitações para formar outras ONGs que ainda não tinham atas de fundação, estatuto nem CNPJ, documentos obrigatórios para que pudessem concorrer aos editais de financiamentos de recursos públicos, especialmente do Ministério da Saúde, já que era a principal fonte de subsídio às ações de prevenção à AIDS para o movimento LGBT em todo o país.

Nesse período, um dos primeiros grupos criados na Paraíba, que participaram ativamente das formações promovidas pelo Projeto Somos da ABGLT, foi o Gayrreiros do Vale do Paraíba (GVP), liderado por Ferreirinha, sempre um entusiasta da interiorização do movimento LGBT no Estado e presidente do grupo.

Com isso, o GVP foi fundado no dia 26 de dezembro de 2002:

[...] Em pleno Vale do Paraíba, região composta por 13 municípios no interior paraibano, a movimentação contra a desinformação e a ignorância – no que diz respeito a assuntos relativos a homossexualidade, DSTs, aids, sexo seguro, direitos humanos e cidadania -, está sendo abraçada pelo Gayrreiros do Vale do Paraíba. O grupo começou suas atividades no início deste ano, e sem perder o folego, está alcançando as suas metas. A determinação mais significativa é de visitar e instruir as cidades que fazem parte da região do Vale do Paraíba. Com a visita já efetuada na maioria desses municípios, o objetivo agora é levar conhecimento às localidades restantes e, assim, firmar uma parceria com o 12º Núcleo de Saúde e Educação do Estado, que tem sede em Itabaiana – onde também fica a sede do Gayrreiros [sic] (COSTA, 2003b, p. 10).

Com a citação exposta, compreendo que a proliferação de entidades LGBTs proposta e incentivada pelo Projeto Somos também acabava sendo uma estratégia do Ministério da Saúde para potencializar a prevenção à Aids, enquadrando os grupos em um modelo de ONG que

⁹⁰ HSH é a sigla de homens que fazem sexo com homens, conceito cunhado por epidemiologistas (REIS; CAZAL, 2021, p. 25).

tinha que elaborar, executar e prestar conta de projeto para garantir os recursos para a manutenção das entidades. Porém, as instituições acabam não atuando de forma orgânica para o fortalecimento do movimento social, já que havia toda uma dinâmica administrativa e burocrática que tinha que ser cumprida, visando assegurar a renovação dos projetos.

Dessa forma, vários grupos foram criados em todo o país, visando ao financiamento de recursos públicos para a atuação no enfrentamento à AIDS, porém essa estratégia nem sempre prosperava, tendo em vista que havia disputas internas responsáveis pela curta vigência das entidades. Na Paraíba, no período de 2002 a 2004, destacam-se a Associação de Homossexuais de Campina Grande (AHCG), a Associação do Orgulho LGBT de Cajazeiras e o Movimento Homossexual de Cabedelo (MHOCA).

Dentre as três listadas, resgato um breve histórico do MHOCA, fundado em 09 de setembro de 2004 e já extinto. Nesse sentido, destaco que foram fundadores do MHOCA: Cleudo Gomes e Kika Falcão, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Além de Domilson Bezerra (Mita), Nen Cabeleireiro, Marcos Dias, Diego Córdero, Teté Cabeleireiro (*in memoriam*), Xaxu e Patrícia Silva (A COLMEIA, nº 4, 2004).

O MHOCA foi resultado do Projeto de intervenção comportamental junto ao HSH (Homens que fazem sexo com Homens) na grande João Pessoa que o MEL desenvolvia na região metropolitana, além do Projeto Somos da ABGLT. Com isso, o aprendizado que já tinha adquirido na capital, busquei compartilhar com os gays e as lésbicas de Cabedelo, onde morava e em cujo movimento cultural atuava. Mas, em virtude das dificuldades em dar continuidade à manutenção e ao funcionamento da instituição, além de divergências internas, o agrupamento acabou tendo uma curta duração entre os anos de 2004 e 2005, já que dependia do apoio da gestão municipal, e, na mudança de governo, não houve colaboração do novo gestor público (A COLMEIA, nº 3, 2004).

No decurso da pesquisa documental, foi identificado que o MEL sempre divulgava em seu boletim informativo “A Colmeia” (2002-2005) de maneira exitosa quando uma outra entidade do movimento LGBT era fundada, fortalecendo, assim, a luta social e apontando novas lideranças e grupos que se tornariam referências nos segmentos identitários da capital, como a ASTRAPA e o GMMQ, além dos municípios que criaram seus grupos e foram temas de matérias no jornal, tais como o MELICA, de Cajazeiras, a AHCG, de Campina Grande, o GVP, de Itabaiana e o MHOCA, de Cabedelo.

O MEL ou seus membros estiveram envolvidos diretamente ou indiretamente na criação de novos agrupamentos identitários na capital paraibana e no interior, como o Movimento de Bissexuais da Paraíba (MOVBI), fundado 2014, e o Coletivo de Homens Trans da Paraíba

(Petrís), criado em 2015, em João Pessoa. Já no ano de 2017, Luciel Araújo, um dos interlocutores desse estudo, também contribuiu na criação do Movimento de Articulação LGBT (MOAR) na cidade de Guarabira, Paraíba.

Larratea (2017, p. 62), que elaborou uma dissertação sobre o MOVBI, afirma que a entidade surgiu a partir de “um núcleo bissexual inserido no Movimento do Espírito Lilás que eclodira em um encontro municipal da juventude LGBT de João Pessoa em 2012”, mas que foi dissolvido durante o processo de reformulação do estatuto social do MEL, que pretendia priorizar apenas os gays como público de atuação da instituição. Daí ocorreu uma dissidência dos bissexuais que não concordavam com essa mudança, e assim fundaram o MOVBI, a partir de uma dissidência do MEL.

Em suma, o movimento LGBT se expandiu para além da colmeia do MEL nas últimas décadas, assimilando o ativismo político em defesa dos direitos humanos e da cidadania LGBT, embora haja uma breve existência das entidades, especialmente no interior do Estado, por problemas financeiros, como também por disputas internas, fatores que se assemelham aos da capital. Porém, pela rotatividade de novos ativistas, acabam permanecendo e dando continuidade as suas ações.

Nesse histórico, também foi possível constatar a participação direta de ativistas que saíram e/ou estão no MEL e contribuíram na expansão do movimento LGBT por todo o Estado, plantando uma semente do movimento social em cada canto da Paraíba, ora trazendo os militantes do interior para a capital com a finalidade de participarem das ações de formações e assim replicarem em atividades em suas respectivas cidades. Ou indo desenvolver *in loco* processos formativos que incidiram na criação de novos grupos, como aconteceu em Itabaiana, Cabedelo, Campina Grande, Guarabira, Sapé, Cajazeiras, Catolé do Rocha, entre outras. Embora, em alguns municípios, a vigência dos grupos não tenha sido duradoura, a participação e o engajamento político que ocorreram naquela cidade são o resultado do trabalho educativo do MEL, que compreende a importância de dar continuidade, compartilhar o conhecimento, expandir a luta social, criando uma rede de apoio e aliados(as) para potencializar o movimento LGBT como um todo.

Nos próximos capítulos, serão descritas e analisadas as ações educativas e sociopolíticas que o MEL vem desenvolvendo como prática educativa para promover a cidadania LGBT, com a participação direta da sua militância social, que rompeu para além da colmeia.

4 A PRÁTICA EDUCATIVA DO MOVIMENTO DO ESPÍRITO LILÁS – MEL PARA ALÉM DA COLMEIA

“(...) a gente nasce preta, mulata, parda, marrom, roxinha dentre outras, mas tornar-se negra é uma conquista.”
Lélia Gonzalez⁹¹

Essa frase da professora Lélia Gonzalez é a síntese da homenageada desse capítulo, a educadora e ativista Marli Joaquim Soares, uma das fundadoras do Grupo de Mulheres Maria Quitéria (GMMQ), entidade que, semelhante à ASTRAPA, teve seu nascedouro nas ações educativas e nas dependências do Movimento do Espírito Lilás (MEL).

Marli Soares, como ficou conhecida nas lutas sociais, é Graduada em História pela Faculdade de Formação de Professores de Goiânia e em Educação Artística pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), mas foi como Arte-Educadora que atuou profissionalmente na educação básica e no ensino superior. Natural da cidade de Santa Rita, na região metropolitana de João Pessoa, Paraíba, onde foi professora concursada da Prefeitura Municipal e do Governo do Estado. Daí o seu perfil foi sendo traçado ao longo dos anos como professora de artes, sendo a atuação professoral a sua principal identidade, que, ao longo de sua trajetória, foi sendo construída como uma mulher assumidamente lésbica e negra, já que era um tabu ser professora homossexual na cidade.

E foi exatamente na universidade que Marli descobriu a sua orientação sexual, especialmente convivendo com outros gays e lésbicas, algo totalmente distante da realidade de sua cidade natal, em virtude do preconceito e da discriminação existentes naquele município. Em meados dos anos 1990, quando estudava na UFPB, ela tornou-se presidente do Centro Acadêmico de Educação Artística e a partir de uma situação de homofobia que ocorreu no Departamento de Comunicação é que ela conheceu o MEL.

Essa e outras histórias foram contadas por Marli Soares durante entrevista que aconteceu juntamente com outra importante liderança do movimento lésbico paraibano, a ativista e antropóloga Adneuse Targino, que nos recebeu em sua casa na Baía da Traição, em plena pandemia, no dia 31 de março de 2021, onde reside desde que foi cursar Antropologia no

⁹¹ Lélia Gonzalez foi uma importante intelectual e ativista do movimento negro e feminista do Brasil. Graduada em História, Geografia e Filosofia, tornou-se pioneira na pesquisa acadêmica sobre racismo e cultura negra. Foi uma das fundadoras do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN-RJ), do Movimento Negro Unificado (MNU), em nível nacional, do Nzinga Coletivo de Mulheres Negras-RJ, do Olodum-BA, dentre outros. Disponível em: https://www.geledes.org.br/lelia-gonzalez-mulher-negra-na-historia-do-brasi/?gclid=EAIaIQobChMI4ZH_1Jb38gIVkQ2RCh2dWQazEAAYASAAEgKv4_D_BwE Acesso em: 11 set. 2021.

Campus IV da UFPB e lá ficou para realizar um estudo antropológico sobre o GMMQ (ARAÚJO, 2020)⁹².

De acordo com Marli Soares, ela participava do MEL antes da criação do Maria Quitéria:

No MEL, eu chego bem no período de negativismo da AIDS, do extermínio gay, entendeu? Daquele processo final... Havia de fato muita morte, era a “peste gay”... Eu vivia na universidade, porque nessa época eu era estudante, fazia Artes, né? E era presidente do CA de Educação Artística... E em uma certa tarde, surge uma frase no banheiro masculino, “bicha rica nasce morta e bicha pobre a gente mata”... É uma frase muito... Isso ficou né? Na minha memória, porque o que estava acontecendo lá no outro lado da universidade, já estava chegando na universidade... Então, o medo da comunidade universitária... E o medo, né? Porque a universidade era muito aberta... A mata era aberta, né? Foi essa frase... Foi esse moído que rolou... E nesse período, eu estava me descobrindo e já tinha umas relações com algumas companheiras na universidade, mas para assumir bandeira, botar a cara no sol, levou mais tempo... Foi aí que eu disse que nós tínhamos que conversar com o grupo que existia lá no centro e que essa organização podia me ajudar, porque eu não tinha como responder, o que eu podia fazer com aquela situação... Foi aí que conheci Luciano que já estava à frente do MEL... [...] pronto... Nesse período, eu fui lá, conheci e fiquei... Me descobri mais ainda, porque eu acho que a luta era muito mais do que aquela que estava na universidade, entendeu? Acho que minha luta era mesmo para estar fora da universidade, porque eu sempre penso um pouquinho na frente... Porque a coisa não tinha como ser de dentro para fora, mas de fora para dentro... Então, eu tinha que estar naquela base do movimento... Então, eu me agarrei em Luciano que era a figura que tinha o poder de articulação, de organização, a visão política, entendesse como é? Era um cara de você estar ao lado, não era [ainda] o meu amigo, mas era o cara de você estar ao lado... Porque na época eu também estava como aprendiz que ainda sou até hoje... Mas na época para mim era a novidade, entendesse como é? Quando você via Luciano sentado nas mesas, eu dizia o que é isso? [voz trêmula] O homem é demais... (Entrevista com Marli Soares, 2021).

Essa citação eufórica recheada de informações é típica do perfil de Marli Soares, que sempre está entusiasmada pelos atos de mobilização social, atenta com a agenda dos diversos movimentos sociais que é integrante. É nítido que foi a partir da homofobia presenciada na universidade que ela chegou ao movimento LGBT, a pichação exposta com os dizeres: “*bicha rica nasce morta e bicha pobre a gente mata*”. Era uma explícita ameaça aos gays que ali estudavam, uma demonstração da violência e discriminação socioeconômica que vivenciam os

⁹² A monografia ainda não estava disponível para acesso na internet até a conclusão desse texto, mas fazemos questão de mencionar nas referências pela importância de ter sido elaborado por uma das mais valorosas e queridas ativistas do Movimento LGBT da Paraíba. A trajetória e a memória do GMMQ também podem ser conferidas no estudo de Luriana de Sousa Barros e no artigo de Adneuse Targino (BARROS, 2020; TARGINO, 2008).

homossexuais e transexuais cotidianamente. A tensão, nesse período, ainda era acentuada pelo fato de associarem a homossexualidade à patologia da AIDS.

O MEL, além de orientar para o enfrentamento à homofobia na universidade, contribuiu para o processo de descoberta e autoaceitação da orientação sexual de Marli Soares, embora, *“para assumir bandeira, botar a cara no sol, [tenha levado] mais tempo...”*, algo muito comum para as mulheres lésbicas que precisam lidar com o preconceito, a discriminação e ainda o machismo existente dentro do próprio movimento LGBT.

Dessa maneira, compreendo que o MEL colaborou no processo de emancipação não só dos gays, mas também das lésbicas, já que, naquele momento, era um grupo misto. Daí a afirmação de Soares quando menciona: *“eu me agarrei em Luciano que era a figura que tinha o poder de articulação, de organização, a visão política”*. E assim o fez: tornaram-se amigos, ativistas e companheiros de luta por mais de duas décadas, por isso sua emoção em falar sobre ele, conforme ela mesmo cita, que *“estava como aprendiz que ainda sou até hoje...”*. Desse aprendizado, surgiu o “Maria Quitéria”, já que o MEL não pensava apenas na instituição, mas em fortalecer o movimento LGBT como um todo, por isso a decisão de apoiar a criação de novos grupos, tendo em vista, também, que era uma demanda oriunda do movimento nacional.

Segundo Targino (2008, p. 164),

O Grupo de Mulheres Maria Quitéria, surgiu da necessidade que já algum tempo se sentia dentro do Movimento do Espírito Lilás – Mel, o único grupo GLBT com atuação no Estado da Paraíba [sic]. Apoiando a criação de um grupo com trabalho voltado para as mulheres lésbicas de João Pessoa e do Estado, companheiras como Marli Joaquim, que fazia parte do MEL junto com Eulália Freitas, Ana Clara Maia e Mãe Lúcia se reuniram e começaram as primeiras discussões sobre a criação do grupo. Em seguida, juntaram-se outras companheiras, como Selma Cabral, Adneuse Targino e Lúcia Bezerra, todas sócias fundadoras.

O GMMQ foi fundado em 10 de novembro de 2002, dez anos após a fundação do MEL, e, daí por diante, Marli Soares foi se inserindo também no movimento negro, pois, conforme preconizava Luciano Bezerra Vieira, tínhamos que estar em todas as lutas para potencializar o movimento LGBT. Mas, no caso de Soares, ainda foi o seu processo de conquista em assumir-se como uma mulher negra, sendo atualmente uma das coordenadoras da Marcha da Negritude Unificada da Paraíba (MNU-PB) e uma das referências do feminismo negro no Estado, além de participar da Abayomi – Coletiva de Mulheres Negras na Paraíba.

Com isso, o objetivo deste capítulo é identificar as ações educativas e metodologias voltadas à Educação no âmbito dos Direitos Humanos (e visando a eles), promovidas pelo MEL (1992-2020), resultando na criação de grupos, como o GMMQ, os quais contribuíram na

formação sociopolítica dos ativistas, tal como aconteceu com Marli Soares, que foi agraciada nesse enunciado. O capítulo está subdividido em três tópicos, sendo o primeiro sobre as ações educativas e sociopolíticas desenvolvidas pelo MEL ao longo das últimas décadas, em que os ativistas participaram das atividades promovidas pelo movimento social e depois afloraram como educadores da própria entidade e/ou organizaram o movimento LGBT em suas cidades. Já o segundo tópico aborda a dimensão cultural desenvolvida pelo MEL junto à juventude gay que almejava as luzes e o brilho dos palcos, a partir da irreverência e da arte drag, que se tornou uma referência nas ações e eventos da instituição e da cidade.

Ao término do capítulo, analisa-se o boletim informativo “A Colmeia”, que se transformou em uma referência para o movimento LGBT no início dos anos 2000, pois, além de divulgar a agenda política do MEL, era leitura para os jovens frequentadores da sede do grupo para saber de tudo que estava acontecendo no cenário local, tanto da luta social, como da arte, cultura e políticas para LGBT.

Neste capítulo, analisamos os documentos coletados no Acervo do MEL, a partir da análise de conteúdo proposto por Bardin (1997) e Franco (2008).

4.1 As ações educativas e sociopolíticas do Movimento do Espírito Lilás

Provavelmente esse seja o texto mais emblemático desse trabalho acadêmico, não porque é o mais bem elaborado ou referenciado, mas porque ele é o que dá sentido à propositura da tese, além de estar intrinsicamente relacionado com a minha história de vida e de militância, já que foi nas ações educativas e sociopolíticas promovidas pelo Movimento do Espírito Lilás (MEL) que eu aprendi a ser militante e educador. Como diria Paulo Freire (1996), aprendi ensinando e ensinando fui aprendendo nas rodas de diálogos, nos eventos e nas oficinas pedagógicas realizadas pelo MEL, mas também na elaboração de ofícios e projetos, no ativismo na sede da entidade, ou reivindicando respeito e políticas públicas para a população LGBT, tanto nas ruas, nas praças, como nos espaços de governo e/ou nas galerias das casas legislativas.

No MEL, aprendi a “levantar bandeira”, no sentido explícito da expressão, já que um dos lugares em que ocorre o processo formativo do movimento LGBT é exatamente na rua, onde as vozes ecoam, pedindo direitos iguais e justiça social nas paradas e nas marchas contra a homofobia que acontecem anualmente. A parada é um evento celebrativo e de mobilização política, mas também é educativo e formativo para quem está envolvido na organização do evento, já que aprendemos de diferentes formas e sem dúvida foi um espaço que me

proporcionou conhecer múltiplas identidades sexuais e de gênero, além do conteúdo e temas abordados que contribuíram para o educador que sou hoje.

Nesse sentido, esse tópico busca caracterizar essas ações educativas e sociopolíticas promovidas pelo MEL ao longo dos anos, a partir dos documentos existentes e das entrevistas com os sujeitos políticos que estiveram ora como educandos, ora como educadores desse movimento social. Contudo, mapear essas ações foi o grande desafio para reconstruir a memória institucional da entidade, já que o seu acervo foi se dissipando com o tempo, em virtude das inúmeras mudanças de sede e das gestões que não preservaram o patrimônio da instituição para as novas gerações. Foram as memórias individuais dos ativistas, a partir das entrevistas entrelaçadas com a memória coletiva que me permitiram relatar os fatos históricos e analisar os documentos remanescentes, tais como o boletim informativo “A Colmeia”, panfletos, recortes de jornais e fotografias que ajudaram a identificar as ações e práticas educativas do MEL (HALBWACHS, 2003; THIESEN, 2013).

Uma outra importante fonte de consulta foi a monografia intitulada “Movimento do Espírito Lilás – MEL: 10 anos de resistência contra a homofobia na Paraíba”, escrita por Luciano Bezerra Vieira, como requisito do Curso de Especialização em Direitos Humanos, promovido pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em 2002. Nesse trabalho acadêmico, Vieira (2002) descreve o histórico do MEL e as atividades que aconteceram na primeira década de existência da entidade, de 1992 a 2002, anos que marcam, respectivamente, a fundação da entidade e o acesso ao financiamento de recursos públicos oriundos do Programa Nacional de DST Aids do Ministério da Saúde⁹³.

Apesar da parceria com o Governo Federal para ampliar suas ações, a partir de 2002, Vieira (2002, p. 6) deixa explícito que o MEL é um movimento social:

[...] o MEL enquadra-se no contexto de movimento social popular com características de ONG, isto é perceptível pela sua presença na Central de Movimentos Popular – CMP, pelo seu caráter de adesão, por ter uma estrutura aberta com renovação de lideranças (o MEL possui em seu percurso três diretorias diferentes), por sua base social se constituir de indivíduos de origem popular, por não estabelecer prerrogativas como o de se ter determinado nível de escolaridade para dirigir ou coordenar atividades da entidade.

⁹³ O Programa Nacional de DST e AIDS, atual Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis, foi criado em 1986, por recomendação do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre a AIDS, instância da Organização Mundial da Saúde (OMS). Em 1994, o programa foi reformulado e descentralizou suas ações de prevenção às DST/AIDS, tendo os homossexuais como público prioritário. Desse modo, o movimento social passou a ser parceiro do Estado (GOMES, 2016). Mais informações disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/o-departamento/institucional>. Acesso em: 15 out. 2021.

Dessa forma, Luciano Bezerra Vieira que, à época, era a principal liderança do MEL, ressalta que a instituição não deixou de ser movimento social porque acessou recursos públicos, embora tenha assumido “*características de ONG*”, com sede alugada, planejamento de ações, profissionais remunerados para fazer atividades de prevenção junto aos homossexuais e produção de materiais gráficos para divulgar suas ações. Mas o MEL sempre optou em profissionalizar os ativistas que, ao longo da primeira década, participaram do processo de institucionalização e crescimento do movimento LGBT, especialmente os “*indivíduos de origem popular*” da periferia da Grande João Pessoa e do interior do Estado que não tinham outra forma de subsistência. O receio de Vieira em acessar o financiamento público por meio de projetos era que o MEL perdesse a essência de movimento social e se transformasse em uma “MONGA”, expressão que ele cunhou que seria “um misto de movimento e ONG”, o que resultaria em conflitos políticos e ideológicos, já que a maioria das organizações não governamentais acabam atuando em prol do Estado (SOUZA, 2019, p.15, grifos do autor).

Entretanto, Maria da Glória Gohn (2014, p. 107) diz que o movimento social identifica as “oportunidades políticas” para fortalecer e desenvolver suas ações junto ao seu público, e foi exatamente isso que o movimento LGBT fez em nível nacional, mas a Paraíba relutou por um tempo em acessar esses recursos. Durante entrevista com José Walmir Ferreira⁹⁴, mais conhecido como “Ferreirinha”, um dos educadores e tesoureiro do MEL em várias diretorias, ele me relatou como se deu esse processo:

Naquela época, cada região do Brasil tinha um grupo que analisava os projetos da região e enviava para o Ministério da Saúde... Então, esse grupo aqui do Nordeste era o Grupo Gay da Bahia (GGB)... Então, nós tínhamos que elaborar o projeto, mandar para o GGB, eles avaliavam e se eles concordassem... É... Às vezes, fazia alguma mudança ou não... Aí era enviado para o Ministério da Saúde que aprova ou não o projeto... Então, assim era via GGB... Quando foi um certo tempo... Cleudo Gomes foi para São Paulo, participar de uma capacitação, daí Cleudo fez uma articulação com Marcelo Cerqueira... Conseguimos trazer o Marcelo Cerqueira para João Pessoa e elaboramos um projeto, daí foi o primeiro projeto do MEL aprovado pelo Ministério da Saúde... [sic](Entrevista com José Walmir Ferreira, 2021).

Esse episódio narrado por Ferreirinha ocorreu por volta de 2001, quando recorremos aos grupos existentes no Nordeste que já tinham acessado recursos públicos para a prevenção à AIDS e possuíam experiência com a elaboração de projetos, como o GGB na Bahia, o Grupo Gay de Alagoas (GGAL) e o Grupo Dialogay de Sergipe. Portanto, conseguimos dialogar com

⁹⁴ A entrevista foi realizada no dia 08 de abril de 2021, na sede da Associação de Prevenção à Aids (AMAZONA), em João Pessoa/PB. A AMAZONA é uma das entidades parceiras do MEL.

Luciano Bezerra Vieira no sentido de podermos concorrer aos editais para fortalecer a nossa atuação em defesa dos direitos humanos, já que não tínhamos recursos para intensificar as ações, sem termos que perder a essência de movimento social, como também garantir a possibilidade de remuneração para os educadores do MEL, tais como o próprio Luciano, Mazureik Moraes e Ferreirinha, um árduo defensor da institucionalização e do acesso aos editais.

Fui, então, participar de uma “Caravana de Jovens da Central de Movimentos Populares (CMP)” em São Paulo, representando o MEL, que era uma das instituições integrantes da CMP desde 1993. Nesse período, era comum os movimentos sociais saírem de ônibus de um Estado de referência, percorrendo os demais Estados da região para chegar ao Sudeste. Dessa maneira, aproveitamos a viagem para que, durante as paradas nas capitais, pudéssemos coletar informações sobre projetos e dialogar rapidamente com os contatos prévios que Luciano Bezerra tinha feito com Marcelo Nascimento, do GGAL, em Alagoas, e com Marcelo Lima, do Dialogay, em Sergipe, que, generosamente, nos repassou “os disquetes”⁹⁵ de um projeto que o grupo já tinha elaborado. Assim, mantivemos contatos telefônicos com Marcelo Cerqueira, do GGB, que, na época, era o Secretário da Região Nordeste da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), possibilitando que, posteriormente, viessem a João Pessoa para nos orientar. Com isso, nasceu “*o primeiro projeto do MEL aprovado pelo Ministério da Saúde*”, escrito por Luciano Bezerra Vieira, José Walmir Ferreira e Cleudo Gomes. O projeto inicial foi exatamente de “institucionalização e fortalecimento do MEL”, feito a muitas mãos, sobretudo com a ajuda dos “Marcelos”, em uma ação colaborativa para consolidar um dos últimos grupos do Nordeste que acessaram esses recursos.

Desse modo, entendemos que o princípio de luta social esteve mantido no MEL, sem perder sua identidade de movimento social, apesar da “oportunidade centrada no Estado”, que visava transferir sua responsabilidade de promoção e prevenção de uma patologia que acometia, sobretudo, os homossexuais nas décadas de 1980 e 1990 (GOHN, 2014). Contudo, hoje compreendemos que nem o poder público nem a iniciativa privada desenvolveriam essa ação de multiplicação preventiva com palestras, oficinas de sexo seguro, distribuição de preservativos e informativos que foi desencadeada, a partir do financiamento de projetos para

⁹⁵ É um disco flexível de mídia magnética removível, com capacidade para armazenar dados que foi muito utilizado no início dos anos de 1990. O MEL ainda dispõe em seu acervo de três unidades dessas relíquias para os dias atuais. Todavia, o conteúdo desses disquetes não foi possível identificar, em virtude da inexistência de computadores com entradas para esse tipo de mídia que ficou obsoleta. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/disquete/> Acesso em: 22 out. 2021.

as ONGs de forma tão exitosa como foi feito pelos ativistas e movimentos sociais, já que tinham a consciência do problema social existente e a vivência com os iguais.

Mas o MEL, em meados dos anos de 1990, já promovia atividades de formação para sua militância, mesmo sem recursos financeiros, conforme relatou Ferreira em sua entrevista: “*Nós fazíamos encontros, capacitações, promovíamos eventos*”. De fato, Vieira (2002) corrobora essa afirmação quando cita que o “I Encontro Estadual do MEL” ocorre de 14 a 15 de janeiro de 1995, nas dependências da UFPB, com a finalidade de “discutir a violência contra os homossexuais e a questão da Aids”⁹⁶, contando com o apoio institucional e presença de representantes da Comissão de Direitos Humanos da UFPB, do Conselho Estadual dos Direitos do Homem e do Cidadão, além da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e das Secretarias de Saúde e Segurança Pública do Estado.

Esse evento foi um marco na história do MEL, porque, além de ser o primeiro encontro de âmbito estadual, foi o momento preparatório da militância paraibana para participar do VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas, que aconteceu de 26 a 31 de janeiro de 1995, em Curitiba, Paraná, culminando com a fundação da ABGLT. O MEL esteve presente com seis delegados, sendo uma das maiores delegações do país e uma das entidades fundadoras da maior rede nacional LGBT existente naquele período, em que o Brasil era governado pelo Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, cujo governo abriu espaços de diálogos com a ABGLT, por meio do Ministério da Saúde, a partir do Programa Nacional de DST/AIDS. Na época, Luciano Bezerra Vieira tinha sido eleito Secretário de Saúde no encontro da ABGLT, o que lhe possibilitou participar de uma audiência no Palácio do Planalto, em Brasília, Distrito Federal, representando a CMP e a ABGLT. Sendo assim, o MEL foi “a primeira organização homossexual do país a estar em audiência oficial com o Presidente da República”, um motivo de orgulho para Vieira, que sempre fazia questão de frisar isso. Embora FHC tenha lançado o Programa Nacional de Direitos Humanos, em 2002, em que faz menção à homossexualidade, pouco avanço foi registrado no tocante à pauta LGBT em seu governo (ABGLT, 2021; MEL, 2012; VIEIRA, 2002, p. 14).

A questão da “violência contra os homossexuais” foi o tema do primeiro encontro do MEL, porque era crescente a homofobia que estava ocorrendo contra os gays e as travestis na cidade de João Pessoa em meados dos anos de 1990, com constantes denúncias do MEL nos jornais impressos de grande circulação no Estado naquela época, já que ainda não tinham espaço na mídia televisiva para denunciar os assassinatos que estavam ocorrendo naquele

⁹⁶ Fragmentos de uma entrevista de Luciano Bezerra Vieira ao Jornal O Norte, datada de 13 de janeiro de 1995, cujo recorte de jornal é um dos anexos de sua monografia (VIEIRA, 2002, p. 64).

período. No ano de 1994, que antecedeu o evento do MEL, havia ocorrido cinco crimes contra gays no município⁹⁷, fatos que aterrorizavam a comunidade LGBT e que viraram notícia, a partir da pressão do movimento social, que, de forma inédita para aquele momento, cobrou da Secretaria de Segurança Pública da Paraíba apuração para os casos.

Por isso, é notório que o MEL, desde o seu início, estava inserido nos problemas sociais que afligiam o segmento LGBT, mesmo no período em que não tinham financiamento público nem privado para manter suas ações. Buscou parcerias institucionais para promover suas atividades que estavam centradas na conscientização e emancipação homossexual. Daí a presença da OAB/PB, das instâncias de direitos humanos e da representação do Poder Público em seus eventos.

Dentre essas instituições, a UFPB se tornou uma grande aliada do MEL, cedendo espaço físico para a realização de seus primeiros eventos e acolhendo as pautas propositivas oriundas do movimento social, promovendo, assim, debates com a comunidade acadêmica, inserção do movimento LGBT nos cursos de graduação e pós-graduação, além de realizar projetos de extensão, cursos de aperfeiçoamento e de especialização em que as temáticas de gênero e diversidade sexual foram sendo abordadas, a partir de reivindicação dos ativistas, conforme descrevemos no primeiro tópico do quinto capítulo desse trabalho.

Na UFPB, também aconteceu a primeira edição do evento que se tornaria uma marca do MEL para a formação política de sua militância. No ano de 1999, ocorreu, nas dependências do Núcleo de Teatro Universitário (NTU) da UFPB, a “I Semana Paraibana da Consciência Homossexual”, coincidindo, em suas primeiras edições, com o “Dia do Orgulho Gay”, celebrado em 28 de junho. Mas que, a partir de 2002, passou a ser realizada na semana que antecedia a “Parada da Diversidade Sexual da Paraíba”, já que era uma oportunidade de fazer o processo de formação com os ativistas e garantir sua participação no evento, sobretudo com os militantes oriundos do interior. Conforme relata Luciano, “foram destes eventos, inicialmente realizados na cidade sede da entidade que tais perspectivas foram suscitadas pelos participantes de outros municípios do estado, muitos dos quais sem sequer ter acesso à informação básica sobre a garantia de seus direitos” (VIEIRA, 2002, p.17).

⁹⁷ Informações coletadas de recortes do Jornal Correio da Paraíba, datado de 18 de dezembro de 1994, anexado a monografia de Luciano Bezerra Vieira (VIEIRA, 2002, p. 63).

Figura 3 – I Semana Paraibana da Consciência Homossexual (1999)



Fonte: Acervo do MEL

A I Semana Paraibana da Consciência Homossexual foi um dos primeiros eventos dos quais participei no âmbito do movimento LGBT em minha vida. Dentre os ativistas que aparecem na imagem, destaco, no centro da roda de diálogos, Luciano Bezerra Vieira e, ao seu lado esquerdo, Ferreirinha. Estávamos em uma das salas do NTU, que ainda cedia o Teatro Lima Penante e a pousada do núcleo para o evento. O NTU está localizado na Avenida João Machado, no centro da capital paraibana, o que facilitava a vinda de militantes tanto da cidade como do interior e da Grande João Pessoa, como eu, que vinha de Cabedelo, junto a participantes “de outros municípios do estado”, conforme frisou Vieira (2002) em sua monografia. Essa estratégia traçada pelo MEL desde seus primeiros eventos possibilitava, além da “informação básica” sobre prevenção, cidadania e a noção de direitos, a integração entre os ativistas e, posteriormente, a constituição de um articulador do movimento LGBT em cada município que ainda não tinha formado grupo. Com isso, tornei-me o articulador de Cabedelo, Ferreirinha em Itabaiana, Luciel Araújo em Guarabira, David Soares (*in memoriam*) em Campina Grande, Gastão Coelho em Cajazeiras, entre outros.

Tanto o Encontro Estadual do Mel como a Semana da Consciência Homossexual passaram a ser realizados anualmente, reunindo mais de 70 pessoas em espaços de formação que cobravam taxas reduzidas para capacitação, hospedagem e alimentação, realizadas coletivamente pelos integrantes do próprio, a partir de comissões criadas para cada atividade⁹⁸.

⁹⁸ Nos resquícios do Acervo do MEL, encontrei a programação com anotações manuscritas de Luciano Bezerra Vieira do “XI Encontro Estadual do MEL”, realizado de 28 a 30 de setembro de 2012, com o tema “20 anos de luta em defesa dos direitos e cidadania LGBT e das pessoas vivendo e convivendo com HIV/AIDS e hepatites

Cabe ressaltar que, na maioria das vezes, esses espaços de formação eram da Igreja Católica, tais como o Mosteiro de São Bento, em João Pessoa, conforme descreveu Ferreirinha e Victor Pilato, um dos jovens gays que participava do processo formativo do MEL, hoje, associado da entidade e coordenador do Espaço LGBT – Centro Estadual de Referência de Direitos LGBT e Enfrentamento à Homofobia do Estado da Paraíba, Unidade I – João Pessoa, do Governo do Estado.

O MEL é uma ONG pioneira em nosso estado, né? E com esses momentos de formação, de capacitação, o MEL contribuiu muito para a educação intelectual e política de seus militantes, eu participei de vários espaços de formação do MEL [...] a gente tinha vários momentos, era o fim de semana, começando na sexta-feira, de tardezinha ou a noite e iria até o domingo de meio-dia... Na sexta-feira à noite, no sábado o dia todo e no domingo pela manhã eram momentos de formação, de capacitação, de oficinas, de palestras, momentos de socialização, momento cultural... Era momento de lazer, nós tínhamos momentos de formação na área da saúde, da sexualidade, dos direitos humanos, de advocacy, de políticas públicas... É... Na Casa Maria Pia das Irmãs Franciscanas de Dillingen⁹⁹ que é em Cabedelo, né? Eu acredito que ali seja o centro de Cabedelo... Então, nós também tínhamos momentos de formação lá... E tivemos momentos de formação também aqui... É... É... No RCetera que é no bairro de Quadramares, nós participamos de momentos nos fins de semana muito rico de formação e capacitação pelo MEL... E foi um momento que seus ativistas tinham momentos de formação, inclusive de construir projetos... [sic] (Entrevista com Victor Pilato, 2021).

Nessa fala de Victor Pilato, notamos que a formação sociopolítica do movimento social era uma preocupação constante do MEL, tanto que “*contribuiu muito para a educação intelectual e política de seus militantes*”, a partir de “*momentos de formação, de capacitação, de oficinas, de palestras, momentos de socialização, momento cultural*”. Daí, compreendemos que o MEL assumiu um papel pedagógico na formação de sua militância, já que se preocupava com as temáticas da “*saúde, da sexualidade, dos direitos humanos, de advocacy, de políticas públicas*”, mas também com as questões inerentes à juventude, como propiciar momentos de

virais”. Provavelmente, esse evento foi alusivo aos 20 anos do MEL e é o último encontro estadual de que se tem registro. Já na internet, identificamos a realização da “XI Semana Paraibana da Consciência LGBT”, que aconteceu de 03 a 05 de novembro de 2011, na véspera da parada daquele ano. No acervo da entidade, encontramos a programação das edições 12ª e 13ª Semana da Consciência LGBT”, realizadas, respectivamente, em 2012 e 2013. Nessas últimas edições, houve a inserção da sigla LGBT, ao invés da palavra homossexual, tendo em vista que o movimento tinha sido ampliado na Paraíba desde 2004, quando foram criadas as associações de travestis e das lésbicas. Disponível em: <http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2011/11/evento-discute-cidadania-lgbt-em-joao-pessoa-e-promove-shows.html> Acesso em: 22 out. 2021.

⁹⁹ Congregação Religiosa Feminina vinculada à Igreja Católica. Em João Pessoa, administrava o antigo Instituto João XXIII, famoso educandário que funcionava no bairro de Tambiá até 2017. As irmãs franciscanas de Dillingen tinham uma casa de formação na cidade de Cabedelo que era locada aos movimentos sociais para realizarem eventos. Disponível em: <https://upbranding.com.br/sites/arquidiocese/congregacoes-religiosas-femininas/> Acesso em: 22 out. 2021.

lazer, cultura e descontração nos espaços de formação que utilizava metodologias da educação popular, a partir do diálogo entre os educadores e educandos (KAUCHAKJE, 2010).

A experiência do MEL com a educação popular aconteceu a partir das vivências que realizou junto aos gays, lésbicas e travestis oriundos da periferia, discriminados pela sociedade pelo simples fato de serem diferentes. Ao reunir os iguais durante os finais de semana para proporcionar “*formação*” sobre cidadania e direitos de LGBT, eles tinham a oportunidade de falar de suas angústias, medos, descobertas, prazeres, amores, sonhos, fetiches, sexo, entre outros assuntos, de forma livre e dialógica em rodas de conversas sem ser reprimidos, silenciados ou ignorados. Nesse sentido, compreendo que o MEL sempre se utilizou dos fundamentos éticos, políticos e pedagógicos da Educação Popular, conforme pontua Jara (2020), sobretudo porque reconhece o “processo de organização e luta dos educandos para transformar as condições de injustiça que os mantêm em sua condição de oprimidos e excluídos” (CARRILLO, 2013, p.17-18).

Sendo assim, recorro a Moreira (2021, p. 26) porque entendo “a educação popular enquanto um movimento formado por diferentes atores com atuação em distintos territórios, traz em suas práticas uma sensibilidade para com a realidade dos sujeitos nos seus espaços de atuação”, tendo como referência a obra do Educador Paulo Freire que pontuava uma práxis livre da opressão e da autonomia do sujeito. Apesar de não citar nominalmente a questão da homossexualidade em seus escritos, Freire, em seus diversos livros, faz menção à consciência crítica e a uma educação libertadora. Isso aconteceu também no movimento LGBT, porque “qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é um dever por mais que se reconheça a força dos condicionamentos a enfrentar” (FREIRE, 1996, p. 60).

Notadamente, o MEL sempre buscou, em suas ações educativas, uma prática social, política e pedagógica voltada à emancipação do sujeito, o que fica explícito tanto no discurso dos militantes como nos espaços nos quais aconteciam os processos de formação do movimento social, sobretudo, pela influência da educação popular oriunda da Igreja Católica vinculada ao campo progressista, e isso se deve à formação sociopolítica do ativista e educador Luciano Bezerra Vieira, o responsável por incentivar, elaborar e organizar tanto os encontros da entidade como as primeiras discussões e formações do MEL. Ele descrevia sua inserção na militância da seguinte maneira:

Eu comecei a minha militância nos movimentos sociais, na década de 70, ainda, né? É... Inicialmente, através... Da hoje, né? Freira, né? Maria de Lourdes Silvestre, Irmã Lourdinha, que morava na época, com as irmãs holandesas no Castelo Branco... Com Marlene... E aí... Eu comecei... Através

dela, eu comecei a ir lá... E... E depois de algum tempo, eu acabei entrando na Pastoral da Juventude, que na época era coordenado por... Tinha na coordenação Douraci, né?... Douraci Vieira... E o padre responsável era o padre Luiz Couto... (Entrevista com Luciano Vieira, 2015¹⁰⁰).

Dessa forma, compreendo que o MEL sempre priorizou processos de formação política em virtude da trajetória da sua principal liderança, que era oriundo das pastorais sociais e das Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs) da Igreja Católica, embora, nos anos 1970, o jovem Luciano ainda não fosse assumidamente gay, tampouco a questão da sexualidade fosse discutida nesse ambiente religioso que até hoje ainda é hostil e preconceituoso com os homossexuais e transexuais. No entanto, ele foi acolhido em uma comunidade no Castelo Branco, em que a relação das freiras com o seu entorno era profícuo. As CEBs surgiram no Brasil durante o período da Ditadura Militar, sob a inspiração da Teologia da Libertação¹⁰¹, vinculadas à Igreja Católica, buscando a inclusão das classes populares e comunidades carentes e espalhando-se no Brasil e na América Latina nos anos 1970 e 1980 (PEREIRA, 2017).

Paralelamente, eram crescentes, no Brasil desse período, experiências de educação popular, iniciadas na década de 1960, especialmente voltadas à alfabetização de adultos, conscientização de trabalhadores e movimentos de cultura popular, tendo como base as ideias de Paulo Freire, que junto à Teologia da Libertação, potencializou a educação popular como uma prática política e emancipadora que se espalhou pelo Nordeste e pelo país afora, visando promover a emancipação e a autonomia das pessoas (BRANDÃO, 2013).

De acordo com Pereira (2017, p. 139), as CEBs na Paraíba foram criadas pelo Bispo Dom José Maria Pires, em 1967, e “funcionavam como uma comunidade de suporte para outras experiências e movimentos populares”. Dessa maneira, a juventude, após a abertura política e redemocratização do Brasil, a partir das vivências nas pastorais, foi se engajando no movimento estudantil, associações comunitárias, partidos políticos e sindicatos, tais como Luciano e Douraci Vieira¹⁰², os quais, posteriormente, nos anos 1980, ingressaram nos movimentos

¹⁰⁰ Entrevista concedida por Luciano Bezerra Vieira para minha dissertação de mestrado, defendida em 2016, no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPB (GOMES, 2016).

¹⁰¹ A Teologia da Libertação é uma corrente teológica cristã que surge na América Latina, nos anos de 1960, na Igreja Católica, priorizando os pobres no processo de evangelização, tendo a obra “Teologia de libertação: perspectivas”, de Gustavo Gutierrez como o marco desse movimento e o teólogo Leonardo Boff como um dos seus expoentes no Brasil. De acordo com Pereira (2017, p. 72), “é um movimento vasto que tem suas bases na Teologia latino-americana, ou seja, essa prática teológica nasce a partir de um contexto e propõe uma elaboração teológica que considere o lugar social, político e econômico para se fazer teologia.”

¹⁰² Assistente Social e Educadora Popular da Rede de Educadores e Educadoras Populares do Nordeste.

sociais e no Partido dos Trabalhadores (PT), acompanhando a trajetória política do padre Luiz Couto¹⁰³, que, como parlamentar, sempre apoiou o Movimento LGBT da Paraíba.

Portanto, a aproximação do MEL com setores católicos na Paraíba e os processos contínuos de formação política no movimento LGBT foram legados por Luciano Bezerra Vieira, que tinha a compreensão de que a educação popular tem, em suas bases, a igualdade social e a autonomia das pessoas, proporcionando, assim, a inclusão do segmento LGBT vindo da periferia, que não estava acostumado com teorização, tampouco com conceituação, mas que queria falar do contexto social no qual elas estavam inseridas, transformando, assim, suas realidades.

Figura 4 – Formação na Casa Maria Pia



Fonte: Acervo do MEL

A imagem ilustra o que descrevemos anteriormente: o MEL promovendo uma roda de diálogo para a juventude LGBT dentro de um espaço religioso que tem, sobre a porta, um crucifixo, símbolo do catolicismo, apontando para o fato de, apesar dos setores conservadores da Igreja, ainda ser possível manter um bom diálogo com o campo progressista e utilizar sua estrutura para educar quanto aos direitos sociais, conforme escreveu a professora Fátima Pereira (em pé na foto), do Departamento de Psicologia da UFPB, que ministrava uma palestra no Seminário de Direitos Humanos e Grupos Sexualmente Discriminados, em 2004 (A COLMEIA, nº 2, 2004).

¹⁰³ Professor Universitário Aposentado, Sacerdote, Deputado Estadual por duas legislaturas (1995-2003) e teve quatro mandatos de Deputado Federal (2003-2019) pelo Partido dos Trabalhadores da Paraíba. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/74041/biografia> Acesso em: 23 out. 2021.

Com isso, o MEL assume um caráter pedagógico porque aprendeu um saber fazer de suas ações entrelaçado com outros movimentos sociais e com a vivência e a experiência de seus educadores com a educação popular, visando à mudança social das próprias realidades, conforme pontua Kauchakje (2010, p. 75):

[...] os movimentos sociais têm introduzido modificações nas relações sociais e políticas, sobretudo, pela ampliação da participação e pelas lutas contra os modos de opressão, exploração e domínio. Por isso, eles se constituem como um dos principais protagonistas das conquistas, garantias e ampliação de direitos.

Concordo com Kauchakje (2010) quando afirma que os movimentos sociais têm um caráter pedagógico, sobretudo quando identificamos que os sujeitos que passaram pelo processo de formação sociopolítica do MEL não desejam apenas ser coadjuvantes da história do movimento LGBT, mas também querem protagonizar a luta social em seu lugar de origem, conforme descreveu Luciel Araújo, um dos entrevistados da pesquisa, que se tornou um articulador do movimento social em Guarabira:

Então, eu era pessoalmente uma figura de referência na região do brejo e eu estava dentro do SEDUP¹⁰⁴... [...] O SEDUP foi a instituição na região do brejo que acabou incorporando também o tema LGBT aos seus trabalhos, não era sua praia, não era o seu público, não era sua experiência... Eu fazia essas articulações através do SEDUP, inclusive se precisasse de alguma ajuda, eu tirava do SEDUP... Eu dizia no SEDUP que o MEL estava convidando aqui... Eu selecionava os jovens para ir aos eventos do MEL... Um dia, um deles bateu na nossa porta, literalmente, entra no SEDUP, senta comigo e diz, “Luciel vamos fazer a parada aqui em Guarabira?” Por que a gente precisa lutar pelos nossos direitos... Não sabia nem falar, né? Semianalfabeta... Mas falava literalmente... “A gente precisa lutar por nossos direitos, por que o MEL ensinou que a gente tem que brigar... A gente tem que fazer a parada aqui para o povo saber...” (Entrevista com Luciel Araújo, 2021).

A pessoa citada por Araújo era Crislayne, uma jovem travesti da cidade de Guarabira que passou a frequentar as paradas e os encontros de formação do MEL, durante seu período de transição e descoberta da transexualidade, no início da década de 2000. Daí o seu entusiasmo com o processo que ora foi despertado pelas discussões, dinâmicas, apresentações e as novas

¹⁰⁴ SEDUP é a sigla da ONG Serviço de Educação Popular, uma ONG da cidade de Guarabira, Paraíba, que completou 40 anos de existência em 2021. De acordo com Moreira (2021, p. 76), “A criação do Serviço de Educação Popular (SEDUP) ocorreu em fevereiro de 1981, por iniciativa do bispo D. Marcelo Pinto Carvalheira, com a colaboração direta da Ir. Valéria Rezende”. Nesse período, a Igreja Católica, no Brasil e na América Latina, era muito influenciada pela Teologia da Libertação. Em 1991, o SEDUP deixou de ser um serviço da Diocese de Guarabira e passou ser uma associação sem fins lucrativos. Desde 2001, tornou-se uma parceira e aliada do movimento LGBT na região do brejo paraibano.

identidades e políticas ainda desconhecidas em sua localidade. Quando ela menciona que “*a gente precisa lutar por nossos direitos*”, é resultado da ação educativa que o MEL desenvolveu na capital com o segmento LGBT do interior. Isso despertou, em Crislayne, o desejo de “*fazer a parada*” em sua terra natal. Apesar de ser “*semianalfabeta*”, como cita o educador, ela tinha a noção de que foi o movimento social que “*ensinou que a gente tem que brigar*” pelos nossos direitos.

Crislayne, junto a outras pessoas LGBT do município, realizaram a “1ª Parada da Diversidade Sexual de Guarabira”, com o apoio do SEDUP em 2005 e, no ano seguinte, contou com a adesão e a organização da ASTRAPA¹⁰⁵. Ela ainda organizou uma terceira edição de forma independente, em virtude de desentendimentos e práticas que a fizeram se afastar do movimento social. Segundo Luciel Araújo, é inquestionável que ela foi a precursora do movimento LGBT de Guarabira¹⁰⁶, porque reconheceu como legítimo o seu processo de formação que tinha vivido na capital e assim reproduziu em sua cidade, para que as autoridades e a população reconhecesse seus direitos, e isso se deu mediante a realização de uma parada na praça pública de seu município, que lhe negou a oportunidade de concluir os estudos, de ter acesso a trabalho, precisando ser prostituir para sobreviver em uma sociedade que a violou, inclusive o seu direito de viver. Ela foi mais uma vítima de transfobia, em 2010, sendo brutalmente assassinada¹⁰⁷.

Anualmente, o Grupo Gay da Bahia (GGB) e a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) divulgam os números alarmantes de crescimento da violência e homicídios cometidos contra a população LGBT, conforme atesta o Atlas da Violência 2020 divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que, desde 2019, passou a divulgar denúncias contra LGBT no Disque 100, em que o registro de homicídios vem sendo crescente de 2011 a 2018 (IPEA, 2020).

Crislayne simboliza as inúmeras “Crislaynes” que o MEL escolheu educar, principalmente as negras, pobres, com baixa escolaridade e provenientes da periferia, já que esse recorte de gênero, raça, classe social oportunizava espaços de formação para aquelas pessoas LGBT que vivenciam a discriminação cotidianamente em virtude dos seus trejeitos, cor da pele, situação socioeconômica e periférica. Mas essa opção adotada pelo MEL foi alvo de críticas por longos anos, embora coincida com a dimensão da educação popular, já que,

¹⁰⁵ Disponível em: <http://paradadiversidadeguarabira.blogspot.com/> Acesso em: 29 out. 2021.

¹⁰⁶ Em 2017, foi criado o MOAR – Movimento de Articulação LGBT de Guarabira/PB.

¹⁰⁷ Dados sobre o crime disponíveis em: <https://jornaldaparaiba.com.br/noticias/policial/2010/03/18/travesti-e-encontrado-morto-a-pedradas-em-guarabira> Acesso em: 29 out. 2021.

metodologicamente, instituiu uma forma de construção compartilhada e solidária de saberes e conhecimentos, de modo que um ativista aprendia e socializava em sua cidade, comunidade ou grupo o que o movimento LGBT tinha ensinado.

Dessa maneira, possibilitou que esses indivíduos que perpassaram as rodas de diálogos, os eventos e o processo formativo realizado pelo movimento social brotassem em seus lugares de origem novos grupos e novas concepções de mundo, conforme reforça Ferrari (2004, p. 107), quando diz que o processo educacional promovido pelo movimento LGBT tem como finalidade “a construção dos sujeitos, responsável pelas mudanças de visões, posturas, hábitos, transformação das pessoas a partir de um conhecimento de si e do mundo.”

Por causa disso, o MEL criou estratégias de intervenção na realidade, a partir de suas ações voltadas à educação popular em direitos humanos, de maneira coletiva que congregava as pessoas LGBT, conforme quadro abaixo:

Quadro 4 – Projetos educativos desenvolvidos pelo MEL (2002-2020)

Projeto	Período
Projeto DST/AIDS e Cultos Afro-Descendentes: prevenção e cidadania	2001-2002
Projeto Direitos Humanos e Prevenção à AIDS	2001-2002
Projeto de Intervenção Comportamental junto a homossexuais e bissexuais de João Pessoa	2002 ¹⁰⁸
Projeto HSH – Homens que fazem Sexo com Homens ¹⁰⁹	2004
Projeto Juventude e Homossexualidades: construindo uma cultura da paz e tolerância	2004
Projeto “Pipoca e Refrigerante”	2002 - 2005
Assessoria Jurídica – Defesa e Promoção dos Direitos Humanos das Pessoas vivendo com HIV/AIDS, GLBT e Populações Vulneráveis de João Pessoa	2007
Projeto LGBT no Envelhecer	2013
Projeto Centro de Formação LGBT – CEFOR LGBT	2014
Projeto Diálogos LGBTQI+	2020

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quando nos deparamos com o quadro acima, podemos ter a impressão de que são poucos os projetos desenvolvidos pelo MEL ao longo de quase três décadas de existência, porém os inúmeros eventos promovidos pela entidade ou em parceria com outras instituições da sociedade civil organizada e/ou com o poder público estão descritas ao longo deste trabalho

¹⁰⁸ O ano de realização desse projeto ora aparece no Jornal A Colmeia como sendo de 2002, ora como sendo de 2006 nas entrevistas com os interlocutores da pesquisa. Como foi uma ação desenvolvida ao longo dos anos, optamos em identificar o ano inicial do seu desenvolvimento.

¹⁰⁹ Expressão adotada pelos profissionais da saúde na prevenção à Aids, em que não se identificava a orientação sexual ou identidade de gênero do indivíduo, apenas o seu comportamento sexual para fazer abordagem sobre sexo seguro (ABGLT, 2010, p. 18).

acadêmico nas mais variadas temáticas, tais como: saúde, educação, cultura, segurança pública, segurança alimentar, intolerância religiosa, preconceito, violência, homofobia, direitos humanos, políticas públicas, entre outras. No entanto, esse tópico tem como finalidade identificar as ações educativas e sociopolíticas que foram desenvolvidas por meio de projetos elaborados pelo MEL sendo financiados ou não à luz da educação em direitos humanos.

No quadro, é possível observar que, inicialmente, o foco das ações desenvolvidas estava voltado à prevenção à AIDS, especialmente pelo financiamento público existente do Governo Federal para o movimento LGBT. Mas, no decorrer, outras temáticas vão sendo incorporadas, como a arte e cultura, a preocupação com o mundo do trabalho, o enfrentamento à homofobia, direitos humanos, etc. Além da discussão geracional que perpassa os projetos, no início da década de 2000, a preocupação era com a juventude e, na sequência, passa ter um olhar para as pessoas idosas LGBT.

Os quatros primeiros projetos listados (1 – “DST/AIDS e Cultos Afrodescendentes: prevenção e cidadania”; 2 – “Direitos Humanos e Prevenção à AIDS”; 3 – “Intervenção comportamental junto a homossexuais de João Pessoa”; 4 – “HSH – Homem que fazem sexo homens”) foram as bases nas ações educativas desenvolvidas pelo MEL no início dos anos 2000. Eles serviam como suporte ao projeto âncora de institucionalização e fortalecimento da entidade, com financiamento do Ministério da Saúde, mas que não cobria todas as despesas existentes. Por tal motivo, esses projetos contavam com o apoio das Secretarias de Saúde tanto do Estado da Paraíba como do município de João Pessoa e de Cabedelo e tinham como finalidade prevenir a incidência do HIV/AIDS junto aos homossexuais e bissexuais tanto na capital paraibana como na região metropolitana, em que o MEL tinha atuação, como Bayeux, Cabedelo e Santa Rita.

Figura 5 – Oficina sobre Sexo Seguro



Fonte: Acervo do MEL

A enfermeira Suely Cantalice (em pé na figura 5)¹¹⁰, uma aliada histórica do MEL que realizou incontáveis oficinas sobre sexo seguro e prevenção à AIDS para a militância. De acordo com Vieira (2002), os projetos eram desenvolvidos a partir de oficinas pedagógicas, tendo como temas centrais os direitos humanos e a saúde, além da distribuição de preservativos e material educativos em espaços de sociabilidade masculina, exibição de vídeos e rodas de diálogos na sede da entidade. Os projetos de intervenção junto a homossexuais assumidos e HSH foram coordenados por Luciano Bezerra Vieira, José Walmir Ferreira, Alexandre Félix e Victor Pilato, em momentos distintos do MEL.

Dentre esses projetos listados, o “DST/AIDS e Cultos Afrodescendentes: prevenção e cidadania” foi o diferencial, já que era desenvolvido em terreiros da Religião de Matriz Africana, em virtude da ampla participação de pessoas LGBT nos terreiros. Segundo Costa (2003, p. 3), a proposta do projeto era “levar informação sobre DSTs/Aids, direitos humanos e cidadania aos terreiros de cultos afro-brasileiros e estimular o resgate da religião”. Isso demonstra a preocupação do movimento social em atuar em espaços no quais a comunidade LGBT se sentia acolhida, especialmente aquela advinda das classes populares. Com isso, o MEL intensificou suas ações de preservação dentro dessas casas religiosas, mostrando seu respeito e apreço a todos os credos. Esse projeto foi coordenado por José Veloso, José Walmir Ferreira e Simião Medeiros, que chegou a ser vice-presidente do MEL nesse período e era vinculado à religião, o que facilitava o acesso aos terreiros.

Já o “Projeto Juventude e Homossexualidades” foi o primeiro voltado à qualificação profissional de jovens LGBT que o MEL executou, a partir do financiamento da Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE), que apoiava pequenos projetos desenvolvidos pela sociedade civil, semelhante ao Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (CERIS) que, anteriormente, já havia subsidiado um dos encontros estaduais da entidade. O projeto foi realizado em João Pessoa e em Campina Grande, em parceria com a Associação de Homossexuais de Campina Grande (AHCG), por meio de um curso de capacitação sobre gestão e autossustentabilidade para ONG, oficinas pedagógicas em direitos humanos e cidadania e dois cursos profissionalizantes de cabeleireiro e artesanato. Dessa maneira, o MEL esperava “contribuir para inserção dos gays, lésbicas e travestis que se encontram excluídos da educação e do trabalho formal, muitas vezes sendo levados à prostituição e à marginalidade”, porém foi

¹¹⁰ Suely Cantalice foi integrante da equipe de capacitação da Gerência Operacional de DST/Aids da Secretaria de Estado da Saúde e enfermeira do Hospital Clementino Fraga, unidade de referência estadual no tratamento de doenças infectocontagiosas na Paraíba.

uma ação cuja execução teve muitos obstáculos. Na época, coordenei junto com a AHCG, já que era uma iniciativa inédita para o movimento LGBT local, com recursos limitados e sem apoio dos governos municipais de ambas as cidades, tendo em vista que só a partir de 2005 é que passaríamos a ter a ascensão do campo progressista na Prefeitura de João Pessoa, conforme descreveremos no último item do quinto capítulo (A COLMEIA, nº 4, 2004).

Uma das ações mais exitosas e marcantes do MEL foi o “Projeto Pipoca e Refrigerante”, realizado sem grandes custos e com a estrutura existente da entidade, basicamente utilizando uma TV e um videocassete que exibia longas-metragens em fitas VHS com temática gay. A iniciativa do “Pipoca e Refrigerante” começou ainda em 2002, na sede da Praça Coronel João Pessoa, em Tambiá, mas foi no Edifício Bananeiras, na Rua Duque de Caxias, no centro de João Pessoa, que a ação expandiu-se e ganhou força, com uma mostra de filmes (2003) que ocorriam na penúltima semana de cada mês. Os filmes eram selecionados por Mazureik Moraes, Ibanez Duarte, Odinaldo Costa e Luciel Araújo, contemplando histórias de gays, lésbicas e transexuais, a exemplo do clássico “Priscilla, a Rainha do Deserto”, além dos filmes do diretor espanhol Pedro Almodóvar, cujos personagens sempre abordam a questão da homossexualidade e/ou da transexualidade, entre os quais, destaco: “A Lei do Desejo”, “Tudo sobre Minha Mãe” e “Má educação” (A COLMEIA, nº 2, 2003)¹¹¹.

Das sessões do “Pipoca e Refrigerante”, foram recrutados alguns militantes que até hoje continuam na luta social, como Victor Pilato, que me concedeu entrevista em sua casa no dia 24 de janeiro de 2021, relatando memórias e descobertas:

[...] conhecia alguns amigos do bairro que me falaram sobre o MEL, que tinha eventos nas quartas-feiras, onde a gente podia pegar preservativos, gel lubrificante e participar de palestras e oficinas... A gente saía de Mandacaru, cruzava o Padre Zé, subia para o Tambiá e chegávamos na sede do MEL... [A pé?] Nós íamos a pé, nós saíamos de casa umas dez para seis da noite, né? Lá geralmente no MEL começava entre sete, sete e meia... E a gente saía a pé e íamos em cinco, né? Então... Além de mim, tem mais dois vivos, os outros dois foram mortos, né? [Tosse] E... O MEL tinha um projeto de pipoca e guaraná ou era pipoca e refrigerante, alguma coisa assim... E nós participávamos desses momentos e eu fui convidado por eles para ir... E aí? Eu fui, gostei, fui me envolvendo, eu continuei e eles não... Eu além de continuar nesses momentos, vou me engajando cada vez mais no MEL... O “Pipoca com refrigerante” foi o meu primeiro lugar que eu chego no MEL e ali vai me ensinar tudo que eu não sabia sobre sexualidade, orientação sexual, identidade de gênero e principalmente... É... Na época, DST, hoje IST/HIV/AIDS.

¹¹¹ Ver ANEXO C, p. 263.

Victor Pilato percorria mais de 3 km, em aproximadamente 40 minutos¹¹², de Mandacaru para o bairro de Tambiá, com seus amigos, para participarem do “Pipoca e Refrigerante”, realizado com recursos próprios do MEL. Dessa maneira, entendo que esses jovens que saíam a “pé” da periferia para o centro da cidade estavam em busca de um espaço que proporcionasse lazer e cultura, o que não encontravam em sua localidade, mas também informação e troca de saberes, já que foi na sede da entidade que ele aprendeu o que não “sabia sobre sexualidade, orientação sexual, identidade de gênero e principalmente... É... Na época, DST, hoje IST/HIV/AIDS”. Outro detalhe a se observar é que essa ação possibilitava a integração entre os jovens gays de diferentes comunidades e bairros da cidade, inclusive a possibilidade de vivenciar a própria sexualidade por meio da paquera e do namoro, uma vez que tinham a oportunidade de ver filmes com temáticas assumidamente gay, algo improvável de assistirem em suas casas naquela época, além de se reconhecer nos filmes, a partir dos personagens homossexuais interpretados no “cinema lilás”, como ficou conhecido o projeto do MEL na imprensa local, conforme matéria publicada no Jornal “O Norte na época (Ver ANEXO D, p. 264).

Nas entrelinhas da citação de Pilato, notei sua emoção ao falar dos amigos que ora lhe “falaram sobre o MEL” e que o acompanhava para “participar de palestras e oficinas”. Assim, ao relembrar, ele menciona: “além de mim, tem mais dois vivos, os outros dois foram mortos”, vítimas da homofobia e da criminalidade existentes naquela região da cidade. Com isso, não é exagero dizer que Victor Pilato é um sobrevivente tanto da violência como do discurso de ódio que segrega, violenta e mata as pessoas homossexuais e as transexuais. Dentre as revelações da entrevista, ele aludiu que era catequista e coordenava grupos de coroinhas na paróquia do seu bairro, no mesmo período em que começou o seu engajamento no MEL. Ao descobrirem, ele teve que escolher se permanecia nas atividades da Igreja ou do movimento LGBT, já que não concordavam com a prática desse segmento. Daí entendeu que tinha vivenciado na própria pele a discriminação e o preconceito dentro do ambiente religioso que tanto admirava. Ele prontamente entregou a coordenação de coroinha, passou a atuar profissionalmente como agente de saúde do Projeto HSH do MEL e hoje, aos 37 anos de idade, aproveita todas as oportunidades que o movimento social lhe propiciou, conforme ele cita: “além de continuar nesses momentos, vou me engajando cada vez mais no MEL...”.

Na sequência, Victor Pilato passou de educando para educador do MEL e, posteriormente, a coordenador de projeto. Durante os mandatos de Luciano Bezerra Vieira

¹¹² Percurso calculado com base no *Google Maps*, ferramenta do *Google*.

como presidente, foi coordenador do “Projeto HSH” e depois na gestão de Alexandre Félix da “Assessoria Jurídica – Defesa e Promoção dos Direitos Humanos das Pessoas vivendo com HIV/AIDS, GLBT e Populações Vulneráveis de João Pessoa”¹¹³. O projeto consistia em prestar assessoria jurídica para as pessoas LGBT, pessoas vivendo com HIV/AIDS e grupos em situação de vulnerabilidade social, visando agilizar o acesso à justiça e acabando com os custos judiciais. Essa foi uma ação pioneira do MEL, que, desde o ano de 2004, já tinha a pretensão de implantar uma assessoria jurídica que atendesse a população LGBT. Inicialmente, contou com o apoio institucional da Comissão de Direitos Humanos da UFPB, do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH) e do Movimento Laico da América Latina (MLAL), que disponibilizaram uma advogada para prestar plantão na sede da entidade. Mas, com o financiamento do projeto, foi possível prestar assessoria e promover capacitações sobre direitos humanos para a militância LGBT (MEL, 2006; A COLMEIA, nº 2, 2004, p.9).

Toda essa vivência e o aprendizado adquirido no MEL levaram Victor Pilato a atuar profissionalmente na elaboração e execução de políticas públicas para LGBT. Desde 2011, trabalha na Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana, especificamente na Gerência Executiva de Direitos Sexuais e LGBT, primeiro como Gerente Operacional de Enfrentamento à Homofobia e, posteriormente, como coordenador do Espaço LGBT Pedro Alves de Souza (Pedrinho). Sem dúvida, foi o processo educativo plantado pelo MEL que floresceu, em ativistas como Victor, a possibilidade de trabalhar em prol da população LGBT, porque aprendeu a reivindicar, o fazer e a execução no movimento social, já que o “seu caráter pedagógico propicia a constituição de sujeitos criativos na própria constituição da realidade social” (KAUCHAKJE, 2010, p. 90).

Em 2011, ocorreu uma renovação da militância do MEL, especialmente com a chegada do ativista político Renan Palmeira, a convite de Luciano Bezerra Vieira, para se candidatar a vice-presidente da entidade. Com Renan, chegou também Cleber Ferreira para compor a nova diretoria, vindos do Núcleo Universitário pela Diversidade Afetivo Sexual (NUDAS), um grupo de estudantes que discutiam as questões de gênero e sexualidade, no *Campus I* da UFPB. No entanto, com o passar dos anos, foi perdendo o sentido para Renan e Cleber, que já desejavam atuar no movimento LGBT. Desse período são Adriano Silva, Myke Fonseca, Willamys Guthyers, entre outros, que, posteriormente, vão compor o Movimento de Bissexuais da Paraíba (MOVBI), a partir de uma dissidência do MEL.

¹¹³ Projeto financiado a partir do Acordo de Cooperação PN DST/AIDS – SVS, por meio do Ministério da Saúde/BIRD/UNESCO. Projeto 914 BRA 1101 (Ver ANEXO E, p. 265).

De acordo com Cleber Ferreira em 2013, Luciano deixou a gestão, e Renan Palmeira assumiu a presidência do MEL, promovendo inovações e parcerias na execução de projetos. Uma ação desse período foi o “Projeto LGBT no Envelhecer”, elaborado pela assistente social Brune Rapchael, que também fazia parte do NUDAS. O projeto foi financiado pela Secretaria Municipal de Saúde de João Pessoa por meio da Seção de DST/Aids. Embora tivesse a sigla LGBT em seu título, priorizou como público os homens gays, tanto que consistia em mapear homossexuais nos pontos de pegação, a partir de uma pesquisa de campo, em que a equipe percorria sauna, cinema e a mata da Ponta do Seixas para distribuir preservativos e divulgar as palestras e eventos na sede da entidade.

Figura 6 – Participantes do Projeto LGBT no Envelhecer



Fonte: Acervo do MEL

A ação foi inovadora do ponto de vista do recorte geracional, tendo em vista que a população LGBT também envelhece, ficando, na maioria das vezes, ociosa, solitária e abandonada pelas famílias. A iniciativa contou com a participação dos ativistas e psicólogos Tônico Martins e de Roberto Maia, que promoviam oficinas pedagógicas e rodas de diálogos sobre a questão da homossexualidade e envelhecimento. O projeto foi coordenado por Tônico no primeiro momento e, em seguida, por Cleber Ferreira.

Outro projeto desenvolvido durante a gestão de Renan Palmeira que esteve à frente do MEL de 2011 a 2016 foi o “Centro de Formação LGBT”, que ficou conhecido como CEFOR LGBT, financiado com recursos do Ministério Público do Trabalho (MPT) da Paraíba¹¹⁴, que garantiu o aluguel de uma casa na Avenida Almirante Barroso, nº 757, no centro da cidade,

¹¹⁴ Provenientes de recursos de multa trabalhista destinados pelo Ministério Público do Trabalho na Paraíba (MPT-PB) para entidades sociais.

com estrutura de salas de aulas e aquisição de mobília, eletrodomésticos e equipamentos audiovisuais, com o objetivo de “capacitar o público LGBT, alvo de preconceito, discriminação e exclusão social para o mercado de trabalho formal e informal, como estratégia de inclusão e enfrentamento a homofobia” (MEL, 2014b, p.1), promovendo, assim, cursos de qualificação profissional, conforme relatou Cleber Ferreira:

[...] Eram cinco cursos no CEFOR... 1) curso de auxiliar administrativo que era o foco, na questão de empregabilidade; 2) curso de língua portuguesa; 3) curso de LIBRAS, porque estava havendo a necessidade de inclusão; 4) curso de fotografia; 5) curso de formação política. No curso de formação política, Renan junto com Roberto Dutra organizaram uma biografia, né? (Entrevista com Cleber Ferreira, 2021).

No entanto, a realização desses cursos voltados à qualificação profissional enfrentou muitas dificuldades, primeiro porque a educação profissional nunca tinha sido uma área de atuação do movimento LGBT, faltando experiência nesse nível de ensino. Segundo, faltou realizar um diagnóstico junto ao segmento LGBT para identificar as demandas e áreas de formação desejada. Os cursos de curta duração, tais como “*auxiliar administrativo*”, já eram ofertados no município por outras instituições de ensino e ainda assim não garantiam a empregabilidade de LGBT sem a parceria com os órgãos do poder público que fazem a mediação da inserção da população no mercado de trabalho. Tanto Renan Palmeira e Cleber Ferreira foram unânimes nas entrevistas em afirmar que faltava experiência da equipe do MEL em executar aquele projeto, além das disputas internas dentro do próprio movimento social que incidiram em discórdias.

Mas a parceria com o MPT-PB, por meio do apoio do Procurador do Trabalho Eduardo Varanda Araruna, foi frutífera e rendeu importantes ações, como a realização do “I Seminário Internacional de Diversidade Sexual: direitos e cidadania”¹¹⁵ e campanhas publicitárias nas principais emissoras de televisão do Estado, a exemplo da campanha “Homofobia no trabalho: você não tem esse direito”, que teve cartazes e um comercial exibido na TV, sendo uma ação educativa de enfrentamento à discriminação no mercado de trabalho e um feito inédito produzido por um órgão público do alcance do MPT junto a uma ONG¹¹⁶.

¹¹⁵ O evento foi realizado de 11 a 13 de novembro de 2014, no Espaço Cultural José Lins do Rêgo, em João Pessoa/PB.

¹¹⁶ O comercial da campanha “Homofobia no trabalho: você não tem esse direito” pode ser conferido no YouTube. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=p-L0_3J4IsA Acesso em: 01 nov. 2021.

Figura 7 – Cartaz da campanha Homofobia no trabalho: você não tem esse direito



Fonte: Portal ClickPB¹¹⁷

Ainda durante a gestão de Renan Palmeira, o MEL lançou, em 2014, o primeiro comercial com beijo gay na televisão, produzido em alusão ao 17 de maio, “Dia Internacional de Combate à Homofobia”, como parte da campanha publicitária “O amor une, a homofobia não”, cujo slogan dizia que “respeitar a diversidade é um dever de todos”¹¹⁸. O comercial foi veiculado nas emissoras de tevê paraibana e provocou polêmica, já que alguns canais cortavam o beijo no término do comercial que ressaltava o relacionamento entre dois homens, apesar de as imagens reproduzirem o padrão heteronormativo e sem recorte racial, algo contido em outros comerciais de família tradicional.

Todavia, a campanha foi marcante, inovadora e provocou um ineditismo na mídia paraibana, algo jamais visto anteriormente. A campanha publicitária contou com o apoio do MPT-PB por meio de uma agência de publicidade criadora de peças publicitárias que foram veiculadas em jornais impressos, além da nova identidade visual do MEL e cartazes da campanha supracitada.

Nos anos seguintes, o MEL teve empecilhos para o financiamento de projetos, em virtude de questões administrativas e financeiras, mas, de forma independente, continuou a promover eventos de formação para sua militância, participar dos fóruns e conselhos de políticas públicas, além de organizar, junto às demais entidades do movimento LGBTQI+, a parada do orgulho LGBTQI+. Nesse ínterim, Luciano Bezerra Vieira retornou à coordenação do MEL.

¹¹⁷ Disponível em: <https://www.clickpb.com.br/paraiba/mpt-e-mel-lancam-campanha-contr-homofobia-no-trabalho-166767.html>. Acesso em: 01 nov. 2021.

¹¹⁸ O comercial “O amor une, a homofobia não” está disponível no Canal A Liga Gay no YouTube. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=an_h8rxtYvQ. Acesso em: 01 nov. 2021.

Em 2017, foi eleita uma nova diretoria, a partir da articulação de Luciano, marcando a chegada dos professores Fernando Araújo e Eduardo Guimarães à coordenação geral e à vice coordenação do MEL, com a chapa intitulada “Resistência Lilás”. Mas, ao final daquele ano, aconteceu a fatídica partida da abelha rainha, e, com a precoce morte de Luciano Bezerra Vieira, que, à época estava como tesoureiro da entidade, Fernando Araújo passou à coordenação geral da entidade para Eduardo Guimarães.

Desse momento em diante, a partir da gestão de Eduardo Guimarães, foram sendo realizados cursos de extensão sobre gênero e sexualidade em parceria com o Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos no *Campus I* da UFPB, descritos no tópico “construção compartilhada de saberes entre a universidade e o MEL” do quinto capítulo.

Sob a coordenação de Eduardo Guimarães em 2020, durante a pandemia da COVID-19, que surpreendeu o Brasil e o mundo, o MEL acompanhou a tendência nacional e passou a promover atividades remotamente, como reuniões, assembleias, eleição da nova diretoria e *lives* nas redes sociais, em virtude do isolamento social que aconteceu tanto em João Pessoa como nas demais capitais brasileiras, para prevenir a contaminação do coronavírus. Dessa maneira, Felipe Santos idealizou o “Projeto Diálogos LGBTI+”, e o MEL elaborou uma série de *lives* voltadas para a população LGBT que estava isolada em casa, com representantes da sociedade civil e do poder público. Assim, foram realizados vários encontros virtuais, iniciados no dia 17 de maio, durante os quais foram debatidos os seguintes temas: 1) Unidos(as) contra o vírus da LGBTfobia¹¹⁹; 2) Crimes contra LGBTQI+; 3) Cuidados com saúde das populações vulneráveis em tempo de isolamento; 4) O amor faz a revolução! 5) Religião se debate: diversidade religiosa e LGBTQI+ e finalizando com a *live* do Orgulho LGBTQI+, no dia 28 de junho (MEL, 2020).

Essa foi a primeira vez que o MEL realizou uma ação totalmente em ambiente virtual, aproximando a entidade da juventude que ora utiliza as redes sociais, fazendo uso dessas novas tecnologias e contando com o saber do ativista Maylton Marques nesse processo. Com isso, a transmissão das *lives* ocorreu pelas redes sociais do MEL e do seu canal criado para essa finalidade no *YouTube*, mas utilizando o círculo de diálogos que a militância aprendeu ao longo dos anos, daí a participação de ativistas das entidades do Movimento LGBT da Paraíba como expositores, além do Coletivo LGBT Sem Terra do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

¹¹⁹ Essa *live* foi marcada pelo luto da perda de Gabriel Taciano de Oliveira e dedicada em sua memória. Taciano era pedagogo, ativista gay e de direitos humanos que foi barbaramente assassinado em 17 de maio de 2020, Dia Internacional de combate a LGBTfobia, que segundo Cavalcante (2020), “o corpo do militante gay assumido possuía sinais de violência, com marcas que assinalam requintes de crueldade”. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/18/corpo-de-militante-gay-e-encontrado-em-praia-da-paraiba-com-sinais-de-tortura> Acesso em: 02 nov. 2021.

(MST) e da ONG Mães pela Diversidade, como também o Procurador Federal José Godoy Bezerra de Souza do Ministério Público Federal, que participou do debate sobre LGBTfobia, e o médico infectologista Fernando Chagas, que se tornou uma referência no combate à COVID-19 no Estado, assumindo a direção do Complexo Hospitalar Clementino Fraga, em plena pandemia, e participando da terceira *live*, oportunidade na qual esclareceu a população LGBT sobre a doença.

Por fim, recordar essas ações do MEL é situar a memória institucional e política desta entidade e das pessoas que contribuíram com a sua trajetória e o seu fazer educativo, que foi sendo aprimorado e renovado no decorrer dos últimos anos, além de ser uma forma de homenageá-los e os mantê-los vivos na história do movimento LGBT da Paraíba e do Brasil, porque este texto posiciona “a memória política em um registro de resistência, tendo em vista que a memória política não é nem a memória histórica, nem a memória social elaborada por alguns grupos sociais a partir de interesses próprios” e a memória institucional e política atuante na dimensão afetiva do autor deste trabalho, com a intenção de registrar os fatos, as ações desenvolvidas e, sobretudo, evidenciar os militantes que foram educandos e educadores do MEL (HERNANDEZ, 2020,p. 15).

O MEL foi fundamental na formação de uma dezena de ativistas que atualmente estão atuando profissionalmente em diversos setores da cidade e do Estado, seja no poder público, como assessores e gestores das políticas públicas para LGBT, ou assessorando parlamentares, tanto na Assembleia Legislativa como nas Câmaras Municipais, a exemplo de Victor Pilato, Fernando Araújo, Felipe Santos, Cleudo Gomes e Luciel Araújo, os quais ora trabalham ou já trabalharam nesses ambientes. Todavia, cabe destacar que a maioria hoje atua profissionalmente no magistério, já que optou por cursar licenciaturas nas mais diversas áreas, tais como: Pedagogia, como o autor deste trabalho; Artes Visuais, como Victor Pilato; História, como Renan Palmeira; Letras, como Cleber Ferreira, entre tantos outros, sendo que os mencionados foram exatamente os interlocutores da pesquisa que levam para sua labuta professoral os conteúdos e práticas que aprenderam ao longo da sua militância no movimento social.

Concluo este item reafirmando que o MEL foi precursor na luta LGBT na Paraíba, não só porque organizou o movimento social, incentivando e fomentando a sua interiorização e institucionalização de grupos identitários, tais como das lésbicas e das travestis, mas porque criou um formato diferenciado de instituição LGBT que fazia questão de promover suas ações voltadas para os homossexuais pobres, negros e da periferia, dando sempre um recorte de classe, raça e gênero, fazendo questão de dar formação para aquelas pessoas que não estavam na

universidade, que eram negras, periféricas, analfabetas e marginalizadas. Com isso, vem formando ativistas para a luta social e educando essa militância em temáticas relacionadas à cidadania, aos Direitos Humanos, segurança, saúde, entre outros conteúdos que levam para a vida.

4.2 Do carnaval ao Drag MEL: arte, prevenção *versus* educação

No Brasil, criações com o entrudo no século XVII, os blocos, cordões e ranchos carnavalescos e bailes de salão ao longo do século XIX, os corsos e blocos de carnaval no século XX, têm tornado o carnaval um lugar da diversidade cultural. Das agremiações populares e das escolas carnavalescas, o carnaval historicamente tem conquistado o reconhecimento social como um espaço em tempo de liberdade, sendo possível viver diferentes papéis e identidades, bem como realizar, com humor, a crítica social aos costumes e a vida social e política (DA MATTA, 1997).

A intencionalidade do tópico não é se debruçar sobre o carnaval, mas descreve sua relação e atividades com o movimento LGBT de João Pessoa, especialmente como espaço de expressão e manifestação de gays e mulheres transexuais, que, historicamente, participam dessa festividade que se tornou patrimônio imaterial brasileiro¹²⁰, desde a concepção de enredos para as escolas de samba como brilham na avenida, ou mesmo, como carnavalescos, aderecistas, passistas, coreógrafos, dançarinos, sambistas, bateristas, entre outras funções.

De acordo com James Green (2019, p. 345), a apropriação homossexual do espaço social do carnaval aconteceu no início do século XIX, a partir dos blocos carnavalescos e dos bailes de fantasia, inclusive sendo um momento propício ou o único do ano para muitos homens vivenciarem sua sexualidade, já que os festejos carnavalescos serviam para externar as fantasias e os libidos contidos, entendendo que “o carnaval, mais do que significar um ato de inversão, propicia a oportunidade para uma intensificação de suas próprias experiências como indivíduos que transgridem papeis de gênero e fronteiras sexuais socialmente aceitáveis o ano inteiro”.

E, provavelmente, foi a questão do desejo, do prazer misturada com a euforia e a alegria que o carnaval proporciona que levou o Movimento do Espírito Lilás (MEL) a decidir realizar ações de prevenção às IST/AIDS junto ao segmento LGBT e à população em geral nesse

¹²⁰ O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) salvaguarda as expressões culturais e festividades do Carnaval brasileiro em diversas regiões do país. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3469/carnaval-brasileiro-e-caracterizado-por-bens-culturais-protetidos-pelo-iphon> Acesso em: 23 set. 2021.

período. O MEL foi uma das instituições pioneiras a promover campanhas educativas e projetos de sexo seguro no carnaval, mesmo antes do financiamento junto ao Ministério da Saúde, conforme ressalta Luciano Bezerra Vieira (2002, p. 22 grifos nossos): “o projeto do carnaval e sexo seguro também tem sido realizado nos últimos três anos, onde as *drags queens* são as personagens principais”, contando com o apoio da Secretaria de Estado da Saúde.

Mas, antes de especificar sobre as ações de prevenção do MEL, cabe registrar que, em João Pessoa, capital da Paraíba, os blocos populares saem na semana que antecede o carnaval no país, o chamado “Projeto Folia de Rua”, cuja origem coincide com o surgimento do bloco “Muriçocas do Miramar”, em 1986, que reúne milhares de pessoas todos os anos desde sua fundação (DELGADO, 2012).

Atualmente, o “Folia de Rua” é uma associação que tem mais de 30 blocos em sua composição. Além das Muriçocas, os blocos “Cafuçu” e “As Virgens de Tambaú” são os grandes destaques. De acordo com Delgado (2012, p. 48), “o traço principal das ‘Virgens’ é a irreverência, nele os homens se travestem de mulheres e as mulheres de homens”, mas, no decorrer os anos, essa invenção de papéis também foi caracterizada por situações de homofobia e transfobia no bloco, daí a iniciativa do movimento LGBT em participar da festividade no intuito de prevenção tanto da violência LGBTfóbica como do HIV/AIDS, com distribuição de preservativos.

Durante a semana do carnaval, ocorrem o chamado “Carnaval Tradição” com desfiles de agremiações populares, como escolas de samba, blocos de ala ursa e tribos indígenas, fazendo com que a cidade, diferente de outras capitais, se recolha às brincadeiras informais. Essa tímida expressão na semana do carnaval frustra tanto a população geral da cidade, como a comunidade LGBT, que acaba, anualmente, se deslocando para as cidades de Recife, Olinda ou as praias do litoral norte paraibano, a exemplo de Cabedelo, Lucena, Baía da Traição, entre outras. Com isso, a primeira iniciativa do MEL em relação ao carnaval foi promover um baile gay, inspirado nos saudosos “*Bals Masqués*”, cuja tradução livre do francês seria “Bailes de Máscaras” ou “Baile à Fantasia”, que, de acordo com Green (2019, p. 348), é uma tradição existente em terras brasileiras desde o Império. Dessa maneira, “a popularidade desse baile de gala originou uma nova tradição nas celebrações carnavalescas no Brasil”.

Assim, o MEL ressignificou o *glamour* dessa festa e o denominou de “I MEL Masqué” realizado no ano de 1996, na Associação dos Servidores Inativos e Pensionistas (ASIP) da UFPB, localizada na Avenida Eptácio Pessoa, principal logradouro da cidade, no Bairro dos Estados, nas proximidades do Bairro da Torre, onde Luciano Bezerra Vieira residia e onde estava concentrada uma boa parte da militância. Nessa ocasião, aconteceram apresentações e

performances artísticas, além de várias militantes e personalidades fantasiadas, como “Nina Kelly”, famosa travesti do carnaval pessoense, que desfila há mais de 30 anos nas escolas de samba do Carnaval Tradição pessoense, que, segundo Sérgio Ferro (2019, p.23), fez uma linda dissertação biográfica dela: suas “performances nos palcos dos shows de arte transformista, em que seu corpo assume a função política de afirmação da identidade travesti no espaço público da cidade”

Além de Nina Kelly, encontramos registros de Laércio Cabeleireiro (*in memoriam*), conhecido como Lalá, e Luciano Bezerra Vieira montados no I MEL Masqué, o qual reuniu dezenas de LGBT que ficavam em João Pessoa, porque não tinham opção de lazer durante o período carnavalesco. Daí a iniciativa do MEL de reunir o segmento para além de festejar e arrecadar fundos voltados à manutenção da entidade (Informação Verbal)¹²¹.

Figura 8 – Fotografia do I MEL Masqué



Fonte: Acervo do MEL

Nesse evento, o MEL ainda consagrou a jornalista e carnavalesca “Ednamay Cirilo Leite” como a eterna “Madrinha Gay” da entidade, que se tornaria uma forte aliada do movimento, sendo, posteriormente, oficializada no posto durante a I Parada da Diversidade Sexual (2002). Na imagem abaixo, encontrada nos arquivos do MEL, ela mostra a faixa de “Madrinha Gay 96”.

¹²¹ A identificação e a informação sobre Laércio Cabeleireiro foi fornecida por José Walmir Ferreira por meio do aplicativo de mensagem WhatsApp em 27 de agosto de 2021.

Figura 9 – Fotografia de Ednamay no I MEL Masqué



Fonte: Acervo do MEL

O MEL só voltou a realizar um outro baile de carnaval em 2003, intitulado “Ô abre alas! O baile GLS”, também na ASIP, e contando com a parceria do Grupo de Mulheres Maria Quitéria (GMMQ) e da Associação das Travestis da Paraíba (ASTRAPA)¹²². Mas o movimento LGBT local sempre buscou fazer uma intervenção artística e cultural dentro do Carnaval Tradição e do Projeto Folia de Rua que congrega os blocos carnavalescos da cidade.

Dessa maneira, entrevistei, no dia 30 de abril de 2021, em sua casa, a atriz e cantora Malu Morenah, uma das ativistas remanescentes do período de projetos culturais e de inserção do MEL no carnaval pessoense que se concentra nas apresentações de tribos indígenas, clubes de orquestra, ala ursos e escolas de samba que desfilam na Avenida Duarte da Silveira durante as quatro noites de carnaval. Com isso, há um fascínio do segmento LGBT pelas escolas de samba.

Foi uma ideia de Elias para fazermos uma ala do MEL dentro da Escola de Samba Malandros do Morro... Aí foi eu, Carlinhos, Veloso, a finada Mauro e Luciano... Williams Muniz fez a maquiagem... Foi o primeiro momento do MEL dentro do Carnaval Tradição... Aí depois começamos a fazer intervenção nos blocos do Folia de Rua, com a distribuição de camisinhas... Ai começamos a padronizar, com camisetas que íamos para as Virgens de Tambaú e as Muriçocas... Mas sempre começávamos no Anjo Azul, o bloco de Ednamay... (Entrevista com Malu Morenah, 2021).

¹²² Informes de um panfleto do baile que foi realizado no dia 15 de fevereiro de 2003. (Ver ANEXO G, p. 267).

A ação citada por Malu Morenah me proporcionou saudosas lembranças, já que colaborava na produção da ala ocorrida no início da década de 2000, especificamente no ano de 2001, em que o MEL ainda era sediado no Grupo Escolar Thomáz Mindello, no centro da cidade, administrado pelo Coletivo Arte e Luta (CAL), tendo como coordenador João Balula, também carnavalesco da Escola de Samba Malandros do Morro da Torre, vizinho e contemporâneo de Luciano Bezerra Vieira. Daí, a proposta do figurinista Elias Miguel foi logo acatada, já que Balula também era oriundo do Movimento Negro e da militância LGBT, vendo, assim, com entusiasmo a proposta de uma ala do MEL no enredo daquele ano.

Figura 10 – Fotografia dos integrantes do MEL no Carnaval 2001¹²³



Fonte: Acervo do MEL

Cabe salientar o apoio institucional da UFPB na ação do MEL, conforme identificamos na logomarca da Kombi que disponibilizava para o transporte e as dependências do Núcleo de Teatro Universitário (NTU), onde os integrantes se reuniam e faziam a maquiagem para participar tanto da apresentação na Escola de Samba Malandros do Morro como da distribuição de preservativos nos blocos de carnaval.

A partir do ano de 2004, o MEL, o GMMQ e a ASTRAPA passaram a participar anualmente da Ala da Diversidade nas escolas de samba fundadas e sobre a presidência de Fernanda Benvenutty, que, além de ativista do Movimento LGBT, era carnavalesca e totalmente dedicada à sua comunidade, a qual fazia da sua casa “o terraço do samba”, no Bairro do Roger, como ela mesma costumava dizer. Primeiro, foi a Associação Recreativa e Cultural Império do Samba (2004) e, posteriormente, o Grêmio Recreativo Cultural Unidos do Roger

¹²³ Da esquerda para a direita, estão na foto: José Veloso, Luciano Bezerra Vieira, Lumara Villar, Carlinhos Aguiar e Malu Morenah. Ainda participaram da ala Mauro Cortes, Kika Falcão e Jilly Mermaid.

(2014), que ganhou o último carnaval tradição, conforme já mencionamos no segundo capítulo deste trabalho. Atualmente, essa ala tem o nome de “Ala Luciano Bezerra Vieira”, em sua homenagem.

Em 2013, as principais instituições do Movimento LGBT de João Pessoa, em conjunto, fundaram o “Bloco da Diversidade”, com o intuito de dar continuidade a prevenção às IST/AIDS e se inserir no Projeto Folia de Rua como um grupo de foliões LGBT, mas, ao longo dos anos, é notório que participam apenas alguns ativistas do movimento. O público LGBT, em geral, gosta de estar inserido nos demais blocos.

Mas, sem dúvida, a arte e a cultura sempre estiveram entrelaçadas nas ações do MEL. De acordo com Vieira (2002, p. 22, grifos do autor):

Desde a sua origem é notória a presença de artistas oriundos dos mais diversos horizontes e exercendo as mais variadas formas de arte, em atividade do MEL. Nas semanas de luta contra a AIDS, na abertura dos encontros, em lançamento de projetos e outros ventos organizados, estes artistas sempre estiveram presentes. Além disso é preciso lançar um olhar para um setor do meio artístico que tem merecido do MEL uma atenção especial: o *Transformismo* e as *Drag Queens*, daí a realização em três anos consecutivos do Concurso Drag MEL.

Esse “olhar para um setor do meio artístico”, citado por Vieira, tem influência de fora para dentro do MEL e vice-versa, porque o “transformismo”, na década de 1990, era muito valorizado tanto na televisão, a exemplo do extinto Programa Show de Calouros, apresentado por Silvio Santos, em que transformistas como “Erick Barreto”, que dublava a cantora Carmem Miranda, ganhou fama nacional e passou a fazer shows em boates de todo o país. Em João Pessoa, também tivemos o talentoso transformista e maquiador Eduardo Guedes, mais conhecido como Nem, que fazia shows apoteóticos com a sua personagem “Priscila Braga”, dublando as cantoras do rádio e da atualidade na antiga Boate Notorious e nos eventos promovidos pelo MEL.

Já no final da década de 1990 e início dos anos 2000, surgiram diversas casas noturnas em João Pessoa voltadas ao público LGBT, e, com elas, vieram as “Drag Queens” que faziam sucesso no Sudeste, a exemplo de Silvetty Montilla, Dimmy Kieer, Salete Campari, e, da Paraíba, destaco a drag “Pandora”, entre outras, mas essas são as que ficaram marcantes na memória do pesquisador como expectador, como também da juventude gay que frequentava as atividades do MEL e que se espelhava nesses talentos para um dia também atuarem no palco.

Assim, surge a ideia do “Concurso Drag MEL” para incentivar o transformismo e a cultura drag junto à militância. O primeiro Drag MEL aconteceu no ano 2000, no Teatro Cilaio

Ribeiro, como parte da programação do Encontro Estadual da entidade, que acontecia anualmente, sendo apresentado por Aderivan Albério, ex-secretário do MEL, que personificava a personagem “Marisinha”, em homenagem à cantora Marisa Monte, além de fazer parte da comissão organizadora das primeiras edições do concurso. A vencedora do Drag MEL 2000 foi a ativista “Lumara Villar”. Já a edição de 2001 aconteceu em Cajazeiras, durante o Encontro Regional do MEL naquela cidade e teve como vencedora “Elô Diprê”. Em 2002, o evento foi realizado no Teatro Lima Penante, no NTU, e a ganhadora daquele ano foi “Nicole Link” (A COLMEIA, nº 1, 2002, p. 10).

Para Malu Morenah, que, a partir de 2003, passou também a compor a comissão organizadora do concurso,

O Drag MEL mostrava a cultura drag, o trabalho das meninas... Principalmente porque tinha muitas desconhecidas que estavam despontando naquela época para as boates... O Drag MEL passou a ser uma vitrine para elas se projetarem, porque depois era contratadas para fazer shows nas boates e participavam de concursos de miss... O Drag MEL teve passagem pelo Teatro Santa Roza, Teatro Lima Penante e no Teatro de Arena no Espaço Cultural... Vários artistas da cena gay de João Pessoa participaram do Drag MEL, como Jully Mermaid, Paula da Capa, além de ativistas como Flor que fez show com a música Feira de Mangaio, o finado Mauro que dançou e até Delícia Miranda que fez “Lata d’água na cabeça” de Elza Soares... (Entrevista com Malu Morenah, 2021).

Desse modo, compreendemos que o Drag MEL foi mais que um concurso, já que proporcionava a integração de artistas já experientes com os que estavam despontando na noite gay. Na preparação do concurso, aconteciam oficinas de maquiagem, dublagem, figurino, etc. Com isso, aprendiam e ensinavam um ofício para os jovens gays, apesar da disputa e rivalidade existente no meio artístico entre eles. De fato, o evento “passou a ser uma vitrine para elas se projetarem”, já que nomes como “Nicole Link”, vencedora do ano de 2002; “Star Moon”, ganhadora do ano de 2003, e a Drag Mel 2004, “Geri Mitchell”, passaram a fazer shows em boates de João Pessoa e até fora do Estado (A COLMEIA, nº 3, 2003, p. 12; A COLMEIA, nº 3, 2004, p. 15).

Outro dado interessante mencionado por Malu Morenah foi a participação, no Drag MEL, de “vários artistas da cena gay de João Pessoa”. Cabe citar “Penélope Mel”; “Kika Falcão”, que, na época, era Kika Para Tudo; “Rudhy Mabel”, um sucesso nas boates, e “Jully Mermaid”, que se tornaria posteriormente a DJ oficial da Parada da Diversidade Sexual. Mas, além de artistas, também houve apresentações de ativistas que faziam performances caricatas hilárias, como “Flor” e “Delícia Miranda” (A COLMEIA, nº 3, 2003, p. 12).

Figura 11 – Fotografia do Drag MEL 2003¹²⁴



Fonte: Acervo do MEL

O Drag MEL aconteceu até o ano de 2005 quando deixou de ser um evento competitivo e passou a ser um grande show com a participação de drags que já tinham ganhado ou participado de edições anteriores e estavam se apresentando na cidade, entre elas: “Bianca Star”, “Drag Neguinha”, “Paloma Picasso”, “Laleska Kaziaraguy”, “Star Moon”, “Fernanda Fischer”, “Jully Mermaid”, “Diet e Light”, “Rudhy Mabell” e “Márcia Corcovado”, coordenadora do evento naquele ano (A COLMEIA, nº 3, 2005, p. 7).

O MEL tem utilizado a arte, a cultura e o lazer para promover uma ação educativa que proporcionava o aprendizado de uma profissão voltada à cena cultural LGBT. O Drag MEL aliava militância e o fazer artístico cultural de jovens que estava em processo de descoberta de sua sexualidade e de sua identidade profissional, como “Jully Mermaid”, mencionada por Malu Morenah, que, anteriormente, já havia citado que o MEL foi um dos responsáveis por ela ser hoje Drag Queen (COSTA, 2020). O líder do MEL, Luciano Bezerra Vieira, enquanto educador, tinha essa proeza de identificar talentos e direcioná-los para as áreas nas quais os militantes poderiam atuar. Esse fato ocorreu com Mermaid, Malu e tantos outros artistas que ele incentivava, a partir da inserção da arte e da cultura nas atividades do movimento LGBT.

Nos eventos do MEL, era comum “a presença de artistas oriundos dos mais diversos horizontes” e que não eram do movimento LGBT, conforme já citou Luciano Bezerra Vieira anteriormente. Daí, é preciso fazer menção às apresentações da jornalista e cantora “Rosa

¹²⁴ Na foto, estão “Star Moon”, a Drag MEL 2003 (evento realizado no Teatro Santa Roza), depois a apresentadora “Marisinha” (Aderivan Albério), “Nikitha Lion”, a terceira colocada e “Penélope Mel”, a segunda colocada no concurso daquele ano, que teve como tema “O futuro da pinta”. Informes do panfleto do “Drag MEL 2003”, realizado no dia 28 de maio de 2003 (ver ANEXO G, p. 267).

Duarte”, sempre acompanhada ao violão do músico “Cristiano Oliveira”, que também acompanhava a “cantriz” do MEL, Malu Morenah, e ambas davam show com os clássicos da MPB, além do “Coral Voz Ativa”, o qual tinha presença cativa junto ao ator Williams Muniz, com sua memorável “Andrômaca”, performance inesquecível dos áureos tempos do MEL.

Ainda no tocante à dimensão cultural do movimento social, o MEL sempre almejou ter um grupo de teatro, conforme relatou Malu Morenah,

Eu comecei a participar mais ativamente do MEL, primeiro foi muito pelo lado artístico, né? Eu fazia teatro e Luciano gostava muito da cultura dentro do movimento... Ele me fazia o convite para dar cursos no movimento, mas eu não me sentia seguro para isso, eu era muito novo para isso... Eu sempre fui um ator de pegar o texto, interpretar, fazer um trabalho... E ele queria uma coisa mais profunda, né? E eu achava que não estava preparando para isso, formar um grupo, montar um espetáculo... Mas montamos um grupo de teatro posteriormente que a gente trabalhou a temática do HIV/AIDS, participava eu, Carlinhos e chamei algumas figuras de teatro para fazer parte... Fizemos umas quatro apresentações em vários lugares, fizemos apresentações na rodoviária... Com esquetes na área da prevenção... (Entrevista com Malu Morenah, 2021).

De fato, identificamos, no decorrer da pesquisa documental no acervo do MEL, a partir das edições do jornal A Colmeia, a existência do “Grupo de Teatro e Artes Y’ Plateia”, formado pelo MEL em 2005, mas com uma curta duração. Por isso, teve apenas “quatro apresentações em vários lugares”. Na época, além dos esquetes, o grupo ensaiou o espetáculo “Se houver amanhã”, texto de Carlos Lira, com direção de Malu Morenah e colaboração de Isa Yplá, pianista e diretora de teatro (A COLMEIA, nº 3, 2005, p. 6).

A “temática do HIV/AIDS” era o foco do grupo que surgiu do “desejo antigo da entidade de conscientizar e educar a população por meio do teatro”. Dessa maneira, é perceptível que a prevenção ao HIV/AIDS sempre esteve relacionada às atividades educativas e sociopolíticas do MEL, porém sem o intuito de “patologizar” o movimento, mas de prevenir, educar e desconstruir preconceitos e a ideia de que as pessoas soropositivas deveriam ser segregadas.

Nesse sentido, recorro a Costa (2020, p. 131), quando afirma que o movimento LGBT “possui como cultura própria a utilização da arte na construção de narrativas políticas, de resistência, que faz com que a gente vislumbre, através da arte, expressar para o externo a versão mais genuína de quem nós somos no interno”, e o MEL soube fazer isso com maestria, identificou as habilidades artísticas de jovens gays que vislumbravam na cultura drag a possibilidade de ascensão artística e social, mas também contribuía no ativismo LGBT no período carnavalesco em que as drags “descobertas” pela entidade sempre estavam envolvidas

nas campanhas educativas de prevenção. O Concurso Drag MEL teve cerca de seis anos consecutivos de duração e, posteriormente, acabou sendo reproduzido de maneira comercial por produtores culturais da cena LGBT, mas que o movimento social também apoiava, porque entendia que crescimento do número de drag queens na cidade e no Estado teve o aporte do MEL em seu nascedouro.

O MEL colocou o bloco na rua com a irreverência e a desenvoltura que é peculiar das drag queens, transformistas e artistas que foram se transformando ao longo dos anos. Os jovens gays que almejavam o proscênio dos palcos dos teatros e das boates conquistaram também a rua durante o carnaval, que é uma festa essencial igualitária, mas o movimento social também identificou nuances de homofobia nos blocos carnavalescos de João Pessoa, apesar da liberdade e espontaneidade que permeiam essa festividade. A presença de Luciano Bezerra Vieira e Fernanda Benvenutty foram essenciais para mostrar à juventude LGBT o potencial que é o do carnaval comunitário e tradicional para dar visibilidade e promover o respeito à diversidade sexual na cidade.

4.3 A Colmeia: o jornal como estratégia de comunicação do MEL

Antes de mencionar “A Colmeia¹²⁵”, precisamos historicizar a importância do jornal para o Movimento LGBT do Brasil, já que o ápice de sua fundação se deu exatamente com o lançamento do Jornal “Lampião da Esquina”, no ano de 1978, em um tempo de fúria e de cerceamento de direitos, em plena Ditadura Civil Militar, que aconteceu durante 21 anos em nosso país. A imprensa alternativa tem sido uma estratégia de comunicação utilizada pelos movimentos sociais, sindicatos e partidos de esquerda para difundir suas ideias, valores e projeto político.

De acordo com Brito (2016, p. 15, grifos do autor),

[...] a imprensa alternativa formada por inúmeros periódicos – Pasquim (RJ), Opinião (RJ), Movimento (SP), *Lampião da Esquina* (RJ), Em Tempo (SP), Brasil Mulher (SP), Beijo (RJ), Ex (SP), Versus (SP) e tantos outros – teve grande relevância, visto que debateu/problematizou temas políticos, de

¹²⁵ À época a escrita da palavra Colmeia no boletim era com acento agudo na letra “e”, mas, com o Tratado Internacional aprovado em 12 de outubro de 1990, em Portugal, pela Academia das Ciências de Lisboa, Academia Brasileira de Letras e demais delegações dos países de Língua Portuguesa, foi firmado o Acordo Ortográfico, que entrou em vigor no Brasil em 2009, resultando, dentre outras mudanças, que “O ditongo *ei* da terminação *eia*, mesmo que possa soar *ei*, nunca leva acento agudo”. Dessa maneira, a grafia deste texto seguirá as normas desse novo acordo, e usaremos a expressão “Colmeia” sem acento na nossa escrita. Contudo, sempre que fizermos citação direta aos textos do Boletim, seguiremos a grafia da época (SENADO FEDERAL, 2014, p. 80).

humor, feministas, homossexuais, raciais (movimento negro), étnicos (movimento indígenas) e culturais invisibilizados/censurados pelo autoritarismo do regime militar e pela “moral e os bons costumes”. A resistência da imprensa alternativa representa uma oposição à ditadura, por meio de comunicação popular e comunitária, alinhando-se ao desejo de liberdade política e de expressão dos movimentos populares.

Dentre os citados, destacamos “O Pasquim”, lançado em 1969, o primeiro jornal alternativo que ficou conhecido por contestar o regime militar com deboche e irreverência. Na sequência, no final dos anos 1970, segundo Rodrigues (2018, p. 239), ocorre uma “distensão política”, quando começa uma abertura lenta e gradual do regime militar. Com isso, um grupo de intelectuais que viriam a compor o Conselho Editorial¹²⁶ do periódico, sendo de diversas áreas e assumidamente gays, lança o “Lampião da Esquina”, considerado o “primeiro veículo de ampla circulação dirigido ao público homossexual”, que também resistiu à repressão da ditadura militar e tornou-se um grande marco que influencia a militância até os dias de hoje.

O “Lampião da Esquina” circulou de 1978 a 1981, no estilo tabloide impresso em papel jornal com 38 edições, atualmente todas digitalizadas e disponíveis para *Dowland* na página do Centro de Documentação Prof. Dr. Luiz Mott e no site do Grupo Dignidade, de Curitiba, Paraná.¹²⁷ Em 1981, foi lançada a primeira publicação voltada exclusivamente para as lésbicas, o “Chana com Chana”, que circulou de 1981 a 1985, boletim informativo produzido pelo Grupo Lésbico Feminista (BACCI, 2016).

Segundo Rodrigues (2018, p. 237), a “imprensa dirigida aos homossexuais no Brasil, como no mundo, surge da necessidade que uma parcela da sociedade teve de procurar seus semelhantes, buscar uma união com os iguais, construir um refúgio coletivo, lutar contra um sistema que os tornava invisíveis”. E essa busca de ter um instrumento de comunicação entre os homossexuais vem desde os anos de 1960, quando um grupo de amigos criou o jornal “Snob” (1963-1968), no Rio de Janeiro, com circulação restrita, para divulgar as baladas, pontos de pegação e “matação”¹²⁸ entre eles (GREEN, QUINALHA, 2019; RODRIGUES, 2018).

Nos anos de 1980, com a explosão da AIDS, as organizações não governamentais (ONGs) começam a se fortalecer tanto no Brasil como em outros países. Com isso, o

¹²⁶ De acordo com Rodrigues (2019, p. 93), “O Conselho Editorial do jornal foi formado por onze pessoas: os jornalistas Adão Costa, Aguinaldo Silva, Antônio Chrysóstomo, Clóvis Marques, Gasparino Damata e João Antônio Mascarenhas; o artista plástico Darcy Penteado; o crítico de cinema Jean-Claude Bernardet; o antropólogo Peter Fry; o poeta e crítico de arte Francisco Bittencourt; e o cineasta e escritor João Silvério Trevisan.”

¹²⁷ Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/> Acesso em: 28 jul. 2021.

¹²⁸ O termo *matação*, que significa “falar mal de alguém ou algo”, é utilizado pela comunidade gay. Essa é uma das expressões que faz parte do *Bajubá*, um dialeto que surgiu entre as travestis em locais de prostituição para se protegerem da repressão policial, tornando-se um código entre as travestis.

pesquisador Jorge Caê Rodrigues, que vem se debruçando a pesquisar sobre a imprensa gay no Brasil, afirma que:

Diferentes ONGs desenvolveram, aqui e fora do Brasil, um trabalho que nenhum governo conseguiu realizar: conscientizar e defender a dignidade daqueles que vivem com o HIV/AIDS. Um dos trabalhos dessas ONGs era publicar, periodicamente, boletins com informações sobre o vírus” (RODRIGUES, 2018, p. 243).

Um desses periódicos mencionados por Rodrigues que marcou época foi o “Boletim da ABIA”, da Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS que, mensalmente, o MEL recebia, sendo, inclusive, referência para matérias da Colmeia. Um outro impresso do qual tenho saudosas lembranças é o “Jornal do Nuances”, da ONG Nuances – Grupo pela Livre Expressão Sexual de Porto Alegre, Rio Grande do Sul¹²⁹, que teve sua primeira publicação em 1998, período de forte efervescência do MEL, que coincide com o início de minha atuação no movimento LGBT paraibano. O Jornal do Nuances era uma das publicações gratuitas a que tivemos acesso na sede do MEL e aguardávamos ansiosos a sua chegada, porque tinha um visual atrativo, alegre e nos aproximava do universo e do movimento LGBT, além de orientações de prevenção às ISTs e AIDS.

Mas, diferentemente de outros estados, o MEL acessou tardiamente os recursos oriundos do Ministério da Saúde para prevenção à AIDS, e só no início da década de 2000, precisamente no ano de 2002, aconteceu o lançamento do Boletim Informativo do MEL, denominado “A Colmeia”, em comemoração aos 10 anos de fundação do MEL, cuja celebração foi o tema da primeira capa da publicação. Nesse mesmo ano, várias ações aconteceram para celebrar uma década de existência da entidade, entre as quais, destacamos, além da festa de aniversário, a realização da 1ª Parada pela Diversidade Sexual da Paraíba (ocorrida em 08 de junho de 2002), a mudança para a nova sede na Praça Coronel Antonio Pessoa, nº 50 B, primeiro andar, no bairro de Tambiá, e o surgimento do periódico do MEL, conforme enaltece Luciano Bezerra no editorial da primeira edição:

E uma das ações deste ano comemorativo será, justamente, a produção do Boletim Informativo do MEL que pretende ser um espaço de divulgação das nossas principais iniciativas e um instrumento a serviço da educação e da informação, através da publicação de artigos sobre temas fundamentais como Direitos Humanos, homossexualidade, DSTs e Aids, entre outros. A

¹²⁹ É possível acessar uma parte da coleção dos jornais do Nuances, da ONG Nuances – Grupo pela Livre Expressão Sexual de Porto Alegre, na Hemeroteca Digital do Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) no site <https://www.ufrgs.br/nphdigital/hemeroteca-digital/> Acesso em: 28 jul. 2021.

COLMÉIA terá, também, espaço para o humor e o entretenimento e para o fortalecimento do segmento artístico-cultural GLS. Com uma linguagem acessível e buscando a primazia do bom gosto A COLMÉIA será produzida trimestralmente e distribuída gratuitamente (A COLMEIA, nº 1, 2002, p. 2).

Dessa maneira, o MEL, por meio de seu presidente, dava o tom do que seria pautado no Boletim “A Colmeia”, desde matérias sobre “direitos humanos” as questões ligadas à “homossexualidade”, sobretudo a temática da AIDS, que sempre esteve presente no informativo, já que era financiado pelo Ministério da Saúde/UNESCO por meio do Projeto 914/BRA/59, intitulado “A Prevenção das DSTs/HIV e Aids junto aos homossexuais e bissexuais na cidade de João Pessoa e sua área metropolitana”, cuja finalidade era reduzir a incidência da patologia na região, daí a necessidade de um instrumento de comunicação para difundir práticas de sexo seguro. Outro destaque do editorial inaugural é ainda o uso da sigla “GLS”, para enaltece que o periódico seria um espaço para divulgar as produções artísticas e culturais de LGBT, tais como filmes, peças, poemas, músicas, fotografias, desenhos e contos.

De fato, “A Colmeia” já mostrava, em sua primeira edição, que buscaria “a primazia do bom gosto”, mas sem ser esnobe como eram as publicações comerciais voltadas ao público LGBT. “A Colmeia” tinha uma seção dedicada à literatura e ao cinema, a qual seria uma das marcas registradas do boletim. Já em seu primeiro número, apresentava aos leitores uma breve biografia de *Oscar Wilde*, autor do “O Retrato de Dorian Gray”, que se tornaria uma referência para os gays em todo o mundo. Na seção “Dica de Cinema e Vídeo”, empenhava-se em divulgar sinopses de filmes que estavam sendo lançados sobre homossexualidade, desde os estrangeiros até os nacionais. Assim, conforme frisou Luciano Bezerra no editorial, o jornal usou “uma linguagem acessível” para apresentar aos homossexuais que frequentavam a sede do MEL a existência de artistas e produções cinematográficas sobre homossexualidade, algo até então inédito na capital paraibana.

Na primeira edição, o tema da saúde e prevenção à AIDS ocupa o maior número de páginas, descrevendo desde as ações preventivas que o MEL fazia em sua nova sede, como as oficinas de conscientização, até textos reproduzidos de outros boletins sobre o “coquetel”, os medicamentos antirretrovirais que passaram a ser utilizados pelas pessoas soropositivas em tratamento, além dos locais para testagem com endereços e telefones, alertando “Onde é possível fazer o exame?”, enfatizando-se que a promiscuidade seria um fator de risco de contaminação.

O financiamento do Ministério da Saúde possibilitou que, de fato, o MEL produzisse um boletim informativo para chamar de seu. Assim, surge “A Colmeia” como uma das metas

do projeto a ser desenvolvido pela instituição, porque, provavelmente, o periódico era um desejo do movimento, mas só se tornou concreto quando o dinheiro chegou. E, estrategicamente (e pensando em elaborar um produto de comunicação de maneira profissional), Luciano Bezerra convida para ser o jornalista responsável e editor do jornal, o comunicador social Luciel Araújo, ativista já conhecido do MEL que atuava profissionalmente como educador popular no Serviço de Educação Popular (SEDUP), uma ONG da cidade de Guarabira, Paraíba, parceira e aliada do movimento LGBT na região.

No dia 26 de janeiro de 2021, Luciel Araújo me concedeu uma entrevista, em que iniciou se apresentando dessa forma: *“Eu sou sertanejo, sou educador popular, sou comunicador social e adoro cinema”*. Em seguida, descreve sua trajetória na educação popular, e entendo que seu perfil influenciou positivamente no projeto gráfico da Colmeia, sobretudo sua paixão pela sétima arte e por Pedro Almodóvar:

[...] Fiquei 20 anos como educador do SEDUP, foi lá que eu me forjei como educador popular, tenho o maior orgulho também em me apresentar como educador popular, que foi essa instituição que me ofertou, inclusive o contrato dela como instituição autêntica, legítima, genuína de educação popular, ela tinha atração, relação, parceria com muitas outras organizações não governamentais da Paraíba e movimentos sociais... Então, a minha experiência ela adentra e circula por muitos outros movimentos sociais, né? A partir do trabalho do SEDUP como comunicador que era uma função rara nas ONGs, né? A gente não tinha dinheiro para pagar uma pessoa só para fazer comunicação... (Entrevista com Luciel Araújo, 2021).

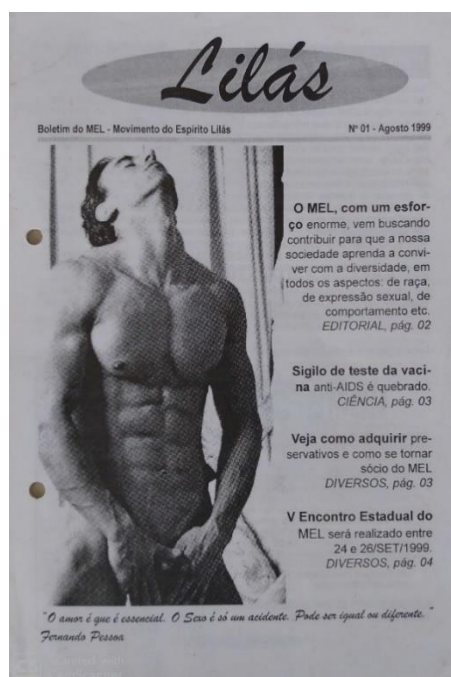
Portanto, Luciel Araújo tinha a vivência da educação popular que agregaria ao boletim informativo que o MEL tanto desejava, além de já ter produzido alguns cartazes para a entidade anteriormente. Além de ser um ativista do movimento LGBT e um bom profissional da área de comunicação, como também era ciente dos custos que era produzir material impresso para o movimento social, conforme seu próprio relato:

Naquela época comunicação era cara e ainda é até hoje. [...] Mas naquela época tanto você não tinha profissionais para pagar e precisava pagar o profissional para fazer, como a impressão era cara, né? Era caro imprimir... E... Era muito caro imprimir naquela época colorido... Então, a gente tinha um boletim que apenas a capa e a contracapa era colorido e o interior era preto e branco, isso era para baratear... A gente teve um boletim em um papel, teve um outro boletim que acabou usando uma folha um pouco mais fina e isso era para baratear. [...] É a gramatura do papel, o colorido, a quantidade, tudo isso define o valor e a gente não tinha tanto dinheiro para pagar e ainda tinha que tirar um dinheiro para pagar o profissional... (Entrevista com Luciel Araújo, 2021).

O relato demonstra que, mesmo com o financiamento do Ministério da Saúde, ainda era difícil colocar “A Colmeia” na rua. Mas, embora o surgimento do periódico tenha sido para divulgar as ações de um projeto pontual do MEL, no tocante à conscientização e à prevenção à AIDS, acabou indo além, porque tinha uma função educativa e cultural, como também divulgava as atividades de todas as entidades existentes da época.

O MEL já nutria um desejo antigo de ter o seu próprio jornal, conforme constatamos na consulta ao acervo da entidade¹³⁰, em que localizamos uma única cópia do “Lilás”, edição nº 1, de agosto de 1999, o que seria o seu primeiro boletim informativo, produzido artesanalmente e de maneira coletiva pelos integrantes do MEL, no formato A4, no tamanho meio ofício, com apenas 4 páginas e fotocopiado, sem identificação de edições posteriores. Um achado da pesquisa, já que os atuais membros do MEL desconhecia essa publicação, nela constando pequenos textos reproduzidos de boletins de outras entidades, além de um chamamento para novos sócios do MEL e um convite para participação no “V Encontro Estadual do MEL” com o tema “Pela Livre Expressão Sexual – Direito Iguais para Todos”. Na descrição, deixam explícito que não era um evento apenas para homossexuais, uma forma de agregar outras pessoas ao movimento.

Figura 12 – Capa do Lilás – Primeiro boletim do MEL (1999)



Fonte: Acervo do MEL

¹³⁰ No dia 28 de janeiro de 2020, quando ainda estava provisoriamente no prédio da antiga FUNAPE, na Avenida Visconde de Pelotas, no centro de João Pessoa.

Daí a importância do financiamento para custear a produção do jornal “A Colmeia”, com um melhor aprimoramento, além de ser “distribuída gratuitamente” em todos os eventos promovidos pelo MEL, como também nos espaços de sociabilidade, como bares, boates, cinemão e pontos de pegação frequentados por LGBT, sendo distribuída até nas cidades do interior, como lembra José Walmir Ferreira, membro do MEL e dirigente do Gayrreiros do Vale do Paraíba (GVP), sediado em Itabaiana, Paraíba.

[...] Chegava no interior, mas não com a intensidade que deveria, porque a quantidade de edições era pequena... Mas as pessoas vinham na sede do MEL e levavam para o interior... Eu levava para Itabaiana e para a região do Vale do Paraíba... Tinha uma cota para o pessoal de Cajazeiras que levava para a cidade... (Entrevista com José Walmir Ferreira, 2021).

De fato, a tiragem do jornal “A Colmeia” era pequena, sendo de apenas 1.000 exemplares por edição, chegando a 2.000 unidades, nas edições especiais distribuídas nas paradas. A circulação do periódico, em seu formato original, aconteceu durante três anos, de 2002 a 2005, período do financiamento. Embora, aparentemente, seja uma curta duração, é semelhante às demais publicações voltadas ao público LGBT que sempre tiveram uma breve existência. A produção não tinha uma periodicidade estável: inicialmente, o boletim seria produzido “trimestralmente”, porém identificamos a sua circulação bimestral em 2003, atrasos na divulgação de novas edições, a partir de 2004 e poucas edições em 2005. As edições também não tinham uma sequência numérica. Nos anos de 2011 e 2012, houve duas tentativas de retomada do boletim informativo do MEL que descrevemos mais adiante.

Um dos meus desafios enquanto pesquisador foi identificar a quantidade de edições produzidas no decorrer do financiamento com o Ministério da Saúde, já que não localizamos nenhum relatório desse período no acervo. Depois, fui encontrar essas edições, daí consultamos Cleber Ferreira, atual tesoureiro do MEL, que, anteriormente, era o Coordenador de Patrimônio, por isso já vinha coletando edições antigas para o acervo da entidade com os militantes, somando as que já havia em uma pasta suspensa arquivada desde o período da gestão de Luciano Bezerra, as quais foram gentilmente cedidas pelo ativista, para que pudéssemos tirar cópias e analisá-las. Ainda recebi doações de exemplares de Luciel Araújo, Nazaré Zenaide e edições do meu acervo particular que colecionava desde 2005. Com isso, chegamos a 19 edições existentes do boletim informativo “A Colmeia”, conforme quadro 5:

Quadro 5 – Edições do Boletim Informativo “A Colmeia”

ANO	MESES	EDIÇÃO	CAPA
Ano 1 2002	Abril/maio/junho	1	MEL comemora 10 anos
	Julho/agosto/setembro	2	1ª Parada pela Diversidade Sexual da Paraíba
	Outubro/novembro/dezembro	3	O grande encontro – gays, travestis e lésbicas
Ano 2 2003	Janeiro/fevereiro/março	1	VIII Encontro Estadual do MEL
	Abril/maio	2	2ª Parada pela Diversidade Sexual na Paraíba
	Junho	Especial	Como tudo começou – Dia Mundial do Orgulho Gay
	Junho/julho	3	Show – 2ª Parada pela Diversidade Sexual da Paraíba
	Agosto/setembro	4	Um lugar ao sol – Lésbicas comemoram a luta pela visibilidade
	Outubro/novembro	5	Gays, lésbicas e transgêneros lutando por políticas públicas
	Dezembro/janeiro	6	1º de dezembro – Dia Mundial de Luta contra a AIDS: todos (as) em alerta
Ano 3 2004	Fevereiro/março	1	Travesti e respeito
	Abril/maio	2	Vem aí! 3ª Parada pela Diversidade Sexual na Paraíba – Lançamento da campanha Travesti e respeito
	Junho	Especial	3ª Parada pela Diversidade Sexual na Paraíba Travesti e respeito
	Julho/agosto	3	3ª Parada pela Diversidade Sexual na Paraíba: Travesti e respeito
	Setembro/outubro	4	O MEL rumo ao Fórum Social Nordestino: um outro Nordeste é possível
	Novembro/dezembro	5	1º de dezembro – Dia Mundial de Luta contra a AIDS
Ano 3 2005	Janeiro/fevereiro	1	MEL 2005: novas ações e projetos
	Março/abril	2	Homofobia – Militante do MEL é assassinado em João Pessoa
	Maio/junho	3	Brasil sem Homofobia – Paraíba implanta programa do Governo Federal IV Parada pela Diversidade Sexual da Paraíba

Fonte: Elaborado pelo autor.

É notório que temas vinculados ao movimento LGBT eram recorrentes nas capas do jornal “A Colmeia”, tais como: AIDS, Parada, Luta e Homofobia, principalmente porque uma das finalidades do boletim era informar e conscientizar o segmento LGBT sobre a prevenção à AIDS, especialmente na Parada da Diversidade Sexual, que se tornou o evento âncora do movimento social, sendo realizado anualmente e atraindo um público que não frequentava a sede do MEL. Sendo assim, era produzido um boletim informativo nos meses anteriores divulgando o evento e um outro posteriormente descrevendo como tinha sido a parada,

apresentando entrevistas com os artistas que tinham participado das primeiras edições (Ver as capas do Jornal “A Colmeia” no ANEXO J, p. 271).

Após esse levantamento das edições, consultamos Luciel Araújo sobre a definição do nome do boletim. Ele informou que ocorreu a partir de uma oficina de comunicação que realizou junto aos membros do MEL, promovendo uma “tempestade de ideias”, embora na definição tenha sido aprovado o nome que ele sugeriu, mas houve um processo participativo para consultá-los:

Vamos pensar um nome que relacione o que a gente quer dizer, o que a gente quer contar, com quem a gente quer falar e eu facilitava a oficina, a gente tentou construir um nome de forma participativa [...] A Colmeia era um nome que traduzia o que? Tinha relação com o nome MEL, né? Que é a produção das abelhas, que se reúnem, que vivem de forma coletiva e que lutam unidas. E esse nome já estava na entidade, né? O MEL, a abelha e eu pensei se tem um local que vai incorporar conteúdo, informações, reunir o que nós somos através de leitura, foto e texto, a gente poderia pensar que isso é a nossa casa que é a colmeia. (Entrevista com Luciel Araújo, 2021).

Realmente, o “nome já estava na entidade” e não teria uma expressão mais apropriada do que reunir todos os elementos textuais e imagéticos que iriam compor o jornal de uma luta social por direitos civis em “nossa casa que é a colmeia”, um ambiente que pulsa a vida das abelhas militantes. Assim, após definir o nome, era hora de pensar no projeto gráfico. De acordo com Rodrigues (2005, p. 73, grifos do autor),

Um projeto de *design* gráfico de um periódico consiste num todo que é formado pelo texto do corpo do jornal, os diferentes títulos e subtítulos, para isso é usada uma fonte e seus respectivos corpos, fotos e ou ilustrações e elementos gráficos – cor, elementos acessórios como vinhetas, fios, figuras geométricas etc. O ato de dispor texto e figuras em um determinado campo (página de livro, jornal, revistas, cartazes etc.) é o que chamamos de diagramação. Diagramar significa construir, estruturar os elementos que irão compor uma mensagem, guiando o leitor a uma leitura mais fácil.

Ao ler a obra de Jorge Caê Rodrigues, design gráfico, compreendi a paixão de Luciel Araújo pelo design, uma habilidade que ele desenvolveu desde o curso de comunicação social. Impressionou-me que, mesmo após 16 anos da última edição que ele diagramou do periódico “A Colmeia”, suas memórias afetivas e profissionais sobre o periódico permanecem vivas. Realmente, “diagramar significa construir”, porque Araújo tinha um profundo afeto pelo boletim. Ao falar da logomarca, ele cita as letras, cores, fontes, tamanhos das letras como se fosse hoje.

E eu criei um nome, né? Um design, uma letra, um destaque e apresentei para o pessoal, né? Que tal essa e o pessoal aprovava, aí ficou o nome... A mesma coisa foi quando produzida a ideia do boletim, eu disse, bom vou fazer um design aqui, seria bom que tivesse uma página aqui, uma página que tivesse aquilo... (Entrevista com Luciel Araújo, 2021).

E assim ficou configurada a logomarca, com a letra “M” em destaque, na cor lilás simbolizando a sigla da entidade.

Figura 13 – Logomarca do boletim A Colmeia



Fonte: A Colmeia, Edição nº 6, de 2002.

“A Colmeia” tanto usava o discurso verbal, a partir do texto escrito, como utilizava o texto imagético, com o uso de fotografias, desenhos e ilustrações. Desde as primeiras edições, destacam-se as matérias sobre as ações e eventos promovidos pelo movimento social. O boletim informativo tinha sete seções fixas, dentre as quais, destaco: 1) “Editorial”, na maioria das vezes, assinado por Luciano Bezerra; 2) “Cartas na mesa”, em que eram destacadas as mensagens enviadas pelos leitores; 3) “Dicas de cinema e vídeo”, elaboradas pelo editor Luciel Araújo, em que apresentava sinopses de filmes LGBT; 4) “Entrevistas” com personalidades; 5) “Artigos de opinião” escritos por professores universitários, jornalistas e militantes; 6) “Foto e poesia”, com fotografias de Odinaldo Costa; 7) “Pérolas e Farpas”, a única coluna fixa do periódico.

A “Pérolas e Farpas”, cujo slogan era “a coluna que é tudo que há...”, era uma coluna assinada por Lumara Villar (ativista transexual que participava ativamente do MEL, sendo posteriormente uma das fundadoras da ASTRAPA). Ela sempre foi apaixonada pelo telejornalismo e fazia performances hilárias e icônicas das famosas apresentadoras dos telejornais tanto de âmbito estadual ou nacional¹³¹. Com isso, passou a ser a colunista social do jornal “A Colmeia”, que apresentava suas “pérolas” com uma linguagem informal, em que o dialeto gay era escrito com muita irreverência, deboche e “matação” nas amigas e rivais da autora da coluna, além de destacar os babados do movimento LGBT de João Pessoa e do Estado.

¹³¹ Atualmente, é Graduada em Enfermagem e atua como enfermeira no Complexo Hospitalar Dr. Clementino Fraga, em João Pessoa/PB.

Segundo Luciel Araújo, essa iniciativa partiu do conceito que “A Colmeia” adotou:

Porque o boletim tinha desde um texto mais sério sobre um evento que o movimento falou, como tinha um artigo feito por uma pessoa ligada à universidade que tratava de algum assunto do ponto de vista conceitual, como também tinha alguma irreverência, uma coisa mais leve, do dia a dia, dos eventos que o movimento fazia, a gente tinha até uma coluna social, que os jornais tinham na época que era feita por uma pessoa LGBT que estava dentro do movimento e escrevia a coluna de fofoca, que era uma maneira da gente contempla dentro do boletim, a produção das pessoas que estavam vivendo a entidade, né? (Entrevista com Luciel Araújo, 2021).

Na prática, várias “pessoas que estavam vivendo a entidade” passam a escrever para “A Colmeia”, uma ação educativa que incentivava a escrita e a leitura da própria militância. Ao consultar as antigas edições do periódico, deparo com os meus primeiros textos sobre o movimento LGBT. O jornal me possibilitou, pela primeira vez, a escrita e a publicação de meus textos. Na ocasião, cobria os eventos do próprio movimento, em que destaco a matéria sobre o “Seminário Desejo e Poder”¹³² e o texto da capa da edição nº 4, de 2004, intitulada “O MEL rumo ao Fórum Social Nordestino”.¹³³ Talvez venha daí esse meu anseio para registrar as memórias do movimento e enveredar pela pesquisa na universidade.

Cabe registrar que alguns ativistas escreviam pontualmente para “A Colmeia”, tais como Luciano Bezerra, Cleudo Gomes, Valdemir Soares, Malu Morenah¹³⁴ e Ibanez Duarte, além do ator Willams Muniz, que escrevia as crônicas de “Laura de Jezebel”. Tínhamos ainda, esporadicamente, a coluna musical de Flaviano André, músico e vocalista da Star 61, que causava frisson com a indicação de músicas, cantores, bandas e os lançamentos de CDs.

A equipe era composta por Luciel Araújo, que assinava como editor, diagramador e jornalista responsável pelo jornal. Os dois principais jornalistas colaboradores do boletim informativo foram Odinaldo Costa e Ibanez Duarte, que escreviam sobre o movimento LGBT paraibano como um todo e realizavam as entrevistas. A partir de 2004, “A Colmeia” passou a publicar fotografias de Leandro Cunha, que passou a fazer seus registros fotográficos das paradas para o MEL. Esse foi o diferencial do boletim do MEL: a equipe era formada por ativistas que foram contratados especificamente para elaborar e produzir o jornal.

¹³² A Colmeia, Edição nº 3, de 2004, p. 8.

¹³³ A Colmeia, Edição nº 4, de 2004, p. 1.

¹³⁴ Seus textos, no boletim informativo “A Colmeia”, são assinados como Malu Peltier.

Odinaldo Costa também era fotógrafo e realizou belíssimas exposições fotográficas sobre nu artístico de travestis e gays, sendo a primeira intitulada “Duplas Dinâmicas”, exposta no “III Encontro de Grupos de Gays, Lésbicas e Travestis do Nordeste”, com algumas fotos reproduzidas na edição nº 3, de 2002 do jornal “A Colmeia”, que inaugurou a “Seção Foto # Poesia” do informativo¹³⁵. Mas sua exposição fotográfica marcante foi produzida pela ASTRAPA em parceria com o MEL, intitulada “Simplesmente Assim”, cujas fotos em preto e branco estamparam várias edições da Colmeia com nu artístico de Fernanda Benvenutty, Gerlane e Jaciara.¹³⁶

O nu artístico sempre esteve presente no boletim “A Colmeia”, desde a sua segunda edição, mas engana-se que essa primeira imagem tenha sido de um homem nu, tendo em vista que era o jornal do MEL, uma organização criada e dirigida por gays. A imagem foi exatamente de uma mulher com lindos seios à mostra, sendo a fotografia de uma modelo que foi captada da Internet, sendo um recurso usual no boletim utilizar imagens da *web*, mas dando os devidos créditos, ressaltou Luciel Araújo. A imagem nessa edição tinha a finalidade de ilustrar um poema da poetisa norte americana *Elizabeth Bishop*, radicada no Brasil para viver uma relação homoafetiva.¹³⁷ Essa edição está recheada de indicação de filmes, livros, peças de teatros e menções a lésbicas famosas, tais como Vange Leonel, Ellen DeGeneres e Zélia Duncan.

Um outro importante colaborador do jornal “A Colmeia” foi o famoso quadrinista Shiko, que, na época, trabalhava em agências de publicidade de João Pessoa, e Luciel Araújo pediu autorização para publicar seus desenhos no boletim informativo do MEL, mas ele cedeu gratuitamente e passou a ilustrar o periódico, conforme relata Araújo.

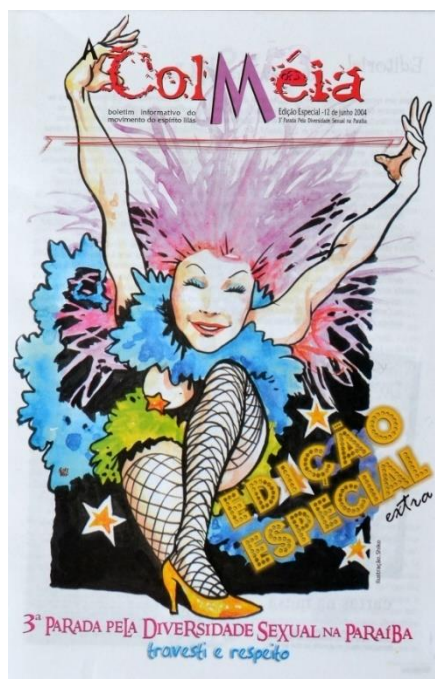
[...] Tem capas lindíssimas e conteúdos internos também muito bonitos feitos por Shiko, ele fez isso durante várias edições... Ele se propôs a ilustrar os textos do boletim do MEL e colocou uma condição, mas eu só ilustro se eu leio os textos, eu não quero mandar uma ilustração para você encaixar em algum lugar do jornal, eu quero ler o texto e eu quero fazer uma ilustração para o texto... Então, ele fez questão disso e os desenhos de Shiko, além de ser feito exclusivamente e gratuitamente para o boletim... (Entrevista com Luciel Araújo, 2021).

¹³⁵ Na edição especial, de 2003, foi publicada uma outra sequência de fotos com homens.

¹³⁶ Exposição realizada na sede do MEL, de 9 a 26 de maio de 2003, posteriormente publicada na Colmeia, Edição nº 2, de 2003; Edição nº 3, de 2003; Edição nº 5, de 2003. No ano de 2004, a exposição ganhou uma segunda edição com outras integrantes da ASTRAPA, cujas fotos foram publicadas na Edição especial, de 2004.

¹³⁷ A Colmeia, Edição nº 2, de 2002, p. 4.

Figura 14 – Capa do boletim “A Colmeia”, com desenho de Shiko



Fonte: A Colmeia, Edição Especial, de 2004.

Shiko chegou em grande estilo na edição especial da Colmeia para a parada de 2003, ilustrando para seus leitores fragmentos do conto “Sargento Garcia”, de Caio Fernando Abreu, causando desejo no imaginário dos jovens que foram ao evento em busca de um exemplar (Ver ANEXO H, p. 268). A estratégia era apresentar à juventude que frequentava o MEL um autor que é referência para o público homossexual, além de propiciar a prazerosa leitura de um conto erótico. Nessa mesma edição, o célebre autor de “Morangos Mofados” foi inicialmente apresentado em um texto da jornalista Rogéria Araújo, que abordou suas obras e a densidade de seus textos.¹³⁸

A obra de Caio Fernando Abreu retornou na publicação “A Colmeia” no ano seguinte, em uma homenagem do poeta Lau Siqueira, que elaborou um poema erótico inédito, especialmente para o boletim informativo sobre o “Sargento Garcia”:

Teus lábios em minha pele cálidos como as matilhas selvagens do encanto...
Meu pau solene feito um átrio aço incontido de paixão e medo busca o abrigo
do teu hálito... Nenhuma voz crepuscular na indução do desejo... Nação de
gemidos escarro na boca escancarada da cidade (SIQUEIRA, 2004, p. 4)¹³⁹.

¹³⁸ Artigo “Caio Fernando Abreu: um vórtice de emoções extremadas”, publicado na Colmeia, Edição Especial, de 2003, p. 11.

¹³⁹ Publicada originalmente no Boletim Informativo A Colmeia, Edição nº 3, de 2004.

Um deleite para os jovens que lia “A Colmeia”, em que o erotismo tinha espaço para divulgar a literatura homoerótica contida na obra de Abreu e, ao mesmo tempo, mexia com a imaginação da juventude gay, mas sem ser vulgar, além de propiciar um espaço para a poesia.

Em outra edição, Shiko ilustrou o texto “Skinhead: primeira vez”, com cores fortes que lembravam o breu da noite, em que homens carecas percorriam o centro das grandes cidades em busca de homossexuais para agredir e até matar, como aconteceu em 2000, o fatídico assassinato de Edson Nérís, na Praça da República, em São Paulo¹⁴⁰. Mas, fazendo o contraponto, o editor do periódico “A Colmeia” escolheu o texto para mostrar a existência da homofobia internalizada nesses homofóbicos, em que o ilustrador transporta o leitor para um breve conto erótico que mistura medo, tensão e prazer para transmitir uma mensagem simbólica aos jovens sobre a incidência da homofobia nas ruas, praças e cidades (ver ANEXO I, p. 269).

No tocante ao texto escrito, “A Colmeia” publicava dos mais variados gêneros literários, desde as matérias jornalísticas, os informativos da militância, poemas, contos, textos acadêmicos até artigos de opinião, tanto de jornalistas como de professores universitários convidados que escreviam sobre diversos temas, entre eles: cultura, direitos humanos, saúde, AIDS, discriminação, homofobia, cidadania, sexualidade, religião, união homoafetiva, dentre outros.

Para Ibanez Duarte, jornalista e colaborador da Colmeia, essa era uma finalidade do boletim:

[...] ser um espaço para uma discussão com a sociedade. O jornal não era exclusivo para o grupo, mas para ser compartilhado com a comunidade em geral e dialogar com os diversos setores. Pessoas não ligadas ao movimento gay escreviam também no Jornal. (Entrevista com Ibanez Duarte, 2021).

Com isso, identificamos mais de 20 artigos de opinião, assinados por convidados ou reproduzidos com a autorização de seus autores e autoras, sendo que a primeira personalidade paraibana a ter um texto publicado em “A Colmeia” foi o jornalista Walter Galvão (*in memoriam*)¹⁴¹, cujo artigo “Homossexuais” foi publicado originalmente no Jornal Correio da Paraíba, um dos principais veículos de comunicação do Estado, exatamente no dia da realização da primeira parada promovida pelo MEL, sendo posteriormente reproduzido na segunda edição

¹⁴⁰ Mais informações sobre o caso disponíveis em: <https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/assassinato-de-edson-neris-completa-20-anos-conheca-historia> Acesso em: 01 ago. 2021.

¹⁴¹ O jornalista Walter Galvão faleceu em 07 de julho de 2021, em decorrência de um câncer, aos 64 anos. Disponível em: <https://portalcorreio.com.br/jornalista-walter-galvao-morre-aos-64-anos-vitima-de-cancer/> Acesso em 01 ago. 2021.

do boletim informativo da entidade. Galvão depois escreveu especialmente para “A Colmeia”¹⁴².

Outra personalidade que escreveu exclusivamente para “A Colmeia” foi o renomado historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior, um pesquisador dedicado sobre a masculinidade no Nordeste que elaborou um texto denominado “Em terra de macho quem vê por outro olho é gay”¹⁴³, tendo uma ilustração primorosa de Shiko ao lado do trabalho, em que a imagem de um homem nordestino segura, na mão direita, uma “peixeira”, e a outra mão está agarrando suas genitálias, numa demonstração de virilidade e macheza, conforme ressalta Durval no *caput* do artigo:

Vivemos na região dos “cabra macho”, dos “cabra da peste”. Este mito do nordestino viril e valente surgiu historicamente no início do século passado, quando nossas elites, feita de velhos patriarcas, estavam ficando impotentes social e economicamente. Ser nordestino implica ser masculino, seguindo modelos de masculinidades já bastante contestados (ALBUQUERQUE JR., 2003, p. 9).

Desse modo, “A Colmeia” apresentava um famoso autor e pesquisador para os (as) leitores (as), além de proporcionar à juventude gay paraibana uma explicitação didática com cunho histórico sobre o sentido de masculinidade na região e como esses “pré-conceitos” concebidos no senso comum favoreciam a discriminação que os jovens afeminados sofrem até hoje em terras nordestinas, embora esses modelos de masculinidade já sejam “contestados” e retrógrados.

Dentre os docentes da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) que publicaram no periódico do MEL, destaco o professor Henrique Magalhães, que escreveu o artigo “*Hay que endurecerse*”¹⁴⁴, em que traçava um histórico do movimento social. Magalhães também é desenhista de história em quadrinhos, autor das tirinhas de Maria, personagem criada em 1975, e um dos fundadores do grupo “Nós Também”, de 1981. Com isso, ainda ilustrou as páginas do boletim com seus quadrinhos do personagem Rico de Magal¹⁴⁵.

Já o professor Leôncio Camino, que coordenava, à época, o Grupo de Pesquisa em Comportamento Político (GPCP), do Departamento de Psicologia da UFPB, foi um colaborador assíduo do boletim “A Colmeia”. Além de publicar artigos sobre a temática da

¹⁴² O texto “Razão e sensibilidade”, em que o jornalista aborda a mudanças da sociedade em relação à homossexualidade, publicado em “A Colmeia”, Ed. especial, 2003, p. 7.

¹⁴³ A Colmeia, Edição nº 5, de 2003.

¹⁴⁴ A Colmeia, Edição Especial, de 2003, p. 9. Henrique Magalhães ainda escreveu o artigo “Em nome do pai por vias tortas” na Colmeia, Edição nº 3, de 2003.

¹⁴⁵ Tirinhas publicadas nas edições nº 1 e nº 2, de 2003.

homossexualidade e dos direitos humanos¹⁴⁶, divulgou, no boletim informativo, a primeira pesquisa sobre homofobia em João Pessoa, Paraíba¹⁴⁷, executada pelo GPCP com a colaboração do MEL. Raimundo Gouveia¹⁴⁸ e Aline Machado¹⁴⁹, membros do GPCP, passaram também a escrever para o jornal.

Já entre os jornalistas convidados que escreveram para “A Colmeia”, sem dúvidas, o que mais produziu foi Chico Noronha, produtor cultural e aliado histórico do MEL, sempre provocando os leitores e a imprensa com seus textos¹⁵⁰. Tivemos ainda a participação das jornalistas Luciana Oliveira¹⁵¹, Mabel Dias¹⁵² e da advogada Socorro Praxedes¹⁵³.

Luciel Araújo, enquanto editor da Colmeia, buscava inovar em cada edição e, naquela época, fazia contato por e-mail com jornalistas de renome nacional, a exemplo de Danuza Leão, que escreveu o artigo “Será o mundo gay conservador?”, publicado originalmente na Folha de São Paulo e que autorizou sua reprodução no boletim informativo¹⁵⁴. No texto, a famosa jornalista foi uma das primeiras a questionar por que os gays queriam casar-se, já que tanto lutaram contra o conservadorismo. Já o jornalista Voltaire de Souza, que também escrevia para A Folha e o jornal A Hora, escreveu o conto “Quando fala o coração”, especialmente para o periódico do MEL, a pedido do editor¹⁵⁵.

Nota-se, com isso, a preocupação da equipe do jornal “A Colmeia” em estar sempre inovando, produzindo um periódico atrativo e com muita informação, especialmente para atrair os jovens que iam pegar preservativo no MEL. Era comum, em cada edição, o anúncio sobre o uso e a distribuição gratuita de camisinhas na sede da entidade. Assim, era uma forma de convidar a juventude para conhecer a sua sede, prevenir os usuários do serviço ofertado, distribuir o jornal e recrutar novos jovens para a militância do movimento LGBT, como

¹⁴⁶ Leôncio Camino escreveu o texto “Identidade homossexual, discriminação e cidadania” na Colmeia, Edição nº 3, de 2002, p. 9. Já na edição especial de 2003, p. 6, publicou o artigo denominado “A luta pela diversidade sexual e a construção de Direitos Humanos Universais”,

¹⁴⁷ Pesquisa divulgada na Colmeia, Edição nº 2, de 2002 com o título “Quem somos? O que desejamos?”, p. 8-9.

¹⁴⁸ O psicólogo Raimundo Gouveia escrevia especialmente para as edições especiais. Na edição especial de 2003, publicou o texto “Homofobia e resistência”, p. 8. Já na edição especial de 2004, escreveu o artigo “União homoafetiva: direito ou utopia”, p. 3, e, nessa mesma edição, junto com Leôncio Camino, publicaram o trabalho “Desejo e Poder”, p. 12.

¹⁴⁹ Aline Machado escreveu o texto “Formas de viver uma mesma discriminação”, na Colmeia, Edição especial, de 2004, p. 6. (Ed. especial, 2004).

¹⁵⁰ Chico Noronha escreveu quatro artigos para o boletim do MEL: 1) “Imprensa é morta a pauladas por michê”, A Colmeia, Edição especial, de 2003, p. 3; 2) “Quem será cabo eleitoral de Fernanda?”, A Colmeia, Edição nº 2, de 2004, p. 8; 3) “Êta bichinha preconceituosa”, A Colmeia, Edição especial, de 2004, p. 8; 4) “Ela se atirou às feras...”, A Colmeia, Edição nº 5, de 2004, p. 3.

¹⁵¹ Escreveu o texto “Questão genética ou escolha?” para A Colmeia, Edição nº 6, de 2003, p. 6.

¹⁵² Socorro Praxedes escreveu o artigo “Não à guerra de forças” na Edição nº 3, 2004, p. 10.

¹⁵³ Mabel Dias publicou o texto “Por que os gays querem casar?” na Edição nº 4, 2004, p. 3.

¹⁵⁴ A Colmeia, Edição nº 1, 2003, p. 8.

¹⁵⁵ A Colmeia, Edição especial, de junho de 2004, p. 9.

aconteceu com Renan Palmeira, que, futuramente, viria a ser presidente do MEL e um dos nomes de referência do movimento social tanto em João Pessoa como em nível nacional. Durante sua entrevista, me disse que *“Era um jornalzinho que eu pegava na adolescência”* (Trecho da Entrevista com Renan Palmeira, 2020).

A “seção entrevista” era uma outra estratégia de comunicação usual no boletim “A Colmeia”, especialmente entrevistar personalidades do mundo LGBT que estava de passagem pela capital paraibana. Identificamos mais de 10 entrevistados (as), entre os (as) quais, resalto uma rara entrevista e registro fotográfico de Janaína Dutra, advogada e uma das pioneiras do movimento de travestis e transexuais do Brasil¹⁵⁶. Além de entrevistas com André Fischer, jornalista criador do Festival Mix Brasil¹⁵⁷, um dos pioneiros a divulgar curtas metragens com a temática LGBT e do professor e ativista Luiz Mott, antropólogo e fundador do Grupo Gay da Bahia (GGB)¹⁵⁸.

“A Colmeia” era o ponto de convergência do movimento LGBT paraibano para divulgar as ações das entidades, em várias edições desde a fundação da Associação das Travestis da Paraíba (ASTRAPA)¹⁵⁹, do Grupo de Mulheres Maria Quitéria (GMMQ)¹⁶⁰, do Gayrreiros do Vale do Paraíba (GVP)¹⁶¹ de Itabaiana, Paraíba, do Movimento Homossexual de Cabedelo (MHOCA)¹⁶², o boletim do MEL publicava matérias desses grupos parceiros.

No editorial da primeira edição de 2003, destaca-se:

Pioneirismo e interiorização foram, certamente, as marcas do movimento homossexual na Paraíba [...]. Antigas ansiedades das travestis, lésbicas, dos grupos do interior encontraram eco no esforço de pessoas capazes e decididas a desafiar as dificuldades e com ousadia e coragem ampliar as fronteiras do movimento de luta pela cidadania dos homossexuais. Tudo isso acontece com o apoio e incentivo do Movimento do Espírito Lilás que, sem perder a humildade, se orgulha da sua missão e de estar cumprindo seu papel (A COLMEIA, Edição nº 1, 2003, p. 1).

¹⁵⁶ Entrevista realizada durante sua participação no III Encontro de Grupos de Gays, Lésbicas e Travestis do Nordeste, que aconteceu de 11 a 13 de outubro de 2002, em João Pessoa, Paraíba. Na ocasião, Janaína Dutra era presidente da Associação de Travestis do Ceará (ATRAC). A Colmeia, Ed. nº 3, 2002, p. 6.

¹⁵⁷ Entrevista realizada no dia 30 de julho de 2003, durante palestra ministrada na sede do MEL. A Colmeia, Ed. nº 4, 2003, p. 7.

¹⁵⁸ Entrevista realizada durante a edição do Festival Mix Brasil, ocorrida em janeiro de 2004, em João Pessoa, Paraíba. A Colmeia, Ed. nº 6, 2003, p. 7.

¹⁵⁹ A ASTRAPA foi fundada em 19 de outubro de 2002. Em 2020, sua nomenclatura mudou para Associação de Pessoas Travestis, Transexuais e Transfeministas da Paraíba – ASPTTRANS-PB.

¹⁶⁰ O GMMQ foi fundado em 10 de novembro de 2002 e continua em pleno funcionamento na atualidade.

¹⁶¹ O GVP de Itabaiana, Paraíba, foi fundado em 26 de dezembro de 2002 e está desativado atualmente.

¹⁶² O MHOCA, de Cabedelo, foi fundado em 09 de setembro de 2004, mas teve uma curta duração.

Assim, o MEL reconhecia a importância da luta identitária das mulheres lésbicas e transexuais, por isso a necessidade de unir forças para potencializar o movimento LGBT paraibano, além de reconhecer a necessidade de interiorizar o movimento social. De todas essas entidades, a ativista que se destacou em nível local e nacional foi, sem dúvidas, a militante Fernanda Benvenutty, que teve sua trajetória de vida revelada por Ibanez Duarte no boletim informativo¹⁶³ e depois se tornaria uma das lideranças do movimento nacional de travestis e transexuais, conforme já citamos no segundo capítulo desse trabalho.

“A Colmeia” também denunciava os crimes de homofobia em suas edições. Identificamos dois bárbaros assassinatos de militantes: o primeiro, de Abílio Dantas da Silva, morto a pedradas em 2003, e Luciano Bezerra escreveu o texto “Onde está a justiça?”¹⁶⁴ em alusão ao ocorrido. Na época, o algoz de Abílio foi preso, mas estava prestes a ser solto, e o movimento lutava, denunciando a omissão das autoridades sobre o caso e convocava a militância: “para mudar essa realidade se faz necessário que cada vez mais os homossexuais paraibanos se mobilizem e se conscientizem de que é preciso muita luta para que, de fato, o estado de direito funcione para nós” (BEZERRA, 2003, p. 6).

Mas o estopim foi o assassinato de Mauro Antônio Cortez, que estampou a capa da edição nº 2, de 2005 da Colmeia, cujo crime de ódio estava explícito, conforme nota do MEL, o qual moldurava a foto do ativista na publicação,

Madrugada de vinte e seis de fevereiro. Um corpo desfigurado é encontrado em um casarão abandonado de uma esquina na rua da Areia com Antonio de Sá, no Varadouro, João Pessoa. Com a cabeça esmagada por pedras e um sinal de cruz, feito de cortes de uma faca, no tórax Mauro Antônio Cortez despede-se da vida. Morador do centro, Mauro, 30 anos, era militante do MEL (A COLMEIA, nº 2, 2005, p.1).

A crueldade e a violência da morte de Mauro deixaram perplexa a militância do movimento LGBT paraibano, ao ponto de sensibilizar até setores religiosos. Nessa mesma edição, o Padre norte-americano, *Dennis Moorman*, que estava em uma missão missionária na Paraíba e era um colaborador do MEL, escreveu um lindo texto reflexivo sobre essa tragédia.

Ninguém pode negar que o assassinato de Mauro foi um crime de ódio contra o que ele representou para aquele que o atacou. [...] Deus nunca condenou uma pessoa por ser o que verdadeiramente é. O que Deus condena é qualquer

¹⁶³ Na Colmeia, edição nº 1, 2003, p. 10, o jornalista Ibanez Duarte escreveu a matéria intitulada “Guerreira, lutadora, guerrida, forte: sinônimo de mulher de garra”, em que narra o perfil de Fernanda Benvenutty, que, na época, ainda usava a grafia Benvenucc em seu sobrenome social [sic].

¹⁶⁴ A Colmeia, Edição nº 4, de 2003, p. 6.

ato que leva à morte e à destruição da vida. Com certeza, Deus condena a homofobia, que é manifestada como um ódio aos homossexuais, que é a raiz de tanta violência contra as pessoas com uma orientação homossexual ou bissexual, e contra as travestis e as transexuais em nossa Paraíba. Deus condena sim o ódio e a violência praticados por qualquer pessoa (A COLMEIA, nº 2, 2005, p. 8).

Mas o MEL e o movimento social fizeram do luto de Mauro a força para lutar por políticas públicas para LGBT na Paraíba. Seu nome entrou para a história, denominando o primeiro Centro de Referência em Direitos Humanos LGBT “Mauro Antônio Cortes”, administrado pela ASTRAPA, que, posteriormente, seria estadualizado, além de ser o motim para pressionar o Governo do Estado a designar uma delegada especializada para o caso, o que depois se tornaria a primeira Delegacia de Crimes Homofóbicos da Paraíba, cujas conquistas e políticas serão descritas no quinto capítulo deste trabalho.

Retomando a análise do jornal “A Colmeia”, percebi que as últimas edições de 2004 já apresentavam um certo cansaço da equipe. No ano seguinte, aconteceram mudanças no boletim. A partir de divergências com a nova diretoria e com a ausência momentânea de Luciano Bezerra, o jornalista Luciel Araújo decidiu deixar de ser editor e diagramador do periódico, o que é visivelmente notado nas últimas três edições de 2005, tanto nos textos como no visual. O informativo empobreceu, já não tinha o mesmo tom “Almodovariano” que Araújo impregnou no boletim, perdeu as nuances da arte e da cultura LGBT. Faltou maturidade da nova gestão em manter em seus quadros como colaborador o ativista que era mais que um profissional contratado para executar a diagramação do boletim “A Colmeia”.

Os artigos de opinião, uma característica do periódico “A Colmeia”, ocupavam cada vez menos espaço, e os próprios militantes do MEL passaram a elaborar e assinar os textos. A jornalista Mabel Dias assumiu a edição nº 1, de 2005, e Érika Targino fez a diagramação. As duas últimas edições de 2005 são editadas e diagramadas pelo jornalista Diógenes de Luna, na época, ainda estudante de Comunicação Social na UFPB¹⁶⁵. Por isso, Luiz Eugênio, que era jornalista e segundo secretário do MEL, assinava como jornalista responsável pelas edições.

No ano de 2011, o MEL estava sob a coordenação de Renan Palmeira e Luciano Bezerra, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Nesse período, houve uma tentativa de reedição do boletim informativo do MEL, agora com o título de “Jornal Colmeia”, e o slogan – esclareça-se – em um novo formato, no estilo tabloide, mas impresso em papel offset e no tamanho 30x30 (Ver capa dessa edição no ANEXO K, p. 276).

¹⁶⁵ Atualmente, Diógenes de Luna é professor do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Cariri (UFCA), em Juazeiro do Norte no Estado do Ceará.

De acordo com Renan Palmeira:

A gente reeditou, inclusive deu muita polêmica quando a gente reeditou porque diziam que a gente saia do tom do Colmeia tradicional, mas a gente formulou uma política... Eu formulei uma política que convidei bastante profissionais... (Entrevista com Renan Palmeira, 2020).

O “Jornal Colmeia” foi publicado em outubro de 2011. Na capa, um lindo desenho digitalizado de Ricardo França, que também assina a direção de arte da edição, com a produção de Thyago Emanuel. No texto do editorial que tem o nome de “zunidos”, notamos a diferença da versão anterior, já que nenhum jornalista assina como editor ou responsável pela edição,

Aos trancos e barrancos, cá estamos lançando a primeira edição dessa nova versão do Jornal Colmeia. De circulação gratuita e mensal, foi pensado por um grupo que não poderia deixar de ser diverso. Entendimentos e muitos desentendimentos foram necessários para que chegássemos à conclusão de que tal construção era um longo caminho. Para cada favo de mel existe todo o trabalho de incontáveis criaturas.

Notadamente, percebemos que houve uma certa divergência entre os integrantes do MEL, possivelmente em virtude das distintas gerações do movimento que “quebraram cabeça” para a feitura da nova publicação, lembrando, em alguns aspectos, a edição pioneira, já que serviu de inspiração para o “grupo” que produziu esse jornal. A “circulação gratuita”, de fato, aconteceu, mas teve apenas uma única edição, cujo diferencial foi o patrocínio de alguns estabelecimentos comerciais da cena LGBT da cidade, tais como saunas, sex shop, livraria, além do apoio de instâncias do governo municipal e estadual.

Identificamos artigos de opinião, entrevista e dicas de cinema, mas com extensos textos os quais tinham a finalidade de fazer uma retrospectiva dos 30 anos da AIDS e dos 10 anos da Parada da Diversidade Sexual, com textos assinados por Larissa Vasconcelos, Kareninne Miranda e Emilayne Souto.

O destaque da edição é uma entrevista com Jean Wyllys, à época, deputado federal do PSOL, que esteve em João Pessoa reunido com o MEL. Além de um texto premonitório do professor e sociólogo Adriano de Léon, intitulado “Os conservadores saem do armário”, em que o autor faz uma análise da trajetória do movimento e das conquistas da década que estavam vivendo, citando, assim, que a “onda de expansão das liberdades e garantias LGBT é permanentemente vigiada e contida por movimentos altamente conservadores. Bolsonaro e Silas Malafaia saem do armário com seus discursos sexistas, homofóbicos e disciplinadores”.

O que, de fato, ocorreu com nas eleições de 2018 com a vitória do atual Presidente da República que retrocedeu com as políticas conquistadas em anos anteriores (LÉON, 2011, p. 2).

Em 2013, Renan Palmeira continuava à frente do MEL, já sem Luciano Bezerra, e tendo como vice Myke Fonseca, numa nova tentativa de resgatar o boletim informativo da entidade, mas já sem o brio das edições anteriores, embora impresso em papel couchê, no formato A4 e com o nome original retornando ao material, chamado de “Tabloide A Colmeia”. Contudo, não era no estilo tabloide, apenas uma folha com notícias impressas na frente e no verso da publicação, com destaque para a 12ª edição da parada e a instalação de celas exclusivas para LGBT nos presídios da Paraíba (Ver a capa dessa edição no ANEXO L, p. 276).

O jornal “A Colmeia” marcou toda uma geração de ativistas na Paraíba, foi uma das ações educativas e de comunicação mais exitosa do MEL, não só porque contou com jornalistas profissionalizados, mas porque possibilitou a produção textual da própria militância, além de ter uma função política, educativa e cultural, sendo um instrumento educativo que promovia a prevenção e o sexo seguro, mas que também denunciava discriminação e violência homofóbica cometida contra a população LGBT. Além de divulgar as atividades do próprio movimento social e promover o cinema, a música, a fotografia, a literatura e a moda, sempre presentes no boletim informativo do MEL. Embora tenham acontecido algumas tentativas de retomada do periódico no formato impresso, o MEL não conseguiu o mesmo êxito inicial. Mas já se poderia ter uma versão online da publicação, até mesmo o disponibilizando ao acesso ao público das antigas edições do periódico “A Colmeia” na Internet, como já foi feito com outros jornais do movimento social em nível nacional.

5 O ZUMBIDO DAS ABELHAS DO MEL: A MILITÂNCIA ROMPENDO A COLMEIA

Um poema para Mauro

*“Mauro tinha um sonho: tornar-se uma fênix
De corpo longilíneo e cabelos de sereia
Mulher biônica em busca do príncipe errante...
Porém como muitos, seus sonhos esvaíram-se
feito poeira ao vento.
Levou também seu sorriso, seu brilho no olhar e a imensa
vontade de ser alguém nesse mundo cão.
Mauro só queira o amor.[...]”
Malu Peltier¹⁶⁶*

Este capítulo é dedicado à memória de Mauro Antônio Cortes (1970-2005), militante do Movimento do Espírito Lilás – MEL que foi mais uma vítima de homofobia no Brasil, o país que mais mata LGBT no mundo, crescendo, a cada ano, os índices alarmantes de homicídios e suicídios dessa população. Dedico também àquelas e àqueles que sucumbiram por ousarem manifestar seu amor dissidente que o machismo, o sexismo, a homofobia e a transfobia mata anualmente em todo território nacional.¹⁶⁷

No desenrolar do capítulo, será detalhado o hediondo crime que ceifou a vida de Mauro Cortes, um jovem sonhador que a militância do MEL não deixou ser esquecido, tampouco ser transformado em apenas um número nas estatísticas de assassinatos de LGBT. Sua morte transformou-se em luta, e, durante a pesquisa documental, identificou-se que os militantes fizeram um forte zumbido até conseguir que seus sonhos fossem redefinidos e pudessem ajudar outras pessoas, tornando-se políticas públicas voltadas à população LGBT na Paraíba.

O capítulo tem o objetivo de apresentar as contribuições do MEL nas ações e iniciativas voltadas à população LGBT que foram elaboradas e/ou executadas em conjunto com o movimento LGBT. O conteúdo está dividido em três partes que se correlacionam. Na primeira, são descritas as ações realizadas em parceria com a universidade. Na sequência, são apresentadas reflexões sobre o engajamento e a participação política da militância do MEL nas paradas da diversidade sexual e nas instâncias de controle social, essenciais à construção das políticas públicas para LGBT delineadas ao término do texto.

¹⁶⁶ Trecho do “Um poema para Mauro”, escrito pela atriz e cantora Malu Morenha, quando ainda assinava como Peltier, em homenagem a Mauro Antônio Cortes. Esse texto foi publicado originalmente no boletim informativo A Colmeia, nº 2, 2005, p. 2.

¹⁶⁷ Disponível em: <https://exame.com/brasil/pelo-12o-ano-consecutivo-brasil-e-pais-que-mais-mata-transexuais-no-mundo/> Acesso em: 17 jan. 2020.

5.1 Construção compartilhada de saberes entre a universidade e o MEL

Neste tópico, recorreremos ao conceito de “conversidade” proposto por Reinaldo Fleuri (2019, p. 19), que enfatiza: “a articulação entre as universidades e os movimentos sociais enseja a parceria no desenvolvimento científico que estamos chamando de “conversidade”, ou “conhecimento conversitário” (grifos do autor). Nessa perspectiva do conhecimento pluriversitário, discutido por Fleuri (2019), considerando que partimos da compreensão teórica de que, no campo dos Direitos Humanos, há uma profícua relação entre a extensão universitária em Direitos Humanos com o movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT).

Com isso, evidenciamos que a “conversidade” vem sendo uma construção compartilhada do conhecimento sobre a diversidade sexual, realizada ao longo das últimas décadas entre a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) por meio de setores relacionados à temática, a exemplo do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos (NCDH), em diálogo com o movimento LGBT no Estado da Paraíba, que tem contribuído para a elaboração e a execução de ações que pretendem promover a cidadania LGBT. Assim, a finalidade desse item é mapear as ações desenvolvidas pelo NCDH da UFPB voltadas e/ou construídas de forma compartilhada com o movimento LGBT, com foco no respeito à diversidade sexual, orientação sexual e identidade de gênero.

Entendendo que a relação universidade e movimento LGBT da Paraíba passa a ser profícua, a partir da década de 1990, com o surgimento do Movimento do Espírito Lilás (MEL) em 06 de março de 1992, em João Pessoa, Paraíba, conforme já mencionamos anteriormente. Com a fundação do MEL, inicia-se um conjunto de ações articuladas com setores institucionais da gestão universitária e dos Direitos Humanos com o movimento social organizado. Conforme constata Zenaide (2010, p. 24),

[...] a educação em direitos humanos emerge na relação universidade e sociedade, no contexto da transição democrática, e se insere na UFPB, a partir da extensão universitária, numa perspectiva contra-hegemônica e numa abordagem crítica de educação e currículo, articulando e transversalizando ações de extensão, com o ensino, a pesquisa e a gestão.

O MEL nasce com a missão de promover e defender a cidadania e os direitos dos homossexuais, enfrentar a violência homofóbica e a discriminação social, articulando e promovendo o diálogo interno entre as diferentes identidades sexuais, com conselhos de direitos e políticas públicas, instituições de ensino superior e órgãos públicos. Posteriormente, surgiram

diferentes organizações de promoção e defesa dos direitos da população LGBT no Estado da Paraíba, a exemplo da Associação das Travestis da Paraíba – ASTRAPA e Grupo de Mulheres Maria Quitéria – GMMQ (VIEIRA, 2008; BENVENUTTY, 2008; TARGINO, 2008).

Já o NCDH da UFPB, tido como um dos importantes aliados do movimento LGBT da Paraíba, foi inaugurado em 06 de julho de 2007¹⁶⁸, vinculado ao Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA), com o objetivo de articular as várias áreas do conhecimento dentro da UFPB, dando centralidade às ações de formação em níveis de aperfeiçoamento, especialização e mestrado. O NCDH vem se constituindo num espaço de diálogos interdisciplinares, contando com professores (as), servidores (as) técnico-administrativos (as) e estudantes de graduação e pós-graduação de diversos cursos e centros de ensino, além de militantes dos movimentos sociais, como membros associados.

Atualmente, o NCDH orienta-se pelos três pilares da universidade, promovendo ações de ensino, pesquisa e extensão no campo dos direitos humanos. Tal processo pode se concretizar por meio de ações de ensino, pesquisa, extensão e gestão. Desse modo, recorremos ao que Fleuri (2019, p. 23) aponta como “conversidade”, a relação entre universidade e movimentos sociais, percebendo que, juntos, produzem um modelo de conhecimento universitário, identificado como conhecimento “pluriversitário”, o qual “tem se desenvolvido de modo cooperativo, solidário, através de parcerias entre pesquisadores e sindicatos, organizações não-governamentais, movimentos socioculturais e comunidades populares”. Essa cooperação do ponto de vista do conhecimento pluriversitário vem sendo construída de forma compartilhada do NCDH com e para os movimentos sociais, evidenciando, em especial, o movimento LGBT nesse trabalho.

Dessa forma, entendemos que:

A conversidade coloca o desafio de se engendrar uma nova epistemologia dialógica e crítica de educação e pesquisa, gestão e extensão acadêmicas. Trata-se de potencializar os variados processos, dispositivos e estratégias capazes de suscitar e sustentar a relação de mútua aprendizagem entre os diferentes sujeitos socioculturais. Reconhecer os múltiplos movimentos sociais como sujeitos produtores e interlocutores de conhecimento científico é uma decisão que pode levar a formas mais criativas e eficazes de conceber e produzir ciência no mundo contemporâneo (FLEURI, 2019, p. 20).

¹⁶⁸ O Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos (NCDH) foi criado por meio da Resolução nº 09/2006 do Conselho Universitário, aprovada em 12 de junho de 2006, e teve seu Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 28/2006, em 30 de junho de 2006, no Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), durante o reitorado de Rômulo Polari, contando com uma emenda parlamentar do então Deputado Federal Luiz Couto para sua inauguração (UFPB, 2016b).

Assim, compreendemos que a “conversidade” proporcionada mediante o diálogo entre a universidade e os movimentos sociais possibilita a troca de saberes e experiências entre professores (as), estudantes e militantes, promovendo ações que desenvolvem o senso crítico e a dialogicidade entre os sujeitos sociais envolvidos.

Inicialmente, é preciso explicitar que a inserção dos direitos humanos na UFPB acontece semelhante com as demais instituições de ensino superior no Brasil, só após o período de abertura política e redemocratização do país, em virtude dos 21 anos que vivemos sob o regime militar. Conforme relata Zenaide (2010, p. 252), em sua tese de doutoramento, intitulada “Políticas de Extensão Universitária e a disputa pela hegemonia: a questão dos direitos humanos na UFPB”:

O processo constituinte foi um momento pedagógico de educação em direitos humanos, na medida em que o exercício de mobilização e participação social oportunizou, ao mesmo tempo, uma formação teórico-prática das pessoas como sujeitos de direitos e a construção de uma nova ordem democrática.

Com a institucionalização do regime democrático, a universidade começa a delinear espaços políticos de diálogo com a sociedade civil, e a temática dos direitos humanos começa a ganhar força. Na UFPB, criou-se, em 1989, a Comissão de Direitos do Homem e do Cidadão, atualmente com nomenclatura de Comissão de Direitos Humanos, conforme a Portaria nº 24/1996, órgão vinculado à Reitoria, mas com funcionamento na sede do NCDH da UFPB, prestes a completar 32 anos de funcionamento, tendo sido fundamental para a criação do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos do Homem e do Cidadão, em 1992, estando à frente o professor Rubens Pinto Lyra, como um dos precursores na criação desses espaços de controle social dos Direitos Humanos na Paraíba. De acordo com Zenaide (2010, p. 252), “a criação da Comissão de Direitos Humanos da UFPB e do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos e do Cidadão ocorreram no bojo do processo constituinte e a UFPB foi pioneira”.

Com isso, percebemos que, a partir do processo de redemocratização do país, as instituições começaram a romper o isolamento com a sociedade civil, criando meios de diálogos entre os movimentos sociais e a universidade, conforme enfatiza Fleuri (2019), o qual, semelhante a Gohn (2014), Doimo (1995), descreve que foi nessa época que os movimentos sociais começaram a emergir:

Articularam-se lutas sociais no plano eminentemente econômico-político, como os movimentos operários e sindicais, os movimentos ligados aos bairros, ao consumo, à questão agrária. Ao mesmo tempo, configuraram-se novos movimentos sociais. São movimentos que, transversalmente às lutas no plano político e econômico, articulam-se em torno do reconhecimento de suas

identidades de caráter étnico (tal como os movimentos dos indígenas, dos afro-brasileiros), de gênero (os movimentos de mulheres, de homossexuais), de geração (assim como os meninos e meninas de rua, os movimentos de terceira idade), de diferenças físicas e mentais (com os movimentos de reconhecimento e inclusão social das pessoas portadoras de necessidades especiais, dos movimentos específicos dos surdos, dos cegos etc.) (FLEURI, 2019, p. 36-37).

Retomando o conceito de “conversidade”, no sentido “Fleuriano”, é notório que a universidade, em especial a UFPB, no Estado da Paraíba, teve um papel de suma importância para a formação de estudantes e profissionais com uma consciência crítica e compreensão dos problemas dos diversos segmentos sociais descritos na citação do autor (JEZINE, 2010).

A aproximação e o diálogo do movimento LGBT com a UFPB começa a partir de suas ações que ocorrem extramuros da instituição. A porta de entrada do movimento LGBT junto à UFPB foi, sem dúvidas, por intermédio do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos do Homem e do Cidadão (CEDDHC), criado em 1992, no mesmo ano que foi fundado o MEL. Atualmente renomeado como Conselho Estadual dos Direitos Humanos da Paraíba (CEDH/PB), em especial durante a gestão da professora Maria de Nazaré Tavares Zenaide como presidente do Conselho (1998-1999), representando a Comissão de Direitos Humanos da UFPB, tendo o MEL passado a participar das ações educativas desta instância de controle social, conforme relatam Zenaide e Dias (1999, p. 140):

No geral as ações educativas do CEDDHC foram promovidas em parceria com a UFPB, que vem colaborando na realização de Curso de Extensão, sendo, inclusive, através de um projeto de iniciativa de professores ligados à área de Direitos humanos, a única Universidade a oferecer o primeiro curso de especialização em Direitos Humanos no país.

Desse modo, os militantes do MEL participaram das ações de extensão da UFPB promovidas em parceria com o CEDDHC, tais como: “Curso de Formação de Educadores em Direitos Humanos” (1998), do “Seminário Aprendendo e Ensinando Direitos Humanos” (1998) e da “Oficina Pedagógica em Direitos Humanos” (1999), que resultou na publicação do texto da oficina “Somos homossexuais e temos direitos sim”, de José Walmir Ferreira e Aderivan Albério, do MEL, e Lauriete Braga, da ONG Amazona (FERREIRA; ALBÉRIO; BRAGA, 1999, p. 45). Nesse sentido, a extensão em Direitos Humanos foi o ponto de partida para o diálogo da UFPB junto ao movimento LGBT, em um momento no qual a sociedade civil organizada cobrava que a universidade rompesse os “muros” que separam a instituição da realidade. Sobre extensão, o professor Pedro Cruz (2019, p. 11) afirma que:

Para a construção de conhecimentos efetivamente emancipadores diante dos processos de exploração, injustiça e exclusão social, humana e política, a Extensão precisa ser o ponto de partida na medida em que se configura como espaço privilegiado para um profundo mergulho de estudantes, docentes e técnicos acadêmicos no mundo concreto e na dinâmica complexa das relações sociais.

O educador popular e historiador Luciano Bezerra Vieira, fundador do MEL, desde o início da instituição, incumbiu-se de articular as ações do movimento junto à universidade, pois compreendia que a exclusão social e a discriminação vivenciada pelos homossexuais precisavam de aliados na luta social. Em sua monografia do Curso de Especialização em Direitos Humanos, o ativista descreve as ações que foram realizadas em parceria com a UFPB. Dessa maneira, Vieira (2002) menciona que foi dentro da UFPB que se realizou o “1º Encontro Estadual do Movimento do Espírito Lilás”, de 14 a 15 de janeiro de 1995, no auditório do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA).

Outro importante espaço da UFPB com o qual o movimento LGBT da Paraíba firmou parceria, no sentido de cessão de uso para realizar suas ações educativas e sócio-políticas, no intuito de empoderar a militância, foi o Núcleo de Teatro Universitário (NTU), vinculado, à época, à Pró-Reitoria de Extensão para Assuntos Comunitários (PRAC), especificamente o Teatro Lima Penante que disponibilizava o teatro e a pousada para hospedar ativistas oriundos do interior com o intuito de participarem das inúmeras edições da “Semana Paraibana da Consciência Homossexual” nas dependências do NTU.

Entre os anos de 2001 e 2002, na UFPB, o Grupo de Pesquisa de Comportamento Político (GPCP), coordenado pelos professores Leôncio Camino e Joseli da Costa, iniciaram uma ação de extensão que levou a universidade a ter uma maior aproximação com o segmento LGBT, um grupo social historicamente estigmatizado e discriminado na sociedade. O GPCP era constituído por estudantes e professores (as) do Curso de Graduação e Mestrado em Psicologia, que passaram a colaborar com o Movimento do Espírito Lilás – MEL, a partir da aprovação da Resolução nº 01/99 do Conselho Federal de Psicologia (CFP), o qual deixou de considerar a homossexualidade como um distúrbio, estabelecendo, desse modo, normas para a atuação dos psicólogos em relação à questão da orientação sexual (VIEIRA, 2002).

O GPCP colaborou com o MEL na realização do Seminário “Reflexão sobre Homossexualidade e Construção da Cidadania”, realizado em João Pessoa, Campina Grande e Cajazeiras, com o apoio da Coordenação de Programas de Ação Comunitária (COPAC) da PRAC, com a qual o movimento LGBT passou a contar como parceira em suas ações, a partir dessa atividade. Os seminários resultaram na elaboração de instrumentos de pesquisa, como

questionários, para ser aplicados em uma pesquisa a ser desenvolvida junto a homossexuais que vivenciavam a discriminação (A COLMEIA, nº 1, 2002, p. 8).

A primeira pesquisa sobre Homofobia na Paraíba, “Diferença Sim. Exclusão Não”, foi elaborada pelo GPCP e desenvolvida durante seis meses, a partir da realização de “Oficinas sobre a Violência contra Homossexuais”, promovidas pelo MEL, com o apoio da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários e professores do Departamento de Psicologia. Em seguida, foram realizadas entrevistas com militantes que tinham a finalidade de “conhecer os ativistas e saber como vivenciavam a homossexualidade e lidavam com a discriminação” (UFPB, 2002, p. 8). Os membros do GPCP passaram a ser colaboradores do MEL e escreviam artigos para o Jornal A Colmeia, a exemplo de Leôncio Camino, Raimundo Gouveia e Aline Machado.

De modo particular, compreendemos que o movimento LGBT buscou a aproximação e diálogo com a universidade para que suas ações educativas tivessem uma maior ressonância dentro da comunidade acadêmica e fora dela, em especial, com a população LGBT, que começa a ser organizar enquanto instituição, além de contar com a estrutura física e o apoio de setores e professores (as) que passaram a ser formadores (as) do movimento social, promovendo, assim, uma junção dos saberes populares da militância com os saberes científicos (FELIPE; MELO NETO, 2017).

Mas, sem dúvida, ao longo dos anos, um dos maiores aliados do MEL dentro da UFPB foi o NCDH, criado a partir do desdobramento da Comissão de Direitos Humanos (CDH) da UFPB. De acordo com Zenaide (2010, p. 265), o NCDH foi criado “com a perspectiva de consolidar a pesquisa e o ensino dos direitos humanos”. Desse modo, o NCDH veio fortalecer as ações que vinham sendo realizadas pela CDH e, assim, consolidar a UFPB como uma instituição que também promove a extensão, o ensino e a pesquisa em Direitos Humanos dentro da universidade e com a sociedade em geral.

Vale salientar que as ações do NCDH, no tocante ao ensino, à pesquisa e à extensão, passaram a se articular com as políticas de Direitos Humanos, em especial, a partir da elaboração e da implementação do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) e do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), conforme enfatizam Carvalho e Ferrer (2018, p. 109). Segundo os autores citados, a criação do NCDH foi decorrente de “um atendimento à disposição do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos – PNEDH, que estimula a criação de centros de referência em direitos humanos e o intercâmbio de projetos”. Com isso, o NCDH passou a ofertar cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização em

Direitos Humanos, educação em Direitos Humanos e segurança pública e Direitos Humanos (UFPB, 2014).

O NCDH tornou-se um espaço interdisciplinar dentro da UFPB que se “orienta pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Embora esteja vinculado ao CCHLA, o núcleo envolve docentes, servidores técnicos e discentes dos mais diversos departamentos e centros da UFPB e de outras instituições de ensino superior do Estado, mantendo convênios com universidades e instituições afins nacionais e internacionais (UFPB, 2016b). Dessa maneira, tem como objetivos:

- a) Desenvolver, de forma própria ou em colaboração com outros órgãos internos e externos à UFPB, programas e atividades de ensino, pesquisa e extensão em direitos humanos; b) Levantar e sistematizar as informações sobre recursos humanos e produção acadêmica existente na área dos direitos humanos; c) Fomentar a pesquisa em direitos humanos e divulgar a produção científica e o material didático produzido pelos membros do Núcleo ou por outros agentes, com relevância acadêmica e/ou social na área; d) Realizar projetos e programas de extensão universitária em direitos humanos; e) Incentivar e melhorar a qualificação profissional em direitos humanos dos profissionais e militantes que atuam no setor público e privado na promoção e defesa dos direitos humanos; f) Colaborar na implementação e no monitoramento das políticas públicas em cidadania e Direitos Humanos; g) Promover o intercâmbio técnico-científico entre universidades, centros de pesquisa e entidades de defesa e promoção dos Direitos Humanos públicos e privados, em nível nacional e internacional (UFPB, 2006, p. 2; UFPB, 2016b).

Ao expor os objetivos em tela do NCDH, podemos compreender a versatilidade e a pluralidade do núcleo, que foi, ao longo dos anos, aprimorando suas finalidades, conforme identificamos na redefinição de alguns objetivos apresentados em seu último *folder* institucional, reformulados após a publicação da Resolução nº 28/2006, que versa sobre o Regimento Interno. Dentre todas as ações propostas pelo NCDH acima, o item “d) Realizar projetos e programas de extensão universitária em direitos humanos” sempre foi uma marca dos docentes e discentes que atuam na extensão universitária e na educação em Direitos Humanos desde a Comissão de Direitos Humanos, tendo a Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PRAC) como parceiro (ZENAIDE, 2010; GOMIDES, 2017).

Identificamos a existência de oito GTs na composição atual do NCDH. Os cinco primeiros foram criados no início do núcleo, sendo: GT 1 – Educação e Cultura em Direitos Humanos; GT 2 – Violência, Segurança Pública e Direitos Humanos; GT 3 – Teoria e História dos Direitos Humanos e da Democracia; GT 4 – Território, Etnicidade e Direitos Humanos e o GT 5 – Instrumentos de Proteção e Defesa dos Direitos Humanos. No entanto, visando agregar temáticas emergentes que vêm sendo discutidas na academia e fortalecer o diálogo do NCDH

com os movimentos sociais, foram sendo incorporados novos GTs ao organograma do núcleo. Assim, foi criado o “GT 6 – Direitos Humanos, Criança e Adolescente”, promovendo parcerias com a Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente, Ministério Público da Paraíba, Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, Conselhos Tutelares e as Organizações Não Governamentais (ONGs) que atuam no enfrentamento ao abuso e exploração de crianças e adolescentes no Estado da Paraíba. Em 2011, foi criado o “GT 7 – Diversidade Sexual e de Gênero e Direitos Humanos”, a partir de uma demanda já existente no NCDH, com a atuação de docentes, discentes e ativistas do movimento LGBT, entre os quais, o pesquisador, membros que já vinham atuando no GT 1 – Educação e Cultura em Direitos Humanos. Após uma intensa reflexão, visando à autonomia e às especificidades das temáticas abordadas pelo GT 7, foi aprovada a sua criação pelo Conselho Técnico Científico:

Com a criação do grupo Temático da Diversidade Sexual e de Gênero e Direitos Humanos no NCDH/UFPB, as atividades de ensino pesquisa e extensão que versem sobre a realidade da homoafetividade e questões de gênero, poderão ser divulgados e pensados de forma mais abrangente, não só por todos os profissionais da área, como também pela Universidade, extremamente necessitada de esclarecimentos, respostas e políticas públicas para a população LGBTTI (NCDH, 2019).

O supracitado GT 7 foi um importante espaço de interlocução conquistado pelo Movimento LGBT junto ao NCDH da UFPB, já que os movimentos sociais vão “articulando-se em torno de variadas especificidades humanas e socioculturais, como, entre outras, as diferenças de identidades étnicas, de orientações sexuais ou opções de estilos de vida” (FLEURI, 2019, p. 37).

Em 2016, a Pastoral de Migrantes, o Ministério Público Federal e a Defensoria Pública da União buscam a parceria do NCDH para promover ações relacionadas aos Direitos Humanos dos migrantes na Paraíba. Dessa maneira, foi criado o “GT 8 – Migrações e Direitos Humanos”, com a finalidade de “associar as atividades de ensino, pesquisa e extensão com a prática na defesa dos direitos humanos de migrantes; bem como promover a interação entre o corpo docente e discente e os migrantes em situação de vulnerabilidade social” (UFPB, 2016a, p. 3).

Nesse sentido, o NCDH e a PRAC passaram a ser um “ancorado” das ações e atividades promovidas pelo movimento social dentro da UFPB, em especial, o Movimento LGBT da Paraíba, que sempre teve o apoio logístico e o suporte administrativo para os eventos que promovia na universidade ou fora dela, seja de forma autônoma ou em parceria com o núcleo. Podemos destacar a participação do NCDH na comissão organizadora do “1º Seminário

Internacional de Diversidade – Direitos e Cidadania”, realizado de 11 a 13 de novembro de 2014, no Espaço Cultural José Lins do Rego, pelo Movimento do Espírito Lilás (MEL) com o apoio do Ministério Público do Trabalho da Paraíba (MPT/PB), com a participação de docentes do núcleo ministrando oficinas e coordenando mesas temáticas. O evento teve como objetivo contribuir na formação acadêmica de estudantes universitários sobre os direitos civis da população LGBT. A parceria com o MPT e com o NCDH foi fundamental para a realização desse evento, que contou com palestrantes de renome nacional e internacional, a exemplo de palestrantes da Câmara dos Deputados Federais e advogados da Comissão Interamericana de Direitos Humanos – CIDH (UFPB, 2014).

Em 2018, o NCDH foi essencial para que a UFPB fosse sede do “I Seminário Nacional Diálogos Universidade e Movimento LGBT” e do “Encontro Nordeste LGBT”, realizado de 29 de agosto a 02 de setembro, no Auditório da Reitoria e salas de aula do *Campus I*. O evento foi promovido pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) em parceria com a UFPB, tendo sua coordenação local e a secretaria executiva instaladas nas dependências físicas do NCDH.

No âmbito local, o evento foi organizado pelo MEL; o Movimento de Bissexuais da Paraíba (MOVBI); o Grupo de Mulheres Lésbicas e Bissexuais da Paraíba – Maria Quitéria (GMMQ); a Associação de Travestis e Transexuais da Paraíba (ASTRAPA) e o Grupo Diversidades. O objetivo do evento foi “discutir as políticas públicas de cidadania para a população LGBT no Brasil e no Nordeste, por meio do diálogo entre as elaborações acadêmicas e as dos movimentos sociais”. O seminário contou com a participação de mais de 100 pessoas, tendo docentes de diversas instituições de ensino superior do Brasil, como palestrantes e membros do NCDH, como expositores (as) dos simpósios temáticos.

A extensão em Direitos Humanos foi o pontapé inicial das ações da CDH e do NCDH junto aos movimentos sociais, algo que vem sendo realizado desde antes de sua criação na UFPB, conforme exalta Zenaide (2010, p. 330): “é o protagonismo das ações de extensão em direitos humanos, gestado na relação com os movimentos sociais em conjunturas democráticas, antecipando a implantação do PNDH (1996) e do PNEDH (2003)”.

Desse modo, identificamos diversas ações de extensão promovidas pelo NCDH voltadas para a educação em direitos humanos, em que a temática de gênero e diversidade sexual foi incluída no processo de formação continuada para os profissionais da educação básica, com a elaboração de textos e a participação de docentes, discentes e ativistas do movimento LGBT nos projetos de extensão, em especial nos primeiros anos do núcleo, que coincidiu com a formulação e implementação da Política Nacional de Direitos Humanos e da Política de

Promoção da Igualdade e da Diversidade, materializadas no Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH 1(1996), 2 (2002) e 3(2009), do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos – PNEDH (2003), do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2005), do Programa Brasil sem Homofobia e do Plano Nacional de Promoção da Cidadania de Direitos Humanos de LGBT (2009) (ZENAIDE, 2010; GOMES, 2016).

Quadro 6 – Projetos e ações realizadas e/ou apoiadas pelo NCDH

ANO	PROJETO/AÇÕES	INSTITUIÇÃO/SETOR
2007	Projeto Consolidação e Fortalecimento do Comitê Paraibano de Educação em Direitos Humanos	UFPB/PRAC/CCJ
2007	Projeto e Curso Equidade e Relações de Gênero no Currículo Escolar	Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba – CEFET ¹⁶⁹
2008	Projeto Núcleo de Referência em Direitos Humanos e Cidadania Homossexual	UFPB/PRAC
2008	Projeto Direitos Humanos e Cidadania Homossexual	PRAC
2008	Projeto Escola que Protege	UFPB/PRAC
2008	Projeto Capacitação de Educadores da Rede Básica em Educação em Direitos Humanos	PRAC
2011	Programa de Extensão “Diversidade Sexual e Direitos Humanos na Paraíba: novos olhares e ações entre movimentos sociais, agentes públicos e universidade”	NCDH

Fontes: GENTLE, ZENAIDE, GUIMARÃES (2008); GOMES (2011; 2016); UFPB (2007; 2011).

Uma das primeiras ações identificadas que aponta para o diálogo extensionista do NCDH com o movimento LGBT da Paraíba foi a criação do “Comitê Paraibano de Educação em Direitos Humanos (CPEDH)”, em 2006, por meio de projeto desenvolvido pela Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PRAC) e o Centro de Ciências Jurídicas (CCJ) da UFPB, a partir de edital lançado pelo Ministério da Educação e da extinta Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, fomentado pelo PNEDH, tendo a UFPB concorrido com outras 13 universidades (MELLO NETO, 2014).

De acordo com o professor José Baptista de Mello Neto (2014, p. 19), em sua tese de doutorado, o qual coordenou o CPEDH, a partir de 2007:

[foi] o único Comitê estadual que congregava todas as entidades existentes no Estado que atuavam na defesa dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. A parceria com o Movimento LGBT da Paraíba estava consolidada. Desde então pensamos juntos, agimos juntos.

¹⁶⁹ Atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB).

Entre as atividades desenvolvidas pelo projeto de Consolidação e Fortalecimento do CPEDH (2007), em que atuamos como bolsista, destacamos o “Curso de Capacitação de Educadores da Educação Básica para a Educação em Direitos Humanos” e o “I Seminário Paraibano de Educação em Direitos Humanos” realizado em 2009, voltado para educadores (as) de diversos municípios do Estado. Nesse período, a formação sobre direitos humanos e diversidade para os profissionais da educação básica faziam parte das principais atividades da UFPB, da PRAC e do NCDH na Paraíba, provavelmente em virtude da implementação e da consolidação do PNEDH com ações e projetos em todo o país.

Dessa forma, o NCDH apoiou a realização do Projeto e Curso “Equidade e Relações de Gênero no Currículo Escolar”, promovido pelo antigo Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba (CEFET), atual Instituto Federal da Paraíba (IFPB). Segundo Gomes (2016, p. 102), a ação “se destacou pelo seu ineditismo em ser promovido por um centro de educação profissional e tecnológica, unidade escolar oriunda da escola técnica que historicamente era voltado para o ensino técnico na capital com o foco no mundo do trabalho”.

Os docentes da UFPB, vinculados à PRAC, à CDH e ao NCDH foram imprescindíveis na realização deste curso junto ao CEFET/IFPB, ministrando palestras e elaborando o livro do projeto. O Curso foi financiado pelo Ministério da Educação e a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, com foco na formação de professores e professoras da Rede Estadual e Municipal de Ensino, mas que foi ampliado com a participação de militantes do movimento LGBT da Paraíba, que, juntamente com os (as) demais educadores (as) escreveram projetos pedagógicos resultantes do curso e traçaram um breve histórico das entidades do segmento LGBT no livro produzido pelo projeto (BENVENUTTY, 2008; TARGINO, 2008; VIEIRA, 2008).

Em 2008, a PRAC submeteu um projeto para criação do “Núcleo de Referência em Direitos Humanos e Cidadania Homossexual (NRDHCH)”, disponibilizando profissionais do próprio quadro de servidores (técnicos e docentes), tais como psicóloga e assistente social para atendimento da comunidade universitária e entidades LGBT. Contudo, o projeto não logrou êxito, em virtude dos escassos recursos para a implantação do NRDHCH nas universidades, disponibilizado pelo Governo Federal (GOMES, 2016).

De acordo com Gomes (2016, p. 107),

Em junho de 2008, visando fortalecer o Projeto do Núcleo de Referência em Direitos Humanos e Cidadania Homossexual da UFPB, a Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários – PRAC elaborou o Projeto de Extensão Direitos Humanos e Cidadania Homossexual, que concorreu ao edital 2008, do Programa de Bolsa de Extensão – PROBEX. Neste período, o pesquisador esteve como bolsista deste PROBEX e juntamente com a Professora Dr^a Lúcia

de Fátima Guerra Ferreira, coordenadora do projeto e então Pró-Reitora para Assuntos Comunitários percorreram os 4 campi da UFPB (João Pessoa, Areia, Bananeiras, Mamanguape e Rio Tinto) com a participação de militantes do Movimento LGBT realizando Jornadas de Formação sobre Cidadania LGBT.

Com isso, compreendemos a importância da extensão como uma ação para potencializar o debate e a discussão sobre a promoção dos direitos humanos e a cidadania LGBT dentro e fora da universidade (MELO NETO, 2014), que, apesar das dificuldades financeiras, não impedem de se (re) inventar para dialogar com a comunidade acadêmica sobre temas tão importantes, como foram realizados nas “Jornadas de Formação sobre Cidadania LGBT”, com a participação dos ativistas do Movimento do Espírito Lilás (MEL), Grupo de Mulheres Maria Quitéria (GMMQ) e a Associação das Travestis da Paraíba (ASTRAPA), que qualificaram os debates com o acúmulo das experiências vividas pelos anos de militância no movimento social (FREIRE, 1992).

Figura 15 – Foto da Jornada sobre Cidadania LGBT no *Campus III* - UFPB, em Areia/PB



Fonte: Arquivo Pessoal do Pesquisador

Na foto, posicionados a partir da direita para a esquerda estão: a ativista Fernanda Benvenutty, da ASTRAPA; Luciano Vieira, do MEL e a professora Lúcia Guerra, então coordenadora do Projeto de Extensão Direitos Humanos e Cidadania LGBT e Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários da UFPB. De maneira especial, esse registro fotográfico resgata uma das características do NCDH e da UFPB em protagonizar os militantes dos movimentos sociais em suas ações, conforme notamos os saudosos ativistas Fernanda Benvenutty e Luciano Vieira juntamente com a professora Lúcia Guerra proferindo palestra para os discentes e docentes do *Campus III* da UFPB, no município de Areia/PB. Dessa maneira, a universidade, em parceria com o movimento LGBT, visibilizava a trajetória da

militância, a partir de suas lideranças que participaram de inúmeras ações de formação continuada para os profissionais da educação básica e ensino superior nos diversos *campi* da instituição.

Outra importante ação voltada para a formação de professores (as) desenvolvida pela PRAC junto com o NCDH foi o “Projeto Escola que Protege”, financiado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para 21 universidades, por meio de convênio com o Ministério da Educação, por intermédio da então Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD). O “Projeto Escola que protege” foi desenvolvido pela UFPB junto às Secretarias de Educação de diversos municípios do interior da Paraíba, entre os anos de 2006 e 2009, a partir da realização do “Curso de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes”, sendo que, em 2008, incorporou o tema “violência homofóbica na escola” em seu conteúdo e contou com a minha participação, dando formação e palestra sobre a temática. Com isso, “a universidade, em parceria com a sociedade civil, proporcionou uma formação continuada para que os docentes notassem que outra visão sobre as pessoas homossexuais é possível, que todos podem conviver normalmente no ambiente escolar” (GOMES, 2011, p. 170).

Ainda em meados de 2008, a UFPB coordenou o “Projeto Capacitação de Educadores da Rede Básica em Educação em Direitos Humanos”, proposto pela Rede Brasil de Educação em Direitos Humanos, composta por 16 universidades federais. A finalidade do projeto foi desencadear processos permanentes de Educação em Direitos Humanos nas instituições públicas de ensino superior. Como um dos resultados do projeto, tivemos a publicação do livro “Direitos Humanos: capacitação para educadores”, volumes 1 e 2, em que a temática da orientação sexual e identidade de gênero passou a ser incorporada nas publicações do NCDH (MELLO NETO; AGNOLETI, 2008).

Em 2011, o NCDH aprovou o “Programa Diversidade Sexual e Direitos Humanos na Paraíba: novos olhares e ações entre movimento sociais, agentes públicos e universidade”, sob a coordenação geral da professora Silvana Nascimento, dentro do Programa de Extensão Universitária (PROEXT), financiado pelo Ministério da Educação. Esse projeto partiu de um diálogo do GT 7 – Diversidade Sexual e de Gênero e Direitos Humanos do NCDH da UFPB, com lideranças do movimento LGBT em João Pessoa.

Este programa de extensão, composto de três projetos articulados, tem como propósito ampliar e fortalecer a cidadania e os direitos humanos da população LGBT na Paraíba por meio de ações e cursos de formação social e política, organização de encontros culturais e artísticos e elaboração de publicações acadêmicas, materiais didáticos e de divulgação (UFPB, 2011, p. 7).

O “Programa Diversidade Sexual e Direitos Humanos na Paraíba: novos olhares e ações entre movimento sociais, agentes públicos e universidade”, desenvolvido no âmbito do NCDH, teve como objetivo construir um espaço permanente de diálogo da UFPB com os movimentos sociais e organizações LGBT no Estado e promover discussões a respeito do preconceito homofóbico dentro e fora da instituição. Dessa maneira, foi executado a partir de três projetos: 1) Projeto “História viva dos movimentos LGBTs na Paraíba”, que consistia em fortalecer o movimento LGBT, a partir da reconstrução da memória e história da luta social; 2) Projeto “Formação política da juventude LGBT”, que proporcionou atividades artísticas, culturais e políticas para jovens LGBT; 3) Projeto “Pelo direito ao respeito e pelo respeito aos direitos: construindo a Escola sem Lesbo-Homo-Bi-Transfobia, com formação para os profissionais da educação nas cidades de João Pessoa e Campina Grande (UFPB, 2011; NASCIMENTO; FRANCH, 2018).

Cabe ressaltar que, nesse período, ocorreu a ascensão ao Governo Federal de partidos políticos que historicamente pautaram em suas plataformas a questão dos Direitos Humanos, da inclusão social e da diversidade, tal como o Partido dos Trabalhadores (PT), que assumiu a Presidência da República em 2003, o que possibilitou um redirecionamento do Ministério da Educação para essas temáticas, com a criação da então Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD)¹⁷⁰. O Ministério da Educação financiou duas edições do Curso de Especialização em Direitos Humanos (2008; 2009), o Curso de Especialização Educação Integral em Direitos Humanos (2013 – 2014); o Curso de Aperfeiçoamento Docência em Escola de Tempo Integral (2014-2015); o Curso de Extensão e de Especialização Educação em Direitos Humanos (2014-2015) – semipresencial – e, recentemente, o Curso de Aperfeiçoamento em Educação Direitos Humanos (2018) na modalidade da Educação a Distância (UFPB, 2014).

Já o Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), mediante o convênio com a Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (RENAESP), em apoio à realização das edições I e II Curso de Especialização em Segurança Pública e Direitos Humanos (2008; 2014), nos quais o pesquisador atuou como apoio pedagógico.

¹⁷⁰ A SECAD, criada em 2004 no Governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), no ano de 2011, no Governo Dilma Rousseff (2011-2016), ampliou sua atuação, transformando na Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). Em 2019, a partir da reforma administrativa do atual Governo Jair Bolsonaro, a SECADI foi extinta da estrutura do Ministério da Educação. Faremos o uso da sigla SECAD, já que a maioria dos documentos pesquisados são anteriores à alteração da nomenclatura.

Em 2012, o NCDH deu importante passo para consolidar as pesquisas e o ensino de direitos humanos na pós-graduação da UFPB, com a criação do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas (PPGDH), aprovado em 28 de julho de 2011, na área interdisciplinar da CAPES, tendo sua primeira turma formada em 2014. No curso de mestrado em Direitos Humanos ofertado pelo PPGDH, identificamos, no *site* do programa e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), seis dissertações que dialogam com os estudos da homocultura, homofobia, transexualidade, diversidade sexual e militância LGBT, defendidas de 2015 a 2019 (CUNHA, 2015; SILVA, 2015; FERREIRA, 2016; ANDRADE, 2017; MONTEIRO, 2017; FERRO, 2019).

Vale descartar que três dos discentes do NCDH e do PPGDH listados acima atuaram e/ou participaram de ações do Movimento LGBT da Paraíba e tiveram suas pesquisas voltadas para a militância. Esse é o caso da dissertação de mestrado de Sérgio Ferro (2019), orientando da professora Wilma Mendonça, em que o autor pesquisou sobre a história de vida da travesti paraibana Nina Kelly.

De acordo com Ferro (2019, p. 97):

Nina Kelly, habitando as trincheiras culturais do movimento pela libertação sexual na Paraíba através da arte transformista, esteve lado a lado com os militantes engajados na articulação política institucional, dando passos largos para a formação e permanência da comunidade sexo-gênero dissidente local. Seu corpo visível para além do estigma tem ocupado as avenidas paraibanas, demarcando um território-travesti no espaço urbano cotidianamente tornado cenário de violência. A performance mitológica do carnaval nutre sua alma transformista para fazer existir uma subjetividade próspera, digna e louvável.

Sem dúvida, Nina Kelly marcou história com suas performances tanto no movimento LGBT como no movimento cultural, especificamente no carnaval pessoense, onde extravasava a sua alegria e exuberância, sendo uma das travestis que sobreviveu aos estigmas e à discriminação sofrida pelas pessoas trans, tendo sido uma das primeiras a se engajar no MEL quando ainda era um grupo misto. Daí a importância da homenagem e da dissertação de Ferro (2019) sobre essa artista que também se tornou ativista.

Para Fleuri (2019, p. 24), “os movimentos sociais, de objetos de conhecimento das ciências humanas, passam a se assumir como sujeitos de sua práxis social, formulando interpretações dos significados de seus projetos e elaborando deliberações autônomas em torno de suas lutas”. Daí a importância do espaço acadêmico e político que se tornou o NCDH da UFPB para o movimento social, já que oportuniza o desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre as questões de gênero, orientação sexual e identidade de gênero em seus cursos. Sendo

assim, a universidade vai alterando sua atuação com o movimento social, inserindo novas disciplinas, elaborando projetos de extensão e pesquisa, além de ações de ensino e formação para a comunidade acadêmica.

No tocante a projetos de pesquisa desenvolvidos por docentes, identificamos, no *site* do PPGDH, apenas um projeto de iniciação científica, no ano de 2013, intitulado “Poéticas e Políticas da Sexualidade: reflexões etnográficas sobre a arena do movimento LGBT na Paraíba”, coordenado pela professora Silvana Nascimento, a partir da interlocução do NCDH com o Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAIE) do *Campus IV – Rio Tinto e Mamanguape*, da UFPB. Esse projeto resultou em uma vasta pesquisa etnográfica sobre a memória e a história do movimento LGBT da Paraíba (OLIVEIRA, 2017).

Em meados do ano de 2019, o professor Eduardo Guimarães, do Departamento de História da UFPB, passou a promover cursos de extensão promovidos pelo MEL em parceria com o NCDH, tendo início com o “Curso de Extensão Gênero e Sexualidade”, o qual consistia no estudo da obra “História da Sexualidade”, de Michael Foucault. No ano seguinte, Guimarães realizou outros cursos em que as questões de gênero continuaram a ser debatidas, a partir da obra de Judith Butler. Os cursos iniciaram no formato presencial e, posteriormente, deram sequência com encontros virtuais. Esses cursos tiveram outro público, diferentemente do que o MEL costumava articular, com jovens universitários envolvidos com cursos de graduação e pós-graduação.

Ressalto, ainda, que o NCDH da UFPB, ao longo dos seus 14 anos de fundação (2007-2021), tem se constituído num espaço de vivências e diálogos junto ao MEL e demais entidades do movimento LGBT, congregando projetos e programas de extensão, ensino e pesquisa no campo dos direitos humanos. Esse levantamento nos mostrou que o NCDH tem realizado atividades que pautam as temáticas relacionadas à livre orientação sexual e identidade de gênero, com foco no enfrentamento à LGBTfobia e a todas as formas de preconceito e violação dos Direitos Humanos, resultante da Política Nacional de Direitos Humanos e das políticas públicas para as mulheres, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, indígenas, população negra e LGBT que vinham sendo construídas no Brasil.

Por isso, é inevitável dialogarmos sobre Direitos Humanos e não associarmos com a atual crise política, econômica e social que vive o país nos últimos anos, desde o golpe parlamentar, midiático e jurídico que tirou do poder a presidente legitimamente eleita e que, posteriormente, sucedeu na eleição e vitória de forças políticas conservadoras e fundamentalistas religiosas que pairam incertezas e angústias sobre a continuidade de ações voltadas para os Direitos Humanos, diversidade sexual e a população LGBT, como os demais

segmentos sociais, tendo em vista que, desde a posse do atual governante, vem ocorrendo o desmonte das políticas públicas que foram construídas nas últimas décadas, como, por exemplo, a extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), da estrutura do Ministério da Educação, o qual fomentou e financiou a maioria dos editais, publicações, cursos de aperfeiçoamento e especialização que o NCDH ofertou para a população em geral.

Notadamente, o NCDH da UFPB tornou-se um importante aliado do MEL e do movimento LGBT tanto em nível local como nacional, por isso, esse registro de suas ações de extensão que foram potencializadas nos últimos anos com foco na formação docente, em especial com projetos para a educação básica, com o propósito de promover ações educativas voltadas para a promoção e o respeito dos direitos humanos e da cidadania LGBT, sempre articulando suas atividades em parceria com o movimento LGBT, protagonizando os sujeitos sociais para ocuparem a cena pública e, assim, desconstruir paradigmas e preconceitos em relação à orientação sexual e identidade de gênero nos ambientes escolares, tendo, inclusive, oportunizado a minha participação ora enquanto estagiário nos projetos de extensão ora como palestrante nos eventos de formação continuada para os profissionais da educação básica.

Por fim, compreendemos que a construção compartilhada do conhecimento e de saberes se faz de maneira coletiva, a partir de ações que potencializem a militância das lutas sociais, mesmo que os projetos, cursos e pesquisas sejam elaborados e administrados pelo NCDH e pela universidade, é notório que o núcleo vem construindo suas atividades por meio do diálogo com os movimentos sociais.

5.2 Da Colmeia às ruas: reflexões do engajamento e participação política da militância

A militância do MEL esperou cerca de dez anos desde a fundação da entidade (ocorrida em 1992) para sair da colmeia e ocupar as ruas. Após um longo processo de maturação, reflexão e embates internos, foi realizada a “1ª Parada da Diversidade Sexual na Paraíba”, no ano de 2002, embora, o movimento LGBT já tivesse participado de inúmeros atos políticos de rua com o movimento social de João Pessoa, mas ainda faltava a consagração de ter um evento em via pública para chamar de seu, como já vinha acontecendo desde o final da década de 1990 em outras capitais brasileiras.

Em 1995, aconteceu em Curitiba, Paraíba, o “8º Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas (EBGL)”, cujo evento já vinha acontecendo desde os anos de 1980 em diversas capitais

brasileiras¹⁷¹. Essa edição culminou com a criação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis (ABGLT) e, “no final do Encontro, houve uma colorida, volumosa e inédita passeata pelo centro de Curitiba, sendo uma das primeiras a ocorrer no Brasil” (REIS, 2018b, p. 89).

De acordo com Camargos (2018, p. 423):

Em 1995, aconteceu no Rio de Janeiro, o V Congresso da ILGA – *International Lesbian na Gay Association*. [...] após o encontro da ILGA em 26/06/1995, houve uma marcha em Copacabana com cerca de 3500 pessoas que fizeram uma manifestação com uma longa bandeira do arco-íris. Porém, embora haja registro dessa manifestação e de outras nos escritos sobre o movimento gay do Brasil [...] o acontecimento mais próximo que antecede ao que podemos chamar de Parada, em São Paulo, foi um ato público que ocorreu no dia 28 de junho de 1996, na Praça Roosevelt e promovido pelo Grupo Corsa que já estava investindo nas comemorações do 28 de junho.

O Grupo Corsa, de São Paulo, cuja sigla significa Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade e Amor, foi fundado em 1995 e teve um papel de suma importância tanto para a realização da primeira parada no Brasil como na organização de eventos de orgulho de gays, lésbicas e travestis, tendo como inspiração o dia 28 de junho, o “Dia Internacional do Orgulho Gay”, que se tornou o símbolo da Revolta de *Stonewall*, ocorrida em 1969, marco do nascedouro do movimento gay norte-americano, que serviu de estímulo para o crescimento do então movimento homossexual em vários países da América do Sul, como o Brasil. Com isso, as primeiras paradas nos Estados Unidos ocorreram exatamente um ano depois, em 1970, em Nova Iorque e São Francisco, em comemoração ao ato realizado no ano anterior (FACCHINI, 2005; JESUS, 2010).

Tanto Camargos (2018) como Facchini (2005, p. 196) enfatizam que o Corsa, após esse ato realizado em 1996, passou a se dedicar na organização da primeira parada promovida no Brasil que ocorreu em São Paulo, no ano de 1997 e que, anos depois, se transformaria a maior parada gay do mundo. O ato aconteceu ao término do IX Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis (EBGLT), “batizado de Parada do Orgulho GLT, que acabou se realizando com cerca de dois mil participantes”.

Ainda de acordo com Facchini (2005, p. 196), dois anos depois:

¹⁷¹ O 8º EBGLT ocorreu entre 26 e 31 de janeiro de 1995. De 1980 a 2008, aconteceram 13 edições do Encontro Brasileiro de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, que foram mudando de nome ao longo dos anos, a partir da inserção das novas identidades sexuais, conforme descreve Toni Reis (2018), na linha do tempo desses encontros.

Em 1999, o evento passou a ser chamado de Parada do Orgulho GLBT e reuniu cerca de trinta mil participantes, já organizado por uma entidade criada especialmente para esse fim, a Associação da Parada do Orgulho GLBT. Os primeiros coordenadores dessa Associação eram, em sua maioria, lideranças que faziam parte do Corsa e utilizam, inclusive, a mesma sede para as reuniões.

Quem diria que a maior parada do país que começou com “*cerca de dois mil participantes*”, após dois anos, já reunia “*trinta mil*” e, 20 anos depois, aproximadamente três milhões de pessoas na Avenida Paulista, em sua última edição presencial que ocorreu em 2019¹⁷², resultado da persistência do movimento social que, posteriormente, organizou-se na “*Associação da Parada do Orgulho GLBT*”, embora atualmente o evento tenha tomado uma proporção colossal, fortemente profissionalizado e financiado pela iniciativa privada que investe na ação que tem um forte viés turístico e comercial para São Paulo, algo positivo para a visibilidade da comunidade LGBT do Brasil como um todo, já que a cidade, além de uma importante metrópole, é uma vitrine para todo o país e o mundo. A parada é o maior evento cívico e político com muita ousadia, alegria e irreverência, que acontece anualmente tanto na capital paulista como nas demais capitais e municípios pelo país afora.

A respeito do sentido político da parada, João Silvério Trevisan, em sua famosa obra “*Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*”, revista e atualizada em 2018, apresenta um artigo seu publicado em 1999 na extinta Revista *Sui Generis*¹⁷³. O autor faz uma citação mais atual do que nunca, ao reconhecer que a parada é:

[...] a afirmação de que existimos, gostem ou não, e somos milhares. Vencemos o nosso pior inimigo, a invisibilidade, e afirmamos nossa existência. Por isso, tal evento me parece ser a conquista mais importante na luta pelos direitos dos homossexuais no Brasil, nos últimos anos. Políticos conservadores, religiosos fundamentalistas e homófobos [homofóbicos] em geral, que insultavam gente anônima, agora terão que se defrontar com uma multidão de homossexuais com rosto e identidade, que têm capacidade de ir às ruas, em nome de seus direitos. Eles gostem ou não, viemos para ficar. E é melhor ir se acostumando com nossa presença, pois tudo leva a crer que de agora em diante o fenômeno das Paradas tende a crescer como rastilho de pólvora e se multiplicar em cada grande cidade brasileira (TREVISAN, 2018, p. 630).

¹⁷² Disponível em: <https://www.geledes.org.br/parada-lgbt-reune-3-milhoes-de-pessoas-em-sao-paulo/> Acesso em 19 dez. 2021.

¹⁷³ Artigo “A Parada do nosso amor”, publicado originalmente na Revista *Sui Generis*, n. 47, jul. 1999 (TREVISAN, 2018, p. 626).

Concordo com Trevisan quando diz que a parada é “*a conquista mais importante na luta pelos direitos dos homossexuais no Brasil*”, já que se tornou o evento âncora do movimento LGBT em todos os Estados da federação, dando visibilidade à agenda política da luta social e oportunizando, pelo menos, um dia ao ano de saímos às ruas e vivermos a nossa sexualidade de forma plena entre os iguais. Contudo, da mesma forma que ocorreu a “saída do armário” da população LGBT, os “*políticos conservadores*” e “*fundamentalistas religiosos*”, citados pelo autor há vinte anos, também abandonaram seus “sepulcros”, passando a perseguir e difundir discursos de ódio tanto nas casas legislativas, como nos templos religiosos e na mídia. Mas, a militância foi se fortalecendo, conquistando o espaço público, ocupando as instâncias de controle social e elaborando, reivindicando e implementando, com os órgãos governamentais, políticas públicas para a população LGBT.

De fato, as pessoas LGBT mostraram o corpo, o rosto e assumiram suas identidades para reivindicar seus direitos nas ruas, e um dos ativistas pioneiros do Estado da Paraíba, que conheceu de perto o nascedouro do “*fenômeno das paradas*” no eixo Rio-São Paulo, foi o militante José Walmir Ferreira, o Ferreirinha, passando a ser um defensor ferrenho para a realização da primeira parada da Paraíba, conforme seu relato:

Quando fui realizar a primeira parada aqui de João Pessoa, como coordenador, tive resistência da própria direção do movimento... Eu ia para São Paulo, ia para Rio participar das paradas de lá... Eu ia uma semana para participar da organização das paradas e vinha três dias após, porque eu ficava relatando, ajudando... E daí quando chegava aqui com um rascunho de projeto, diziam que não era coisa para João Pessoa, para a Paraíba e que não era hora ainda... Até que um dia eu disse está na hora sim... Aí eu pleiteei, briguei dentro do movimento, escrevi um projeto com a ajuda do pessoal do Rio e de São Paulo, mandei para o Ministério da Saúde, foi aprovado com valor na época de R\$ 7.500,00... Era um valor muito pouco, aí sai pegando apoios nos sindicatos, nos gabinetes de vereadores e deputados para realizar... Aí realizamos a primeira parada... [sic] (Entrevista com José Walmir Ferreira, 2021).

Retomando o histórico das paradas promovidas pelo MEL em João Pessoa, Paraíba, cabe salientar que Ferreirinha foi o coordenador das três primeiras paradas realizadas na capital paraibana, as quais ocorreram com poucos recursos, sendo subsidiadas por um projeto pontual para a realização do evento, sem ajuda da Prefeitura Municipal nem do Governo do Estado, contando apenas com o apoio financeiro de parlamentares, professores universitários, ONGs e sindicatos. Além das divergências internas do próprio movimento LGBT, que acontece desde a primeira edição do evento, conforme pontua o ativista que enfrentou “*resistência da própria direção do movimento*”, provavelmente porque a preocupação se acentuava pela falta de

recursos financeiros para a realização do evento, além do preconceito arraigado existente na Paraíba para que um ato dessa magnitude fosse realizado naquele período. Por isso, seus companheiros de luta diziam “*que não era hora ainda*”, possivelmente temendo represália e violência, conforme pontuou Luciano Bezerra Vieira no editorial do jornal “A Colmeia” após a realização da 1ª parada:

Em particular na região nordestina, conhecida pela herança de um machismo histórico, tal iniciativa revelou-se um grande avanço e um sinal de que pouco a pouco o preconceito e a discriminação contra os homossexuais vai perdendo espaço em todos os cantos do país. Na Paraíba, mesmo com muitos obstáculos ainda existentes, a **Primeira Parada pela Diversidade Sexual**, realizada pelo MEL, foi um brilho só. Muita gente bonita! Homossexuais, heterossexuais, lésbicas, drags, travestis presentes. Uma atividade “assumida” por todos e todas que lutam pelos Direitos Humanos sem nenhum tipo de exclusão e pelo aprofundamento da democracia em nosso país (A COLMEIA, nº 2, 2002, p. 2, grifos do autor).

De certo modo, o texto do dirigente do MEL aprovou o evento, dando como exitosa a sua realização, a partir do momento em que diz que foi “*assumida*” por todos e todas, reconhecendo que foi a assertiva a persistência do Ferreirinha para que a parada acontecesse na Paraíba. A primeira parada foi uma atividade cultural e política aguardada ansiosamente pela militância do MEL. Inicialmente, a pretensão era atingir 500 pessoas, embora o número de participantes e curiosos tenha sido ultrapassado.

Com isso, o “dia 08 de junho de 2002” foi histórico em João Pessoa, porque marca a data da realização da “1ª Parada da Diversidade Sexual na Paraíba”, que, diferentemente de outros Estados da federação, desde seu início, já contemplava a expressão “diversidade” em seu título, e não apenas orgulho gay, porque, embora tenha sido organizada pelo MEL, já prestigiava também as lésbicas e travestis, como também a inclusão da população em geral, tendo em vista, inclusive, a presença de “*heterossexuais*” no evento, conforme pontuou Vieira.

A parada aconteceu em um curto percurso, saindo do antigo Bar Beijo Gelado até o famoso Hotel Tambaú na orla pessoense. Essa edição pioneira ocorreu no final da tarde e causou grande frisson na cidade, já que era a primeira vez que a população LGBT saía às ruas para protestar e reivindicar direitos, tendo, como atração cultural, a cantora paraibana Cátia de França, a bateria da Escola de Samba Malandros do Morro e a cantora Rosa Duarte, esta acompanhada pelo violinista Cristiano Oliveira e a participação dos dirigentes da ABGLT que discursaram nessa edição pioneira, junto com políticos do campo progressista (A COLMEIA, nº 2, 2002).

Figura 16 – Cartaz da 1ª Parada pela Diversidade Sexual na Paraíba



Fonte: Arte criada e cedida por Luciel Araújo

No decorrer das entrevistas para esse estudo, dois ativistas relataram como era a dinâmica de realização das primeiras paradas realizadas em João Pessoa, segundo Ferreirinha:

A parada começava com a pré-parada, durante a Semana da Consciência Homossexual que era realizada oito dias antes da parada, onde acontecia os eventos de capacitação, as oficinas, as palestras, as intervenções em rádio, TV e jornal, com entrevistas... É... Exibindo documentários... E quando era no domingo, no dia da parada é quando vinham as pessoas do interior e as caravanas de outros estados, para a parada em si, né? Com trio elétrico, banda, drags, bolas e tomávamos conta ali da Avenida Cabo Branco, do antigo Beijo Gelado até o Hotel Tambaú [sic] (Entrevista com José Waldir Ferreira, 2021).

Relato semelhante foi proferido por Victor Pilato, demonstrando, assim, que havia uma metodologia aplicada na realização do evento que atraía tanto o público da capital como do interior da Paraíba e até de outros Estados vizinhos.

[...] o MEL fez momentos de formação que antecipava a parada quando fazíamos uma semana de formação e capacitação, de oficinas, de shows, de cultura... Era um momento muito importante que o MEL não se reunia apenas com os militantes de João Pessoa, mas de toda a Paraíba e até mesmo do Nordeste, vinham pessoas para essa semana de formação que culminava com a parada (Entrevista com Victor Pilato, 2021).

Dessa maneira, é perceptível que o MEL criou uma estratégia para trazer representantes do movimento LGBT do Nordeste e de outras cidades do Estado para garantir a representatividade do público no evento, promover formação para a militância e fortalecer laços de cooperação e solidariedade entre os grupos LGBT da região, tanto que era comum a existência de “*caravanas*” de militantes de Natal e do Recife que vinham prestigiar a parada de João Pessoa e vice-versa. Já foram realizadas 19 edições da parada em João Pessoa, de 2002 a 2020, conforme Quadro 7:

Quadro 7 – Relação das Paradas do Orgulho LGBT de João Pessoa/PB

EVENTO	TEMA	DATA
1ª Parada pela Diversidade Sexual na Paraíba	-	08/06/2002
2ª Parada pela Diversidade Sexual na Paraíba	Liberdade	08/06/2003
3ª Parada pela Diversidade Sexual na Paraíba	Travesti e Respeito	12/06/2004
4ª Parada pela Diversidade sexual da Paraíba	Direitos iguais: nem mais, nem menos	10/07/2005
5ª Parada pela Diversidade Sexual da Paraíba	Homofobia é crime. Justiça e Paz	06/08/2006
6ª Parada da Diversidade Humana e Cultural da Paraíba	Por uma sociedade sem racismo, sem machismo e sem homofobia	18/11/2007
7ª Parada do Orgulho LGBT de João Pessoa	Amor e respeito – Casamento Igualitário	16/11/2008
8ª Parada pela Cidadania LGBT de João Pessoa	Seus Direitos, meus Direitos, nossos Direitos Humanos	15/11/2009
9ª Parada da Diversidade Sexual da Paraíba	Vote contra a homofobia	05/09/2010
10ª Parada do Orgulho e da Cidadania LGBT de João Pessoa	Por uma Paraíba livre da homofobia	06/11/2011
11ª Parada do Orgulho e da Cidadania LGBT de João Pessoa	Afirmando Direitos e Cidadania	26/08/2012
12ª Parada do Orgulho LGBT de João Pessoa	Respeito e Liberdade caminhando Lado a Lado	25/08/2013
13ª Parada do Orgulho LGBT de João Pessoa	Somos muitos nas ruas e milhões nas urnas	06/09/2014
14ª Parada do Orgulho LGBT de João Pessoa	Respeito se aprende em casa e na escola: por uma educação inclusiva	25/07/2015
15ª Parada do Orgulho LGBT de João Pessoa	Combatendo a LGBTfobia nas ruas e nas urnas	21/08/2016
16ª Parada do Orgulho LGBT+ de João Pessoa	Resistência é close, nenhum direito a menos	24/09/2017
17ª Parada do Orgulho LGBT+ de João Pessoa	Lacrando nas ruas e nas urnas	02/09/2018
18ª Parada LGBT+ de João Pessoa	50 anos de Stonewall: memória, verdade e justiça	29/09/2019
19ª Parada LGBTQIA+ de João Pessoa ¹⁷⁴	Movimento Social é força, garra e atitude. Viva Fernanda Benvenutty	13/12/2020

Fonte: Elaborado e atualizado pelo autor com dados compartilhados por Cleber Ferreira¹⁷⁵

¹⁷⁴ Em virtude da pandemia da COVID-19, a parada do ano de 2020 foi realizada no formato *on line*, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cc3qkbTfIJQ> Acesso em: 19 dez. 2021.

¹⁷⁵ Informações postadas por Cleber Ferreira em 23/10/2020, às 13:56, no Grupo Associados do MEL.

Cabe destacar que os eventos elencados no quadro acima foram realizados na cidade de João Pessoa, tendo em vista que o foco da pesquisa são as ações educativas e sociopolíticas promovidas pelo MEL, o qual vem participando ativamente da organização da parada desde a sua primeira edição em 2002 até o ano em curso. Inicialmente, a parada era realizada na capital paraibana, mas contemplava todo o Estado, já que não acontecia em outras cidades, tendo sido, por isso, denominada “Parada pela Diversidade Sexual da Paraíba” até 2006. A partir da segunda edição da parada, passaram a fazer parte da comissão organizadora a Associação das Travestis da Paraíba (ASTRAPA) e o Grupo de Mulheres Maria Quitéria (GMMQ), fundados no final do ano de 2002, resultantes do crescimento do movimento e da ascensão identitária conquistada pelas travestis e lésbicas, inclusive, após a realização da primeira parada e dos processos de formação, o que também contribuiu para uma redefinição do MEL, enquanto grupo misto.

Outro fato a enfatizar é que as paradas foram se potencializando no Brasil, na Paraíba e em João Pessoa, a partir da ascensão do campo progressista aos governos, tanto no âmbito federal, como estadual e municipal. A ascensão de partidos de esquerda e aliados (as) no Poder Executivo, com a vitória do Ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2003, do Partido dos Trabalhadores (PT), favorecendo o financiamento das paradas em nível nacional por parte do Ministério da Saúde e, posteriormente, pelo Ministério da Cultura. Já na esfera estadual e municipal, passaram a ter o apoio institucional e financeiro na realização do evento.

De acordo com Ferreirinha, após a terceira parada, realizada em 2004, foi criado um fórum das paradas, composto por entidades de outros municípios paraibanos, a exemplo do Grupo Gayreiros do Vale do Paraíba (GVP), de Itabaiana e da Associação de Homossexuais de Campina Grande (AHCG) fundados naquele ano, que contribuíram tanto na organização do evento âncora, que acontecia na capital, como impulsionaram a realização de paradas no interior do Estado. Em 2005, aconteceu a primeira parada de Itabaiana e, a partir de 2007, passou a ser promovida também em Campina Grande, organizadas pelo GVP e pela AHCG, respectivamente. Atualmente, já aconteceram inúmeras paradas em diversas cidades paraibanas, a exemplo de Itabaiana, Campina Grande, Guarabira, Cajazeiras, Cabedelo, Conde, Remígio, Santa Rita, Pedra Lavrada, Sapé, Baía da Traição, entre outras.

Notadamente, no Quadro 7, é visível que, em toda edição do evento, adota-se um tema, com exceção do ano inaugural. Já no segundo ano, em 2003, a temática escolhida foi “Liberdade”, possivelmente resultante do êxito do ano anterior e uma demonstração explícita do que o movimento LGBT desejava para sua comunidade, já que a 2ª edição foi marcada por “todas as cores do arco-íris se derramando pelo asfalto escuro da cidade numa manifestação

política, cultural e social, cujo objetivo mais grandioso era um só – a defesa da diversidade”. Além de ter sido marcada pela aprovação da Lei Estadual nº 7.309/2003¹⁷⁶, que proíbe qualquer forma de discriminação e preconceito ao cidadão com base na orientação sexual e identidade de gênero. Daí o pioneirismo do MEL e do movimento LGBT paraibano, que, já no início dos anos 2000, reivindicou, cobrou e conseguiu junto ao Poder Legislativo, por meio do então Deputado Estadual Ricardo Coutinho, uma lei que proibisse a discriminação contra a população LGBT no âmbito estadual, algo inédito no país naquele período e que se tornaria referência para outros Estados e municípios, embora tenha demorado demasiadamente a eficácia da lei junto ao Poder Público (A COLMEIA, nº 3, 2003, p. 1).

Ainda chama a atenção que os temas adotados nas demais edições da parada são relacionados à luta social e buscam dar visibilidade às temáticas inerentes ao movimento LGBT, como “direitos”, “homofobia”, “amor”, “igualdade”, “respeito”, “resistência” e “liberdade”. Curiosamente, nos anos eleitorais, a organização sempre fez uso de um tema semelhante que faz explicitamente alusão às ruas e às urnas, pedindo a militância e a população em geral que “*vote contra a homofobia*” como em 2010 ou enfatizando que “*somos muitos nas ruas e milhões nas urnas*” (2014), “*combatendo a LGBTfobia nas ruas e nas urnas*” (2016) e “*lacrando nas ruas e urnas*” (2018). Sendo assim, o movimento LGBT intensificava esses temas políticos, visando a uma maior politização e destaque das temáticas vinculadas ao movimento social para conscientizar o eleitorado e candidatos (as) da existência da população LGBT. Daí a reivindicação de direitos e políticas públicas para o segmento nos eventos.

A iniciativa de adotar temas políticos já vinha acontecendo nas paradas de outros Estados, mas, na Paraíba, coincidiu com a candidatura da militante e travesti Fernanda Benvenutty a vereança no ano de 2004, um fato novo e raro na capital paraibana para aquele momento. Daí a temática escolhida para a “3ª Parada pela Diversidade Sexual da Paraíba” foi “travesti e respeito”, semelhante a uma campanha que o Ministério da Saúde tinha lançado e buscava impactar a sociedade naquele ano eleitoral, além de promover a dignidade das travestis e transexuais do Estado e do Brasil que estavam ganhando visibilidade e espaço naquele momento (Ver cartaz das primeiras paradas no ANEXO M, p. 277).

Em 2019, quando se celebravam os “50 anos de Stonewall”, coincidiu com a 18ª Parada LGBT de João Pessoa, atingindo, assim, a maior idade, sendo incluída no Calendário Turístico

¹⁷⁶ Lei de autoria de Ricardo Coutinho que foi Deputado Estadual de 1999 a 2004, sancionada pelo Ex-Governador Cássio da Cunha Lima em 10 de janeiro de 2003.

e Cultural do Estado da Paraíba por meio da Lei nº 11.584/2019¹⁷⁷, de autoria da Deputada Estadual Estela Bezerra, cuja iniciativa potencializou o evento, possibilitando o apoio institucional do governo para sua realização. Já em 2020, ocorreu uma parada histórica em virtude de ter sido realizada pela primeira vez de forma virtual, em virtude da pandemia da COVID-19. Com isso, não teve a participação do público e do tradicional trio elétrico pela orla pessoense. A 19ª edição foi uma justa e merecida homenagem à ativista Fernanda Benvenutty (*in memoriam*), daí o tema “Movimento Social é força, garra e atitude”. Essa parada foi coordenada por Tony Ramerson (*in memoriam*) que, em 2021, foi mais uma vítima da COVID-19.

A parada ocupa um lugar muito especial na memória tanto dos interlocutores da pesquisa como do pesquisador, que foi apresentador oficial do evento em várias edições, sendo, inclusive, o responsável por elaborar o texto dos manifestos que eram lidos na abertura, mas especialmente pelo “fato de as paradas serem atos de liberdade as tornam atos políticos” em que a militância reivindica, protesta, briga, porém também se diverte, ama e se liberta. Enfim, as paradas foram essenciais para as conquistas que hoje o movimento LGBT no Brasil e na Paraíba alcançaram, já que contribuíram para dar visibilidade aos problemas e negligências do Estado perante essa população, tais como a discriminação, o preconceito, a violência e os assassinatos, o que resultou na elaboração e na implementação de políticas públicas executadas ao longo das últimas décadas. No entanto, o MEL vem, desde o início da década de 2000, lutando nas ruas por meio das paradas pelos Direitos Humanos da população LGBT (JESUS, 2010, p. 162).

Outro importante espaço de engajamento e participação política que a militância do MEL ocupou foram as instâncias de controle social, tais como conselhos e conferências de políticas públicas, conquistados, inclusive, por meio das paradas do Orgulho LGBT. Mas é preciso esclarecer que esses espaços foram conquistados pela sociedade civil organizada após a promulgação da Constituição de 1988, em que as Organizações Não Governamentais passaram a se engajar na luta por cidadania e direitos humanos, a partir da democracia representativa que foi se constituindo ao passar dos anos com a criação dos conselhos, a realização de conferências, a instalação de ouvidorias, a implementação de instrumentos de participação social, como os orçamentos participativos (AVRITZER, 2013).

¹⁷⁷ A Lei nº 11.584/2019, de autoria da Deputada Estadual Estela Bezerra, no momento em segundo mandato (2015-2022), foi publicada no Diário Oficial nº 17.020, em 12 de dezembro de 2019, promulgada pelo Presidente da Assembleia Legislativa Adriano Galdino.

A Constituição Cidadã de 1988 assegurou os direitos políticos, sendo, assim, inseridos mecanismos de participação social, tais como: plebiscito, projetos de lei de iniciativa popular, referendo, instituição de audiências públicas, o direito à livre associação, criação de instâncias de controle social e a descentralização das políticas sociais (LYRA, 1999; BRASIL, 2007).

Segundo Feitosa (2018, p. 436), esse conjunto de fatores possibilitou uma participação social LGBT, mas é preciso entendermos que:

A participação social LGBT compreende, portanto, um conjunto de ações reivindicatórias e propositivas, mas é melhor empregada para as relações envolvendo o Estado e sua estrutura político-administrativa. Deve-se compreender a história da participação social LGBT como parte da própria trajetória da participação no Brasil com os seus momentos, conjunturas, contextos, fases, etapas e sentidos [sic].

De fato, é preciso compreender que o movimento LGBT foi se inserindo nas instâncias de controle social, a partir da sua interlocução com o Estado e a agenda política que vinha sendo traçada, inclusive quando denunciava as violências e assassinatos da população LGBT ou na reivindicação por um melhor atendimento para as pessoas acometidas com o HIV/AIDS. Portanto, o MEL, desde sua fundação, passou a atuar nas instâncias de controle social na Paraíba, inicialmente em 1997, no Conselho Estadual de Direitos Humanos (CEDH), quando ainda se chamava Conselho Estadual de Defesa dos Direitos do Homem e do Cidadão (CEDDHC), especificamente na Comissão de Prevenção e Combate à Violência. O MEL é membro deste conselho até os dias atuais. Em seguida, passou a integrar o Conselho Estadual de Saúde entre os anos de 2001 e 2002, especialmente porque, naquele momento e conjuntura, como cita Feitosa, era preciso fazer parte daquela instância para atuar em rede, visando denunciar e propor ações em prol do segmento LGBT (VIEIRA, 1999; 2008).

Com o passar dos anos, o MEL foi participando de redes e fóruns da sociedade civil organizada, o que otimizou a agenda política da luta LGBT tanto na capital paraibana, como no Estado e no Brasil como um todo, conforme foi descrito na edição especial do editorial do boletim informativo “A Colmeia” do ano de 2004:

Já integramos o Conselho Estadual de Saúde (2001-2002), hoje somos membros do Conselho Estadual dos Direitos Humanos (CEDH) e estamos participando de diversas articulações de ongs e movimentos sociais que fortalecem e ampliam a nossa visibilidade e respeitabilidade, que cumprem papel social no estado e no país, a exemplo da Central de Movimentos Populares (CMP), Articulação Estadual de Políticas Públicas, Coordenação de Movimentos Sociais, Fórum de Ongo/Aids da Paraíba, Articulação Nacional de Educação Popular e Saúde (ANEPS-PB), Associação Brasileira de Gays,

Lésbicas e Travestis (ABGLT), Movimento Nacional de Direitos Humanos – PB/NE e FERURB (Fórum Estadual de Reforma Urbana) [sic] (A COLMEIA, Edição Especial, de 2004, p. 2).

Dentre os agrupamentos citados, ressalto que foram identificados, no decorrer da pesquisa documental, que o MEL foi um dos fundadores da CMP tanto em nível nacional como local, em 1993, e também da ABGLT em 1995, além de ter sido o primeiro grupo homossexual a ingressar o MNDH no ano de 1997 (MEL, 2002; VIEIRA, 2008). Com isso, foram se ampliando a representação e a participação cidadã do movimento LGBT nesses fóruns que também eram espaços de aprendizados para a militância que ora representava a entidade e/ou o segmento, seja nas reuniões ou nos encontros. Vários interlocutores deste estudo relataram que representaram o MEL tanto nos conselhos como nas redes listadas anteriormente, a exemplo de Ibanez Duarte e Renan Palmeira, os quais foram conselheiros do CEDH. Já Ferreirinha participava da CMP e do Fórum ONG/AIDS da Paraíba, como também Malu Morenha e Victor Pilato participaram posteriormente desse fórum, em momentos distintos, inclusive, sendo mencionado por Pilato como um importante instrumento para sua formação como militante:

Eu só sou hoje o militante que sou e tenho a consciência política que eu tenho hoje, eu devo ao MEL. Porque o MEL me proporcionou várias viagens no Nordeste e no Brasil... E foi aprendendo com pessoas do Nordeste e do Brasil, aprendendo, inclusive palavras que eu não sabia pronunciar ou o significado, eu não sabia o que significava advocacy¹⁷⁸, eu aprendi com o MEL e na representatividade que eu fazia do MEL... Às vezes eu estava em uma reunião do Fórum ONG/Aids, tinham palavras específicas do movimento que eu nem sabia o significado, não sabia decifrar o código da palavra... E esses espaços foram de formação, inclusive de conhecimento, quando representei o MEL no Fórum ONG/Aids da Paraíba... Eu fui representar o MEL, no Encontro Regional de ONG Aids, em Natal; eu representei no MEL, no Fórum Nacional ONG Aids, no ENONG, em Curitiba; eu fui representar o MEL, na Articulação Nacional de AIDS, no Rio de Janeiro... E tudo isso foram espaços de formação que contribuíram para minha formação de militante... [sic] (Entrevista com Victor Pilato, 2021).

Corroboro com Pilato no sentido de que, de fato, o MEL nos proporcionou importantes espaços de aprendizados que contribuíram tanto para a nossa formação como cidadão e militante, já que muitos de nós não teríamos as oportunidades que tivemos no movimento social, como conhecer outras cidades e Estados da federação que acabam sendo momentos de troca e

¹⁷⁸ De acordo o Manual de Comunicação LGBT da ABGLT, *Advocacy* é uma expressão inglesa sem tradução formal para a língua portuguesa, que pode ser definida como “argumentar em defesa de uma causa ou alguém”. Com isso, o movimento LGBT passou a criar “estratégias de ação para conquista de direitos e desenvolvimento de políticas públicas em diversas áreas relacionadas às temáticas LGBT” junto ao Poder Público tanto em nível nacional como local (ABGLT, 2010, p. 30).

compartilhamentos de saberes e experiências entre militantes de todo o país, daí a hombridade do ativista em afirmar que aprendeu, inclusive, novas expressões e vocábulos a partir desses espaços de representação da entidade. Recordo que também fui conselheiro do CEDH e representei o MEL na CMP, na Articulação Estadual de Políticas Públicas e no FERURB, nos quais aprendi muito sobre políticas sociais e temáticas, que, depois, me serviram de conhecimento adquirido quando atuei profissionalmente na gestão pública.

O MEL, no início dos anos 2000, ocupava dezenas de representação em diversos conselhos, redes e fóruns, conforme já mencionamos, o que demandava tempo, disponibilidade, força de vontade e garra de sua militância, ocasionando frutíferos processos formativos, como relatado por Victor Pilato, mas também atritos, conflitos, desgaste físico e mental dos ativistas que eram poucos para muitas atribuições e tarefas que o momento clamava. Assim, vários desses espaços eram representados pelos mesmos militantes, a exemplo de Luciano Bezerra Vieira, que se desdobrava como liderança para se fazer presente em diversas reuniões e representações simultaneamente, tornando-se onipresente, na maioria das vezes, para garantir, além da representatividade, as pautas e a agenda política do movimento LGBT.

Enalteço que tanto o MEL como o movimento LGBT tinham ânsia por políticas públicas para o segmento, daí a necessidade de otimizar a representatividade nos diversos espaços da sociedade. Com isso, a expressão *advocacy*, citada pelo ativista, foi muito difundida e colocada em prática pelo movimento social em meados de 2003, quando o PT assumiu a Presidência da República e intensificou a realização das conferências de políticas públicas. Dessa maneira, o MEL, por meio de Luciano Bezerra Vieira, participou arduamente da elaboração e implementação do Brasil sem Homofobia (BSH): Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT e Promoção da Cidadania Homossexual, lançado em 2004, o qual possibilitou o amplo diálogo do Governo Federal com as lideranças do movimento LGBT em âmbito nacional (GOMES, 2016).

Em minha dissertação de mestrado, analisei as ações do BSH na cidade de João Pessoa, constatando a importância desse programa de governo para a população LGBT, já que a sua transversalidade com as políticas públicas ultrapassaram a esfera da saúde, a única área que promovia intervenções voltadas ao segmento.

O Programa Brasil sem Homofobia é fruto da articulação do Movimento LGBT Brasileiro junto ao Poder Público, o qual se tornou referência, já que foi uma iniciativa inédita que conseguiu articular de forma transversal e intersetorial políticas para a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais existentes no país afora, possibilitando o financiamento e a

parceria com governos estaduais, municipais, ONGs e universidades para execução de políticas de enfrentamento a homofobia (GOMES, 2016, p. 73).

Portanto, o BSH foi um marco para as conquistas do movimento LGBT no âmbito governamental, tanto que, na Paraíba, a militância do MEL, como também da ASTRAPA, do GMMQ e do GVP passaram a participar intensamente do ciclo de conferências suscitado pelos governos petistas. Assim, os militantes estiveram presentes desde 2004 nas Conferências de Saúde, Conferências das Cidades, Conferências de Direitos Humanos, Conferências de Educação, tanto em nível local como nacional, sendo o ápice da participação cidadã desse movimento a realização da “I Conferência Nacional GLBT¹⁷⁹”, no ano de 2008, que foi precedida de etapas estaduais e contou com a participação do então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva e de mais 1.500 pessoas em Brasília.

De acordo com Feitosa (2018, p. 443), houve um “*tsunami*” da participação social LGBT na era petista. Assim sendo:

Dessa 1ª Conferência resultaram importantes ganhos: o lançamento do Plano Nacional LGBT; a instalação da Coordenação-Geral de Promoção de Direitos LGBT na estrutura burocrática da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; o Conselho Nacional LGBT e a adoção pelo movimento social e pelo governo da sigla “LGBT” em substituição à “GLBT” com o intuito de fortalecer politicamente o segmento de lésbicas.

Desse modo, os Estados e municípios, após essa primeira conferência, passaram a adotar e implantar o que ficou conhecido como “Tripé da cidadania LGBT”, visando à criação de coordenadorias, conselhos e orçamento para as políticas públicas para esse segmento social, a partir da reivindicação e pressão social do movimento LGBT nas três esferas da federação, tendo como exemplo a estrutura implantada no Governo Federal como a “*Coordenação-Geral de Promoção de Direitos LGBT*” e “*Conselho Nacional LGBT*”, embora com pouco orçamento financeiro para executar suas ações. A Conferência Nacional LGBT ainda teve duas outras edições, sendo a 2ª edição realizada em 2011, e a 3ª edição, no ano de 2016, ambas no Governo de Dilma Rousseff.

Mas, com o golpe político, jurídico e midiático que tirou do poder a ex-presidente legitimamente eleita Dilma Rousseff, ocorreu posteriormente a eleição de 2018 em que Jair Bolsonaro foi eleito presidente, e, com isso, esses importantes espaços da democracia

¹⁷⁹ A sigla está escrita no formato da grafia da época, já que foi exatamente após a realização da I Conferência Nacional GLBT, realizada de 5 a 8 de junho de 2008, em Brasília/DF que aconteceu a alteração de GLBT para LGBT (GOMES, 2016).

representativa foram extintos por meio do Decreto nº 9.759/2019¹⁸⁰. Entre os quais, o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT). Um retrocesso na participação cidadã, que, inclusive, revogou a Política Nacional de Participação Social¹⁸¹, numa demonstração antidemocrática e autoritária, já que esses colegiados foram conquistados na Constituição de 1988.

No Estado da Paraíba e na capital João Pessoa, criou-se e executou-se uma série de ações e políticas públicas para LGBT nos últimos 15 anos, as quais serão mais bem detalhadas no último tópico deste capítulo. Mas destaco a criação, no ano de 2014, do Conselho Estadual dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais da Paraíba (CEDLGBT/PB) como uma das grandes conquistas da sociedade civil voltada para a participação social. O CEDLGBT foi criado na Gestão do Ex-Governador Ricardo Coutinho, por meio de um decreto estadual¹⁸², posteriormente regulamentado pela Lei nº 11.000/2017¹⁸³ e vinculado à Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH), tendo como a primeira presidente a ativista Fernanda Benvenutty (*in memoriam*), de 2015 a 2016¹⁸⁴, que representava a ASTRAPA no referido conselho (SOARES; SCHULTZ, 2018, p. 81).

No ano de 2015, foi criado o Conselho Municipal de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CMCDPDH- LGBT) no município de João Pessoa durante a Gestão do Ex-Prefeito Luciano Cartaxo, por meio da Lei nº 13.049/2015¹⁸⁵, tendo como primeiro presidente o militante Luciano Bezerra Vieira (*in memoriam*), que representava o MEL no conselho.

O MEL, ao passar dos anos, ampliou a sua participação em instâncias de controle social, a partir da demanda do público que era atendido pela instituição. Com isso, também atuou ativamente no Conselho Estadual de Juventude da Paraíba (CEJUP/PB) e no Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA/PB), tendo em vista que tanto a juventude permanecia sendo foco do movimento LGBT como a necessidade da inserção na política

¹⁸⁰ Decreto assinado em 11 de abril de 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9759.htm Acesso em: 11 jan. 2022.

¹⁸¹ Implantada no Governo Dilma Rousseff que tinha a finalidade de fortalecer e articular as instâncias de controle social entre a Administração Pública Federal e a Sociedade Civil.

¹⁸² Decreto nº 35.004, de 21 de maio de 2014, publicado no Diário Oficial nº 15.539, em 22 de maio do mesmo ano. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/doi/2014/maio/diario-oficial-22-05-2014.pdf/view> Acesso em: 04 jan. 2022.

¹⁸³ A Lei nº 11.000/2017, de 24 de outubro de 2017, de autoria do Poder Executivo, proposta pela Deputada Estadual Estela Bezerra e publicada no Diário Oficial nº 16.483. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/doi/2017/outubro/diario-oficial-25-10-2017.pdf/view> Acesso em: 04 jan. 2022.

¹⁸⁴ Disponível em: <http://antigo.paraiba.pb.gov.br/index-37542.html> Acesso em: 04 jan. 2022.

¹⁸⁵ A Lei nº 13.049, de 17 de julho de 2015 foi publicada no Semanário Oficial nº 1489, de 09 a 15 de agosto de 2015.

pública de segurança alimentar, já que havia militantes em situação de vulnerabilidade social. Sendo assim, a atuação do MEL como conselheiro do CONSEA/PB possibilitou a distribuição de alimentos para a população LGBT atendida pela entidade por meio do Banco de Alimentos do município (Tabloide A Colmeia, 2013).

Em suma, o MEL incentivou o engajamento e a participação política de sua militância tanto nas ruas, com a realização das paradas, como nas instâncias de controle social, resultando, inclusive, na criação dos conselhos de políticas públicas para LGBT no Estado e no município, algo impensado nos anos de 1990, quando a entidade foi criada e precisava disputar os assentos com outras instituições da sociedade civil e do poder público para ter vez e voz. Mas, como diria Gohn (2007, p. 19), “a participação passa a ser concebida como uma intervenção social, periódica e planejada, ao longo de todo circuito de formulação e implementação de uma política pública”. Sendo assim, compreendo que a ocupação das ruas, dos gabinetes, e a participação nas conferências ao longo dos 28 anos de existência foi crucial para a conquista desses espaços, que, até os dias atuais, ainda têm representação do MEL, a exemplo do CEDH, Conselho Municipal de Saúde, CEDLGBT/PB, CMCDPDH – LGBT, Comitê de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, CONSEA/PB, entre outros.

5.3 Da utopia às políticas públicas para LGBT na Paraíba

O início do Século XXI no Brasil, em especial para o campo popular, foi marcado pelo signo da esperança e da mudança, tão almejadas e desejadas por milhares de brasileiras e brasileiros que já tinham vivido 21 anos de regime autoritário (1964-1985) e mais de uma década de governos neoliberais¹⁸⁶, mesmo após o processo de redemocratização do país. Os primeiros anos do novo século foram sonhados “sem medo de ser feliz”¹⁸⁷ pela militância social, que, desde 1989, acreditava que um dia, um operário, retirante do Nordeste e filho de uma agricultora, pudesse ser Presidente do Brasil pela via democrática. Com isso, o ano de 2002 foi caracterizado pelas eleições presidenciais em que a utopia como sinônimo de esperança, a partir dos ideais e da concepção de Paulo Freire (2016, p. 62), foi se tornando realidade, pois “os sonhos são projetos pelos quais se luta. Sua realização não se verifica facilmente, sem obstáculos. Implica, pelo contrário, avanços, recuos, marchas às vezes demoradas. Implica luta”.

¹⁸⁶ Governo Fernando Collor de Mello (1990-1992); Governo Itamar Franco (1992-1995); Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003).

¹⁸⁷ *Jingle* da campanha do candidato Luiz Inácio Lula da Silva no ano de 1989.

E essa marcha de eleger um presidente com a cara do povo demorou mais de 13 anos de luta social desde a comovente campanha eleitoral de 1989, que marcou a escolha pelo voto direto, graças à promulgação da Constituição de 1988¹⁸⁸. Assim, no dia 1º de janeiro de 2003, aconteceu a posse do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Palácio do Planalto, legitimamente eleito pelo voto popular, um momento de consagração, celebração e de forte emoção que ficou marcado como o dia em que a esperança venceu, e vale a pena assistir novamente a essas imagens nas plataformas de compartilhamento de vídeos.

Entendo que a vitória e a posse do Ex-Presidente Lula têm uma dimensão histórica para a nação, por isso, a finalidade de destacar esse fato histórico, sem nenhuma intencionalidade de fazer proselitismo político-partidário. Mas demonstrar que foi a primeira vez, na História Cultural e Política do Brasil, que um cidadão comum, oriundo das classes populares, chegou ao maior cargo político do país, em pleno regime democrático, já que o nosso processo histórico é marcado por séculos de colonialismo e escravidão, além de décadas de imperialismo, coronelismo e ditaduras civil-militares. Além disso, esse acontecimento está intrinsecamente relacionado aos movimentos sociais, além de ser um exemplo explícito do que é o conceito de utopia com base no pensamento Freireano, já que o sonho é pensar no amanhã, anunciando e esperando os sinais de um novo mundo, como diria o autor:

Para mim, ao repensar nos dados concretos da realidade, sendo vivida, o pensamento profético, que é também utópico, implica a *denúncia* de como estamos vivendo e o *anúncio* de como poderíamos viver. É um pensamento esperançoso, por isso mesmo. É neste sentido que, como o entendo, o pensamento profético não apenas fala do que o entendo, o pensamento profético não apenas fala do que pode vir, mas, falando de como está sendo a realidade, *denunciando-a*, *anuncia* um mundo melhor (FREIRE, 2016, p. 137).

Assim sendo, compreendo que, para Freire, a utopia é o “*anúncio*” do que está por vir, mas sem a idealização fixa ou ideal que o dicionário costuma atribuir a esse vocábulo¹⁸⁹, já que, ao mesmo tempo em que precisamos acreditar e esperar por dias melhores, devemos fazer a “*denúncia*” da realidade que vivemos para, juntos, analisarmos e nos conscientizarmos que é possível mudar e ter um outro futuro, um novo país, um mundo livre da opressão e da discriminação, uma sociedade mais humana, fraterna e solidária, já que a utopia resulta do

¹⁸⁸ Em 05 de outubro de 1988, após a Assembleia Constituinte.

¹⁸⁹ No Dicionário Houaiss Conciso, utopia é a “descrição imaginativa de uma sociedade ideal”. Etimologia: “lat. *utopia*, nome dado por Thomas Morus a uma ilha imaginária, com um sistema sociopolítico ideal” (HOUAISS, 2011, p. 943).

sonho coletivo, como diria o saudoso Raul Seixas em uma de suas famosas canções: “Sonho que se sonha junto é realidade”.

De acordo com Peroza e Schiffer (2008, p. 2):

O termo utopia, desde que surgiu, carrega consigo uma conotação político-social. O termo é uma composição de duas palavras gregas: *ou* (indica negação, não) e *topos* (lugar). Para o português é traduzido de algumas formas das quais as mais comuns são: “o lugar que não existe”; “o lugar do melhor”; ou ainda, “o não lugar”.

Com certeza, a “*conotação político-social*” da utopia frisada pelos autores é o que guiava o movimento social no começo do novo século, especialmente o movimento LGBT quando da ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao Poder Executivo no ano de 2003, já que essa vitória aqueceu a esperança em toda a militância, acreditando que um outro Brasil era possível. Entretanto, a utopia é carregada de sonhos, inclusive, do “lugar que ainda não existe”, daí os empecilhos a superar, porque, segundo Freire (2016, p. 62), “a transformação do mundo a que o sonho aspira é um ato político e seria ingenuidade não reconhecer que os sonhos têm seus contrasonhos”.

Os “contrasonhos” do movimento LGBT eram visíveis, já que não existiam políticas públicas para o segmento por parte do poder público, além da discriminação, preconceito e violência que essa população sofria e continua sofrendo até os dias atuais. Uma forma de mostrar para a sociedade que o segmento existia foi denunciar o alarmante crescimento de mortes dessa comunidade. Com isso, o Movimento do Espírito Lilás (MEL) na Paraíba, como os agrupamentos LGBT dos demais Estados da Federação, passaram a divulgar anualmente o Relatório de Assassinatos de LGBT.

A sistematização de dados das mortes de homossexuais e transexuais no Brasil foi uma metodologia adotada e compartilhada pelo Grupo Gay da Bahia (GGB) para os demais grupos de todo o país, por meio de um manual de coleta de informações, sistematização e mobilização política contra crimes homofóbicos, o que possibilitou que o movimento LGBT denunciasse os assassinatos que eram subnotificados pelas autoridades, sendo as manchetes de jornais impressos, à época, a principal de fonte de informação sobre esses crimes, posteriormente também recorrendo aos portais de notícias na Internet (MOTT, 2000).

Na Paraíba, o MEL passou a fazer denúncias na imprensa desde o ano de 1993, cuja tabela de assassinatos de homossexuais passou a ser organizada e sistematizada com dados dos primeiros anos da década de 1990, inicialmente por Luciano Bezerra Vieira e depois por Felipe Santos, que monitorava os jornais de circulação no Estado e organizava o documento citado.

De 1990 a 2003, já haviam sido mortos “33 pessoas em diversas cidades paraibanas”, o que mobilizou o movimento a denunciar e também clamar por justiça, abrindo a possibilidade de diálogo junto à Assembleia Legislativa do Estado para a realização de audiência pública com o foco de debater tais crimes de ódio (MEL, 2003, p. 5; VIEIRA, 2002).

O MEL passou a ocupar os meios de comunicação, denunciando a violência contra os homossexuais, e assim conseguiu, junto ao então Deputado Estadual Ricardo Coutinho (1999-2004), a elaboração de uma lei que proibisse a discriminação com base na orientação sexual no Estado da Paraíba. Sendo assim, foi aprovada a Lei nº 7.309, de 10 de janeiro de 2003, e sancionada pelo Ex-Governador Cássio Cunha Lima, um avanço para os Direitos Humanos da população LGBT paraibana, já que foi a primeira lei em âmbito estadual que fazia alusão explícita à liberdade de orientação sexual. A lei originalmente fixava 12 atos de discriminação em razão da orientação sexual, sendo incluído o preconceito por identidade de gênero em 2017¹⁹⁰, mas não teve efeito imediato, porque não foi regulamentada, embora tenha tido um forte impacto educativo na sociedade paraibana (PARAÍBA, 2006).

Cabe mencionar que Ricardo Coutinho é um aliado histórico do Movimento LGBT da Paraíba desde a época em que era vereador da capital paraibana (1993-1999)¹⁹¹, oriundo das lutas sociais, com forte atuação no movimento estudantil e sindical, cuja trajetória política sempre foi marcada por iniciativas e ações voltadas para a inclusão das pautas de gênero, étnico racial e diversidade sexual tanto no Poder Legislativo como no Poder Executivo, dentre as quais, as políticas públicas voltadas a população LGBT.

A partir de 2003, o MEL inicia a luta por políticas públicas para LGBT e, assim, começa a traçar estratégias com as articulações de âmbito nacional para fortalecer a agenda política local e vice-versa. Dessa forma, o Movimento LGBT e o movimento social em geral sinalizavam, nas cinco regiões do país, que almejavam participar do ciclo de políticas públicas para os diversos segmentos sociais, especialmente porque vivíamos um tempo de mudanças no cenário político tanto em nível nacional como local (RUA, 2012).

¹⁹⁰ A Lei nº 10.909, de 08 de junho de 2017, de autoria da Deputada Estadual Estela Bezerra, alterou a Lei nº 7.309 para incluir o preconceito em virtude da identidade de gênero como ato discriminatório, além de atualizar as multas e sanções. Dessa forma, passaram a ter 13 atos de discriminação. Publicada no Diário Oficial nº 16.389 e sancionada pelo Governador Ricardo Coutinho. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/doe/2017/junho/diario-oficial-09-06-2017.pdf/view> Acesso em: 11 jan. 2022.

¹⁹¹ O político “Ricardo Vieira Coutinho nasceu em João Pessoa/PB, em 1960”. Farmacêutico, foi Vereador em João Pessoa (1993-1999) e Deputado Estadual (1999-2004) pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Depois, pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) foi eleito Prefeito de João Pessoa (2005-2010) e Governador do Estado da Paraíba (2011-2019) (FUNDAÇÃO JOÃO MANGABEIRA, 2020, p.12-13).

Com isso, o MEL realizou na Paraíba o “1º Encontro Nacional do Setorial GLBT de Movimentos Populares da Central de Movimentos Populares (CMP)”¹⁹², com a participação de cerca de 100 pessoas de 10 Estados da Federação, com abertura e sessão especial na Assembleia Legislativa e audiência com o Chefe da Casa Civil do Governador intermediada por Ricardo Coutinho, em que foi reivindicada, além da regulamentação da Lei 7.309/2003, a “criação de um serviço Disque Antiviolação Homossexual e uma coordenadoria especializada no atendimento aos casos de discriminação contra homossexuais”, embora nenhum dos pleitos tenham sido atendidos naquela época, mas já demonstrava que o movimento LGBT local estava sintonizado com as pautas nacionais antes mesmo da realização das conferências de políticas públicas para LGBT que só viria acontecer anos depois (A COLMEIA, nº 5, 2003, p. 1).

No ano seguinte, o MEL promoveu uma de suas ações educativas e sociopolíticas mais icônicas que já realizou nesses últimos 28 anos de existência, o “Seminário Desejo e Poder: plano de políticas públicas para as cidades do Nordeste”¹⁹³, realizado em 2004, com a participação de mais de 200 pessoas, tendo representantes do Movimento LGBT de todos os nove Estados da região. O evento foi promovido pela Secretaria da Região Nordeste da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) e executado pelo MEL na Paraíba, que tinha, à época, o educador Luciano Bezerra Vieira como secretário e presidente da entidade local, respectivamente, contando, ainda, com o apoio da Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE) e do Ministério da Saúde para sua realização (GOMES, 2004).

A ABGLT e o MEL sentiram-se motivados a realizar esse evento no ano de 2004, marcado pelas eleições municipais, tendo desencadeado diversas candidaturas de ativistas sociais, dentre as quais, a de Fernanda Benvenutty, candidata a vereadora na capital paraibana pelo Partido dos Trabalhadores (PT) naquele ano – um fato inusitado e inédito para os pessoenses que, pela primeira vez, viram uma política travesti disputando o pleito eleitoral. Nessa eleição, ela obteve 935 votos, não conseguindo o número suficiente para ser eleita, mas ainda disputaria outras três eleições em 2008, 2010 e 2016¹⁹⁴ e se tornaria uma grande liderança política e comunitária da Paraíba (GOMES, 2009; NASCIMENTO, 2011).

¹⁹² O evento aconteceu de 31 de outubro a 02 de novembro de 2003, na cidade de João Pessoa. A grafia do evento descrita como era na época (A COLMEIA, nº 5, 2003, p. 1).

¹⁹³ A primeira edição do “Seminário Desejo e Poder” aconteceu de 10 a 12 de junho de 2004, no RCetera, no Bairro de Quadramares, em João Pessoa, Paraíba (A COLMEIA, nº 3, 2004, p. 8).

¹⁹⁴ Nas eleições de 2008, concorreu novamente ao cargo de vereadora pelo PT e obteve 1478; já em 2010, disputou uma vaga de Deputada Estadual para Assembleia Legislativa, conseguindo 2.782 votos. Em 2016, Fernanda Benvenutty saiu do PT e se filiou ao Partido Social Democrático (PSD), onde obteve apenas 356 votos.

Daí o objetivo do seminário foi elaborar “propostas nas áreas de educação, saúde, trabalho, mídia, espaço institucional que serão encaminhadas aos candidatos nas próximas eleições e aos partidos políticos, como também servirão de subsídio para as candidaturas homossexuais na região”. Dessa forma, cada área citada foi constituída por Grupos de Trabalhos (GTs), cujos participantes tiveram a possibilidade de formular proposições para os planos de governos e plataformas políticas dos candidatos ao legislativo e ao executivo.

Figura 17 – Fotografia do “Seminário Desejo e Poder” (2004)



Fonte: Fotografia de Leandro Cunha, Acervo do MEL

Na imagem, da direita para a esquerda, estão Hildevânio Macêdo, que, na época, representava a Articulação Estadual de Políticas Públicas (AEPP); Marcelo Nascimento, então Presidente da ABGLT; José Cláudio dos Santos da Central de Movimentos Populares (CMP), Cleudo Gomes (em pé) e Luciano Bezerra Vieira (com o microfone) falando na mesa redonda sobre “Políticas Públicas e Homossexualidades”. Destaque para os *banners* de militantes que eram candidatos em outros Estados, como o de Marcelo Cerqueira, que estava no evento e presidia o Grupo Gay da Bahia (GGB), além de ser o Secretário de Comunicação da ABGLT naquele período (A COLMEIA, nº 3, 2004, p. 8).

Vale lembrar que, coincidentemente, alguns militantes e educadores (as) populares aliados (as) do MEL que atuaram na organização, na coordenação de GTs e/ou nas mesas redondas desse evento posteriormente se tornaram secretários (as) e/ou assessores (as) dos futuros dos governos do campo progressista, tanto na Prefeitura Municipal de João Pessoa como no Governo da Paraíba, a exemplo de Douraci Vieira, Socorro Borges, Helena Serrano,

Maxwell Castelo Branco, Cleudo Gomes, Hildevânio Macêdo e Luciel Araújo, o que possibilitou um canal de diálogo com o movimento social, já que eram procedentes das lutas sociais (GOMES, 2004, p. 8).

Em 2012, o MEL promoveu o “II Seminário Desejo e Poder”, apenas com a militância de João Pessoa¹⁹⁵, já que esse ano eleitoral ficou marcado pela candidatura de Renan Palmeira, ativista do MEL, que foi o primeiro candidato gay a prefeito no país pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)¹⁹⁶, sendo destaque na imprensa local e nacional¹⁹⁷, disputando a prefeitura com a militante do movimento feminista Estela Bezerra, pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), o Ex-Governador José Maranhão (*in memoriam*), do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), e Luciano Cartaxo, pelo PT, que ganhou aquelas eleições, sendo reeleito em 2016 já no Partido Social Democrático (PSD). Contudo, apenas Renan Palmeira e Estela Bezerra foram os únicos candidatos presentes no evento dialogando com a militância LGBT naquele momento.

No ano de 2020, foi realizado, de forma *on line* pelo MEL, o “Webinário Desejo e Poder”¹⁹⁸, numa tentativa de resgatar a memória desse evento, embora sem a participação de candidatos locais. Com o tema “Garantia de direitos e representatividade LGBTQIA+”, houve a exposição da Deputada Federal Erika Kokay, do PT do Distrito Federal, e do Senador Fabiano Contarato, do Espírito Santo, que, à época, ainda era do Partido Rede Sustentabilidade. Atualmente, é filiado ao PT e o único parlamentar do Senado Federal assumidamente gay.

Retomando os antecedentes históricos das políticas públicas para LGBT na Paraíba, faz-se necessário resgatar um triste fato que aconteceu no ano de 2005, o assassinato de Mauro Antônio Cortes, militante do MEL e estudante que foi morto em 26 de fevereiro daquele ano, na Rua da Areia, na parte central da capital paraibana, cujo crime teve ampla repercussão na imprensa local e foi capa do boletim informativo “A Colmeia”.

¹⁹⁵ O evento aconteceu no dia 11 de agosto de 2012, na Faculdade de Direito, no centro de João Pessoa, Paraíba.

¹⁹⁶ Nas eleições de 2012, Renan Palmeira teve 5.830 votos. Já em 2014, concorreu ao cargo de Deputado Federal pelo PSOL, obtendo 8.240 votos. Em 2016, desfilou-se do PSOL e ingressou no PT, quando concorreu ao cargo de Vereador, tendo 2.406 votos e ficando na 1ª Suplência para Câmara Municipal de João Pessoa.

¹⁹⁷ Disponível em: www.google.com/?hl=pt-PT&pli=1 Acesso em: 06 jan. 2022.

¹⁹⁸ O webinário aconteceu nos dias 28 e 29 de outubro de 2020, no Canal do Movimento do Espírito Lilás no YouTube. Disponível em: https://www.youtube.com/channel/UCTH4gJ_zWHrZaas7Qyh9IwQ/videos Acesso em: 06 jan. 2022.

Figura 18 – Capa da edição nº 2 do boletim informativo A Colmeia (2005)



Fonte: Acervo do MEL

Essa edição do jornal do MEL não apresentou o tradicional colorido do arco-íris, apenas o preto do luto e da precoce partida de Mauro Antônio Cortez, que tinha cerca de 35 anos de idade quando foi barbaramente assassinado¹⁹⁹. A entidade, além de denunciar sua morte, também lhe fez uma série de homenagens, com poema de Malu Morenah, que está na epígrafe deste capítulo, além de texto de Lumara Villar em sua coluna e um artigo do Padre Dennis Moorman naquela publicação. No texto de capa, a descrição do crime hediondo,

Madrugada de vinte e seis de fevereiro [2005]. Um corpo desfigurado é encontrado em um casarão abandonado de uma esquina na rua da Areia com Antônio de Sá, no Varadouro, João Pessoa. Com a cabeça esmagada por pedras e um sinal de cruz, feito de corte de uma faca, no tórax Mauro Antônio Cortez despede-se da vida. [...] Queremos justiça já! Não podemos aceitar passivamente este aumento absurdo da violência contra homossexuais em nosso estado. O silêncio e a omissão dos governantes são os cúmplices do estado de abandono em que nos encontramos. É preciso reagir de forma organizada e coletiva (A COLMEIA, nº 2, 2005, p. 1).

¹⁹⁹ Existem poucos dados sobre a vida pessoal do ativista no Acervo do MEL. Na edição do boletim informativo “A Colmeia”, consta que ele tinha 30 anos, mas, na Internet, encontrei um “santinho” da Missa de 7º Sétimo Dia produzido pela família, registrando seu nascimento em 05 de julho de 1970 e morte em 26 de fevereiro de 2005, o que, de fato, totaliza 35 anos de idade. Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/6544361932230012/> Acesso em: 13 jan. 2022.

Dessa maneira, o MEL demonstrava que faria do luto de Mauro a sua luta por justiça e políticas públicas, já que cobrava das autoridades ações para investigação sobre os crimes de ódio contra os homossexuais. Na época, o movimento trouxe à Paraíba representantes do Conselho Nacional de Combate à Discriminação²⁰⁰ e da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) do Ministério da Justiça²⁰¹, o que assegurou a investigação do assassinato do ativista e a primeira política pública para LGBT no Estado, conforme relatou Victor Pilato em entrevista para a pesquisa.

O primeiro mecanismo que eu tenho memória que foi criado, aconteceu quando o MEL estava com sua sede em uma antiga escola, no centro de João Pessoa, chamado Grupo Escolar Thomás Mindelo, um cassarão antigo no centro que tem o Teatro Cilaio Ribeiro... O MEL estava ali quando aconteceu um fato que abalou todo o movimento LGBT que foi o assassinato de Mauro Cortes... Ele era militante do MEL, inclusive morava em um prédio ao lado da sede do MEL, no Edifício 18 andares... A morte aconteceu dentro de um casarão na Rua da Areia... Então, Luciano já tinha participado da construção do Brasil sem Homofobia, o MEL já era reconhecido nacionalmente, atuando na ABGLT... Com esse reconhecimento todo, inclusive a Fernanda Benvenutty já estava tendo uma atuação muito grande em nível nacional... E aí? Já era o Governo Lula... E com esse fato isolado, Fernanda consegue trazer o Ricardo Balestreri²⁰² a Paraíba, que pediu uma audiência com o Secretário de Segurança Pública²⁰³... Dessa reunião, saiu duas coisas: o Decreto que regulamentou a Lei nº 7.309 e uma delegada para ajudar na investigação da morte de Mauro e ser a primeira Delegada de Crimes Homofóbicos da Paraíba... (Entrevista com Victor Pilato, 2021).

De fato, a atuação do MEL e do movimento LGBT, neste caso, resultou na regulamentação da Lei nº 7.309 por meio do Decreto nº 27.604, de 19 de setembro de 2006 (hoje esse decreto foi revogado e atualizado pelo Decreto nº 37.945, de 12 de dezembro de 2017)²⁰⁴. A regulamentação na época só ocorreu após intensa campanha do movimento social, com manifestações na frente do Palácio do Governo, audiências com vários secretários, já que essa era uma reivindicação que vinha sendo pleiteada desde o ano de 2003. Além da designação de uma delegada especializada ainda no Governo Cássio Cunha Lima, para acompanhar as

²⁰⁰ Disponível em: <https://imirante.com/brasil/noticias/2005/03/29/conselheiros-acompanham-investigacoes-de-mortes-de-homossexuais-na-paraiba.shtml> Acesso em: 13 jan. 2022.

²⁰¹ Atualmente, a Secretaria Nacional de Segurança Pública faz parte do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

²⁰² Nesse período, Ricardo Brisolla Balestreri atuava profissionalmente na Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), vinculada ao Ministério da Justiça em Brasília, onde, posteriormente, foi o Secretário da SENASP, de 2008 a 2011, sendo um dos criadores do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) e do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) no Governo Lula.

²⁰³ Harrison Alexandre Targino era o Secretário de Estado da Segurança e Defesa Social no Governo de Cássio Cunha Lima (2003-2009) (PARAÍBA, 2006).

²⁰⁴ O Decreto nº 27.604 foi sancionado pelo Ex-Governador Cássio Cunha Lima; já o Decreto nº 37.945 foi sancionado pelo Ex-Governador Ricardo Coutinho (PARAÍBA, 2006).

investigações do caso de Mauro Antônio Cortes e de outros crimes homofóbicos, a qual ficou lotada no primeiro momento na Delegacia de Mulheres de João Pessoa, o que possibilitou um intenso processo de *advocacy* por parte do movimento social, resultando, posteriormente, já no Governo de José Maranhão na criação da Delegacia Especializada contra Crimes Homofóbicos²⁰⁵. Desde o ano de 2017, no Governo Ricardo Coutinho, essa unidade policial foi transformada na Delegacia Especializada de Repressão aos Crimes Homofóbicos, Étnico-raciais e de Intolerância Religiosa (DECHRADI)²⁰⁶.

Portanto, o crime contra Mauro transformou-se em uma bandeira de luta, e seus algozes não conseguiram silenciar o movimento social que atravessou três governos para ver consolidada uma política pública de enfrentamento à LGBTfobia no Estado. A barbárie que foi o assassinato daquele jovem que adentrava a sala do MEL, sempre sorridente e solidário nos comoveu e, ao mesmo tempo, nos encorajou para mudarmos aquele contexto social. Anualmente, o movimento LGBT divulgava os números de assassinatos e não tinham respostas do poder público. Infelizmente, até hoje, quanto a esse crime, não se fez a devida justiça, não se tem notícia da prisão dos seus executores, embora a criação e, conseqüentemente, a ampliação da delegacia tenha tornado possível a cobrança às autoridades policiais acerca da investigação e da resolução dos crimes contra homossexuais e transexuais, sendo, inclusive, uma das primeiras delegacias especializadas dessa natureza no Brasil, embora a punição desse tipo de crime ainda não tenha ocorrido forma esperada, já que falta uma maior agilidade para dar as devidas respostas à sociedade.

No final do ano de 2005, a Associação das Travestis da Paraíba (ASTRAPA), sob a presidência da ativista Fernanda Benvenutty, assegurou, junto à extinta Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, recursos financeiros para a implantação do primeiro serviço de atendimento especializado à população LGBT de João Pessoa, oferecido pela sociedade civil organizada, denominado “Centro de Referência em Direitos Humanos GLBT – Mauro Antônio Cortes”, uma justa homenagem à memória do militante do MEL. Esse espaço de prestação de serviço foi uma conquista por meio do Programa Brasil sem Homofobia, possibilitando, assim, apoio jurídico, psicológico e social para as pessoas LGBT, como também

²⁰⁵ A Delegacia Especializada em Crimes Homofóbicos foi “criada pela Medida Provisória nº 129, de 16 de julho de 2009, antes existia apenas o cargo de delegado, com a MP foi oficialmente estabelecida estrutura física para delegacia e profissionais, como escrivão para atender o segmento”, no Governo José Maranhão III, que assumiu o mandato após a cassação de Cássio Cunha Lima em 2009 (GOMES, 2009, p.8-9).

²⁰⁶ Criada por meio do Decreto nº 37.824, de 20 de novembro de 2017, em alusão ao Dia da Consciência Negra. Publicado no Diário Oficial nº 16.500, de 21 de novembro do mesmo ano. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/doe/2017/novembro/diario-oficial-21-11-2017.pdf/view> Acesso em: 13 jan. 2022.

para seus familiares e a população em geral, de forma gratuita, por meio do Projeto “Resgatando a Cidadania LGBT”, coordenado por Felipe Santos no início de sua execução, sendo supervisionado por Benvenutty (ASTRAPA, 2007).

Em 2005, também aconteceu uma grande mudança no governo municipal da capital paraibana, ocorrida após a ascensão do PT em nível nacional, o que potencializou diversas candidaturas tanto a prefeito (a) e a vereador (a) dos partidos progressistas em diversas capitais brasileiras, em que ressalto a de Ricardo Coutinho pelo PSB, eleito no ano anterior e que tomou posse como Prefeito de João Pessoa, naquele ano, e reeleito em 2008. Com isso, vários ativistas foram compor o novo governo, conforme noticiou o periódico do MEL: “Desde janeiro de 2005, Cleudo Gomes, 2º tesoureiro do MEL, é o representante do movimento GLBT local na Secretaria de Desenvolvimento Social da Prefeitura de João Pessoa” (A COLMEIA, nº 2, 2005, p. 6).

A gestora da Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES) foi uma antiga aliada do movimento LGBT, a assistente social e educadora popular Douraci Vieira, que “implantou no governo municipal, um Grupo de Trabalho sobre Diversidade Sexual, com o intuito de elaborar ações de políticas públicas para a população LGBT e criar um canal de diálogo do governo municipal com o movimento LGBT”. Essa iniciativa embrionária na SEDES foi o princípio das ações que passaria a ser desenvolvidas pela Prefeitura Municipal de João Pessoa, inicialmente com o apoio às paradas e à realização de eventos, visando à formação de servidores (as) municipais no tocante às questões realizadas a diversidade sexual. Na sequência, foi incorporada ao GT a temática da igualdade racial, transformando-se na Assessoria de Políticas Públicas para a Diversidade Humana²⁰⁷, o primeiro espaço institucional a abordar e discutir as temáticas étnico-raciais e de sexualidade de forma transversal no âmbito do serviço público tanto em João Pessoa como na Paraíba²⁰⁸ (GOMES, 2016, p. 20).

Essa assessoria foi transformada na Coordenadoria Municipal de Promoção à Cidadania LGBT e Igualdade Racial, criada no Governo Luciano Agra (*in memoriam*) do PSB, que sucedeu a Ricardo Coutinho, governando a cidade de 2010 a 2012. A coordenadoria era vinculada ao Gabinete do Prefeito e foi implantada por meio da Lei nº 12.400, de 05 de julho de 2012, de autoria da Ex-vereadora Sandra Marrocos (2009-2012; 2017-2020), a partir do diálogo entre o movimento LGBT, poder executivo e legislativo, após a realização da segunda

²⁰⁷ Criada por meio do Decreto nº 5509/2005 da Prefeitura Municipal de João Pessoa.

²⁰⁸ Tendo a militante do Movimento Negro da Paraíba, Tânia Maria Correia da Silva como a primeira Assessora de Políticas Públicas para a Diversidade Humana, sucedida por Simone Joaquim Cavalcante em 2009. (GOMES, 2016, p. 94).

edição da Conferência Municipal LGBT de João Pessoa. Mas a coordenadoria só passou a funcionar, de fato, na gestão do Prefeito Luciano Cartaxo (2013-2020), quando nomeou a coordenadora e equipe²⁰⁹. Na sequência, a coordenadoria foi ampliada com a inauguração do Centro de Cidadania LGBT de João Pessoa, em 2016 (GOMES, 2016; SOUZA et al., 2021).

É preciso registrar que, durante a gestão do PSB à frente da Prefeitura Municipal de João Pessoa, aconteceram diversas ações de visibilidade para o segmento LGBT, inclusive, estimuladas pelo Poder Legislativo que teve importantes aliados (as) dos movimentos sociais na Câmara Municipal, entre os quais, a Ex-Vereadora Paula Frassinete (2005-2008), autora das primeiras leis voltadas ao segmento na cidade, tais como a Lei nº 10.501, de 15 de julho de 2005, que instituiu o “Dia Municipal da Diversidade Sexual”, e a Lei nº 11.105, de 23 de julho de 2007, que acrescentou novos beneficiários, independente da orientação sexual no regime de previdência dos servidores públicos do município. Na sequência, ainda tivemos Sandra Marrocos, já mencionada anteriormente, sendo uma grande defensora da pauta LGBT no parlamento municipal, e Bira Pereira (2009-2016), autor da Lei nº 11.735, de julho de 2009, que criou o “Dia Municipal de Combate à Homofobia, Lesbofobia e Transfobia”²¹⁰ (MEL, 2014c, p. 27).

Já no parlamento estadual, cabe mencionar a atuação do Ex-Deputado Estadual Rodrigo Soares do PT, que esteve na Assembleia Legislativa por dois mandatos (2003-2011), realizando diversas sessões especiais sobre a temática LGBT, além da Lei nº 7.901, de 22 de dezembro de 2005, que instituiu o “Dia Estadual da Diversidade Sexual na Paraíba”, e a Lei nº 9.318, de 30 de dezembro de 2010, que autorizou o poder executivo a instituir o Programa Paraíba sem Homofobia, mas, infelizmente, não foi constituído²¹¹. Soares ainda coordenou a primeira “Frente Parlamentar pela Livre Expressão Sexual”, lançada em 17 de maio de 2007, sendo essa frente que impulsionou a realização da “1ª Conferência Estadual de Políticas Públicas para LGBT”, já que o governo estadual da época resistiu na realização de tal evento. No decorrer do mandato, o parlamentar teve a assessoria de Felipe Santos, ativista do MEL e um dos interlocutores deste estudo.²¹² Em 2015, a Deputada Estadual Estela Bezerra lançou e presidiu

²⁰⁹ A primeira coordenadora foi Maria do Socorro Pimentel, militante do Movimento Negro da Paraíba que ficou na coordenadoria de 2013 a 2014, quando foi sucedida por Roberto Maia, ativista do Movimento LGBT da Paraíba que atuou na coordenadoria de 2014 a 2020 (SOUZA et al., 2021).

²¹⁰ Dados sobre os parlamentares coletados no Site da Câmara Municipal de João Pessoa. Disponível em: <https://www.joaopessoa.pb.leg.br/institucional/legislaturas-anteriores-1> Acesso em: 16 jan. 2022.

²¹¹ Lei sancionada pelo Ex-Governador José Maranhão, que também sancionou a Lei nº 9.025, de 30 de dezembro de 2009, que instituiu o “Dia Estadual de Combate à Homofobia, Lesbofobia e Transfobia” do Ex-Deputado Estadual Flaviano Quinto.

²¹² Além dos relatos de Felipe Santos sobre a atuação do parlamentar, foram extraídos dados no site da Assembleia Legislativa da Paraíba. Disponível em: <http://www.al.pb.leg.br/deputados> Acesso em: 16 jan. 2022.

uma nova “Frente Parlamentar pelos Direitos LGBT”, que teve vigência até 2018, com ampla participação do movimento social.²¹³

Nesse ínterim, após a experiência profissional no município de João Pessoa, fui convidado por Giucélia Figueiredo, na época, gestora da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano (SEDH) do Governo José Maranhão (2009-2010), para coordenar o Centro de Capacitação do Primeiro Emprego e assessorar o gabinete da secretária no tocante à temática da diversidade sexual. Nesse período, ainda, não havia na estrutura do governo estadual os mecanismos de políticas públicas para LGBT e novamente contribui para desbravar a discussão sobre a pauta da cidadania LGBT nesse espaço. Com isso, fomentamos a discussão do uso do nome social das travestis e transexuais no âmbito do serviço público no Estado da Paraíba, a partir da interlocução e reivindicação da ASTRAPA, com a colaboração da ativista Fernanda Benvenutty.

Desse modo, lançamos a primeira normativa que estabelecia o uso do nome social em uma secretaria do Governo do Estado, a Portaria nº 041, de 11 de setembro de 2009, revogada pelo Decreto nº 32.159, de 25 de maio de 2011, pelo Governo Ricardo Coutinho (2011-2019), que ampliou o respeito ao nome social para toda a gestão pública estadual. Na época, a Prefeitura Municipal de João Pessoa implantou documento semelhante da SEDH, a Portaria nº 384, de 26 de fevereiro de 2010, mas ampliando o atendimento em todos os serviços de saúde, educação e assistência social da cidade quando Coutinho ainda era prefeito, antes de ser governador (GOMES, 2016).

Atualmente, o uso do nome social de travestis e transexuais tornou-se uma realidade por meio de leis que foram aprovadas em cidades paraibanas e no Estado:

- Em João Pessoa, por meio da Lei nº 12.342, de 09 de fevereiro de 2012, de autoria do Ex-vereador Ubiratan Pereira (Bira), foi sancionada pelo Ex-Prefeito Luciano Agra;
- Em Cajazeiras, a Ex-Prefeita Denise Albuquerque sancionou a Lei nº 2.380, de 06 de novembro de 2015, que foi propositura do Ex-Vereador Jucinério Félix, ativista do Movimento LGBT, que, atualmente, é vice-presidente do MEL;
- No Estado da Paraíba, a Lei nº 10.908, de 08 de junho de 2017, é de autoria da Deputada Estadual Estela Bezerra e foi sancionada pelo Ex-Governador Ricardo Coutinho.

²¹³ Disponível em: <http://www.al.pb.leg.br/18023/alpb-instala-frente-parlamentar-pelos-direitos-lgbt.html> Acesso em: 16 jan. 2022.

Outra importante ação de que participei diretamente na gestão pública ainda na SEDH foi a idealização e a elaboração do projeto que originou o “Centro de Referência dos Direitos de LGBT e Combate à Homofobia da Paraíba”, o qual foi planejado e elaborado a partir da experiência que a ASTRAPA já desenvolvia em João Pessoa, mas que, diante das dificuldades financeiras em dar continuidade, em virtude do término do convênio com o Governo Federal após três anos de funcionamento, “adotou-se a decisão em priorizar tal demanda como ação permanente de política pública”. Desse modo, em comum acordo com as lideranças do movimento LGBT local e a intermediação da militante Fernanda Benvenutty, que atuava no cenário nacional, o Governo do Estado, à época, concorreu e ganhou um edital público da então Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, deixando para o novo governo os recursos financeiros assegurados para sua implantação e inauguração (PARAÍBA, 2010; GOMES, 2016, p.100).

No ano de 2011, Ricardo Coutinho assume como governador e cria a Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH)²¹⁴, a qual passa a fazer “a execução das políticas públicas para LGBT, no estado da Paraíba, [...] com a definição de um órgão próprio e com autonomia”, uma relevante conquista para o movimento LGBT. A SEMDH tem, em sua estrutura, a Gerência Executiva de Direitos Sexuais e LGBT, além da Gerência Executiva de Equidade de Gênero e da Gerência Executiva de Equidade Racial, já que sua finalidade é “orientar, apoiar, coordenar, acompanhar e executar políticas públicas, diretrizes e ações para três segmentos populacionais: LGBT, mulheres, população negra e povos tradicionais (indígenas, quilombolas, ciganos/as, povos de religião de matriz africana)” (SOARES; SCHULTZ, 2018, p. 73-74).

Entretanto, o foco deste item é a Gerência Executiva de Direitos Sexuais e LGBT que teve, em sua composição inicial, Roberta Schultz, como Gerente Executiva; Luciel Araújo como Gerente Operacional de Promoção da Cidadania LGBT e Victor Pilato, Gerente Operacional de Combate à Homofobia. Tanto Luciel Araújo como Victor Pilato foram oriundos do MEL e, a partir da correlação de forças partidárias daquele período, foram compor o governo. Na atualidade, Araújo é assessor parlamentar, Pilato atuou na SEMDH como coordenador de unidade até o início de 2022, e Fernando Araújo, Ex-Presidente do MEL, é o Gerente Executivo de Direitos Sexuais e LGBT. Dessa maneira, a SEMDH, por meio dessa gerência, inaugurou, em 25 de maio de 2011, o “Centro de Referência dos Direitos de LGBT e

²¹⁴ Iraê Lucena foi a primeira Secretária da SEMDH (2011-2013), sucedida por Gilberta Soares (2013-2019), que já era Secretária Executiva desde 2011. Desde o final de 2019, Lídia Moura é a Secretária da SEMDH.

Enfrentamento a Homofobia da Paraíba – Espaço LGBT”²¹⁵, embora só tenha entrado em pleno funcionamento a partir de junho de 2011²¹⁶(PARAÍBA, 2011).

A unidade completou 10 anos de prestação de serviços à população LGBT no ano de 2021 e passou a ter a denominação de “Espaço LGBT de João Pessoa – Pedro Alves de Souza (Pedrinho)”.²¹⁷ Uma homenagem a Pedrinho, “[...] homem trans, ativista social e morador de rua. Foi assassinado brutalmente em 2014, no Centro, em João Pessoa. A mudança de nome foi uma solicitação da SEMDH a pedido do Movimento LGBT”.²¹⁸

A SEMDH inaugurou, no dia 15 de agosto de 2018, a unidade II do Centro Estadual de Referência dos Direitos de LGBT e Enfrentamento à LGBTfobia da Paraíba na cidade de Campina Grande, ficando denominado “Espaço LGBT Luciano Bezerra Vieira”²¹⁹, em homenagem a um dos fundadores do MEL que tinha falecido de morte natural, no ano anterior (PARAIBA, 2018).

Esse foi um tempo de euforia com muitas ações de políticas públicas para a população LGBT em várias áreas. Uma das iniciativas exitosas desse período que teve forte atuação do movimento trans foi a inauguração do “Ambulatório de Saúde Integral para Travestis e Transexuais” em 24 de julho de 2013.²²⁰ O Ambulatório TT, como ficou conhecido, foi implantado pela Secretaria de Estado da Saúde (SES) no Complexo Hospitalar Clementino Fraga em João Pessoa, “sendo o primeiro do Nordeste”. O serviço atua em parceria com a SEMDH por meio das unidades do Espaço LGBT que fazem o encaminhamento dos (as) usuários (as). O Decreto nº 37.946, de 12 de dezembro de 2017, assegurou a criação do ambulatório na estrutura da SES. No ano de 2021, a unidade ganhou o nome de Fernanda Benvenutty (ativista do movimento trans nacional), que faleceu em 2020. Assim, uma merecida

²¹⁵ O Espaço LGBT foi “uma iniciativa do Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humanos e da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano, em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República no âmbito do Programa de Garantia de Acesso a Direitos”. Posteriormente, a SEMDH passou a administrar o centro de referência com recursos próprios do Governo do Estado (DUARTE, 2011, p. 9).

²¹⁶ A equipe pioneira do Espaço LGBT de João Pessoa foi composta por ativistas provenientes dos movimentos sociais: Adneuse Targino e Gel Laverna, Agentes de Direitos Humanos; Gleidson Marques, Psicólogo; Renildo Moraes, Assistente Social e Soraya Chaves, Advogada. O psicólogo e a advogada tinham também atuado no Centro de Referência da ASTRAPA (PARAÍBA, 2011).

²¹⁷ Lei nº 11.983, de 22 de junho de 2021, de autoria do Poder Executivo e sancionada pelo Governador João Azevedo.

²¹⁸ SEMDH. **O Espaço LGBT agora tem nome!** João Pessoa (Paraíba), 23 jun. 2021. Instagram: @semdhgovpb. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CQd2X5iIdJa/> Acesso em: 17 jan. 2022.

²¹⁹ No mesmo ano, a homenagem tornou-se a Lei nº 11.208, de 02 de outubro de 2018, de autoria da Deputada Estadual Estela Bezerra e sancionada pelo Governador Ricardo Coutinho.

²²⁰ Disponível em: <http://antigo.paraiba.pb.gov.br/index-45657.html> Acesso em: 16 jan. 2022.

homenagem para quem tanto lutou pela sua implantação na cidade de João Pessoa²²¹ (SOARES; SCHULTZ, 2018, p. 79-80).

Uma iniciativa inovadora nesse período foi a criação das celas exclusivas para gays, homens bissexuais, travestis e mulheres transexuais (GBT), iniciada em 2013, em um presídio da capital que, depois, se expandiu para outros presídios da Paraíba. Um pleito do movimento LGBT que já havia denunciado por meio do MEL no Conselho Estadual de Direitos Humanos os abusos sofridos por essa população.²²² Essa foi uma ação pioneira na segurança pública, implantada pela Secretaria de Estado da Administração Penitenciária, que contou com o intermédio da SEMDH, cujo objetivo era “oferecer proteção à integridade física, sexual, psicológica e moral para GBT, visto que os presídios masculinos, permeados pelos violentos códigos do machismo, tornam o ambiente ameaçador para integridade de GBT”. Destaco ainda que a importância do Decreto nº 37.944, de 12 de dezembro de 2017, que estabeleceu as diretrizes e normativas para o tratamento da população LGBT no Sistema Penitenciário da Paraíba, um documento de suma importância, principalmente para proteger as pessoas que, porventura, sejam privadas de liberdade (SOARES; SCHULTZ, 2018, p. 80).

Mas, sem dúvida, uma das ações que mais impactou a sociedade paraibana nos últimos anos foi a aprovação da Lei nº 10.895, de 29 de maio de 2017, de autoria do Deputado Estadual Anísio Maia do PT, e sancionada pelo Ex-Governador Ricardo Coutinho, sobretudo porque foi uma “lei que pegou”, ficando famosa como a “Lei dos Cartazes”, que estabelece multa para os estabelecimentos comerciais que não fixarem os cartazes nos seus espaços físicos. Contudo, sua principal finalidade é divulgar a Lei nº 7.309/2003, atualizada pela Lei nº 10.909/2017, da Deputada Estadual Estela Bezerra. Sendo assim, a mensagem do cartaz informa que “discriminação por orientação sexual e identidade de gênero é ilegal e acarreta multa”.

De acordo com Melo (2020, p. 169):

[...] em meados de 2016, 13 anos após a aprovação da Lei nº 7.309/03 - PB, o quadro ainda era de baixa efetividade de seus dispositivos, em razão de vícios neles constantes, até mesmo quanto a constitucionalidade de alguns. Ademais, era minimamente conhecida pela população paraibana [...]. Esta conjuntura fazia com que o estado da Paraíba, a despeito de seus altos índices de assassinatos por LGBTfobia, tivesse uma lei protetiva para população LGBT+, que, no entanto, não alcançava satisfatoriamente as finalidades a que se propunha.

²²¹ Por meio da Lei nº 11.942, de 10 de maio de 2021, de autoria da Deputada Estadual Estela Bezerra e sancionada pelo Governador João Azevedo.

²²² Informação do “Tabloide A Colmeia”, boletim informativo produzido pelo em 2013, além de portais de notícias do Estado. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2013/09/presidios-da-paraiba-reservam-alas-para-detentos-homossexuais.html> Acesso em 17 jan. 2022.

Nesse período, Renan Palmeira, que era dirigente do MEL e colaborava na assessoria do mandato do parlamentar, participou ativamente da discussão e formulação da proposta da lei dos cartazes, a partir do diálogo com as demais lideranças do Movimento LGBT, a exemplo de Luciano Bezerra Vieira (MEL), Marli Soares (GMMQ) e Fernanda Benvenutty (ASTRAPA), que, de fato, percebiam esse desconhecimento da população, inclusive do segmento LGBT sobre a Lei 7.309/2003, embora já tenham sido realizadas campanhas de divulgação em outrora. Mas havia a necessidade de uma ampla divulgação para sua implementação – e eficaz – em caso de discriminação e violência em espaços privados e públicos.

A lei dos cartazes teve uma dimensão educativa jamais vista em uma legislação em nível local, alcançando desde os pequenos comerciantes até os grandes empreendimentos, possibilitando um caráter pedagógico em todas as regiões do Estado, já que é visível o cartaz em todos os municípios paraibanos, conforme afirma Melo (2020, p. 9): “constatou-se que a normativa em questão possui grande relevância para promoção da cidadania LGBT+ e da educação para respeito à diversidade sexual e de gênero.”

Assim, houve desdobramentos positivos que são nítidos até hoje, especialmente porque é um instrumento de conscientização e educação que promove o respeito, a cidadania e os direitos humanos de LGBT, mas, de acordo com Melo (2020), que se debruçou a analisar o processo de institucionalização da “lei dos cartazes”, também aconteceu uma forte repulsa por setores conservadores que buscaram a justiça para tentar anular os efeitos da lei e até mesmo revogar junto ao legislativo. Mas o movimento LGBT se mobilizou e, com a colaboração direta de aliados tanto no judiciário, e posteriormente, com parlamentares na Assembleia Legislativa, conseguiram a manutenção da obrigatoriedade da lei.

Ao término deste mapeamento, constatamos que, tanto em João Pessoa como no Estado da Paraíba, há vários mecanismos na estrutura administrativa do Poder Executivo e normativas criadas pelo Poder Legislativo que foram conquistadas a partir da atuação do Movimento LGBT local, especialmente do MEL, que, no decorrer dos anos, promoveu um intenso processo de conscientização e formação sociopolítica de seus ativistas que se desdobraram na atuação dos governos do campo progressista e de parlamentares aliados (as) com a pauta da inclusão e da cidadania LGBT, participando diretamente e/ou assessorando, conforme sintetizou Renan Palmeira durante entrevista para esse estudo:

As celas LGBTs surgiu a partir do controle social do MEL no Conselho Estadual de Direitos Humanos que salvou um monte de gays, travestis e transexuais que era estupradas no sistema. A Delegacia Especializada de Crimes Homofóbicos tem o dedo do MEL na gestão de Maranhão ainda, né?

O Centro de Referência que já foi na gestão de Ricardo, mas já estava tudo amarrado anteriormente, né? Foi assumir e implementar. Formulado também por pessoas do movimento. A lei dos cartazes você ver também a atuação da militância do MEL. A lei estadual de proibir a discriminação no estado também tem a participação do MEL. Então, o MEL tem formulação de várias políticas, na criação dos espaços de produção de cidadania até na participação dos espaços culturais da cidade (Entrevista com Renan Palmeira, 2020).

De fato, concordo com o ativista que o MEL participou da “*formulação de várias políticas*” na Paraíba, mesmo antes da realização das conferências de políticas públicas para LGBT. Já éramos vanguarda pelo pioneirismo em lançar uma lei contra a discriminação no Estado. Em seguida, conquistamos uma unidade policial especializada em crimes homofóbicos, uma das primeiras do Brasil, entre tantos outros feitos listados. Todavia, a elaboração, a implementação e a execução dessas políticas públicas resulta da discriminação e da violência que ainda persiste na Paraíba, fruto do preconceito e do machismo enraizado em nossa sociedade.

Mas a militância do MEL sempre acreditou que o futuro poderia ser promissor e, assim, seguiu o pensamento utópico da sua maior liderança, o educador popular Luciano Bezerra Vieira, que, seguindo os ideais Freireanos, sempre anunciava e esperançava um novo tempo que se concretizou com a chegada do campo popular aos governos e ao parlamento, especialmente porque foi possível que ativistas e aliados (as) históricos (as) do movimento LGBT ocupassem cargos eletivos e se tornassem gestores (as) e/ou parlamentares tanto na capital paraibana como no Estado. Contudo, ocorreram disputas e cisões ao longo dos anos, sobretudo porque as tensões fazem parte do cotidiano da luta social, mas, sem dúvida, a concretização das políticas públicas em âmbito local não teria acontecido se não fosse a parceria com políticos que foram oriundos dos movimentos sociais, oportunizando, assim, a elaboração e a implementação de leis e políticas públicas que contaram com militantes do MEL na execução e monitoramento de ações e iniciativas voltadas a população LGBT.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo tem como foco o Movimento do Espírito Lilás (MEL), cujo recorte temporal ficou definido de 1992 a 2020, mas o seu término ocorreu exatamente no ano de 2022, quando o MEL completa 30 anos de fundação, embora a análise dos dados seja predominantemente da temporalidade que foi preestabelecida. Nesse ínterim, conheço a atuação do MEL há aproximadamente 25 anos, de modo que essa pesquisa está profundamente entrelaçada com a minha trajetória de vida, ora no movimento social, atuando como ativista no MEL e no Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), ora na universidade, pesquisando sobre os estudos voltados ao universo LGBT ou na gestão pública, espaço que contribui de forma pioneira em nível local para incidência de políticas públicas para a população LGBT, seja no município de João Pessoa ou no Estado da Paraíba.

Dessa maneira, entende-se a relevância do MEL para a história do Movimento LGBT da Paraíba e do Brasil, especialmente na luta pelos direitos humanos e cidadania LGBT, que contribuiu diretamente tanto na minha vida como na de dezenas de militantes que perpassaram esse movimento social, tendo suas vidas também transformadas, conforme depoimentos apresentados ao longo do estudo, inclusive demonstrando que, hoje em dia, atuam em várias áreas da sociedade. Por esse motivo, foi definido como argumento de tese que as ações educativas do MEL voltadas para a Educação no âmbito dos Direitos Humanos (e visando a eles) com a população LGBT, quando associadas com a constituição e a formação do sujeito político, contribui para enfrentar a homofobia, voltando-se à construção de uma cultura de respeito a diversidade sexual.

A princípio, preciso registrar que essa pesquisa aconteceu em plena pandemia da COVID-19, que ceifou milhares de vida, tanto no Brasil como no mundo, além de ter provocado mudanças na sociedade para evitar o contágio, ocasionando o isolamento social e alterações no funcionamento das instituições de ensino, o que prejudicou e adiou o andamento da pesquisa. No entanto, as entrevistas deste estudo aconteceram, em sua maioria, de forma presencial, em pleno período pandêmico, porém mediante o cumprimento das medidas sanitárias, como o distanciamento e o uso de máscara, pois havia o risco de contaminação do vírus que estava se alastrando por todos os lugares, mas, felizmente, consegui, com a colaboração dos sujeitos da pesquisa, realizar o procedimento de forma satisfatória, e todos (as) se mantiveram saudáveis.

Assim sendo, o objetivo geral desta tese foi analisar as ações educativas e sociopolíticas do MEL à luz da Educação no âmbito dos Direitos Humanos e visando a eles (1992-2020), e em que medida têm contribuído para a emancipação e a conquista da cidadania LGBT. Para

alcançar esse objetivo, foi trilhado um percurso teórico e metodológico que manteve diálogos com os referenciais teóricos e com as práticas educativas da educação popular voltadas aos direitos humanos. Entendo que a produção do conhecimento está relacionada com diversos níveis de amplitude, que vão dos epistemológicos aos gnosiológicos, conforme pontua Gamboa (2012), como também dialogando constantemente com estudos e produções bibliográficas da própria militância LGBT, com a intencionalidade de dar visibilidade aos(as) ativistas pesquisadores(as) oriundos(as) do movimento social.

As categorias centrais abordadas para desenvolver essa pesquisa sobre o MEL foram Memória e Educação. Mas aqui compreendendo a categoria Educação como aquela que é produzida e difundida pela sociedade civil organizada, forjada na luta social, nos processos formativos do MEL que ora formava para a cidadania LGBT, ora educava por meio de atividades lúdicas, artísticas e culturais, já que o MEL tem uma natureza dialética, em não separar o cultural, o educativo e o político. A militância tanto aprendia com a realização da Parada da Diversidade Sexual, como também se divertia, extravasava sua irreverência e fazia um ato público e político com as performances artísticas e os discursos dos ativistas políticos em defesa dos direitos e das políticas públicas para LGBT, como também denunciava as violências, agressões e assassinatos contra a população LGBT, demonstrando a negligência e a omissão do Estado com esse segmento.

Inicialmente, a categoria Memória tinha o intuito de delinear o percurso histórico e a memória institucional do MEL, a partir da interlocução e das narrativas dos(as) ativistas que atuaram ou ainda atuam na instituição e/ou no Movimento LGBT local, entendendo que essas memórias individuais seriam de suma importância para a (re) constituição da memória coletiva da entidade, além das memórias do pesquisador e até mesmo da própria orientadora, que sempre teve uma relação afetiva e profissional em defesa dos direitos LGBT. Essas amarrações de memórias foram compondo o texto, por meio de recordações que, no transcorrer da orientação, geravam bons e frutíferos diálogos que aconteciam entre boas risadas e até mesmo choros devido às fortes lembranças da incidência de violência e perdas de ativistas do movimento LGBT (HALBWACHS, 2003; THIESEN, 2013).

Desse modo, a memória me possibilitou, enquanto autor deste texto, boas lembranças, inúmeras vezes prazerosas, como também dor e angústia na escrita, já que ela aconteceu em um contexto de mortes e isolamento social, em virtude da pandemia da COVID-19, conforme mencionei anteriormente. Além do falecimento de importantes lideranças para o MEL e para o Movimento LGBT da Paraíba, a exemplo do mestre Luciano Bezerra Vieira, que partiu antes do início da pesquisa, e da companheira Fernanda Benvenutty, quando eu estava começando a

fazer a coleta de dados. Inclusive, ela seria uma das entrevistadas, mas não tivemos tempo hábil para a realização dessa entrevista. Esse fato me entristeceu profundamente, já que recordar e escrever sobre ambos os ativistas era doloroso e triste ao mesmo tempo, principalmente pela relação profícua de afeto, amizade e respeito que aprendi a ter tanto por ele como por ela, que partiram precocemente, mas que deixaram um legado extraordinário, resultando nas conquistas de políticas públicas, que transformaram a vida de toda uma geração de militantes, e da população LGBT em geral, que hoje usufrui desses direitos.

O vocábulo morte aparece incontáveis vezes neste texto, mas não é conceituado, tampouco teorizado nessa pesquisa, porque esse termo não é uma categoria de análise, mas, de maneira particular, esse fenômeno natural esteve presente no decorrer do estudo, a partir das memórias dos(as) entrevistados(as) e do próprio pesquisador que precisou lidar com a subjetividade da dor, do luto, da tristeza e da perda para escrever sobre si e sobre os(as) companheiros(as) de lutas, de sonhos e de esperanças. Infelizmente, as perdas citadas no texto estão diretamente relacionadas como o Movimento LGBT tanto em nível nacional como local, daí a morte fica na memória, e resgatar os que se foram, além de homenageá-los(as), é uma forma de manter suas memórias vivas na luta social.

Ainda fazendo essa correlação com as perdas que afligem o segmento LGBT, cabe recordar que, nos anos de 1990, quando o MEL surgiu, uma de suas primeiras iniciativas foi denunciar publicamente, na imprensa, as violências e os assassinatos contra a população LGBT que, infelizmente, ainda é crescente a cada ano no Brasil, sendo considerado o país que mais mata LGBT no mundo. Nesse período, o MEL foi uma das entidades pioneiras em realizar ações preventivas contra a AIDS para as pessoas LGBT na Paraíba. Tendo em vista que, desde a década de 1980, os homossexuais viveram sobre a óbice da AIDS, sendo apontados como as primeiras vítimas desse mal que sentenciou milhares de LGBT à morte. Recordo que, até mesmo na cidade de Cabedelo, onde eu morava e ainda jovem, já escutava os rumores sobre a sexualidade alheia quando associavam o segmento a essa patologia, tanto que, no final da década de 1990, quando eu soube da partida de artistas cabedelenses, resolvi me engajar na luta social para promover a prevenção da incidência do vírus junto aos gays daquele município.

Mas o MEL ousou e não ficou inerte à epidemia da AIDS que marcou até mesmo o seu nascedouro, a partir das ações de prevenção das quais a juventude gay participava na antiga BEMFAM, em João Pessoa. Daí, ao longo dos seus primeiros anos, já passou a desenvolver ações de prevenção para a população LGBT, no momento de reflorescimento desse movimento social no Brasil. Desse momento em diante, “os movimentos *gays* reafirmaram a importância da educação como a melhor arma nessa guerra sem tréguas, dando origens a diferentes cursos

de prevenção”, oficinas pedagógicas, palestras, mesas redondas, ciclo de debates, entre outras estratégias que discutiam e evidenciavam a população LGBT (FACCHINI, 2005; FERRARI, 2004, p. 106).

Nesse sentido, o MEL foi desenvolvendo uma dimensão comunitária de sua prática educativa que proporcionou articulações em rede, tanto em âmbito nacional, como estadual e local, daí a parceria institucional com a Central dos Movimentos Populares (CMP), em 1993; com a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), em 1995 e com o Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), em 1997. Com isso, desde a fundação destes agrupamentos, o que possibilitou ao MEL realizar grandes eventos e formações voltadas para a população LGBT, mas de forma ampla, em que os mais variados temas eram discutidos, desde as pautas das mulheres e do feminismo, como o direito à moradia e até políticas para a juventude. Essa transversalidade do MEL, do ponto de vista pedagógico, ampliava a sua atuação e potencializava que os demais movimentos sociais também comessem a discutir e a pautar a temática da diversidade sexual em suas agendas políticas.

Foi assim que o MEL aprendeu a elaborar projetos, por meio da ABGLT e de suas entidades associadas que possibilitaram o acesso ao financiamento de recursos públicos, a partir de convênios com o Ministério da Saúde e o antigo Programa Nacional de DST e AIDS, atual Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. Cabe destacar que foram os projetos financiados com esses recursos que potencializaram a institucionalidade e a atuação do MEL no Estado da Paraíba no início dos anos 2000.

A partir da parceria com a CMP, o MEL ampliou os espaços de luta identitária e passou a ocupar os fóruns e as redes de políticas públicas, de reforma urbana, de luta pela democracia e de participação popular, mostrando, assim, que o Movimento LGBT Paraibano não era segmentado e que os sujeitos políticos desse movimento social também lideravam e dialogavam com outras temáticas. Desse modo, o MEL esteve na coordenação da CMP tanto em nível nacional como estadual.

Já o MNDH foi o elo inicial entre o MEL e o espaço universitário, especialmente a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), onde foram desenvolvidas importantes ações de construção compartilhada do conhecimento científico e popular, a partir dos cursos de especialização, aperfeiçoamento e de extensão, além de publicações e debates em que os ativistas do MEL e do Movimento LGBT foram protagonistas, com a colaboração de docentes que são ativistas dos direitos humanos, tornando-se, ao longo das últimas três décadas, aliados

e aliadas do segmento em diversas frentes de atuação, fazendo com que este movimento social seja reconhecido e respeitado em toda a instituição.

Com essa pesquisa, foi possível constatar que, de fato, o MEL tem uma prática educativa voltada para promover os direitos humanos e a cidadania LGBT. Ao longo do estudo, foram identificadas ações educativas e sociopolíticas realizadas de maneira engajada ao longo da trajetória do MEL, tais como: 1) A Parada da Diversidade Sexual, iniciada na capital e depois difundida para outras cidades do Estado; 2) O Drag MEL, que potencializava o setor artístico e cultural; 3) O Seminário Desejo e Poder, que fazia a articulação com os políticos e divulgava as candidaturas LGBT; 4) A Semana da Consciência Homossexual, que aproximava a militância da capital com o interior; 5) Os projetos financiados, que fortaleciam o segmento e as entidades LGBT; 6) Os eventos de formação com temática específica; 7) A produção do boletim informativo “A Colmeia”, um importante instrumento de comunicação e divulgação das ideias e projetos do Movimento LGBT, entre outros.

Constatamos, ainda, a relevância do jornal “A Colmeia”, produzido pelo MEL, que, sem sombra de dúvidas, foi um importante instrumento educativo e de comunicação que ficou marcado na história da entidade. “A Colmeia” foi essencial para a elaboração deste estudo, já que as edições do boletim informativo possibilitaram identificar tanto os fatos históricos como os sujeitos que lideravam o Movimento LGBT da Paraíba, quando a militância estava em plena ebulição, expandindo-se e ampliando por todo o Estado. As 19 edições identificadas e catalogadas do periódico “A Colmeia” mostram a riqueza da produção editorial, textual e artística do MEL no início dos anos 2000, mas que ainda se encontra apenas no formato impresso, no acervo da entidade, que, como recomendação, sugiro que seja digitalizado, por meio do escaneamento e disponibilizado na Internet por meio de um *website* ou perfil nas redes sociais, para que o público em geral possa conhecer e acessar essa publicação que foi tão preciosa para a juventude LGBT e o movimento social paraibano.

O MEL desenvolveu uma pedagogia engajada, ao longo de sua trajetória, visando sempre ao compartilhamento do conhecimento adquirido e à ampliação do Movimento LGBT, seja na capital ou no interior. Daí, o MEL impulsionou tanto o Movimento de Lésbicas como o Movimento de Travestis e Transexuais, incentivando diretamente a criação do Grupo de Mulheres Lésbicas e Bissexuais Maria Quitéria (GMMQ) e da Associação das Travestis da Paraíba (ASTRAPA), que hoje é a atual Associação de Pessoas Travestis e Transfeministas da Paraíba (ASPTTRANS-PB), além de grupos em diversas cidades paraibanas, a exemplo de Itabaiana, com o Grupo Gayreiros do Vale do Paraíba (GVP), da Associação dos Homossexuais de Campina Grande (AHCG), do Movimento de Homossexuais de Cabedelo

(MHOCA), como também em Guarabira, Cajazeiras, Conde, Santa Rita, Sapé, entre outras (HOOKS, 2017).

Esse engajamento político incentivado pelo MEL também teve desdobramentos nos espaços de governos, principalmente quando da ascensão do campo progressista ao Poder Executivo, em que ativistas que atuaram na luta LGBT foram ocupar cargos de gestão e/ou de assessoria, possibilitando, assim, a elaboração, implementação e execução de políticas públicas para a população LGBT, além do fortalecimento do Movimento LGBT com a criação de instâncias de participação e controle social, como a realização das conferências e a criação dos conselhos LGBT. Essas ações de governo foram historicamente reivindicadas pelo MEL e executadas por militantes que passaram a atuar na gestão pública, a partir do aprendizado e do conhecimento adquirido no movimento social.

A intencionalidade desta tese era fazer o registro da atuação da entidade com o seu fazer educativo por meio da educação popular e da educação não formal voltada aos direitos humanos e não abordar a educação escolar que é gestada pelos sistemas de ensino. Porém, essa ênfase demasiada nessa abordagem educativa acabou provocando lacunas na pesquisa que não conseguiu explorar as disputas ideológicas ocorridas na escola no tocante à pauta LGBT, nos últimos anos, em que projetos de leis e movimentos descabidos tentaram proibir a discussão das questões de gênero e sexualidade no espaço escolar. Contudo, entendo que o tema acabou não sendo abordado no decorrer do texto, provavelmente porque é uma limitação do próprio MEL em fazer essa discussão de forma interna com sua militância, ficando, na maioria das vezes, essa incumbência para os profissionais de educação, professores(as) e pesquisadores(as) da universidade que ficam na linha de frente dessas pautas. O MEL sempre teve limitações para aprofundar as discussões sobre as políticas educacionais, conforme já havíamos apontado em estudo anterior: “notamos que o movimento LGBT local não vem acompanhando as discussões e deliberações das políticas educacionais em João Pessoa”. Cabe registrar que só em 2021 é que o MEL passou a ocupar a suplência no Conselho Municipal de Educação de João Pessoa (GOMES, 2016, p. 130).

O MEL teve importantes parceiros e aliados para desenvolver suas ações educativas tanto em João Pessoa como no Estado da Paraíba, a exemplo do Ministério da Saúde, do Governo do Estado, da Prefeitura Municipal de João Pessoa, da Assembleia Legislativa da Paraíba, da Câmara Municipal de Vereadores(as), sobretudo, porque sempre contou com a efetiva colaboração e parceria de ativistas políticos que passaram a ocupar os espaços de governo e do parlamento, especialmente no âmbito local, seja como assessores(as) no Poder Executivo e/ou no Poder Legislativo. O MEL também sempre atuou em parceria com as

entidades do Movimento LGBT, a exemplo do GMMQ, da ASTRAPA/ASPTTRANS-PB, do Movimento de Bissexuais da Paraíba (MOVBI), do Coletivo Petris e demais organizações da sociedade civil, tais como o Serviço de Educação Popular (SEDUP), do Centro da Mulher 8 de Março (CM8M), da Associação de Prevenção à AIDS (AMAZONA), do Centro de Orientação e Desenvolvimento de Luta pela Vida (Cordel Vida), entre outras.

Entretanto, o MEL vem passando por um processo de reorganização, com novas pautas, identidades e formato de ativismo social que ocupa a atual conjuntura política e social na contemporaneidade. O Movimento LGBT em geral vive um momento de refluxo da luta social, em que novos agrupamentos surgem nas redes sociais, a exemplo do ciberativismo, que difere do movimento institucional e utiliza as mídias sociais para difundir suas ideias. Mas o MEL ousou nos últimos anos, especialmente no período da pandemia, para criar e atuar nesse ambiente virtual, embora apresente diversas limitações, desde a produção textual ainda voltada ao ativismo tradicional, como a falta de recursos audiovisuais, atrativos para a juventude LGBT que ora utiliza essas ferramentas digitais.

No decorrer da investigação, ainda foi observado que as ações educativas e sociopolíticas realizadas pelo MEL têm sido ressignificadas ao longo dos anos, especialmente na realização em conjunto com as demais entidades LGBT, já que as cisões entre os segmentos identitários estão cada vez mais frequentes, principalmente em virtude da partida das principais lideranças desse movimento social, inclusive com o MEL, que vem perdendo o protagonismo à frente do Movimento LGBT da Paraíba.

Enfim, enalteço que a propositura de tese da presente pesquisa foi, de fato, comprovada, já que o MEL realizou as ações educativas para a população LGBT, tendo como foco a Educação no âmbito dos Direitos Humanos e visando a eles, priorizando os sujeitos políticos que participavam ou não do Movimento LGBT Paraibano, já que a finalidade da entidade sempre foi o enfrentamento à homofobia, além da promoção de cultura de respeito aos direitos humanos e a cidadania LGBT, apesar das contradições, desafios e limitações encontradas ao longo da trajetória do próprio movimento social.

Esse estudo comprovou que o MEL se tornou essencial para a afirmação da luta LGBT na Paraíba e no Brasil. Nessas três décadas de existência da entidade, a juventude que adentrou o espaço físico do MEL foi se conscientizando dos seus direitos e passaram a atuar na defesa do segmento, a partir do que aprenderam e ensinaram nas rodas de diálogo do movimento social. Da emancipação à luta por reconhecimento à cidadania LGBT, o MEL esteve presente e atuante junto a sua militância, transformando vidas, por meio de sua prática educativa e

sociopolítica que visava a criticidade, a autonomia e a utopia de que outro país seria possível com direitos e políticas públicas para a população LGBT.

Por fim, este estudo apresentou registros do passado para manter as memórias vivas do Movimento LGBT, mas sem ficar restrito ao passado, já que o momento presente, em que o mundo foi tomado por uma pandemia, adentrou as nossas vidas e o texto de forma brusca, para contextualizar a conjuntura em que foi escrito e, sobretudo, evidenciar a importância da vida e de esperar por um futuro em que a dignidade humana seja respeitada em sua totalidade. Espero que este texto possa despertar novas curiosidades e desejos sobre a história e as memórias dos militantes do MEL e do Movimento LGBT da Paraíba.

REFERÊNCIAS

ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. **Manual de Comunicação LGBT: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.** Curitiba: ABGLT, 2010.

ABGLT. **História de Luta.** 2021. Disponível em: <https://www.abgl.org/historia> Acesso em: 05 nov. 2021.

ACHARD, Pierre *et al.* **Papel da memória.** 4ª ed. Campinas: Pontes, 2015.

ALBURQUERQUE JR., Durval Muniz. Em terra de macho quem vê por outro olho é gay. **A Colmeia**, boletim informativo do Movimento do Espírito Lilás – MEL, J João Pessoa: MEL, ano 2, n. 5, p. 9, out./nov. 2003.

ALVES, Douglas Santos. **Movimento LGBT, Participação Política e Hegemonia.** 2016. 251 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2016.

ANDRADE, Nayhara Hellena Pereira. **Coturno rosa e ordem unida: uma análise da homofobia entre policiais militares na Paraíba.** 2017. 118 f. Dissertação (Mestrado de Direitos Humanos) – Programa de Pós-Graduação, Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa/PB, 2017.

ANDRADE, Jemina de Araújo Moraes. **Educação em Direitos Humanos na Universidade Federal do Amapá: tendências e lacunas no âmbito da pesquisa e extensão (2006-2018).** 2019. 214 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Amapá, Macapá/AP, 2019.

ARAÚJO, Adriano Costa de. **Bonecas militantes: experiências de militância homossexual na cidade de Cajazeiras - Paraíba.** 2017. 62 f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras/PB.

ARAÚJO, Adneuse Targino de Araújo. **Estudo antropológico do Grupo de Mulheres Lésbicas e Bissexuais Maria Quitéria.** 2020. Monografia (Graduação em Antropologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

ARRUDA, Jéssica. Black Lives Matter: entenda movimento por trás da hashtag que mobiliza atos. **UOL**, São Paulo, jun. 2020. Seção Universa. Disponível em <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/06/03/black-lives-matter-conheca-o-movimento-fundado-por-tres-mulheres.htm>. Acesso em: 11 out. 2020.

ASTRAPA. **Fôlder do Projeto Viva Trans.** João Pessoa: ASTRAPA, 2013.

ASTRAPA. **Cartilha do Projeto Resgatando a Cidadania LGBT.** João Pessoa: ASTRAPA, 2007.

ASTTTTRANS. Nota da Associação de Mulheres Travestis, Transexuais e Transfeministas do Estado da Paraíba. [João Pessoa], 23 set. 2020. Instagram: @astttans_pb. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CFf-GNmJZdF/>. Acesso em: 09 out. 2020.

AVRITZER, Leonardo. Um balanço da participação social no Brasil pós-constituição de 1988. In: AVRITZER, Leonardo (Org.). **Experiência democrática, sistema político e participação popular**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

BACCI, Irina Karla. **Vozes lésbicas no Brasil**: a busca e os sentidos da cidadania LGBT. 2016. 117 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) – Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2016.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROS, José D'Assunção. **O Projeto de Pesquisa em História**: da escolha do tema ao quadro teórico. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BARROS, Luriana de Sousa. **Movimento e Resistência**: uma aproximação etnográfica junto ao Grupo de Mulheres Lésbicas e Bissexuais da Paraíba - Maria Quitéria. 2020. 68 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

BENVENUTTY, Fernanda. Associação das Travestis da Paraíba – ASTRAPA. In: GENTLE, Ivanilda Matias; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; GUIMARÃES, Valéria Maria Gomes. **Gênero, diversidade sexual e educação**: conceituação e práticas de direito e políticas públicas. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008.

BEZERRA, Luciano Vieira. Onde está a justiça?. **A Colmeia**, boletim informativo do Movimento do Espírito Lilás – MEL, João Pessoa: MEL, ano 2, n. 4, p. 6, ago./set. 2003.

BITTAR, Eduardo C. B. O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos do Brasil: um cenário obscuro de implementação. In: CALAÇA, Suelídia Maria; PEQUENO, Marconi Pimentel; SILVA, Alexandre Magno Tavares; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. (Orgs.). **Direitos humanos, políticas públicas e educação em e para os direitos humanos**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2019. p. 567-590.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Porto Editora, 1994.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Prefácio: cinquenta e um anos depois. In: STRECK, Danilo R.; ESTEBAN, Maria Teresa (Orgs.). **Educação Popular**: lugar de construção social coletiva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 9-14.

BRASIL. **Programa Nacional de Direitos Humanos**. Brasília, Ministério da Justiça, 1996.

BRASIL. **Programa Nacional de Direitos Humanos II**. Brasília: Ministério da Justiça, 2002.

BRASIL. **Projeto Somos:** desenvolvimento organizacional, advocacy e intervenção para ONGs que trabalham com GAYS e outros HSH. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Programa Nacional de DST e Aids 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2007.

BRASIL. **Brasil Direitos Humanos, 2008:** a realidade do país aos 60 anos da Declaração Universal. Brasília: SEDH, 2008.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.** Brasília: SEDH-PR-MEC-MJ- UNESCO, 2009.

BRASIL. **Programa Nacional de Direitos Humanos III.** Brasília: SEDH-PR, 2010.

BRASIL. **Educação em Direitos Humanos:** diretrizes nacionais. Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013.

BRASIL. **Atlas da Violência 2020.** Brasília, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>. Acesso em: 10 nov. 2020.

BRITO, Alexandre Magno Maciel Costa e. **O Lampião da Esquina:** uma voz homossexual no Brasil em tempos de fúria (1978-1981). 2016. 137 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2016.

BULGARELLI, Lucas. Apresentação. Dossiê: Marxismo e Lutas LGBT. **Margem Esquerda**, São Paulo: Editora Boitempo, n. 33, p. 23-24, 2019.

CAETANO, Marcio; NASCIMENTO, Claudio; RODRIGUES, Alexsandro. Do caos re-emerge a força: AIDS e mobilização LGBT. In: GREEN, James Naylor; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES. **História do Movimento LGBT no Brasil.** São Paulo: Alameda, 2018.

CÂMARA, Cristina. Pecado, doença e direitos: a atualidade da agenda política do grupo Triângulo Rosa. In: GREEN, James Naylor; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES. **História do Movimento LGBT no Brasil.** São Paulo: Alameda, 2018a. p. 193-209.

CÂMARA, Cristina. João Antônio de Souza Mascarenhas na Assembleia Nacional Constituinte.. In: CAETANO, Márcio; RODRIGUES, Alexsandro; NASCIMENTO, Cláudio; GOULART, Treyce Ellen. (Orgs.). **Quando ousamos existir:** itinerários fotobiográficos do movimento LGBTI Brasileiro (1978-2018). Rio Grande, RS: FURG, 2018b. p. 54-60.

CAMARGOS, Moacir Lopes de. O Surgimento das Paradas LGBT no Brasil. In: GREEN, James Naylor; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES. **História do Movimento LGBT no Brasil.** São Paulo: Alameda, 2018.

CANANÉA, Fernando Antonio Abath Luna Cardoso. **Educação popular e identidade: navegando com a Associação Artístico-Cultural de Cabedelo**. 2015. 286 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa/PB, 2015.

CANDAU, Vera Maria. Educação em direitos humanos: uma proposta de trabalho. *In: Oficinas aprendendo e ensinando direitos humanos*. CANDAU, Vera; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. João Pessoa: CEDDHC/SSP/PNDH, 1999. p. 13-25.

CANDAU, Vera; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares Zenaide. (Orgs). **Oficinas Aprendendo e Ensinando Direitos Humanos**. João Pessoa: JB, 1999.

CANDAU, Vera. Educação em direitos humanos: desafios atuais. *In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy; DIAS, Adelaide Alves; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; FEITOSA, Maria Luíza Pereira de Alencar Mayer; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares (Orgs.). Educação em Direitos Humanos: fundamentos teóricos-metodológicos*. João Pessoa: Editora Universitária, 2007. p. 399-412.

CANDAU, Vera Maria. Educação e direitos humanos, currículo e estratégias pedagógicas. *In: ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; SILVEIRA, Rosa Maria Godoy; DIAS, Adelaide Alves. Direitos Humanos: capacitação de educadores*. v. 2. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2008. p. 187-192.

CARBONARI, Paulo César. **Direitos humanos: sugestões pedagógicas**. Passo Fundo/RS: Instituto Superior de Filosofia Berthier - IFIBE, 2008.

CARRILLO, Alfonso Torres. A educação popular como prática política e pedagógica emancipadora. *In: STRECK, Danilo R.; ESTEBAN, Maria Teresa (Orgs.). Educação Popular: lugar de construção social coletiva*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 15-32.

CARVALHO, Anahi Bezerra de. **Experiências formativas e a constituição de subjetividade de militantes lésbicas em Pernambuco**. 2017. 131 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife/PE, 2017.

CARVALHO, Nathália de Brito. **Constitucionalismo democrático no Brasil?: A luta dos movimentos sociais LGBT pela efetivação de direitos no Poder Judiciário**. 2017. 174 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, 2017.

CARVALHO, Maria Elizete Guimarães; FERRER, Rossana Farias Queiroz. O Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da UFPB: história e memória (2007-2015). **Revista Educare**, João Pessoa, PB, v. 2, n.1, p. 104-118, jan./jun. 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/educare/article/view/39479>. Acesso em: 19 ago. 2019.

CAVALCANTE, Joel Martins. **Análise da “Ideologia De Gênero” no Plano Municipal de Educação de João Pessoa - PB (2015-2025)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB. 2017. 207 f.

CAVALCANTE, Joel. **Corpo de militante gay é encontrado em praia da Paraíba com sinais de tortura**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/18/corpo-de-militante-gay-e-encontrado-em-praia-da-paraiba-com-sinais-de-tortura> Acesso em: 02 nov. 2021.

COLLING, Leandro (Org.). **Stonewall 40+ o que no Brasil?** Salvador: EDUFBA, 2011.

CORREIA, Sônia. O percurso global dos direitos sexuais: entre “margens” e “centros”. **Bagoas - Estudos gays**: gêneros e sexualidades, Natal, v. 3, n. 4. p. 17-42, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2294>. Acesso em: 10 nov. 2020.

COSTA, Gustavo de Sousa Cardozo. **Cultura e Resistência**: a luta de artista LGBT's em João Pessoa. 2020. 156 f. Dissertação (Mestrado em Direitos, Cidadania e Políticas Públicas) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa/PB, 2020.

COSTA, Odinaldo. Louvada seja Maria Quitéria: Mel engendra grupo de mulheres para pensar a causa lésbica em João Pessoa. **A Colmeia**, boletim informativo do Movimento do Espírito Lilás – MEL, João Pessoa: MEL, ano 2, n. 1, p. 4, jan./mar. 2003a.

COSTA, Odinaldo. Guerra travada no Vale do Paraíba: entidade gay luta contra a falta de informação. **A Colmeia**, boletim informativo do Movimento do Espírito Lilás – MEL, João Pessoa: MEL, ano 2, n. 3, p. 10, jun./jul. 2003a.

COSTA, Odinaldo. Projeto leva informação a grupos de cultos afros. **A Colmeia**, boletim informativo do Movimento do Espírito Lilás – MEL, João Pessoa, n. 1, p. 3, jan./mar., 2003.

COUTINHO, Genilson. **Ativista gay histórico brasileiro recebe homenagem**. Disponível em: <http://www.doistercos.com.br/ativista-gay-historico-brasileiro-recebe-homenagem/> Acesso em: 29 jan. 2022.

CRUZ, Pedro José Santos Carneiro (Org.). **Construção compartilhada do conhecimento na pesquisa e na ação social**. João Pessoa: Editora do CCTA, [2019?]. No prelo.

CUNHA, Brune Raphael Magalhães da. **Do “papai e mamãe” à família homoafetiva**: experiências de mães e pais lésbicas, gays e transexuais. 2015. 122 f. Dissertação (Mestrado de Direitos Humanos) – Programa de Pós-Graduação, Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa/PB, 2015.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DANILIAUSKAS, Marcelo. **Não se nasce militante, torna-se**: processo de engajamento de jovens LGBT: panorama histórico na cidade de São Paulo e cenário atual em Paris. 2016. 332 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2016.

DIA do orgulho LGBTQI+. [João Pessoa], 29 jun. 2020. Instagram: @renanpalmeira_. Disponível em: https://www.instagram.com/renanpalmeira_/. Acesso em: 05 nov. 2020.

DELGADO, Anna Karenina Chaves. O carnaval como elemento identitário e atrativo turístico: análise do Projeto Folia de Rua em João Pessoa (PB). **CULTUR: Revista de Cultura e Turismo**, Ilhéus/BA, n. 44. p. 37-53, out. 2012. Disponível em: <http://periodicos.uesc.br/index.php/cultur/article/view/296> Acesso em: 23 set. 2021.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995.

DUARTE, Teresa. Estado ganha o primeiro Centro de Referência dos Direitos LGBT. **A União**, João Pessoa, ano 118, n. 99, p.9, 26 mai. 2011. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/jornal-a-uniao/2011-a-2015/2011/maio/a-uniao-26-05-2011.pdf/view> Acesso em 16 jan. 2021.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese em ciências humanas**. Tradução: Ana Falcão Bastos; Luís Leitão. Editorial Presença, 2007.

FACCHINI, Regina. **Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico**. Cadernos AEL: homossexualidade, sociedade, movimento e lutas, Campinas, Unicamp/IFCH/AEL, v. 10, nº 18/19, p. 79-123, 2003.

FACCHINI, Regina. **Sopa de Letrinhas?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FACCHINI, Regina; RODRIGUES, Julian. É preciso estar atenta(o) e forte: histórico do movimento LGBT e conjuntura atual. In: NOGUEIRA, Leonardo; HILÁRIO, Erivan; PAZ, Thaís, Terezinha; MARRO, Kátia (Orgs.). **Hasteemos a bandeira colorida: diversidade sexual e de gênero no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FALCÃO, Luiza Assis. **Mídia e Movimento LGBT: um estudo do campo jornalístico a partir da cobertura da Parada da Diversidade de Pernambuco**. 2016. 161 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife/PE, 2016.

FÁVERO, Osmar. Paulo Freire, Movimentos Sociais e Educação de Jovens e Adultos. In: STRECK, Danilo R.; ESTEBAN, Maria Teresa (Orgs.). **Educação Popular: lugar de construção social coletiva**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 49-63.

FEITOSA, Cleyton. A participação social nos 40 anos de Movimento LGBT brasileiro. In: GREEN, James Naylor; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES. **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

FELIPE, Severino Pedro; MELO NETO, José Francisco. Saber popular e saber científico. In: MELO NETO, José Francisco de; CRUZ, Pedro José Santos Carneiro. **Extensão Popular: educação e pesquisa**. João Pessoa-PB: Editora do CCTA, 2017.

FERNANDES, Marisa. Desejo transformador e revolucionário: o movimento das lésbicas feministas no Brasil. **CULT**, São Paulo: Editora Bragantini, n. 235. 2018, p. 24-27.

FERRAREZE, Rafael Bozzo; MOREIRA, Ana Paula. O bajubá da boneca: a comunicação como representação da travesti. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM COMUNICAÇÃO, 7., 2015, Curitiba. **Anais eletrônicos** [...]. Curitiba: UFPR, 2015. Disponível em:

http://www.enpecom.ufpr.br/arquivos-2015/ANAIS_VII_ENPECOM.pdf. Acesso em: 23 out. 2020.

FERRARI, Anderson. Revisando o passado e construindo o presente: o movimento *gay* como espaço educativo. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro: ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, s/v. n. 25. 2004, p. 105-115. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/CXtdJcMJFG9RmNXJrDyPBcN/?lang=pt> Acesso em: 05 nov. 2021.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio Século XXI**: o minidicionário da língua portuguesa. 5ª ed. Ver. Ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FERREIRA, José Waldir; ALBÉRIO, Aderivan Bezerra; BRAGA, Lauriete. Somos homossexuais e temos direitos sim. In: **Oficinas aprendendo e ensinando direitos humanos**. CANDAU, Vera; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. João Pessoa: CEDDHC/SSP/PNDH, 1999.

FERREIRA, Madson de Lima. **Militância no Facebook como enfrentamento ao discurso do ódio**: análise da página de Jean Wyllys no combate à homofobia na web. 2016. 130 f. Dissertação (Mestrado de Direitos Humanos) – Programa de Pós-Graduação, Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa/PB, 2016.

FERREIRA, Lucas Bulgarelli. **Alerta Textão**: estratégias de engajamento do movimento LGBT de São Paulo em espaços de interação on-line e off-line (2015-2016). 2017. 199 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2017.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. Memória e educação em direitos humanos. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy; DIAS, Adelaide Alves; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; FEITOSA, Maria Luíza Pereira de Alencar Mayer; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares (Orgs.). **Educação em Direitos Humanos**: fundamentos teóricos-metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária, 2007. p. 135-155.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. Direitos humanos e memórias. In: ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; NÁDER, Alexandre Antonio Gili. **Direitos Humanos**: capacitação de educadores. v. 1. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2008. p. 67-76.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. Ditadura Militar na Paraíba: documentos e memórias. In: DANTAS, Éder; NUNES, Paulo Giovanni Antonino; SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho. **Golpe civil-militar e ditadura na Paraíba**: história, memória e construção da cidadania. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

FERRO, Sérgio Pessoa. **Memórias da Diversidade na Paraíba**: as dores e os guardins de Nina Kelly. 2019. 151 f. Dissertação (Mestrado em Direitos, Cidadania e Políticas Públicas) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa/PB, 2019.

FIGARI, Carlos Eduardo. **Frente de Liberación Homosexual da Argentina**. Disponível em: <http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/f/flh> Acesso em: 29 jan. 2022.

FLEURI, Reinaldo Matias. **Conversidade**: diálogo entre universidade e movimentos sociais. João Pessoa: Editora do CCTA, 2019.

FONSECA, Ivonildes da Silva; LIMA, Daniel Torquato Fonseca de. Trajetória de questões negras na Paraíba (2008-2015). In: ROCHA, Solange P.; GUIMARÃES, Matheus Silveira. (Orgs.). **Travessias atlânticas e a Paraíba afro-diaspórica**: Paraíba no pós-abolição e no tempo presente: racismos e trajetórias de resistência. V. 2. João Pessoa: Editora UFPB, 2018.

FRANCO, Maria Laura Publisi Barbosa. **Análise de Conteúdo**. 3ª Edição. Brasília: Liber Livro Editora, 2008.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 18. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 31. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 67. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**. 26. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação**: cartas pedagógicas. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

FREIRE, Paulo. **Professora, sim; tia não**: cartas a quem ousar ensinar. 30ª ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FRY, Peter; MACRAE, Edward. **O que é homossexualidade**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

FUNDAÇÃO JOÃO MANGABEIRA. **Governos do PSB na Paraíba**: gestões de Ricardo Coutinho 2011-2018. Brasília: Editora FJM, 2020.

GADOTTI, Moacir; ABRÃO, Paulo. Apresentação. In: GADOTTI, Moacir; ABRÃO, Paulo. (Orgs.). **Paulo Freire, anistiado político brasileiro**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire; Brasília: Comissão de Anistia. Ministério da Justiça, 2012.

GAMBOA, Silvio A. Sánchez. **Pesquisa em Educação**: estruturas lógicas e tendências metodológicas. 1987. 240 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 1987.

GAMBOA, Silvio Sánchez. **Pesquisa em educação**: métodos e epistemologias. 2. ed. Chapecó: Argos, 2012.

GAMBOA, Silvio Sánchez. Prefácio. In: SILVA, Eduardo Jorge Lopes da; RODRIGUES, Ana Cláudia da Silva. **Pesquisa em Educação**: discussões teórico-metodológicas de produções do PPGE/UFPB (2013-2017). João Pessoa/PB: Editora do CCTA, 2019.

GARRETT, Annette Marie. **A Entrevista, seus princípios e métodos**. Tradução de Maira de Mesquita Sampaio. 10 ed. Rio de Janeiro: Editora Agir, 1991.

GENTLE, Ivanilda Matias; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; GUIMARÃES, Valéria Maria Gomes. **Gênero, diversidade sexual e educação**: conceituação e práticas de direito e políticas públicas. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008.

GOHN, Maria da Glória. (Org.). **Movimentos sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores sociais. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007.

GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais**. 4ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

GOHN, Maria da Glória. **Sociologia dos movimentos sociais**. São Paulo: Cortez, 2013.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 11ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

GOMES, Cleudo. Seminário Desejo e Poder: plano de políticas homossexuais para as cidades no Nordeste. **A Colmeia**, boletim informativo do Movimento do Espírito Lilás – MEL, João Pessoa, ano 3, n. 3, p. 8, jul./ago. 2004.

GOMES, Cleudo; CAVALCANTE, Joel. **O MEL e seus 29 anos de luta pela cidadania LGBTQIA+**. Disponível em: <https://www.brasildefatopb.com.br/2021/03/06/o-mel-e-seus-29-anos-de-luta-pela-cidadania-lgbtqia> Acesso em: 18 nov. 2021.

GOMES, José Cleudo. O uso do vídeo na prevenção da homofobia: a experiência no Projeto Escola que Protege. In: CARLOS, Erenildo João; VICENTE, Dafiana do Socorro Soares. **A importância do ato de ver**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.

GOMES, José Cleudo. **Quando o professor é o alvo da homofobia**: análise de efeitos de uma formação docente. 2013. 84 f. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

GOMES, José Cleudo. **Direitos Humanos, Educação e Cidadania LGBT**: uma análise das ações do Programa Brasil sem Homofobia em João Pessoa/PB. 2016. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa/PB, 2016.

GOMES, José Cleudo; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. A trajetória do movimento social pelo reconhecimento da cidadania LGBT. **#Tear**: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 1-20, mai. 2019. DOI: <https://doi.org/10.35819/tear.v8.n1.a3402>. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/tear/article/view/3402>. Acesso em: 10 nov. 2020.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GOMIDES, Fernanda de Paula. Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da UFPB: a formação de um órgão educativo contra-hegemônico. Congresso Nacional de Educação, 4., 2017, João Pessoa. **Anais Eletrônicos** [...]. Campina Grande-PB: Realize Eventos, 2017.

Disponível em: <https://editorarealize.com.br/revistas/conedu/resumo.php?idtrabalho=4219>. Acesso em: 19 ago. 2019.

GREEN, James Naylor. A Luta pela Igualdade: desejos, homossexualidade e a esquerda na América Latina. **Cadernos AEL: homossexualidade, sociedade, movimento e lutas**, Campinas, Unicamp/IFCH/AEL, v. 10, nº 18/19, p. 13-44, 2003.

GREEN, James N.. Visão retrospectiva: um balanço histórico e memorialístico. **CULT**, São Paulo: Editora Bragantini, n. 235. 2018a, p. 24-27.

GREEN, James N.. **Revolucionário e gay**: a vida extraordinária de Herbert Daniel - pioneiro na luta pela democracia, diversidade e inclusão. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018b.

GREEN, James Naylor. **Além do Carnaval**: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

GREEN, James Naylor; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES. **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

GREEN, James Naylor; QUINALHA, Renan (Orgs.). **Ditadura e homossexualidades**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Paulo: EdUFSCar, 2019.

GUIMARÃES, Carmem Dora. **O homossexual visto por entendidos**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

HERNANDEZ, Aline Reis Calvo. Memória política: contexto de experiências e gesto metodológico. In: HERNANDEZ, Aline Reis Calvo; DANTAS, Bruna Suruagy do Amaral; ANSARA, Soraia; HUR, Uhng Domenico. (Orgs.). **Psicologia política e memória**. Curitiba: Appris, 2020.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

HOUAISS, Instituto Antônio (Org.). **Dicionário Houaiss Conciso**. São Paulo: Moderna, 2011.

HOWES, Robert. João Antônio Mascarenhas (1927-1998): pioneiro do ativismo homossexual no Brasil. **Cadernos AEL: homossexualidade, sociedade, movimento e lutas**, Campinas, Unicamp/IFCH/AEL, v. 10, nº 18/19, p. 287-314, 2003.

INSAUSTI, Santiago Joaquin. *Una historia del Frente de Liberación Homosexual y la izquierda en Argentina*. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 2, e554280, 2019.

KAUCHAKJE, Samira. Movimentos Sociais no Século XXI: matriz pedagógica da participação sociopolítica. In: JEZINE, Edineide; ALMEIDA; Maria de Lourdes Pinto de. (Orgs.). **Educação e Movimentos Sociais**: novos olhares. 2. ed. Campinas/SP: Editora Alínea, 2010.

JARA, Oscar H. **A educação popular latino-americana: história, fundamentos éticos, políticos e pedagógicos**. São Paulo: Ação Educativa; CEAAL; ENFOC, 2020.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **O Protesto na Festa: política e carnavalização das paradas do orgulho de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT)**. 2010. 194 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Uma nova pauta política: notas sobre as travessias da população trans na história. **CULT**, São Paulo: Editora Bragantini, n. 235. 2018, p. 32-35.

JEZINE, Edineide. Movimentos sociais na universidade: troca de saberes mediados pela educação popular. In: . In: JEZINE, Edineide; ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. (Orgs.). **Educação e Movimentos Sociais: novos olhares**. 2. ed. Campinas/SP: Editora Alínea, 2010.

LARRAT, Symmy. Stonewall: a violência policial e os apagamentos. **Revista Cult**, São Paulo: Editora Bregantini, n. 246, 2019. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/a-violencia-policial-e-os-apagamentos/> Acesso em: 29 jan. 2022.

LARRATEA, Luís Felipe Gomes. **Vicissitudes identitárias: considerações sobre o movimento LGBT e a criação do movimento de bissexuais da Paraíba**. 2018. 87 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa/PB, 2018.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão *et al.* Campinas: UNICAMP, 1990.

LEÓN, Adriano de. Os conservadores saem do armário. **Jornal Colmeia**, boletim informativo do Movimento do Espírito Lilás – MEL, João Pessoa: MEL, n. 1, p. 2, out. 2011.

LINHARES, Marcus Paulo de Medeiros; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. A Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves e a opção pela Educação Popular em Direitos Humanos. In: RECHEMBACH, Fabiana; ANDRADE, Fernando César Bezerra de. (Orgs.). **Educação em Direitos Humanos: construindo políticas públicas**. Curitiba: CRV, 2016.

LYRA, Rubens Pinto. As vicissitudes da democracia participativa no Brasil. **Revista de Informação Legislativa**. Brasília, v. 36, n. 141, jan./mar. 1999, p. 23-38.
DOI: <https://doi.org/10.5335/hdtv.13n.2.3724>. Disponível em:
<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/447/r141-03.pdf?sequence=4&isAllowed=y> Acesso em: 04 jan. 2022.

MACHADO, Viviane Alves. **A atuação da ONG AMAZONA – Associação de Prevenção à AIDS junto à comunidade São Rafael: o (des) fazer juntos à luz da educação em direitos humanos**. 2017. 135 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas) – Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa/PB. 2017.

MACRAE, Edward. Os respeitáveis militantes e as bichas loucas. In: COLLING, Leandro (Org.). **Stonewall 40 + o que no Brasil?** Salvador: EDUFBA, 2011.

MAFRA, Welma Cristina Barbosa. **Memórias de escolarização de jovens militantes do Movimento LGBT em Belém/PA**. 2019. 138 f. Dissertação (Mestrado em Currículo e Gestão da Escola Básica) – Universidade Federal do Pará, Belém/PA, 2018.

MAGALHÃES, Henrique. *Hay que endurecerse... A Colmeia*, boletim informativo do Movimento do Espírito Lilás – MEL, João Pessoa: MEL, ano 2, p. 9, out./nov. 2003, Edição especial.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARTINHÃO, Viviane Suzano. **Análise do dispositivo identitário no processo de subjetivação do Movimento LGBT na busca por direitos e cidadania**. 2017. 176 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 2017.

MELLO NETO, José Baptista. **Políticas Educacionais, Direitos Humanos e Diversidade Sexual: há lugar para LGBT na educação?/!**. 2014. 143 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB. 2014.

MELLO NETO, José Baptista; AGNOLETI, Michelle Barbosa. Dignidade Sexual e Diversidade Humana: cidadania e respeito para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBTT). *In*: ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; SILVEIRA, Rosa Maria Godoy; DIAS, Adelaide Alves. **Direitos Humanos: capacitação de educadores**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008.

MELLO NETO, José Francisco de. Educação popular em direitos humanos. *In*: *In*: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy; DIAS, Adelaide Alves; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; FEITOSA, Maria Luíza Pereira de Alencar Mayer; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares (Orgs.). **Educação em Direitos Humanos: fundamentos teóricos-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007. p. 429-440.

MELO, Amanda Leal Barros de. **Opressão, Ativismo e Cidadania Lgbt+:** análise do processo de institucionalização e implementação da Lei Estadual nº 10.895/2017 - PB. 2020. 281 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa/PB, 2020.

MELO NETO, José Francisco de. **Extensão Popular**. 2. ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

MONTEIRO, Aniele Oliveira. **“Corpos Trans-tornados”:** um estudo sobre as transexualidades e o Projeto de Lei 50.021/2013 (Lei João W. Nery). 2017. 100 f. Dissertação (Mestrado de Direitos Humanos) – Programa de Pós-Graduação, Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa/PB, 2017.

MOREIRA, Orlandil de Lima. **Educação Popular na Paraíba: memória e história do SEDUP**. Curitiba: CRV, 2021.

MOREIRA, Messias da Silva. **Educação em Direitos Humanos: perspectivas decoloniais**. 2019. 203 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão/PR, 2019.

MOROSINI, Marília Costa. Estado do conhecimento e questões do campo científico. **Revista Educação**: Santa Maria, v. 40, n. 1, p. 101-116, jan./abr. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/15822>. Acesso em: 13 nov. 2021.

MOTT, Luiz. **Assassinato de homossexuais: manual de coleta de informações, sistematização e mobilização de política contra crimes homofóbicos**. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2000.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NASCIMENTO, Francisco Arrais. **Memória da militância: a contribuição da organização do conhecimento para a reconstrução da memória do movimento LGBT da região do Cariri cearense**. 2015. 131 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife/PB, 2015.

NASCIMENTO, Silvana de Souza. Uma política travesti: notas etnográficas sobre a campanha eleitoral de Fernanda Benvenutty na Paraíba. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 35., 2011, Caxambu/MG. **Anais...** Caxambu: UFPB, 2011. Disponível em: <http://anpocs.org/index.php/encontros/papers/35-encontro-anual-da-anpocs/gt-29/gt15-25>. Acesso em: 17 jan. 2022.

NASCIMENTO, Silvana; FRANCH, Mônica (Orgs). **Entre o sertão e o mar: políticas e poéticas LGBTs na Paraíba**. Salvador/BA: Editora Devires, 2018.

NCDH. **Grupo Temático Diversidade Sexual e Gênero e Direitos Humanos**. Disponível em: http://www.cchla.ufpb.br/ncdh/?page_id=1883. Acesso em: 20 ago. 2019.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução Yara Aun Khoury. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/1210>. Acesso em: 10 nov. 2020.

OCANHA, Rafael Freitas. As rondas policiais de combate à homossexualidade na cidade de São Paulo (1976-1982). In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (Orgs.). **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos: EduFSCar, 2019.

OKITA, Hiro. **Homossexualidade: da opressão à libertação**. São Paulo: Editora Sundermann, 2007.

OLIVEIRA, Thiago de Lima. Levantar bandeira e dar pinta Inflexões etnográficas sobre o movimento LGBT em João Pessoa (1980-2002) e suas ressonâncias. **Bagoas - Estudos gays:**

gêneros e sexualidades, Natal, v. 11, n. 16. p. 318-351, jul. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/12524> Acesso em: 19 jun. 2020.

OLIVEIRA, Thiago de Lima. Da política como participação e resistência: esboço de historiografia do movimento LGBT em João Pessoa, Paraíba. In: NASCIMENTO, Silvana; FRANCH, Mônica (Orgs.). **Entre o sertão e o mar: políticas e poéticas LGBTs na Paraíba**. Salvador/BA: Editora Devires, 2018. p. 29-52.

PARAÍBA. **Cartilha da Lei Estadual nº 7.309/2003, de 10 de janeiro de 2003**. Proíbe a discriminação em virtude de orientação sexual e dá outras providências. João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba, 2006.

PARAÍBA. **Projeto do Centro de Referência dos Direitos de LGBT e Combate a Homofobia da Paraíba**. João Pessoa: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano, 2010. (Mimeo).

PARAÍBA. **Folder Institucional do Espaço LGBT – Centro de Referência dos Direitos de LGBT e Combate a Homofobia da Paraíba**. João Pessoa: Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana; Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano, 2011.

PARAÍBA. **Folder Institucional do Espaço LGBT Luciano Bezerra**. Campina Grande: Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana, 2018.

PAZ, Pedro. **Movimentos Sociais terão espaço de apoio na UFPB**. Disponível em: <http://www.ufpb.br/antigo/content/movimentos-sociais-ter%C3%A3o-esp%C3%A7o-de-apoio-na-ufpb> Acesso em: 28 jun. 2020.

PEREIRA, Matheus Mazzilli. **Um confronto político no presidencialismo de coalizão: os resultados do confronto entre o movimento LGBT e o movimento cristão pró-vida e prófamília (2003-2014)**. 2018. 303 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2018.

PEREIRA, Vanderlan Paulo de Oliveira. **A Educação Popular na Arquidiocese da Paraíba (1966-1985)**. 2017. 280 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa/PB, 2017.

PEROZA, Juliano; SCHIFFER, Mônica Brunner. **Paulo Freire: utopia, educação e emancipação**. Disponível em: <http://acervo.paulofreire.org:8080/xmlui/handle/7891/4192> Acesso em: 19 jan. 2022

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 2, n. 3. 1989, p. 3-15. Disponível em: http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso em: 20 out. 2020.

QUINALHA, Renan. O movimento LGBT brasileiro: 40 anos de luta. **CULT**, São Paulo: Editora Bragantini, n. 235. 2018, p. 20-23.

QUINALHA, Renan. Marxismo e sexualidade no Brasil: recompondo um histórico. **Margem Esquerda**, São Paulo: Editora Boitempo, n. 33, p. 25-31, 2019.

QUINALHA, Renan. O mito fundador de Stonewall. **Revista Cult**, São Paulo: Editora Bregantini, n. 246, 2019b. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/o-mito-fundador-de-stonewall/> Acesso em: 29 jan. 2022.

REIS, Toni. **Avanços e Desafios para os Direitos Humanos das Pessoas LGBT**. In: VIEIRA, Tereza Rodrigues (Org.). *Minorias Sexuais: direitos e preconceitos*. Brasília: Editora Consulex, 2012.

REIS, Toni. (Org.). **Manual de Comunicação LGBTI+**. 2ª edição. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI; GayLatino, 2018a.

REIS, Toni. Os EBGLTs. In: CAETANO, Márcio; RODRIGUES, Alexsandro; NASCIMENTO, Claudio; GOULART, Treyce Ellen. (Orgs.). **Quando ousamos existir: itinerários fotobiográficos do movimento LGBTI**. Tubarão: Copiart; Rio Grande, RS: FURG, 2018b.

REIS, Toni; CAZAL, Simón. **Manual de Comunicação LGBTI+**. 3 ed. Curitiba: IBDSEX, 2021.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Tradução de Alain François. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Jorge Luiz Pinto. A imprensa gay do Rio de Janeiro: linguagem verbal e linguagem visual. In: GROSSI, Miriam Pillar *et al.* **Movimentos Sociais, Educação e Sexualidades**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. p. 69-90.

RODRIGUES, Jorge Caê. A imprensa gay do Brasil. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa (Orgs.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 237-253.

RODRIGUES, Jorge Caê. Um lampião iluminando esquinas escuras da ditadura. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan. (Orgs.). **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos: EdUFSCar, 2019. p. 83-123.

RODRIGUES, Natália. **Governo de João Goulart**. 2016. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia/governo-de-joao-goulart/> Acesso em: 04 nov. 2020.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. Especialização em Gestão Pública Municipal. 2 ed. reimp. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2012.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Brasil: pandemia e pandemônio. **CULT** - Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, Bahia, jul. 2020. Seção Conservatório Cultural. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/wordpress/brasil-pandemia-e-pandemonio/> Acesso em 10 out. 2020.

SANTANA, Bruno Leonardo de Andrade. **Cultura material e o ativismo: o design gráfico como ferramenta de militância do grupo Nós Também**. 2019. 146 f. Dissertação (Mestrado em Design) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife/PB, 2019.

SANTANA, Bruno. **Nós Também: a história da militância através da memória gráfica**. João Pessoa: Editora Marca de Fantasia, 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A pedagogia cruel do vírus**. Coimbra: Edições Almedina, 2020.

SANTOS, Elielma do Socorro Lobo dos. **Micropolíticas e educação para as relações de gênero: pistas cartográficas do Grupo LGBT de Igarapé-Miri/PA**. 2018. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Cametá/PA, 2018.

SANTOS, Laurineide Laureano dos. *et al.* **30 anos do SEDUP Serviço de Educação Popular**. Guarabira: SEDUP/Gráfica Moderna, 2015.

SENADO FEDERAL. **Acordo ortográfico da língua portuguesa: atos internacionais e normas correlatas**. 2. ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2014.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

SIQUEIRA, Lau. Sargento Garcia (em memória de Caio Fernando Abreu). **A Colmeia**, boletim informativo do Movimento do Espírito Lilás - MEL, João Pessoa: MEL, ano 3, n. 3, p. 4, jul./ago. 2004.

SIQUEIRA, Lau. As lições de Balula. *In: A Barca*, 13 de nov de 2014. Disponível em: <http://lau-siqueira.blogspot.com/2014/11/as-lico-es-de-joao-balula.html> Acesso em: 19 nov. 2021.

SILVA, Alana Franco. **Assédio Moral e Homofobia: evidências da discriminação no ambiente de trabalho**. 2015. 101 f. Dissertação (Mestrado de Direitos Humanos) – Programa de Pós-Graduação, Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa/PB, 2015.

SILVA, Jovanna Cardoso. Movimento político social da população t no brasil. *In: CAETANO, Márcio; RODRIGUES, Alexsandro; NASCIMENTO, Cláudio; GOULART, Treyce Ellen. (Orgs.). Quando ousamos existir: itinerários fotobiográficos do movimento LGBTI Brasileiro (1978-2018)*. Rio Grande, RS: FURG, 2018. p. 92-99.

SILVA, Cleber Ferreira; CARDOSO, Teresa Ludimila de Castro. MEL - Movimento Do Espírito Lilás: Uma tentativa de gestão documental entre as cores do arco-íris. **Revista Analisando em Ciência da Informação – RACIn**: João Pessoa, v. 6, n. especial, p. 465-482, out. 2018. Disponível em: <http://racin.arquivologiauepb.com.br/edicoes/v6_nesp>. Acesso em: 30 jul. 2019.

SILVA, Eduardo Jorge Lopes da; RODRIGUES, Ana Cláudia da Silva (Orgs). **Pesquisa em Educação: discussões teórico-metodológicas de produções do PPGE/UFPB (2013-2017)**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2019.

SILVA, Fernando Guimarães Oliveira da. **Vozes (des) veladas... Memórias de homossexuais sobre práticas escolares**. 2015. 143 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Paranaíba/MS, 2015.

SILVA, Maria do Socorro. Educação como direito. In: MOSER, Cláudio; RECH, Daniel (Orgs.). **Direitos Humanos no Brasil**. 2. ed. rev. Rio de Janeiro, CERIS, Mauad, 2003. p. 165-171.

SILVA, Natanael de Freitas. **DZI Croquettes**: invenções, experiências e práticas de si - masculinidades e feminilidades vigiadas. 2017. 164 f.. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica-RJ, 2017.

SILVA, Walmir Rogério Archanjo da. **Parada do Orgulho LGBT de Duque de Caxias**: traçados, percursos e perspectivas de um espaço educativo de luta por direitos. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 2019.

SOARES, Gilberta S.; SCHULTZ, Roberta R. Retirando do armário as políticas públicas para LGBT na Paraíba. In: NASCIMENTO, Silvana; FRANCH, Mônica (Orgs.). **Entre o sertão e o mar**: políticas e poéticas LGBTs na Paraíba. Salvador/BA: Editora Devires, 2018.

SOUZA, Marselha Evangelista de. **Evangélicos e Movimento LGBT na esfera pública**: a "Cura Gay" trazendo perspectivas. 2016. 84 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Federal Juiz de Fora, Juiz de Fora/MG, 2016.

SOUZA, Roberto Cezar Maia de. *et al.* **Políticas públicas como lugar de resistência**: o Centro de Cidadania LGBT de João Pessoa. João Pessoa: Unipê, 2021. *E-book*.

SOUZA, Willamys Guthyrs Fernandes de. **Colmeia(S)**: um perfil do movimento LGBTQ+ de João Pessoa e seus grandes líderes. 2019. 25f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa/PB, 2019.

SOUZA, Keila Simpson. **E assim nasceu o movimento nacional de Travestis e Transexuais**. Disponível em: <https://antrabrazil.org/historia/> Acesso em: 14 mar. 2022.

STRECK, Danilo R. Entre emancipação e regulação: (des) encontros entre educação popular e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 44. p. 300-310, mai./ago. 2010. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782010000200007>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782010000200007&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 10 nov. 2020.

STRECK, Danilo R. Territórios de resistência e criatividade: reflexões sobre os lugares da educação popular. In: STRECK, Danilo R.; ESTEBAN, Maria Teresa (Orgs.). **Educação Popular**: lugar de construção social coletiva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 356-368.

SUDRÉ, Lu. Morte de homem negro asfixiado por policial nos EUA gera indignação internacional. **Brasil de Fato**, São Paulo, mai. 2020. Seção Internacional. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/28/morte-de-homem-negro-asfixiado-por-policiais-nos-eua-gera-indignacao-internacional>. Acesso em: 11 out. 2020.

TARGINO, Adneuse. Grupo de Mulheres Maria Quitéria. In: GENTLE, Ivanilda Matias; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; GUIMARÃES, Valéria Maria Gomes. **Gênero, diversidade sexual e educação: conceituação e práticas de direito e políticas públicas**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008.

TEDESCO, João Carlos. Ruminantes de memórias: sentimentos, experiências e silêncios deliberados. **História: debates e tendências**. Passo Fundo, v. 13, n. 2, jul./dez. 2013, p. 343-353. DOI: <https://doi.org/10.5335/hdtv.13n.2.3724>. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/3724>. Acesso em: 10 nov. 2020.

THIESEN, Icléia. **Memória institucional**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

TOITIO, Rafael Dias. **Cores e contradições: a luta pela diversidade sexual e de gênero sob o neoliberalismo brasileiro**. 2016. 330 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas/SP, 2016.

TOSTA, André Luiz Zano. **O jeitinho das capixabas: mobilização política e os dilemas da cidadania e visibilidade entre militantes trans do Espírito Santo**. 2015. 120 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória/ES, 2015.

TREVISAN, Janine Bendorovicz. **A atuação política pentecostal em confronto com o movimento LGBT no Brasil redemocratizado**. 2015. 250 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2015.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia a atualidade**. 4ª ed. São Paulo: Objetiva, 2018.

UFPB. Universidade Federal da Paraíba. **Relatório de Atividades da 1ª Pesquisa sobre Homofobia na Paraíba – “Diferença Sim. Exclusão Não”**. João Pessoa: UFPB, 2002. Mimeografado.

UFPB. Universidade Federal da Paraíba. Conselho Universitário. **Resolução nº 09/2006, de 12 de junho de 2006**. Dispõe sobre a criação do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos – NCDH, vinculado ao Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. João Pessoa: Conselho Universitário, Universidade Federal da Paraíba, 2006a. Disponível em: https://sigrh.ufpb.br/sigrh/public/colegiados/filtro_busca.jsf. Acesso em: 20 ago. 2019.

UFPB. Universidade Federal da Paraíba. Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 28/2006, de 30 de junho de 2006**. Aprova o Regimento do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos - NCDH, vinculado ao Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. João Pessoa: Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2006b. Disponível em: https://sigrh.ufpb.br/sigrh/public/colegiados/filtro_busca.jsf;jsessionid=B50BAE64704C34E5E6B350F2B51C523C. Acesso em: 20 ago. 2019.

UFPB. Universidade Federal da Paraíba. **Projeto PROEXT Diversidade sexual e direitos humanos na Paraíba: novos olhares e ações entre movimento sociais, agentes públicos e universidade**. João Pessoa: UFPB, 2011. Mimeografado.

UFPB. Universidade Federal da Paraíba. **Relatório de atividades do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos**. [João Pessoa: UFPB], 2014. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/ncdh/wp-content/uploads/2014/09/NCDH-Relat%C3%B3rio-das-Atividades-2014.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2019.

UFPB. Universidade Federal da Paraíba. **Relatório de atividades do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos**. [João Pessoa: UFPB], 2016a. Disponível em: http://www.cchla.ufpb.br/ncdh/wp-content/uploads/2014/09/NCDH-Relat%C3%B3rio-Atividades-2016_21-08_Vers%C3%A3oFinal.pdf. Acesso em: 15 ago. 2019.

UFPB. Universidade Federal da Paraíba, **Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos**. [João Pessoa: UFPB/NCDH], 2016b. 1 folder institucional.

VENTURA, Zuenir. **1968: o Ano que Não Terminou**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2006.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 5 ed. São Paulo: Atlas 2004.

VIEIRA, Luciano Bezerra. Experiências educativas do Movimento do Espírito Lilás. In: ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. **Relatório de Experiências de Educação em Direitos Humanos na Paraíba**. João Pessoa: CEDDHC/SSP/PNDH, 1999. p. 38-40.

VIEIRA, Luciano Bezerra. **Movimento do Espírito Lilás – MEL: 10 anos de resistência contra a homofobia na Paraíba**. 2002. 50 f. Monografia (Especialização em Direitos Humanos) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa/PB, 2002.

VIEIRA, Luciano Bezerra. O Movimento do Espírito Lilás na Paraíba: lutas e resistências. In: GENTLE, Ivanilda Matias; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; GUIMARÃES, Valéria Maria Gomes. **Gênero, diversidade sexual e educação: conceituação e práticas de direito e políticas públicas**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008. p. 157-160.

VIEIRA, Luciano Bezerra. **Movimento do Espírito Lilás (1992 a 2015): um breve histórico**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por cleudogomes@hotmail.com em 30 mai. 2015.

VIEIRA, Rafael Lima. **Intencionalidades políticas no pensamento educativo da militância LGBT em Caruaru**. 2013. 261 f. Dissertação (Mestrado em Educação Contemporânea) – Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru/PE, 2013.

VIENA, **Declaração e Programa de Ação de Viena – Conferência Mundial dos Direitos Humanos**. 1993. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Sistema-Global.-Declara%C3%A7%C3%B5es-e-Tratados-Internacionais-de-Prote%C3%A7%C3%A3o/declaracao-e-programa-de-acao-de-viena.html>. Acesso em: 05 nov. 2020.

VIOLA, Solon Eduardo Annes; ALBUQUERQUE, Paulo P. Entre cronos e kairós: cuidado com o esquecimento da memória! In: **Direitos Humanos, Estado de Exceção e Lutas Democráticas na América Latina**. FRANÇA, Marlene Helena de Oliveira; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares (Orgs.). João Pessoa: Editora do CCTA, 2020. No prelo.

VIP, Angelo; LIBI, Fred. **Aurélia, a dicionária da língua afiada**. São Paulo: Editora do Bispo, 2006.

ZANOLI, Vinicius Pedro Correia. **Fronteiras da política**: relações e disputas no campo do movimento LGBT em Campinas (1995-2013). 2015. 171 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) –Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2015.

ZAPPA, Regina; SOTO, Ernesto. **1968**: eles só queriam mudar o mundo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. **Relatório de Experiências de Educação em Direitos Humanos na Paraíba**. João Pessoa: CEDDHC/SSP/PNDH, 1999.

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. Educação em e para os Direitos Humanos: conquista e direito. In: ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; SILVEIRA, Rosa Maria Godoy; DIAS, Adelaide Alves. **Direitos Humanos**: capacitação de educadores. v. 2. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2008. p. 121-140.

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. **Políticas de Extensão Universitária e a Disputa pela Hegemonia**: a questão dos direitos humanos na UFPB. 2010. 394 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Educação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa/PB.

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. A linha do tempo da educação em direitos humanos na América Latina. In: RONDINO, Ana Maria; TOSI, Giuseppe; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; FERNANDEZ, Mónica Beatriz (Orgs.). **Cultura e educação em direitos humanos na América Latina**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. Currículo e formação na educação em e para os direitos humanos. In: ANDRADE, Fernando César Bezerra de; RECHEMBACH, Fabiana. **Contribuições à educação em direitos humanos na contemporaneidade**. Curitiba: CRV, 2016.

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; DIAS, Lúcia Lemos. Experiências de Educação em Direitos Humanos realizadas pelo Conselho Estadual de Defesa dos Direitos do Homem e do Cidadão. In: ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. (Org.) **Relatório Experiências de Educação em Direitos Humanos na Paraíba**. João Pessoa: JB Editora, 1999.

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; SANTOS, Erick Dougllas; BEZERRA, Julyanna de Oliveira; GOMES, José Cleudo. **A produção acadêmica em memória, verdade e justiça na UFPB (2007- 2020)**. 2020. Mimeo.

Fontes Documentais

a) Textos e documentos

MEL, **Ata da assembleia de fundação do Movimento do Espírito Lilás – MEL**. João Pessoa, 1992a.

MEL, **Estatuto social do Movimento do Espírito Lilás – MEL**. João Pessoa, 1992b.

MEL. **Folder Institucional do MEL**. João Pessoa: MEL, 2002.

MEL. **Tabela de Assassinatos de Homossexuais da Paraíba (1990-2003)**. João Pessoa: MEL, 2003. (Mimeo).

MEL. **Folder do Projeto Assessoria Jurídica - Defesa e Promoção dos Direitos Humanos das Pessoas vivendo com HIV/AIDS, GLBT e Populações Vulneráveis de João Pessoa**. João Pessoa: MEL, 2006.

MEL. **Jornal colmeia**. João Pessoa: MEL, 2011.

MEL. **Projeto do XI Encontro Estadual do MEL**. João Pessoa: MEL, 2012.

MEL. **Tabloide a colmeia**. João Pessoa: MEL, 2013.

MEL, [Estatuto atual (2014)]. **Estatuto social do Movimento do Espírito Lilás – MEL**. João Pessoa, 2014a.

MEL. **Projeto Centro de Formação LGBT**. João Pessoa: MEL, 2014b.

MEL. **Cartilha da Cidadania LGBT**. João Pessoa: MEL, 2014c.

MEL. **Relatório de Atividades (2020)**. João Pessoa: MEL, 2020.

MEL. **Quadro informativo das diretorias do MEL**. João Pessoa: MEL, 2021.

b) Boletim informativo

MEL. **A Colmeia**: boletim informativo do Movimento do Espírito Lilás, ano 1. n. 1. abr./jun. João Pessoa: MEL, 2002.

MEL. **A Colmeia**: boletim informativo do Movimento do Espírito Lilás, ano 1. n. 2. jul./set. João Pessoa: MEL, 2002.

MEL. **A Colmeia**: boletim informativo do Movimento do Espírito Lilás, ano 1. n. 3. out./dez. João Pessoa: MEL, 2002.

MEL. **A Colmeia**: boletim informativo do Movimento do Espírito Lilás, ano 2. n. 1. jan./mar. João Pessoa: MEL, 2003.

MEL. **A Colmeia**: boletim informativo do Movimento do Espírito Lilás, ano 2. n. 2. abr./mai. João Pessoa: MEL, 2003.

MEL. **A Colmeia**: boletim informativo do Movimento do Espírito Lilás, ano 2, jun.. João Pessoa: MEL, 2003. Edição especial.

MEL. **A Colmeia**: boletim informativo do Movimento do Espírito Lilás, ano 2. n. 3. jun./jul. João Pessoa: MEL, 2003.

MEL. **A Colmeia**: boletim informativo do Movimento do Espírito Lilás, ano 2. n. 4. ago./set. João Pessoa: MEL, 2003.

MEL. **A Colmeia:** boletim informativo do Movimento do Espírito Lilás, ano 2. n. 5. out./nov. João Pessoa: MEL, 2003.

MEL. **A Colmeia:** boletim informativo do Movimento do Espírito Lilás, ano 2. n. 6. dez./jan. João Pessoa: MEL, 2003.

MEL. **A Colmeia:** boletim informativo do Movimento do Espírito Lilás, ano 3. n. 1. fev./mar. João Pessoa: MEL, 2004.

MEL. **A Colmeia:** boletim informativo do Movimento do Espírito Lilás, ano 3. n. 2. abr./mai. João Pessoa: MEL, 2004.

MEL. **A Colmeia:** boletim informativo do Movimento do Espírito Lilás, ano 3, jun.. João Pessoa: MEL, 2004. Edição especial.

MEL. **A Colmeia:** boletim informativo do Movimento do Espírito Lilás, ano 3. n. 3. jul./ago. João Pessoa: MEL, 2004.

MEL. **A Colmeia:** boletim informativo do Movimento do Espírito Lilás, ano 3. n. 4. set./out. João Pessoa: MEL, 2004.

MEL. **A Colmeia:** boletim informativo do Movimento do Espírito Lilás, ano 3. n.5. nov./dez. João Pessoa: MEL, 2004.

MEL. **A Colmeia:** boletim informativo do Movimento do Espírito Lilás, ano 4. n. 1. jan./fev. João Pessoa: MEL, 2005.

MEL. **A Colmeia:** boletim informativo do Movimento do Espírito Lilás, ano 4. n. 2. mar./abr. João Pessoa: MEL, 2005.

MEL. **A Colmeia:** boletim informativo do Movimento do Espírito Lilás, ano 4. n. 3. mai./jun. João Pessoa: MEL, 2005.

Fontes Orais

ENTREVISTA com Renan Palmeira Costa ao autor em 04 de outubro de 2020.

ENTREVISTA com Deivisson Victor Pilato da Silva ao autor em 24 de janeiro de 2021.

ENTREVISTA com Luciel Araújo de Oliveira ao autor em 26 de janeiro de 2021.

ENTREVISTA com José Felipe dos Santos ao autor em 07 de março de 2021.

ENTREVISTA com Adneuse Targino de Araújo ao autor em 31 de março de 2021.

ENTREVISTA com Marli Joaquim Soares ao autor em 31 de março de 2021.

ENTREVISTA com José Walmir Ferreira (Ferreirinha) ao autor em 08 de abril de 2021.

ENTREVISTA [e-mail] com Ibanez Duarte Junior ao autor em 13 de abril de 2021.

ENTREVISTA com Malu Morenah ao autor em 30 de abril de 2021.

ENTREVISTA com Cleber Ferreira da Silva ao autor em 16 de maio de 2021.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro da Entrevista Semiestruturada

ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM MILITANTES

- 1 – Desde quando e como você conheceu o Movimento do Espírito Lilás – MEL?
- 2 – Você participou de alguma ação promovida pelo MEL? Que ações o MEL promove para mobilizar e/ou organizar o movimento? De que maneira essas ações contribuíram para sua trajetória de militância?
- 3 – O MEL tem uma proposta educativa? Qual é a perspectiva educativa adotada pelo MEL?
- 4 – Você participou de alguma ação de formação promovida pelo MEL? Você lembra os conteúdos, metodologias, práticas educativas e culturais que ocorriam nesses processos de formação do MEL? Cite-as e comente-as.
- 5 – Como essas atividades educativas contribuíram para o enfrentamento a violência homofóbica e transfóbica? Como, onde e quem participava dessas atividades?
- 6 – Como a educação não escolar no âmbito do MEL atuou na promoção da cidadania LGBT?
- 7 - Quais os efeitos e resultados das ações desenvolvidas pelo MEL em sua vida?
- 8 - Você identifica parceiros do MEL na realização de projetos e atividades? Como foi a participação desses parceiros na execução das ações promovidas pelo MEL?
- 9 – O MEL contribuiu para o reconhecimento e defesa da população LGBT? O que seria o MEL para o movimento LGBT?
- 10 – Como você analisa o papel do MEL na reivindicação, formulação e execução de políticas públicas para a população LGBT?
- 11 – Quais as fragilidades e potencialidades das políticas públicas para LGBT?
- 12 – Quais as perspectivas e desafios da militância LGBT na atualidade?
- 13 – Você lembra de algum acontecimento que considera relevante na história do MEL? Pode comentar?

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA CENTRO DE EDUCAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO	
---	---	---

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Esta pesquisa é sobre **MEMÓRIA COMO RESISTÊNCIA PARA ALÉM DA COLMEIA: A TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO DO ESPÍRITO LILÁS - MEL** e está sendo desenvolvida por **JOSÉ CLEUDO GOMES**, aluno do doutorado acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da **Prof.^a. DR.^a. MARIA DE NAZARÉ TAVARES ZENAIDE**.

O objetivo do estudo é analisar as ações educativas e sociopolíticas do Movimento do Espírito Lilás (MEL) à luz da Educação em e para os Direitos Humanos (1992-2020), e em que medida têm contribuído para a emancipação e o processo de autonomia do movimento social, a conquista da cidadania LGBT.

A finalidade deste trabalho é contribuir para o resgate da história e da memória do Movimento do Espírito do Lilás (MEL), instituição pioneira na promoção e defesa da cidadania Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) no Estado da Paraíba, dando visibilidade às ações e práticas educativas desenvolvidas pelo MEL no enfrentamento ao preconceito e discriminação.

Solicitamos a sua colaboração para entrevista, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos acadêmicos e publicar em revistas científicas. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Informamos que essa pesquisa não oferece riscos, previsíveis, para a sua saúde.

De acordo com a Resolução nº 466/12 da CONEP/MS, considera-se que toda pesquisa envolvendo seres humanos envolve risco. Entretanto este estudo emprega técnicas de pesquisa em que não se realiza nenhuma intervenção ou modificação intencional nas variáveis fisiológicas ou psicológicas e sociais dos indivíduos que participam da pesquisa, entre os quais se consideram: questionários, entrevistas, revisão bibliográfica e documental, nos quais não se identifique nem seja invasivo à intimidade do indivíduo.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, não é obrigado (a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador.

Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

O pesquisador está a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

João Pessoa/PB, _____ de _____ de 2020.

Assinatura do (a) Participante da Pesquisa

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor entrar em contato com pesquisador:

Endereço: Av. Valdemar Galdino Naziazeno, 1500 - Geisel - CEP: 58.075-000 - João Pessoa/PB. ☎ (83) 98814-7412 – (83) 99840 4669 E-mail: cleudogomes@hotmail.com

Ou

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba Campus I - Cidade Universitária - 1º Andar – CEP 58051-900 – João Pessoa/PB.

☎ (83) 3216-7791 – E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

Atenciosamente,

Assinatura do Pesquisador Responsável

Obs.: O sujeito da pesquisa ou seu representante e o pesquisador responsável deverão rubricar todas as folhas do TCLE apondo suas assinaturas na última página do referido Termo.

ANEXOS

ANEXO A – Parecer com aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da UFPB

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	
--	---

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Memória e resistência para além da colmeia: a trajetória do Movimento do Espírito Lilás - MEL

Pesquisador: José Cleudo Gomes

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 26622219.6.0000.5188

Instituição Proponente: CENTRO DE EDUCAÇÃO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.774.166

Apresentação do Projeto:

bem apresentado organizado com clareza de execução

Objetivo da Pesquisa:

coerente a proposta apresentada

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

comuns a esse tipo de pesquisa

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

o tema é complexo contudo o projeto bem executado contribuirá para aprofundamento das discussões

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

atende as exigências institucionais

Recomendações:

nenhuma

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

nenhuma

Considerações Finais a critério do CEP:

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade

Endereço: UNIVERSITARIO S/N	CEP: 58.051-900
Bairro: CASTELO BRANCO	
UF: PB	Município: JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791	Fax: (83)3216-7791
E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br	

**UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA**



Continuação do Parecer: 3.774.166

Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou a execução do referido projeto de pesquisa. Outrossim, informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à submissão do Relatório Final na Plataforma Brasil, via Notificação, para fins de apreciação e aprovação por este egrégio Comitê.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1459274.pdf	29/11/2019 12:43:03		Aceito
Outros	Carta_de_Anuencia_MEL.pdf	19/11/2019 12:06:24	José Cleudo Gomes	Aceito
Outros	Certidao_do_PPGE.pdf	19/11/2019 12:05:56	José Cleudo Gomes	Aceito
Outros	Roteiro_Entrevista.pdf	19/11/2019 12:05:09	José Cleudo Gomes	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	19/11/2019 11:50:19	José Cleudo Gomes	Aceito
Orçamento	Orcamento.pdf	19/11/2019 11:50:03	José Cleudo Gomes	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_Consentimento_Livre_Esclarecimento.pdf	19/11/2019 11:48:18	José Cleudo Gomes	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Completo_Doutorado.pdf	19/11/2019 11:47:48	José Cleudo Gomes	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto_Doutorado.pdf	07/11/2019 21:45:37	José Cleudo Gomes	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: UNIVERSITARIO S/N
Bairro: CASTELO BRANCO CEP: 58.051-900
UF: PB Município: JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 Fax: (83)3216-7791 E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

Página 02 de 03

**UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA**



Continuação do Parecer: 3.774.156

JOAO PESSOA, 16 de Dezembro de 2019

Assinado por:
Eilane Marques Duarte de Sousa
(Coordenador(a))

Endereço: UNIVERSITARIO S/N
Bairro: CASTELO BRANCO **CEP:** 58.051-900
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br

Página 03 de 03

ANEXO B – Ata de fundação do Movimento do Espírito Lilás – MEL

74193 1994 1

Movimento do Espírito Lilás (MEL)

Aos 06 (seis) dias do mês de março de 1992 (mil novecentos e noventa e dois), às 19:00 h. (dezenove horas), no Teatro Lilás Ribeiro (antigo Grupo Escolar Tomás Mindelo), a sr. General Dória s/m, foi realizada a Assembleia Geral Ordinária do Movimento do Espírito Lilás. Teve lugar a realização de uma Assembleia Geral que contou com a presença de trabalhadores, estudantes, representantes de associações comunitárias e demais pessoas, que após longo e profundo debate sobre o contexto histórico-político-social atual e em relação ao Movimento Homossexual Brasileiro, concluíram que, neste período de transição democrática, os movimentos populares irão se intensificar através de inúmeras campanhas pela realização de reformas sociais imediatas e tais embates necessitarão das entidades citarem o suficiente orientadas e assessoradas para a execução de seus objetivos. Para tanto foi criado o Movimento do Espírito Lilás (MEL), que terá finalidade de informar, orientar, prestar apoio e encontrar meios de defender as pessoas de ambos os sexos vítimas de preconceitos e discriminação em qualquer instância da sociedade, devido a sua orientação sexual e pessoas portadoras do vírus (HIV/AIDS). Então na ocasião elaborada a sua carta de princípios e o estatuto que se segue. E, como não houvesse mais assunto a ser tratado foi encerrada a reunião com o clamor das presentes pela criação desta entidade com a lavratura desta ata por mim que secretariei os trabalhos, indo assinado de BRITO este assinado.

Margarete Soares dos Santos
Luciano Bezerra Vieira
Breno Corrêa da Silva
João Paulo Faria
Rosi Walmyris Benício
Eduardo Valmeire Sobral

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Títular: GERMANO CARVALHO TOSCANO DE BRITO
Substituto: KLEBER CARVALHO TOSCANO
Apresentado hoje para Registro. Prolegado no
livro A 06 e registrado sob n.º 74193 no
livro B 254. Segundo cópia arquivada neste serviço
João Pessoa, 17 de março de 1992
O Oficial do Registro

O OFICIAL DO REGISTRO
Rua Cândido Pessoa, 31 - Fone: 2240437 - FAX (083) 221.1504 - Telex (083) 3380
CEP 55.010 - João Pessoa - PB

Título I (um), dos fins, sede e duração. Artigo 1º (primeiro). O Movimento do Espírito Lilás (MEL), fundado em 06 (seis) de 03 (três) de 1992 (mil novecentos e noventa e dois) é uma Sociedade Civil, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica

ANEXO C – Projeto Pipoca e Refrigerante no Boletim Informativo A Colmeia

Reprodução internet: cena do filme Priscilla - A Rainha do Deserto

Lazer cinematográfico para gays, lésbicas, travestis e simpáticos

Reprodução internet / cena do filme Anna

Hora de se acomodar da melhor maneira: sentar, deitar, por os pés para cima e relaxar. Sem esquecer de pegar pipoca e refrigerante para assistir a um bom filme. Essa é a proposta da mais recente empreitada do Mel. Estamos falando do projeto Pipoca e Refrigerante, realizado uma vez por mês, com três dias de exibição de filmes (em vídeo) com temática homossexual. As exibições têm lugar sempre na penúltima semana de cada mês, na nova sede do Mel, à rua Duque de Caxias 281, 3º andar do edifício Bananeiras, sala 302, Centro.

A primeira edição aconteceu nos dias 17, 18 e 20 de março, com exibição de Loucas Noites de Batom, Desejo Proibido e Ninguém é Perfeito. Vale salientar que o projeto tem a pretensão de agradar a gregos e troianos (se é que vocês me entendem). Desta forma as produções são escolhidas, na maioria das vezes, contemplando histórias com gays, lésbicas e transgêneros.

Em abril, na segunda edição do projeto, foi realizado um "Especial Almodóvar". Foram exibidos os filmes: A Lei do Desejo, Labirinto de Paixões e Tudo Sobre Minha Mãe, todos do famoso diretor espanhol Pedro Almodóvar. As exibições são

sempre nas segundas, terças e quintas-feiras.

Pegando carona no Drag Mel 2003 concurso para escolha da drag queen que representará o Mel, faremos, no mês de maio, um "Especial Drag Queen". Prometemos filmes com muito glamour e "fechação". Claro que serão obrigatórios os clássicos, a exemplo de Priscilla – a Rainha do Deserto.

Após três edições, com uma média de público em torno de 20 pessoas, e uma programação para o resto do ano, acho que podemos afirmar que a idéia foi aceita. Se você perdeu os filmes anteriores, não perca tempo, fique atento às novas datas. E não esqueça, pontualmente às 19h.

12

A Colmeia

ANEXO D – Matéria no Jornal O Norte, publicada em 11 de março de 2003



ALTERNATIVA Luciano Bezerra, presidente do MEL, movimenta a entidade com uma programação de filmes com abordagem homossexual: opção para o público em geral, sem preconceitos

CINEMA *Lilás*

O MEL, Movimento do Espírito Lilás, vai promover a partir do dia 17, uma mostra de filmes da década de 90 com temática gay

Figurinos espetaculosos, humor inteligente, carinhos reprimidos, (alguns) beijos na boca e muito, muito, romantismo pontuam toda uma gama de filmes com

temática gay que, desde o início da década de 90, se tornaram uma febre mundial que chegou com toda força nas produções hollywoodianas do circuito comercial.

Essas produções farão parte de um projeto que mistura cultura e lazer ao reunir a comunidade gay e simpatizantes em geral em torno de um vídeo e uma tevê para curtir alguns dos melhores filmes do cinema mundial. Essa é a proposta do projeto Pipoca e Refrigerante que será desenvolvido pelo Movimento do Espírito Lilás (MEL) nos dias 17, 18 e 20 de março, em sua sede.

Para a primeira edição do projeto foram escolhidos filmes da década de 90. O MEL se preocupa em atender, dentro da temática gay, todos os nuances do universo

homossexual. Desta forma, a ideia é exibir um filme gay masculino, um lésbico e um com personagens transgêneros, como também criar um elo entre os projetos desenvolvidos pela entidade (prevenção às DSTs/Aids; direitos humanos etc.) e o entretenimento proporcionado nas sessões.

A intenção do projeto, além de aproximar as pessoas das ações e das propostas desenvolvidas pelo MEL, é de formar um público cativo de cinema. A ideia do projeto surgiu, justamente, pela carência de espaços alternativos onde se possa assistir a filmes que costumam

ficar fora do grande circuito de exhibições, além do fato de que produções com essa temática não são do interesse dos cinemas comerciais da cidade de João Pessoa, entre outras capitais.

O projeto será realizado todos os meses, até o final deste ano, sempre na penúltima semana de cada mês, nos dias de segunda, terça e quinta-feira. Esse cronograma foi deliberado visando não entrar em choque com as outras atividades da entidade.

Os filmes escolhidos para dar início ao Pipoca e Refrigerante serão, respectivamente: Loucas

Noites de Batom (Pédale Douce, França/1996), do diretor Gabriel Aghion, que será exibido na segunda, dia 17; Desejo Proibido (If These Walls Could Talk 2, EUA/2000) com direção de Anne Heche, Jane Anderson e Martha Coolidge, que será exibido na terça, dia 18; e Ninguém é Perfeito (Flawless, EUA/1999) dirigido por Joel Schumacher, com exibição na quinta, dia 20 de março.

O primeiro filme da mostra Loucas Noites de Batom conta a história de um executivo gay, Adrién (Patrick Timsit), que precisa da ajuda de sua melhor amiga, Eva (Fanny Ardant), para ir a um jantar de negócios. Na ocasião, ela deve se passar por sua esposa. Encontros, paixões, festas, desencontros e até um teste de HIV fazem parte desta produção francesa. Com um humor peculiar Gabriel Aghion conseguiu retratar a efervescência dos anos 90, com suas raves e a preocupação da transmissão da Aids. Um fato também interessante é que neste filme, o personagem gay principal quer muito ter um filho.

Em Desejo Proibido, uma produção do canal de TV HBO, são contadas três histórias distintas que se passam em épocas diferentes. A primeira leva em conta a questão da herança no relacionamento homossexual, a segunda trata do preconceito entre os próprios gays e a última aborda o tema de filhos. Contudo, os três enredos têm em comum o relacionamento entre pessoas do mesmo sexo, no caso o feminino. Vanessa Redgrave está fabulosa no papel de uma lésbica de meia idade. Destaque também para Chloë Sevigny como a andrógina Amy. Já Sharon Stone faz um papel ameno ao lado da atriz lésbica assumida Ellen DeGeneres.

Ninguém é Perfeito, o último filme do projeto, é uma comédia dramática onde um policial aposentado e homofóbico, Walt Koontz (Robert De Niro), tem um

problema de saúde e fica com sequelas, sua médica indica aulas de canto e ele encontra a professora ideal em Rusty Zimmerman (Philip Seymour Hoffman), uma travesti que precisa de dinheiro para fazer a tão sonhada cirurgia de adequação de sexo. Além de temas corriqueiros como vencer o preconceito e relações homossexuais onde um gay sustenta o amante, o filme também trata de assuntos mais complexos como: mudança de sexo, profissionalização e a difícil definição de um transgênero.

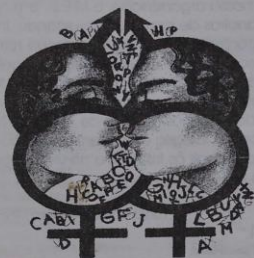
No próximo mês, o projeto continuará com a exibição de filmes do cultuado cineasta espanhol, Pedro Almodóvar, ganhador do Oscar de melhor filme estrangeiro pela realização de Tudo Sobre Minha Mãe. As exhibições são gratuitas e abertas a quem quiser participar.

SERVIÇO

O Mel está localizado à rua Duque de Caxias, 281, Edifício Bananeiras, 3º andar, sala 302. Fone: 221 1625.

ANEXO E – Cartazes de atividades e projetos do MEL

**V ENCONTRO ESTADUAL DO M.E.L.
MOVIMENTO DO ESPÍRITO LILÁS**



**Pela Livre Expressão Sexual
Direitos iguais para todos**

24 a 26 de Setembro de 1999

Homenageados
Dr. José Renato Ramos de Oliveira (MÉDICO)
Aureni Frazão (Técnica em Enfermagem)

“VIVOS ENTRE NÓS”

LOCAL: 24/09 - Teatro Cilaio Ribeiro, Av. Gal. Osório s/n
Centro, 25 e 26/09 - Colégio Pio XII, Pça. São Francisco,
Ent. Pela Lateral, Centro, João Pessoa - PB.

Apoio
UFPB/PRAC-COEX/EdU

Scanned with CamScanner

mel
movimento do espírito lilás

autenticidade coragem ousadia sensibilidade



.10 anos.
na promoção dos direitos humanos e cidadania dos homossexuais

Realização
Movimento do Espírito Lilás

Financiado pelo
Ministério da Saúde
UNESCO
Projeto 914/BR-89

praca coronel antônio pessoa, nº 50b, 1º andar, também - joão pessoa-pb | fone 221 7430
e-mail: meljpa@bol.com.br | mel_jpa@hotmail.com | homepage: melmovimentolilas.hpg.com.br

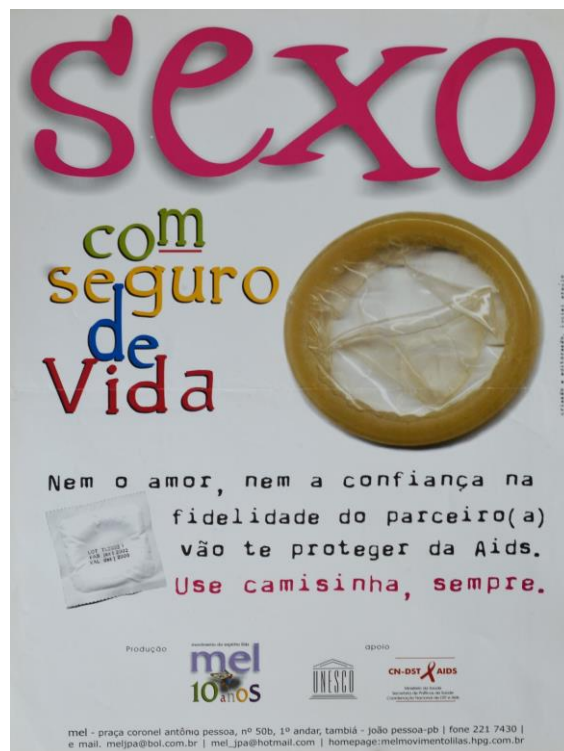
ASSESSORIA JURÍDICA
Defesa e Promoção dos Direitos Humanos
das Pessoa vivendo com HIV/AIDS, GLBT
e Populações Vulneráveis na Paraíba



Se você conhece pessoas vítimas de agressão, discriminação
ou qualquer tipo de preconceito, denuncie:
(83) 3221.1625
e-mail: meljpa@bol.com.br

REALIZAÇÃO: mel
APOIO: UNESCO, Ministério da Saúde, DST-AIDS, IMPREB, GOVERNO DA PARAÍBA

ANEXO F – Cartazes educativos produzidos pelo MEL



ANEXO G – Panfletos de atividades culturais promovidas pelo MEL

**Abre
alas!**

O BAILE GLS

Dia: 15/02/2003
 Hora: 22:00 hs.
 Local: ASIP (em frente ao
 antigo colégio IPEP na
 Epitácio Pessoa)

Realização: **MEL** Grupo de Mulheres Maria Quitéria Associação das Travestis da Paraíba

Informações: (83) 221.7430
 Home Page: <http://br.geocities.com/melipa2003/melipa2003.html>

R\$ 3,00 (Antecipado)
 R\$ 5,00 (No hora)

Preços
 Inteira R\$ 6,00
 estudante R\$ 3,00
 antecipados R\$ 3,00

Dia 28 de maio
 (quarta-feira)
 Teatro Santa Roza
 21 horas



Drag mel 2003

O futuro da pinta

Realização: mel - Movimento do Espírito Lilás

ANEXO H – Desenhos de Shiko sobre o conto “Sargento Garcia”, jornal A Colmeia



ANEXO I – Desenhos de Shiko sobre os “Skinheads” no Boletim Informativo A Colmeia



ANEXO J – Capas do Boletim informativo A Colmeia (2002-2005)

A Colmeia
boletim informativo do movimento do espírito lilás
Paraíba - ano 1 - número 1
abril/março/junho 2002

mel comemora 10 anos

O Movimento do Espírito Lilás completa, em 2002, dez anos de atuação na defesa dos Direitos Humanos na Paraíba.



Quando foi criado, em março de 1992, a questão central e a preocupação mais urgente para o MEL era a propagação do HIV/Aids devido a quantidade avassaladora de homossexuais contaminados por esse grande mal. Mas, com a mudança do perfil epidemiológico da doença, que hoje ateta mais heterossexuais e até mulheres casadas, e por uma necessidade de olhar sobre a questão da homossexualidade o olhar mais abrangente e profundo que o tema requer, a problemática dos Direitos Humanos ocupa, atualmente, num sentido mais amplo, um lugar de destaque nas ações da entidade.

A missão fundamental do MEL, neste momento, é a promoção e defesa dos direitos e cidadania dos homossexuais. Nesta perspectiva intervém no Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH) no qual compõe a Direção Regional e a Coordenação Estadual, e busca uma aproximação cada vez maior com a Comissão dos Direitos Humanos da UFPB.

Afora isso, objetivando combater a homofobia e trabalhar por uma sociedade mais justa e humana e para além dos contornos da comunidade homossexual, o MEL tem participado e integrado a coordenação da Central de Movimentos Populares (CMP) e de outros fóruns que reúnem as mais diferentes organizações da sociedade civil, a exemplo de Fórum de

Ongs/Aids da Paraíba. Ainda em 2001 a entidade assumiu um assento no Conselho Estadual de Saúde.

Através de treinamentos, oficinas, pesquisas, denúncias, o MEL tem buscado mobilizar a comunidade homossexual e a opinião pública local para a construção de uma consciência que respeite a diversidade de qualquer natureza.

E, finalmente, no ano do seu décimo aniversário o MEL tem por prioridade a realização da 1ª Parada Pela Diversidade Sexual que acontecerá no dia 8 de junho em João Pessoa.

Nesta atividade é esperada a participação não só de toda a diversidade de identidades sexuais inseridas na homossexualidade, como também de simpatizantes e de toda pessoa que acredite e defenda a causa da liberdade e dos direitos humanos.

A Colmeia
boletim informativo do movimento do espírito lilás
Paraíba - ano 1 - número 2
julho/agosto/setembro 2002

1ª Parada pela Diversidade Sexual na Paraíba



As drags da Paraíba e de outros estados garantiram o brilho e o glamour da parada

A 1ª Parada Pela Diversidade Sexual na Paraíba realizada no dia oito de junho passado, pelo Movimento do Espírito Lilás, com o apoio de diversas instituições locais, teve como marca fundamental a articulação e o relacionamento profícuo entre as diversas organizações do movimento GLST da região Nordeste, revelado através da participação de representantes de grupos de várias capitais nordestinas, a exemplo de Recife, Maceió, Aracaju e Natal. De Alagoas e Rio Grande do Norte vieram também o presidente nacional e o secretário da Regional Nordeste da ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros) Marcelo Nascimento e Wilson Dantas, respectivamente.

Somaram-se aos participantes da capital, na mobilização, gays, lésbicas, travestis, drags e heterossexuais de diversos municípios do interior do estado como: Campina Grande, Cajazeiras, Souza, Conde, Itabaiana, Guarabira, entre outros, garantindo a representatividade da primeira mobilização pública de rua realizada na Paraíba em torno de questão de diversidade sexual.

A parada foi animada pela voz querida da cantora e militante Cátia de Franga, da bateria da Escola de Samba Malandros do Morro e pela cantora Rosa Duarte, acompanhada pelo visionista Cristiano Oliveira.

O Movimento do Espírito Lilás (MEL), segundo o presidente Luciano Bezerra Vieira, avalia a mobilização como "uma vitória para o movimento homossexual e para o movimento", apesar de considerar que o evento merecia ter recebido mais apoio por parte da Prefeitura Municipal e, também, do Governo do Estado devido à importância política, cultural, social e até econômica que eventos como esse tem para cidade e para a Paraíba.

Ainda segundo Luciano, a atividade pode ser considerada um sucesso porque "conseguiu reunir cerca de duas mil pessoas de forma pacífica, alegre e responsável numa mobilização de rua para reivindicar políticas públicas específicas para homossexuais e denunciar a situação violenta de preconceito e homofobia existente em nosso estado".

Outro elemento que revela o sucesso do evento, completa Luciano Bezerra, foi "a presença e apoio de organizações não governamentais e sindicais do estado, a exemplo do Cuiabá - Coletivo Feminista, o Centro da Mulher oito de Março, o Movimento Nacional dos Direitos Humanos, o Sindicato dos Previdenciários, o SINDIFISCO, SINTEP, a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e o Fórum de Ongs/AIDS".

A parada contou, ainda, com o apoio de parlamentares paraibanos como o Deputado Federal Azenzo Arruda e os deputados estaduais Ricardo Coutinho, Frei Anastácio, Luiz Couto, Carlos Mangueira e Zenóbio Toscano, e de órgãos governamentais como o Núcleo de Controle das DST/AIDS de João Pessoa e do Estado da Paraíba. Para o próximo ano o MEL espera realizar um evento com muito mais pessoas de todo o estado. E, da próxima vez, "esperamos contar com mais apoio dos poderes públicos", conclui o presidente do MEL.

A Colmeia
boletim informativo do movimento do espírito lilás
Paraíba - ano 1 - número 3
outubro/novembro/dezembro 2002

grande encontro gays, travestis, lésbicas



A cidade de João Pessoa, Paraíba, sediou, nos dias 11, 12 e 13 de outubro, o III Encontro de Grupos de Gays, Lésbicas e Travestis do Nordeste.

O encontro reuniu 42 grupos de capitais e cidades interioranas de 8 estados nordestinos, com exceção do Maranhão.

No evento foram discutidas temáticas referentes à sustentabilidade e interiorização do movimento homossexual no Brasil.

Luciano Bezerra Vieira, presidente do Movimento do Espírito Lilás, grupo homossexual paraibano, avaliou o encontro como sendo "um passo fundamental no avanço do movimento homossexual em um espaço tradicionalmente marcado pela intolerância em relação a esta categoria social", explicou. "Esse encontro representa um grito, uma manifestação de liberdade diante do preconceito e discriminação que provocam, a cada ano, inúmeras demonstrações de violência", conclui Luciano Bezerra.

Participaram algumas das mais expressivas lideranças das organizações homossexuais no Nordeste e no Brasil. Agora os grupos dos estados nordestinos estiveram presentes também representantes de organizações do Rio de Janeiro e Goiás.

A realização desse III Encontro só foi possível devido ao apoio da Associação Brasileira de Gays e Lésbicas (ABGLT), Ministério da Saúde, Grupo Hábeas Corpus Português (GHAP), Coordenadoria Eclesiástica de Serviço (CES) e FASE. Localmente o encontro recebeu o apoio da Faculdade de Direito/UFPB, do Deputado Estadual Ricardo Coutinho, da Doceria Sonho Doce, do Grupo de Pesquisa em Comportamento Político do Departamento de Psicologia da UFPB (GCPV/UFPB), da Coordenação DST/Aids da Secretaria Estadual de Saúde e de outros colaboradores do MEL.

No encontro aconteceram debates específicos coordenados por grupos de gays (no alto, à esquerda) travestis (acima) e lésbicas (abaixo)




A Colmeia
boletim informativo do movimento do espírito lilás
Paraíba - ano 2 - número 1
janeiro/fevereiro/março 2003

VIII Encontro Estadual do Mel

O Mel reuniu mais de 50 pessoas no seu VIII Encontro Estadual, que aconteceu na cidade de Cabedelo, nos dias 7 e 8 de dezembro de 2002, e teve como tema principal a organização e a sustentabilidade do movimento homossexual na Paraíba.

Participaram do evento gays, lésbicas e travestis de João Pessoa, Itabaiana, Cajazeiras, Guarabira e Cabedelo que se dividiram em oficinas e grupos de trabalho para se capacitar e debater questões relativas às homossexualidades. As discussões realizadas no encontro serviram de base para orientar a ação do Mel em 2003.

Durante o encontro foram realizadas duas oficinas específicas com as mulheres do grupo Maria Quilêria e, oficialmente, foi lá que aconteceu o primeiro encontro do grupo. A primeira oficina (foto abaixo à esquerda) sobre sexualidade foi conduzida por Glória Rabay, do Centro da Mulher 8 de Março, a segunda oficina tratou de técnicas e metodologias na formação de grupos e foi conduzida por Rosângela Araújo, especialista em sexualidade.

A Astrapa - Associação de Travestis da Paraíba, teve, dentro do encontro, seu primeiro momento de capacitação numa oficina (foto menor acima) conduzida pela antropóloga social Neila Cristina Mendes Lopes sobre gênero e travestismo. Segundo Neila a oficina teve como objetivo "o resgate da autoestima e da identidade das travestis".

A atividade foi também um momento importante para o Mel definir algumas diretrizes para sua atuação em 2003 nas áreas de formação, comunicação e cultura.





A Colméia
boletim informativo do movimento do espírito lila
Paraíba - ano 2 - número 2
abril/mai 2003

2ª Parada Pela Diversidade Sexual na Paraíba

Vem aí a 2ª Parada Pela Diversidade Sexual realizada na Paraíba, pelo Movimento do Espírito Lila. Um ano se passou desde que fomos, pela primeira vez, às ruas da capital paraibana numa manifestação pública, de massa, explícita, para apresentar nossas reivindicações de que cada ser tenha o direito de expressar sua sexualidade com coragem, altivez e sem sofrer nenhuma retaliação ou ser vítima de qualquer tipo de violência.

A 2ª Parada acontecerá no próximo dia 8 de junho de 2003, na praia de Cabo Branco, em João Pessoa. A programação está prevista para acontecer a partir das 17 horas, com concentração em frente ao antigo Beijo Gelado.

Como tem sido comum, em todas as paradas no Brasil e no mundo, a expectativa é de que o número de pessoas a participar do evento seja muito maior que no ano anterior.

É natural que, no início, as pessoas fiquem mais tímidas e sejam levadas mais pela curiosidade diante do novo e inusitado. Mas, aos poucos, essas manifestações vão se consolidando e ganhando o respeito e a adesão das pessoas. Gradualmente a população passa a reconhecer a legitimidade de um movimento político de luta contra a violência e pelos direitos de todos de viverem plenamente a diversidade.

Para este ano o Mel está preparando uma programação para ser desenvolvida durante toda a semana em que ocorrerá a parada. No dia do evento a programação inclui a apresentação das *drag queens*, distribuição de material educativo e preservativos e, possivelmente, a participação especial de Edson Cordeiro. O cantor tem sido um dos poucos cantores brasileiros com projeção nacional e internacional a assumir homossexualidade. Suas músicas e seu estilo musical tem penetração total no universo gay e sua voz poderosa é uma das mais belas vozes (masculina e feminina) que o Brasil já conheceu. Se Edson aceitar o convite do movimento homossexual, que está negociando a sua presença em quatro capitais nordestinas, o seu sucesso irá se mesclar ao da 2ª Parada Pela Diversidade Sexual na Paraíba. E estaremos todos(as) lá. Obvius!

A Colméia Especial
boletim informativo do movimento do espírito lila
ano 2
8 de junho 2003

Como tudo começou

Dia mundial do Orgulho Gay

O Stonewall Inn: um daqueles barzinhos decadentes e pouco higiênicos da rua Christopher, no Greenwich Village, em Manhattan. Sem licença para vender bebida alcoólica e preso nas mãos da Máfia, lá sobrevivendo graças a subornos pagos à polícia. A freguesia habitual pertencia não ao público homossexual branco de classe média, mas sim àqueles que não eram desejados em outros lugares da comunidade gay, ou que não tinham dinheiro para tanto. Eram eles: transexuais, afeminados, gays latinos sem moradia, jovens misérs, expulsos de casa pelas famílias, antes que a vizinhança desconfiasse algo. Excluídos da família pequeno-burguesa e da cena gay comercial, para eles o Stonewall havia se tornado um novo lar.

Sexta-feira, 27 de junho de 1969: luto e pesar por Judy Garland, que naquele dia era levada ao túmulo. Judy, cuja vida toda tinha sido uma mentira, uma provocação, um escândalo, como as deles próprios. A diva, que contava como o mais querido ídolo das *drag queens*, tinha iniciado sua última viagem "somewhere over the rainbow" há cinco dias antes, em um hotel londrino, com uma overdose de soníferos. A tristeza entre os frequentes, a raiva da discriminação cotidiana e o ódio às perseguições e abusos da polícia levaram a um clima tenso e ânimos inflamados. De repente: uma batida policial.

O que aconteceu nos 45 minutos seguintes é descrito pelo autor teatral Doric Wilson e por outras testemunhas da seguinte forma: "um monte de gente aglomerava-se em frente ao bar, pois a polícia conduziu um a um para fora e conferia seus documentos. As *drag queens* tinham, no máximo, seus estoques de pó compacto, é óbvio. Como não tinham documentos, demoravam mais a serem identificadas lá dentro. Todos os outros já haviam saído do bar e esperavam seus amigos lá fora, em frente. Outras pessoas paravam para ver o que estava acontecendo. A multidão crescia".

Quando as *drag-queens* saíram, havia dois degraus de frente à escada. Uma delas, enquanto descia, percebeu que cada batente era um pedestal, e cada pedestal era um palco, que exigia uma apresentação. Ergueu então seus braços para o ar e recebeu os aplausos da multidão. A partir daí, cada uma das *drag queens* pegou seu estojo de pó, rebocou a maquiagem e fez a sua melhor desfilada. O policial que estava à porta era ainda muito jovem e tinha um ar meigo, o que funcionava com um "apoio involuntário" para as performances, deixando-o cada vez mais nervoso. Finalmente uma delas foi em direção a ele, aproximando-se... Aproximando-se... e... Ele não bateu nela, mas a ameaçou com seu cachete. Em consequência disso, a multidão perdeu o controle e partiu para a violência".

O que se sucedeu foi menos uma alusão em favor dos homossexuais do que uma reação contra a polícia, jogaram objetos: moedas, fósforos, caxifas e algumas pedras. "A polícia pediu reforço à Força Tática Policial (TFP), uma unidade paramilitar que deveria tratar de atentados terroristas, mas não de uma batida policial em um Bar no Greenwich Village. Eles nunca haviam sido chamados para lá. Não tinham a menor ideia do que estava se passando. Pularam do seu ônibus-viatura e invadiram prontamente o Stonewall Inn. Agora se apinhavam lá dentro a TFP, a polícia regular e os funcionários do bar que não possuíam saída dos fundos. A multidão, lá fora, jogava gasolina nas paredes, lançava palitos de fósforos e gritava: 'queimem os porcos!' por causa da guerra do Vietnã. Eles não queriam realmente atrair fogo, mas faziam como se quisessem".

Finalmente o reforço policial expulsou a multidão, que acabou voltando no sábado à noite. Liderados por um grupo gay de animadores de tarjota - o "Gay Power" (Poder Gay). Ruas foram ocupadas, carros virados, travou-se um conflito corpo a corpo, muitos ficaram feridos. A batalha de rua repetiu-se nos dias seguintes com "as bichas" encontrando reforço, neste meio tempo, entre os Black Panthers (Panteras Negras, Grupo ligado à questão racial negra) hippies radicais e gangues de rua formadas por jovens.

Um novo movimento militante nascia, o Gay Liberation (Libertação Gay). No mundo todo, transexuais, gays e lésbicas tomaram conhecimento de que alguns indivíduos não se curvaram diante das autoridades e do autoritarismo; não se refugiaram nas sombras das paredes de suas casas, mas sim conquistaram de volta a rua, conscientes e orgulhosos. Se eles lançavam coquetéis molotov ou cerejas ao marasquinho, isso não importava. O eco daquele primeiro desafio continua reverberando 33 anos depois por todo o globo. E que nunca silencie!

A Colméia
boletim informativo do movimento do espírito lila
Paraíba - ano 2 - número 3
junho/julho 2003

Show

A 2ª Parada Pela Diversidade Sexual na Paraíba eclodiu na capital paraibana como um caleidoscópio gigantesco. Todas as cores do arco-íris se derramando pelo asfalto escuro da cidade numa manifestação política, cultural, social cujo objetivo mais grandioso era um só - a defesa da diversidade. Jovens, crianças, idosos, homens, mulheres, gays, lésbicas, travestis, bissexuais, ganharam as ruas num movimento pacífico, pelo direito de cada pessoa viver plenamente sua sexualidade.

A manifestação reuniu cerca de 5 mil pessoas na praia de Cabo Branco no último dia 8 de junho. Era a hora de vestir as fantasias e deixar cair as máscaras da hipocrisia. Muitas eram as cores da diversidade, mas o tema um só: Viva e deixe viver!

Com o dobro de público do ano passado a parada já se tornou um evento obrigatório que tem tudo para crescer sempre mais.

2ª Parada Pela Diversidade Sexual na Paraíba

Organizada pelo Mel, com apoio de grupos e militantes do movimento homossexual na Paraíba, a parada atraiu pessoas de todas as regiões da Paraíba e de outros estados brasileiros, empenhadas na defesa dos direitos humanos. Este ano, tendo por tema a liberdade, o evento valorizou e divulgou a Lei estadual 7.309, de 2003, que proíbe a discriminação com base na orientação sexual. O Mel agradece a todos que apoiaram a realização da 2ª Parada e também aos que participaram, ajudando a fortalecer essa luta que é de todos que acreditam num mundo melhor.

A Colméia
boletim informativo do movimento do espírito lila
Paraíba - ano 2 - número 4
agosto/setembro 2003

Um lugar ao sol

Lésbicas comemoram a luta pela visibilidade

Tudo o que elas querem é serem vistas. E se para isso precisarem de mobilização e organização, elas o farão. Com a intenção de não mais permanecer no limbo da exclusão social, lésbicas de todo o país comemoram, no dia 29 de agosto, o Dia Nacional da Visibilidade Lésbica. Aqui, em João Pessoa, o Grupo de Mulheres Maria Quitéria e o Grupo de Mulheres Maria Quitéria estão com grandes expectativas em relação ao seu futuro. Todas torcendo para que bons frutos brotem das sementes plantadas com tanto carinho. No Encontro da Visibilidade das lésbicas, contarão com a ajuda do MEL e de entidades do movimento feminista da cidade, a exemplo do Cunha - Coletivo Feminista, Centro da Mulher 8 de Março e MEL.

O encontro também comemora o aniversário da morte de Maria Quitéria (21 de agosto), primeira mulher a alistar-se no Exército Brasileiro para lutar pelo seu país.

acredita que essa "é uma oportunidade para as lésbicas mostrarem a cara e do que são capazes". Assim, as quiterianas pretendem combater qualquer tipo de exclusão. "O mais importante nesse evento é estar mostrando que somos cidadãs e queremos esse reconhecimento", acrescenta Marli. De sede e presidenta novas, o Grupo de Mulheres Maria Quitéria está com grandes expectativas em relação ao seu futuro. Todas torcendo para que bons frutos brotem das sementes plantadas com tanto carinho. No Encontro da Visibilidade das lésbicas, contarão com a ajuda do MEL e de entidades do movimento feminista da cidade, a exemplo do Cunha - Coletivo Feminista, Centro da Mulher 8 de Março e MEL.

O encontro também comemora o aniversário da morte de Maria Quitéria (21 de agosto), primeira mulher a alistar-se no Exército Brasileiro para lutar pelo seu país.

A Colméia
boletim informativo do movimento do espírito lúis
Paraíba - ano 2 - número 5
outubro/novembro 2003

Gays, lésbicas e transgêneros lutando por políticas públicas

"Homens e mulheres socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres". Esse foi o clima em que gays, lésbicas e transgêneros de dez estados do Brasil se reuniram para discutir o tema "Construindo políticas públicas com participação popular: prevenção e cidadania" no 1º Encontro Nacional do Setorial GLBT de Movimentos Populares da Central de Movimentos Populares.

O Setorial Nacional GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros) da CMP foi criado em seu III Congresso Nacional em julho passado na cidade de São Paulo. O setorial é constituído por representantes de grupos de gays, lésbicas, transgêneros ou bissexuais filiados a CMP e por membros GLBT de outros movimentos sociais populares que participam da Central, a exemplo dos movimentos de luta pela causa dos negros, dos portadores de necessidade especial e de luta pela moradia, entre outros.

Cerca de 100 pessoas vindas do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia, Rondônia, Alagoas, Sergipe, São Paulo, Rio Grande do Norte, Paraná, além da Paraíba, participaram do evento realizado de 31 de outubro a 2 de novembro. A abertura foi na Assembleia Legislativa (foto acima), numa sessão especial com o tema "Políticas públicas e o direito à diversidade" presidida pelo Deputado Estadual Ricardo Coutinho. Logo após a solenidade, uma comissão do encontro foi recebida pelo Secretário Chefe da Casa Civil do Estado, Ivandro Cunha Lima, para reivindicar a regulamentação da Lei 7.309, que proíbe qualquer forma de discriminação ao cidadão com base em sua orientação sexual, além da criação de um serviço Disque Anti-Violência Homossexual e uma coordenadoria especializada no atendimento aos casos de discriminação contra homossexuais. Na ocasião foi entregue, ao secretário, um relatório sobre casos de violência ocorridos no estado (foto ao lado).

Nos dias 1 e 2 o encontro prosseguiu com oficinas sobre direitos humanos, sexualidade e organização do movimento GLBT e a plenária final que, entre outras definições, decidiu pela realização do próximo encontro em Rondônia, daqui a dois anos. E a Paraíba estará lá.

A Colméia
boletim informativo do movimento do espírito lúis
Paraíba - ano 2 - número 6
dezembro/janeiro 2003

Dia Mundial de Luta Contra a AIDS
Todos(as) em alerta!

1º de Dezembro

Mais um 1º de dezembro. Momento de reflexões e lembranças. Muitas lembranças. Em especial para os que conviveram com o início desta epidemia em nosso país há década de 80. De lá para cá mudou o perfil da doença que hoje, comparativamente, atinge mais heterossexuais, mulheres e jovens de baixa renda.

Porém, algumas considerações nos parecem necessárias de serem feitas. A primeira delas é que os resultados positivos do trabalho de prevenção, alertado, ao nosso ver, com uma certa dose de exagero pelos organismos governamentais, em grande medida foi e é mérito da intervenção de inúmeras(es) atividades vinculadas(es) aos movimentos sociais.

Por outro lado é preciso refletir que o alcance e amplitude de tal atuação, o que não difere muito em termos dos serviços públicos e privados de saúde, limita-se, basicamente, às capitais e áreas metropolitanas, com ênfase e raras ações fora deste perímetro. Em outras palavras o Brasil do interior está, de certa forma, à margem destes ensinamentos. Se bem que mesmo nas regiões metropolitanas vale salientar que, dentre outras razões, pela inexistência de disciplinas de orientação sexual na grande maioria das escolas não se constrói um lastro que discipline as novas gerações no tocante a uma prática sexual saudável e segura.

O trabalho das ONGs e das coordenações de DSTs/Aids em seus diversos níveis tem os seus limites que, em parte, poderiam ser superados pelo envolvimento do ensino formal e da mídia neste processo de maneira contundente.

Enfim é preciso não esquecer que, mesmo sob certo controle, o contágio pelo vírus HIV continua aumentando em nosso país. E que mesmo assumindo determinadas faces hoje, em especial, pode atingir qualquer pessoa, não existindo então mais grupos de risco e sim pessoas com comportamento vulnerável. E por comportamento vulnerável, entende-se, entre outros, sexo sem camisinha.

A Colméia
boletim informativo do movimento do espírito lúis
Paraíba - ano 3 - número 1
fevereiro/março 2004

TRAVESTE e RESPEITO

Demorou! Mas pela primeira vez vemos no Brasil uma campanha educativa de âmbito nacional promovida por um órgão público com foco nas travestis. Trata-se da campanha intitulada TRAVESTE e RESPEITO, do Ministério da Saúde com o Programa Nacional de DST e Aids e Nações Unidas.

Essa é, sem dúvida, um avanço positivo nas políticas públicas para os homossexuais e uma vitória política para as travestis que, nos últimos anos, começaram a se organizar em associações, ONGs e grupos pelo país afora na busca de seus direitos.

As entidades que discutem os direitos das travestis têm um material de qualidade para trabalhar com as próprias travestis e com a população em geral. Um dos materiais é um cartilha com dicas e informações sobre DST/AIDS, silicone, beleza e direitos.

Além da cartilha a proposta inclui um material para ser usado com professores e diretores de escolas e um cartaz dirigido à população. Esse panfleto traz informações sobre como conviver com respeito e consideração com a travesti no espaço da escola. Um dos conselhos sugeridos é tratar a travesti pelo nome que ela prefere, inclusive na hora da chamada escolar. Esse panfleto reforça que o respeito entre os colegas da travesti só será conquistado com o apoio do educador.

Tudo esse material será apresentado, na Paraíba, num lançamento que será feito pela Astropa este mês. O local inicialmente previsto para esse evento é a sede do Movimento do Espírito Lúis (MEL) que fica situada à rua Duque de Caxias, 281, 3º andar, centro de João Pessoa. Fernanda Benvenuto (foto acima), presidente da Associação, participou da campanha. Ela compõe o grupo de travestis que viajou a Brasília para um encontro onde foi discutida e elaborada toda a proposta, incluindo a produção das fotos. Essas travestis também são ligadas a associações em diversos estados.

Jenaila Dutra, advogada, presidente da Articulação Nacional de Transgêneros, que faleceu recentemente, também está no cartaz da campanha.

O MEL está se articulando com a Astropa para apoiar a divulgação no estado, junto aos grupos homossexuais, imprensa e à população em geral. A expectativa é de que a comunidade compreenda e acolha essa campanha e, a partir dela, comece a ver a travesti como uma cidadã, com direitos e deveres, e respeitá-la.

Como diz um dos materiais publicitários: "a vida fica menos complicada sem o preconceito. Descomplicque. Não deixe o preconceito mudar você".

A Colméia
boletim informativo do movimento do espírito lúis
Paraíba - ano 3 - número 2
abril/mai 2004

VEM AÍ!
3ª Parada Pela Diversidade Sexual na Paraíba

Acontece no próximo dia 12 de junho, o Dia dos Namorados, a III Parada Pela Diversidade Sexual na Paraíba. Há três anos a Parada entrava, definitivamente, no circuito das Paradas realizadas em todo o mundo, pelo movimento homossexual, para celebrar a luta pelos direitos dos homossexuais, contra todo tipo de preconceito e em defesa da diversidade sexual. O evento se repetiu em 2003 e agora, para 2004 e para os próximos anos a expectativa é de que um número cada maior de pessoas venha aderir a essa causa que já é de todos. Em tempos de violência extrema e desmedida o respeito à diversidade pode ser uma receita simples e barata para a paz e a felicidade.

O tema da parada, este ano, será: TRAVESTE e RESPEITO, reforçando as iniciativas pela dignidade das travestis de nosso estado e do Brasil.

Este ano a parada será uma promoção conjunta de quatro grupos do movimento homossexual na Paraíba: do Movimento do Espírito Lúis, Grupo de Mulheres Maria Quitéria, Associação de Travestis da Paraíba e Gaymeiros do Vale do Paraíba. Os quatro grupos uniram forças para engrandecer o evento e conseguir o reconhecimento e o respeito da população a essa manifestação pública contra a violência e o preconceito e a favor do RESPEITO. Participe! Sua contribuição é importante, acredite!

Lançamento da campanha TRAVESTE e RESPEITO

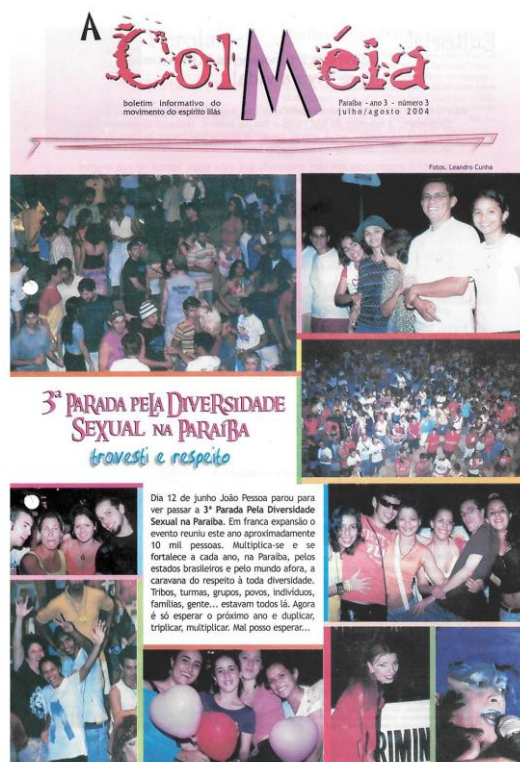
A campanha "Travesti e Respeito", do Ministério da Saúde, foi lançada na Paraíba no último dia 22 de março, na Assembleia Legislativa. A divulgação da campanha no estado contou com o apoio do MEL que organizou junto com a Associação de Travestis da Paraíba o lançamento local e a distribuição do material educativo.

Segundo Fernanda Benvenuto, presidente da Astropa, a campanha discute, além de questões de saúde, sobre "a necessidade de buscarmos conhecer os nossos direitos como cidadãs", explica.

A sessão (foto) foi presidida pelo deputado estadual Rodrigo Soares, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa. De acordo com o presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos, Antônio Isidoro da Silva, as travestis vêm construindo um processo de luta pelo reconhecimento de sua cidadania, contras os preconceitos e quebrando os tabus, e o Conselho se encontra de portas abertas para ajudar o movimento homossexual a construir seus espaços e ser protagonista de sua própria história.

O presidente do MEL, Luciano Vieira, lembrou que esta campanha já deveria ter sido realizada há mais tempo contudo reconhece que devemos elogiar o Programa Nacional de DST/AIDS do Ministério da Saúde pela postura positiva, "pois dentro do universo homossexual, as travestis são as que mais sofrem com o preconceito, principalmente no que se refere a educação e ao trabalho", enfatiza.

Além do lançamento na assembleia a Astropa e o MEL promoveram um coquetel na sede da entidade onde ocorreu um debate, com a presidente da Astropa, e a exibição de um vídeo sobre a temática homossexual.



O MEL - Movimento do Espírito Liás, estará presente no Fórum Social Nordestino - FSNE, colocando na pauta de discussões a homofobia e a falta de políticas públicas para os gays, lésbicas e travestis no Nordeste. O FSNE acontece, em Recife, Pernambuco, no período de 24 a 27 de novembro. Milhares de pessoas dos nove estados da região estarão discutindo propostas para um outro Nordeste, democrático e sustentável, sem desigualdades.

O FSNE é uma iniciativa de redes e fóruns da sociedade civil e movimentos sociais do Nordeste que se opõem a todas as formas de opressão, ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo. Os objetivos desse grande evento é recolocar e dar visibilidade às "questões sociais da região", e ampliar os processos de participação da comunidade na melhoria de vida da população e no combate às exclusões.

Os homossexuais ainda são um dos segmentos mais oprimidos e violentados no Brasil e no Nordeste, talvez como resultado de uma herança de coronéis machistas de um Nordeste preconceituoso, no qual o homem nasce sob a obrigação de crescer "cabra macho" ou, do contrário, ser considerado escória da sociedade. Precisamos mais do que nunca mostrar que é possível um outro Nordeste sem preconceito e discriminação.

Mais um Dia Mundial de Luta Contra a AIDS e pouco a comemorar. Primeiro pelo aumento crescente do número de pessoas, inclusive homossexuais e bissexuais, infectadas com HIV/AIDS no Brasil, apesar de termos na propaganda oficial um dos melhores programas de prevenção e combate às DSTs/Aids do mundo. Segundo, pelo fato de que a Aids, especialmente, tem atingido, ultimamente, cada vez mais adolescentes e jovens. E terceiro pela ameaça que estamos enfrentando, em relação à sobrevivência das organizações não governamentais que atuam neste campo, em função do processo de descentralização, em curso, para o financiamento de projetos. Precisamos ter clareza que se faz necessário exercermos

cada vez mais o nosso papel enquanto movimento de pressão política, no sentido de exigir que sejam estabelecidas salvaguardas e critérios amplamente debatidos e acordados para que a política e a malversação de recursos públicos presentes na maioria dos estados e municípios não acabem por prevalecer. Agora o fato de que, em função de um contexto social extremamente homofóbico, possam ocorrer situações em que as organizações vinculadas às homossexualidades tenham mais dificuldades de acessar estes recursos. Obviamente que deve pesar a nossa capacidade de articulação, que não é uma operação simples de ser realizada. Enfim, o que pleiteamos no fundamental é que haja garantia de continuidade das ações preventivas

direcionadas a estas categorias sociais que, no geral, não são efetivadas pelo Estado. Conforme dados do Ministério da Saúde, entre os anos de 1980 e 2004 foram contabilizados no Brasil 362.364 casos no país, contudo o número de contaminados extra-oficialmente ultrapassa os 600.000 com a mortalidade por Aids sendo registrada 2% maior em 2003 do que a de 2002, com 11.276 óbitos. A taxa de mortalidade alcançou 6,4 óbitos por 100 mil habitantes e em 8,8 por 100 mil homens, e manteve a tendência crescente entre as mulheres e nas regiões Sul, Norte e Nordeste. Na Paraíba, desde de junho de 1985 até agora, foram contabilizados 2.299 casos sendo, da mesma forma, o número de contaminados duas ou três vezes maior.



Novas Ações e Projetos

O MEL promoverá este ano diversas ações e projetos nas áreas de direitos humanos e saúde dos homossexuais paraibanos. A primeira novidade é a realização do projeto "Juventude e Homossexualidade: Construindo Uma Cultura de Paz e Tolerância" que será realizado neste 1º semestre em parceria com a AHCG (Associação dos Homossexuais de Campina Grande) que deve constar de oficinas de direitos humanos e empoderamento e de cursos profissionalizantes. O curso Gestão e Sustentabilidade, direcionado a ONGs diversas, conta com a parceria do SEBRAE-

PB, e está previsto para iniciar na segunda semana do fevereiro. Esta iniciativa tem o apoio da CESE. O projeto de intervenção comportamental e prevenção às DSTs/AIDS direcionado a homossexuais e bissexuais masculinos da grande João Pessoa financiado pelo Ministério da Saúde, que já está em andamento e deverá ter continuidade até junho. Estaremos pleiteando novamente junto a Secretaria Especial de Direitos Humanos do Governo Federal uma assessoria jurídica, algo que julgamos extremamente vital, e que em duas tentativas anteriores não obtivemos nem ao menos uma resposta. No ano passado, o MEL conseguiu ter uma

advogada durante seis meses através de apoio recebido da Comissão de Direitos Humanos da UFPB. Uma assessoria jurídica para o movimento homossexual de João Pessoa é fundamental em função do aumento crescente da violência e assassinatos contra homossexuais em nosso estado. No ano passado, foram 13 casos, sendo que em 2003 tivemos 9, o que comprova um certo crescimento. Vale salientar que os meios de coleta destes dados são bem amadores (jornais, tv e internet) e que nos permite afirmar a existência de uma grande sub-notificação. Ou seja, esse quadro é bem mais sombrio. Esperamos também

realizar nossos eventos tradicionais: Campanha Carnaval e Sexo Seguro, Concurso Drag Mel 2005, Semana Paraíba da Consciência Homossexual, IV Parada Pela Diversidade Sexual e XI Encontro Estadual do MEL. Envidaremos esforços também no sentido de viabilizar recursos para a efetivação do projeto Transformando com Arte: Circuito Paraibano da Prevenção e Cidadania e outros, como o projeto trienal em fase de elaboração. Estas atividades também contam com as iniciativas dos diversos fóruns, articulações, conselhos e redes que o MEL participa e que deve necessariamente estar envolvido.



Madrugada de vinte e seis de fevereiro. Um corpo desfigurado é encontrado em um casarão abandonado de uma esquina na rua da Areia com Antônio de Sá, no Varadouro, João Pessoa. Com a cabeça esmagada por pedras e um sinal de cruz, feito de cortes de uma faca, no tórax Mauro Antônio Cortez despede-se da vida. Morador do centro, Mauro, 30 anos, era Militante do MEL.

Em 2005, já são duas as vítimas do preconceito e da homofobia. A sociedade clama por medidas efetivas contra estas práticas por parte das autoridades constituídas e por,



Mauro Antônio Cortez - 1975 - 2005

pelos direitos humanos para todos. Chega de impunidade!

Queremos justiça já! Não podemos aceitar passivamente este aumento absurdo da violência contra Homossexuais em nosso estado. O silêncio e a omissão dos governantes são os cúmplices do estado de abandono e m que nos encontramos. É preciso reagir de forma organizada e coletiva.

Queremos a solidariedade de todos os defensores da cidadania, sem exclusão de gênero, raça ou qualquer fator diferencial.

Pelos direitos iguais, sem mais nem menos!

Mel



No dia 13 de maio, a Paraíba aderiu ao "Brasil Sem Homofobia". Em sessão especial na Assembleia Legislativa do Estado, o programa foi lançado e os parlamentares assumiram o compromisso de implementá-lo. O programa também

foi lançado em Cabedelo-PB, em uma sessão especial proposta pelo vereador Fábio Araújo. O Brasil Sem Homofobia é um programa da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, em conjunto com os Ministérios da Saúde e da Cultura. É composto por um conjunto de 53 ações e propostas voltadas ao combate à homofobia e à promoção da cidadania para gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros. A iniciativa abrange áreas como segurança e justiça, saúde, educação, trabalho, cultura, juventude e políticas para as mulheres.

IV Parada Pela Diversidade Sexual da Paraíba

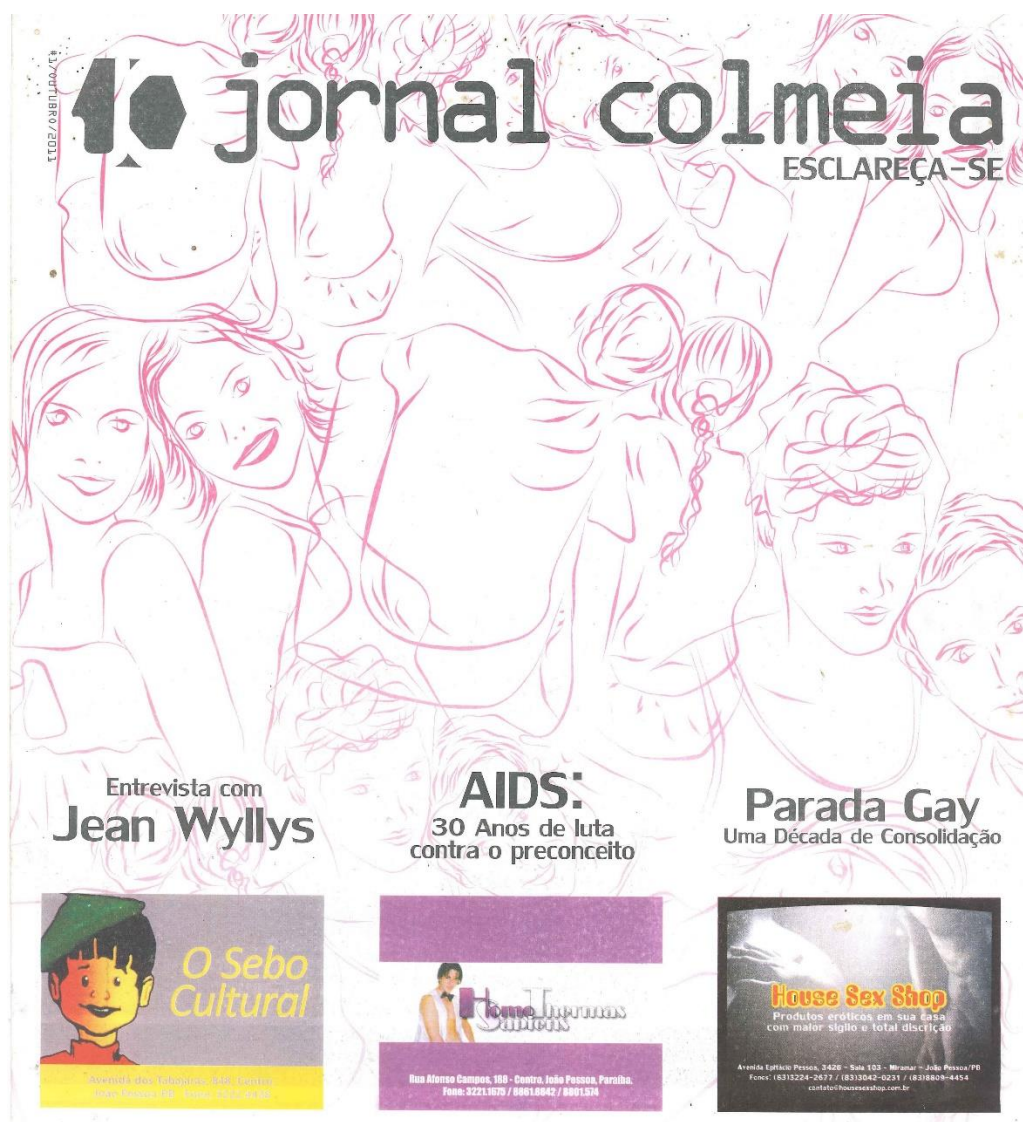
A IV Parada pela Diversidade Sexual da Paraíba ocorre no dia 10 de julho. A concentração, que este ano acontece em frente ao supermercado Pão de Açúcar do bairro Miramar, na Epitácio Pessoa, sentido centro-praia, começa às 15h. Com o tema "Direitos Iguais: nem mais nem menos", a Parada pretende reunir Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros (GLBT) e toda a sociedade paraibana num grande ato de conscientização e exigência de políticas públicas afirmativas de prevenção e

punição à discriminação com base na orientação sexual.

"Amaduação no percurso da PARADA pretende dar mais visibilidade ao evento por ocorrer na avenida Epitácio Pessoa, uma das mais movimentadas da cidade", justificou Felipe Santos um dos organizadores. O ponto final é no Busto de Tamandaré, na praia de Tambaú.



ANEXO K – Capa da edição do Jornal Colmeia (2011)



ANEXO L – Capa de edição do Tabloide A Colmeia (2013)





O Movimento do Espírito Lilás (MEL)



O MEL é uma instituição inserida na lógica dos movimentos sociais, com sede em João Pessoa, capital do Estado da Paraíba, criada em março de 1992, tendo como foco central de sua ação a preocupação com a problemática da Aids e a quantidade avassaladora de homossexuais contaminados por essa epidemia.

Atualmente, a missão fundamental do MEL é a promoção e defesa dos direitos e da cidadania dos homossexuais na perspectiva da equidade de gênero, objetivando combater a homofobia e trabalhar por uma sociedade mais justa e humana. Além das intervenções no sentido do combate às DSTs/Aids e pelos direitos dos homossexuais paraibanos,

algumas peculiaridades diferenciam o MEL de outras entidades que atuam no mesmo campo, no Brasil. Praticamente desde sua fundação, o MEL faz parte da Central dos Movimentos Populares e chegou a fazer parte da coordenação e Executiva Nacional (1993 a 1996), foi o primeiro grupo LGBT a se filiar ao Movimento Nacional de Direitos Humanos, em 1997. Na Paraíba, foi a primeira voz da sociedade civil organizada a se colocar publicamente na imprensa, e por outros meios, na luta pela cidadania LGBT e no apoio às pessoas vivendo com HIV/Aids.

Atento ao debate acerca dos direitos humanos e da diversidade sexual na sociedade brasileira a instituição se mantém firme no ativismo contra todos



os tipos de discriminação, atuando ativamente no Conselho Estadual de Direitos Humanos da Paraíba (CEDH-PB), Conselho Estadual da Juventude da Paraíba (CEJUP/PB), Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA/PB) e integrando o Movimento de Direitos Humanos Nacionais (MNDH), Fórum de ONG/Aids da Paraíba, Assembleia Popular dos Movimentos Sociais (AP), Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis e Transexuais (ABGLT), Articulação nacional de Gays (ART-Gay), atuando também em outros espaços ligados às pautas e lutas do movimento de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) da Paraíba.

O MEL é reconhecido, na Paraíba e nacionalmente, pelo papel desempenhado por mais de 20 anos no campo dos Direitos Humanos e pela construção de uma sociedade sem homofobia e que respeite a diversidade humana.

PLC 122: Criminalização da Homofobia

O Projeto de Lei da Câmara n.º 122/06 visa criminalizar a discriminação motivada unicamente na orientação sexual ou na identidade de gênero da pessoa discriminada.

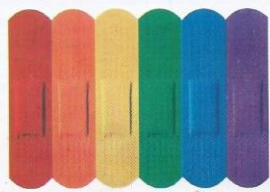
A discriminação por orientação sexual é aquela cometida contra homossexuais, bissexuais ou heterossexuais unicamente por conta de sua homossexualidade, bissexualidade ou heterossexualidade, respectivamente. A discriminação por identidade de gênero é aquela cometida contra transexuais unicamente por serem transexuais respectivamente.

Discriminação e preconceito não se confundem. Enquanto o preconceito é um arbitrário juízo mental negativo, a discriminação é o efetivo tratamento diferenciado de determinada pessoa por razões preconceituosas e arbitrárias.

Assim, o PLC 122/06 punirá a discriminação, não o preconceito – lembrando, todavia, que ofender alguém por motivos preconceituosos implica discriminação contra a pessoa ofendida. Discriminar quaisquer LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros) é um ato hediondo, que pode causar do constrangimento à morte.

Os violentos ataques contra LGBT no Brasil, deixam isso evidente. Assim, o PLC n.º 122/06 terá, inicialmente, um importante efeito simbólico: declarar à sociedade que o Estado Brasileiro não tolera a discriminação por orientação sexual e por identidade de gênero, concretizando legislativamente a promessa constitucional de uma sociedade livre, justa e solidária que condena discriminações preconceituosas de qualquer espécie. (art. 3º, inc. IV, da CF/88).

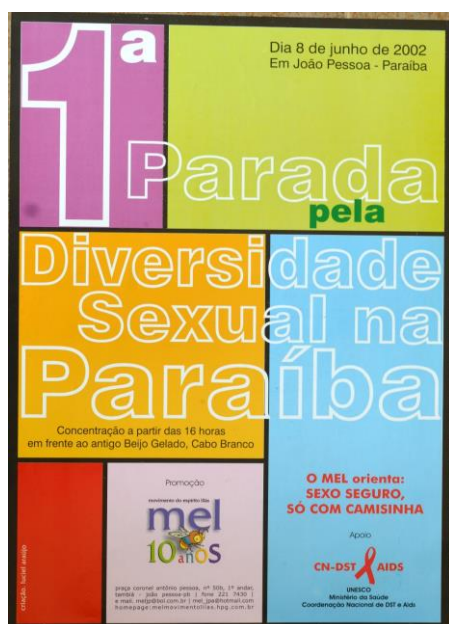
DEFENDA A VIDA DIGA NÃO A HOMOFOBIA



As marcas dessa violência
não podem ser encobertas.

DENUNCIE DISQUE 100

ANEXO M – Cartazes das primeiras Paradas da Diversidade Sexual da Paraíba



ANEXO N – Folder Institucional do MEL (2002)

mel



O Movimento do Espírito Lilás foi criado, em março de 1992, tendo com foco central de sua ação a preocupação com a problemática da Aids e a quantidade avassaladora de homossexuais contaminados por esse grande mal.

Com a mudança do perfil epidemiológico da doença, que hoje afeta mais heterossexuais e até mulheres casadas, e por uma necessidade de lançar sobre a questão da homossexualidade um olhar mais abrangente e profundo, a discussão dos Direitos Humanos passou a ocupar um lugar de destaque na atuação da instituição.

Hoje, a missão fundamental do mel é a promoção e defesa dos Direitos e Cidadania dos Homossexuais.

Produção

movimento do espírito lilás



Apoio




Ministério da Saúde
Secretaria de Políticas de Saúde
Coordenação Nacional de DST e Aids

mel - movimento do espírito lilás
 praça coronel antônio pessoa, nº 506, 1º andar,
 também - joão pessoa-pb | fone 221 7430 |
 e-mail: melipa@bol.com.br | mel_ipa@hotmail.com
 homepage: melmovimentolilas.hpg.com.br

criação e elaboração: túlio carvalho

mel

movimento
do
espírito
lilás



mel

Objetivando combater a homofobia e trabalhar por uma sociedade mais justa e humana e para além dos contornos da comunidade homossexual, o mel integra a coordenação da Central de Movimentos Populares e participa de diversos outros fóruns que reúnem as mais diferentes organizações da sociedade civil, a exemplo de Fórum de Ongs/Aids da Paraíba.

Desde 2001 a instituição tem representação no Conselho Estadual de Saúde.

Além das intervenções no sentido do combate as DSTs/Aids e pelos direitos dos homossexuais paraibanos, algumas peculiaridades diferenciam o mel de outras entidades que atuam no mesmo campo, no Brasil.

...praticamente desde sua fundação, o mel faz parte da Central dos Movimentos Populares e chegou a fazer parte da coordenação e Executiva Nacional (de 1993 a 1996).

...foi o primeiro grupo homossexual a se filiar ao Movimento Nacional de Direitos Humanos, em 1997.

...na Paraíba, o mel foi a primeira voz da sociedade civil organizada a se colocar publicamente na imprensa, e por outros meios, na luta contra a Aids e no apoio às pessoas vivendo com HIV/Aids.

Através de treinamentos, oficinas, pesquisas, denúncias, mobilizações, a instituição tem buscado discutir cidadania e trabalhar a organização do movimento homossexual na Paraíba.

O mel, também, desenvolve um trabalho no sentido de coibir a violência praticada contra homossexuais e de mobilizar a comunidade homossexual e a opinião pública local no sentido de favorecer a construção de uma consciência que respeite a diversidade de qualquer natureza.

ANEXO O – Logomarcas do MEL

